

**Eanismo, Otelismo e a Questão da “Normalização” Democrática
(1975 – 1976)**

Gil Manuel Gandarela Gonçalves

**Dissertação
de Mestrado em História Contemporânea**

Setembro, 2019

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de José Manuel Viegas Neves e co-orientação científica de Ricardo Vieira de Campos d'Abreu Noronha.*

* Versão corrigida e melhorada após Defesa Pública a 17 de Setembro de 2019. O Júri, composto por Pedro Aires Oliveira (Presidente), Maria Inácia Rezola (Arguente), Diego Palacios Cerezales (Arguente) e Ricardo Noronha (Orientador) atribuiu a classificação final de 18 valores por unanimidade.

“O passado, a memória, a experiência constituem esse fundo de irrealidade que, semelhante a um feixe luminoso, aclara este momento de agora, revela como ele é cheio de surpresa, como já se destina à memória e é já essa incontrolável gramática sonhadora.”

Herberto Helder, *Photomaton & Vox*, 1979.

Agradecimentos

Vendem-nos por vezes a ideia de que o trabalho de investigação é um exercício solitário, realizado num regime de reclusão imposto pelo silêncio e solenidade dos arquivos e bibliotecas. Estes agradecimentos estendem-se a todos aqueles não permitiram que fosse essa a minha experiência e que, tanto nas discussões mais profícuas como durante os imprescindíveis momentos de desanuviamento, aventaram sugestões e partilharam ideias que em muito enriqueceram os escritos que se seguem. Esta tese foi contruída, em parte, na imprevisibilidade e irrepitibilidade desses diálogos, cujo valor fica necessariamente por apurar.

Dedico, assim, as primeiras palavras àqueles que, a braços com o mesmo tipo de lides, manifestaram sempre a sua solidariedade para com dúvidas e angústias partilhadas. Nesse lote estão os “residentes” da Biblioteca Nacional, trupe que me deu um importante alento durante os meses mais pesados da minha imersão nos papéis e microfimes. Agradeço, de seguida, àqueles que frequentemente me afastaram do labor académico, oferecendo-me pretextos para bons e salutareos intervalos. Por esse companheirismo e amizade, merecem especial menção Camila Campino, Rodrigo Martins, Artur Miguel, Raquel Lourenço, Carolina Mourão, Luís Henriques, Catarina Miranda e Gonçalo Carvalho. Há, no entanto, alguns nomes cujo destaque se impõe. Ao António dos Santos Teixeira agradeço o interesse e as diligências feitas em meu nome, penitenciando-me pelo uso que delas fiz. À Rita Narra agradeço anos de camaradagem e errâncias, bem como o apoio incondicional em todos os domínios. À Daniela Major agradeço o carinho, reconhecendo a pachorra de que dispõe para me aturar e a atenção com que se dedicou à leitura desta “peça jornalística”. À Joana Rocha agradeço as conversas que estiveram na origem de tudo isto, o acompanhamento atento e a ternura que ficará por retribuir.

Não esqueço tampouco aqueles que prontamente aceitaram assumir a orientação desta tese. Por isso, ao José Neves e ao Ricardo Noronha agradeço as sugestões, a leitura zelosa e os comentários pertinentes, bem como a autonomia com que me permitiram explorar e desenvolver estes temas.

Agradeço ainda ao Otelô Saraiva de Carvalho pela simpatia com acedeu ao meu pedido para uma conversa e a Ramalho Eanes pela amabilidade com que o declinou.

Finalmente, agradeço aos meus pais a indulgência que sempre revelaram para com o meu diletantismo.

Resumo

Eanismo, Otelismo e a Questão da “Normalização” Democrática (1975-1976)

Gil Manuel Gandarela Gonçalves

PALAVRAS-CHAVE: António Ramalho Eanes; Otelo Saraiva de Carvalho; eleições presidenciais; populismo; carisma; normalização democrática.

Esta dissertação toma como objecto de estudo as eleições presidenciais de 1976 e, em particular, as candidaturas de António Ramalho Eanes e Otelo Saraiva de Carvalho. Tratando-se de um momento histórico situado na encruzilhada entre a Revolução e a “normalização”, a sua análise é particularmente sugestiva. O ambiente em que decorreu a campanha e o comportamento dos eleitores veio demonstrar que muitas das tensões e debates que tinham marcado os meses do PREC continuavam presentes, ficando claro que estavam ainda em jogo ideias de futuro pós-revolucionário distintas e irreconciliáveis. As estratégias adoptadas quer pelas chefias militares, quer pelos diferentes partidos políticos no momento do escrutínio são, a esse respeito, reveladoras. No campo da esquerda radical procurava-se uma figura capaz de agregar forças para o combate aos ímpetus desmobilizadores do pós-25 de Novembro, enquanto que do outro lado da barricada se procurava alguém que pudesse dar rosto a um “consenso” moderado cuja afirmação não estava ainda garantida. No entanto, a capacidade mobilizadora revelada por ambos os candidatos escaparia, em boa parte, ao controlo dos seus apoios partidários. Tanto Eanes como Otelo se apresentam como figuras independentes, apelando à unidade do “povo” em nome das suas diferentes interpretações do interesse nacional. Fazendo uso das suas trajectórias pessoais e das suas personalidades díspares, tornaram-se referentes simbólicos para diferentes imaginários de uma Revolução ainda em curso. Assim, através de uma aproximação metodológica apoiada no exame a debates em torno dos conceitos de populismo e carisma, e pensando os movimentos otelista e eanista à luz da história da liderança política no Portugal do século XX, espera-se conseguir demonstrar que nem a adesão a uma democracia de tipo europeu, nem a partidarização da sociedade eram desfechos inequívocos em 1976. Persistiam discursos e projectos que apontavam para outro tipo de soluções, expondo as ambiguidades ideológicas e os problemas de representação de uma sociedade em transformação.

Abstract

Eanismo, Otelismo and the Question of Democratic “Normalization” (1975-1976)

Gil Manuel Gandarela Gonçalves

KEYWORDS: António Ramalho Eanes; Otelo Saraiva de Carvalho; presidential elections; populism; charisma; democratic normalization.

The object of this dissertation is the presidential election of 1976 and the campaigns of António Ramalho Eanes and Otelo Saraiva de Carvalho. Considering this is an historical moment located in the crossroad between Revolution and “normalization”, its analysis is particularly suggestive. The environment surrounding the campaign and the behavior of the electorate came to show that the debates and tensions that had marked the months of PREC remained present, showing that what was at stake were conflicting ideas for the post-revolutionary future. The strategies adopted by the military leaderships and by the different political parties in the moment of the election are as such revealing. While the radical left was looking for a figure capable of assembling forces to fight the post-25 of November demobilization, the moderate forces were looking for someone who could embody a moderate consensus whose affirmation was not yet guaranteed. Nonetheless, the mobilization both Eanes and Otelo harnessed largely escaped the control of the parties who supported them. They presented themselves as independent figures, appealing to the unity of the people according to their different interpretations of the national interest. Using their personal trajectories and different personalities, they became symbols for different imaginaries of an ongoing Revolution. Through a methodological approach rooted in the debates surrounding the concepts of populism and charisma, and by looking at the otelista and eanista movements through the lenses of the history of political leadership in twentieth century Portugal, I hope to demonstrate that neither the adherence to an European democracy nor the partidarianization of society were unequivocal outcomes in 1976. There was a persistence of discourses and projects that pointed to other kinds of solutions, exposing ideological ambiguities and the problems of representation in a transforming society.

Lista de Abreviaturas

AEPPA – Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas
AOC – Aliança Operário Camponesa
BASE-FUT – Frente Unitária de Trabalhadores
BRIMA – Brigadas Revolucionárias da Independência da Madeira
CACO's – Comitês de Apoio à Candidatura de Otelo
CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal
CDS – Centro Democrático Social
CEME – Chefe de Estado Maior do Exército
CEMGFA – Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas
CERESD – Centro de Estudos e Reflexão Social Democrata
CIP – Confederação da Indústria Portuguesa
CNARPE – Comissão Nacional de Apoio à Recandidatura do Presidente Eanes
CNPUP – Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular
COPCON – Comando Operacional do Continente
CUP's – Comitês de Unidade Popular
FLA – Frente de Libertação dos Açores
FP-25 – Forças Populares 25 de Abril
FSP – Frente Socialista Popular
FUP – Frente de Unidade Popular
FUR – Frente de Unidade Revolucionária
GDUP – Grupos Dinamizadores de Unidade Popular
GNR – Guarda Nacional Republicana
LCI – Liga Comunista Internacional
MDP/CDE – Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral
MES – Movimento de Esquerda Socialista
MFA – Movimento das Forças Armadas
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MSD – Movimento Social Democrata
MUD – Movimento de Unidade Democrática
MUP – Movimento de Unidade Popular
OUT – Organização Unitária de Trabalhadores
PCP – Partido Comunista Português

PCP (m-l) – Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista)
PCP(r) – Partido Comunista Português (reconstruído)
PIDE -Polícia Internacional de Defesa do Estado
PPD – Partido Popular Democrata
PR -Presidente da República
PRD – Partido Renovador Democrático
PREC – Processo Revolucionário em Curso
PRP – Partido Revolucionário do Proletariado
PS – Partido Socialista
RALIS – Regimento de Artilharia de Lisboa
SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social
UDP – União Democrática Popular

Índice

Introdução.....	2
1. Carisma e Populismo – olhar sobre a liderança política no século XX português.....	11
1.1 - A liderança “carismática”.....	12
1.2 - O Movimento “Populista”.....	16
1.3 - A liderança política no Portugal do século XX.....	21
2 - As eleições Presidenciais de 1976 e a emergência das soluções eanista e otelista ...	33
2.1 - Presidenciais de 1976 – as eleições no seu tempo	35
2.2 - Os candidatos	42
2.2.1 - Pinheiro de Azevedo	42
2.2.2 - Ramalho Eanes	47
2.2.3 - Octávio Pato	54
2.2.4 - Otelo Saraiva de Carvalho.....	59
2.3 - A Campanha Eleitoral	65
2.3.1 - “Viver a Liberdade em Segurança” – programa e discurso eanista	69
2.3.2 - “O 25 de Abril à Presidência” – programa e discurso otelista	77
2.3.3 - Périplos, hospitalidades e hostilidades	85
3 – O momento pós-eleitoral e o caminho para a normalização	99
3.1 - Eanismo e a Presidência:.....	104
3.2 - Otelismo e as sobrevivências do Movimento Popular	111
3.3 - Desmobilização e Normalização.....	121
Conclusão	125
Fontes e Bibliografia	130
Anexos.....	139

Introdução

As narrativas construídas acerca da mudança de regime que se operou em Portugal a partir de 1974 tendem frequentemente a isolar o período revolucionário, fixando-o enquanto uma breve anomalia num processo evolutivo que, eventualmente, conduziria à integração do país na realidade das democracias europeias modernas. Sendo certo que há uma “janela de oportunidades” políticas que parece fechar-se com a institucionalização do regime e subsequente superação da “crise de estado” a partir de finais de 1975, é difícil aceitar que os processos de desmobilização possam ter sido tão imediatos e uniformes quanto nos é muitas vezes sugerido. Afinal, para quem acaba a Revolução a partir do Outono de 1975? Quem, por outro lado, se mobiliza em resposta a esse refluxo? Em torno de que estruturas continuava a ser possível a acção colectiva e que novas formas esta tomou? É a partir do encadeamento destas interrogações que esta dissertação parte para a análise das eleições presidenciais de 1976, momento intersticial a um período revolucionário que se encerraria e uma “normalidade” que viria a consolidar-se nos anos e décadas seguintes. Assim, tomando esse acto eleitoral como objecto de estudo, o objectivo passa por apurar de que forma os movimentos e candidaturas a que este daria origem podem contribuir para fazer sentido dos tempos difusos da chamada “transição democrática”.

Centraremos a nossa atenção, em particular, em duas figuras individuais. Tendo o (contra)golpe de 25 de Novembro de 1975 passado para a história como a data do esboroamento das ilusões revolucionárias, a eleição presidencial do ano seguinte levou a que duas figuras, provenientes de lados distintos da barricada, corporizassem e sintetizassem valores e perspectivas de futuro antagónicas, reacendendo debates mantidos no biénio 1974-1975. Como veremos, os movimentos em torno das candidaturas de Otelo Saraiva de Carvalho e António Ramalho Eanes revelam que não se tratava de um escrutínio já plenamente inserido num clima de “normalidade” pós-revolucionária. Sugerem-no tanto o ambiente em que decorreu a campanha como o próprio comportamento do eleitorado. Através da candidatura de Otelo, a esquerda radical, confrontada com a desagregação das suas fileiras, conseguiria recuperar – mesmo que temporariamente – um certo momento revolucionário. Por sua vez, os sectores moderados tinham como necessária a formação de um bloco comum em apoio a um candidato capaz de debelar qualquer ímpeto extremista e capaz de construir uma ideia de moderação que transcendesse os termos do discurso anti-comunista dos anos 74-75. Tal apenas pareceu ser possível através de alguém com o perfil e trajectória de Ramalho Eanes.

Contudo, esta retoma das clivagens do período revolucionário de 1974-75 fez-se em termos novos. Tanto Otelo como Eanes faziam questão de reforçar a sua autonomia perante aqueles que lhes ofereciam o seu patrocínio. Ao justificarem as motivações das suas candidaturas, a tónica recairia num sentimento de dever que os “obrigava” a colocarem-se numa posição que não desejavam, tendo em vista a salvaguarda dos interesses do povo, da identidade nacional e das conquistas (ainda ameaçadas) da Revolução – aspectos dos quais tinham, naturalmente, diferentes entendimentos. Perante a envergadura de tal missão, parecia claro que esta poderia ser coroada de êxito apenas se transcendesse as divisões inerentes às disputas partidárias. Assim, a essa independência estavam associados programas que plasmavam princípios e valores genéricos, passíveis de ser aceites por segmentos do eleitorado que em escrutínios anteriores se haviam dispersado. Esse potencial agregador teria o seu limite nos diferentes tipos de apelo suscitados por duas personalidades que, tanto no estilo como no lugar simbólico que ocupavam, remetiam para diferentes imaginários. Se de um lado estava o “cérebro operacional” da Revolução, que se propunha a levar o “25 de Abril à Presidência”, do outro estava o estratega do 25 de Novembro, que se apresentava como o garante da “Liberdade em Segurança”. Tendo os resultados eleitorais atribuído uma vitória enfática a este último, não é menos verdade que, sobretudo em certas regiões e em certos sectores, as opções maioritárias continuavam a ser outras, beneficiando Otelo.

Esta dissertação assume, assim, um duplo objectivo. O primeiro passa por dar o devido relevo a um momento que, a nosso ver, permanece insuficientemente problematizado no debate historiográfico. A ênfase dada ao papel dos partidos e das chefias militares no processo de transição para a democracia e o resultado vitorioso aparentemente categórico de Eanes contribuíram para que as presidenciais acabassem por ser frequentemente sintetizadas enquanto um momento que, apesar de um ou outro resultado mais extemporâneo, reforça uma opção maioritária pela via moderada já manifestada nas legislativas de 25 de Abril de 1976¹. A nosso ver, este tipo de narrativas tende a fazer recuar as origens da chamada normalização institucional a um período que era ainda marcado por profundas tensões.

Tendo isso em conta, o segundo e principal objectivo desta dissertação passa por aprofundar a análise dos movimentos gerados em torno das campanhas de Otelo e Eanes. Para tal aprofundamento, importa começar por não reduzir a capacidade de apelo desses

¹ António Reis (ed.), *Portugal Contemporâneo* vol. 6 (Lisboa: Alfa, 1996), 59;

dois candidatos ao magnetismo ou manipulação que exerceriam sobre os seus seguidores, devendo igualmente questionar-se a capacidade de controlo dos principais partidos de então sobre as suas próprias bases eleitorais. Se é relevante analisar a forma como as candidaturas dialogaram com as esferas políticas e militares, não menos importante será perceber de que forma a sociedade civil foi amplificando (ou mesmo construindo de raiz) os perfis de dois candidatos ora idealizados, ora demonizados. Só assim se poderá aspirar a compreender o impacto no ambiente político e social que teria a abertura desse espaço de confronto presidencial, alimentado por debates em torno de questões fundamentais que não estavam ainda encerradas (a Reforma Agrária, a inserção de Portugal no mundo pós-colonial da Guerra Fria, ou o tipo de resposta a dar ao contexto de crise). Além disso, a participação massiva no acto eleitoral, típica da conjuntura, revela-se particularmente profícua, fornecendo o estudo da distribuição geográfica dos votos importantes dados para uma melhor compreensão do tipo de regiões e espaços em que determinados ideários mantiveram, perderam ou ganharam acolhimento, mapeando-se a morfologia da resistência/anuência às pressões desmobilizadoras do período pós-revolucionário. Em suma, ao se enquadrar “otelismo” e “eanismo” como parte de processos mais alargados de construção de lideranças, olhando-os simultaneamente a partir daquela que foi a história do século XX português, podem ficar mais claras as razões que levaram a que as duas figuras que lhes deram origem tivessem assumido, para os mais variados sectores, uma importância determinante.

Assim, tentando contribuir para a melhor compreensão de um período ambíguo, situado na encruzilhada entre a revolução e a “normalização”, a estrutura adoptada estará repartida em três partes – cada uma dividida em vários capítulos – que, tratando de temáticas distintas, se manterão dialogantes.

A primeira parte, mais breve e introdutória, procura, a partir de autores como Yves Cohen, Richard Sennet, Roger Eatwell ou Ernesto Laclau, dar a devida atenção às questões levantadas pelo uso de palavras com sugestibilidade tão polissémica como “carisma” e “populismo”, a isso se dedicando os dois primeiros capítulos. Tendo as duas figuras em exame nesta dissertação sido rotuladas (tanto à época como posteriormente) enquanto “carismáticas” ou “populistas”, parece ser fundamental começar por discutir algumas das implicações desses usos da linguagem. Por sua vez, apoiado nessas ferramentas teóricas, o terceiro capítulo dedica-se ainda a testar a aplicabilidade desses contributos através de uma análise a momentos do século XX português em que se verificaram as condições necessárias para a emergência de fenómenos caracterizados a

partir desses mesmos termos. A reflexão acerca das características de figuras como Sidónio Pais ou Humberto Delgado (bem como dos movimentos de apoio em torno delas gerados) visa encontrar elementos comuns entre personagens e momentos históricos distintos, simultaneamente contribuindo para o argumento de que tanto “otelismo” como “eanismo” não são um produto exclusivo do contexto em que se inserem, podendo antes ser vistos por um prisma mais alargado. Partindo desses paralelos, e encontrando pontos de contacto, visa-se compreender os processos que permitiram, em diferentes conjunturas, a validação popular de um intervencionismo de natureza carismática e populista (neste caso, também militar) na vida política e no espaço público. Espera-se que, deste modo, os discursos produzidos sobre Eanes e Otelo, devidamente escrutinados no ponto seguinte, possam ser lidos a outra luz, tão atenta às continuidades como às rupturas que marcaram a cultura política no século XX português. Havendo riscos inerentes a este tipo de aproximações diacrónicas, é também certo que uma comparação é mais proveitosa se os objectos comparados não forem, à partida, evidentemente semelhantes. Não esquecendo ou anulando especificidades, trata-se de pensar um conjunto de figuras que, integrando um corpo militar que foi cultivando uma postura própria (vendo-se como legítimo intérprete da vontade nacional, “fora e acima da política”, e imbuído de uma missão vigilante enquanto “reservatório moral” da nação), surgiram pontualmente como solução de recurso e, ao mesmo tempo, panaceia. Não quer isto dizer que se esteja à procura de desenvolver uma narrativa teleológica que aponte para a existência de forças latentes na sociedade portuguesa, emergentes em certos momentos críticos. O objectivo passa antes por tentar perceber o que leva certos grupos e movimentos a encarar certo tipo de figuras como aquelas capazes de corporizar a melhor solução – ou pelo menos a melhor possível – perante determinado conjunto de ameaças.

A segunda parte, que constitui o corpo principal da dissertação e, por extensão, o momento mais exaustivo da mesma, propõe-se a descrever diferentes processos que antecederam as presidenciais de 1976. São explorados os debates em torno do lugar a ocupar pelo futuro Presidente da República na hierarquia das instituições democráticas, passando-se depois para a análise das discussões que, aos vários níveis, se tiveram a respeito da escolha dos candidatos. Finalmente, parte-se para o estudo dos dias de pré-campanha e campanha.

No que diz respeito à sua organização interna, esta segunda parte estrutura-se em torno de seis capítulos. O primeiro dedica-se a uma necessária contextualização do período, inserindo-se nesse âmbito a análise de discussões em torno do modelo de

realização do escrutínio, mas também relativas ao significado político que diferentes agentes consideravam que a este se deveria atribuir (se muitas dessas dúvidas se dissipariam com a promulgação da Constituição, outras subsistiriam). Por sua vez, os quatro capítulos seguintes debruçam-se sobre o percurso que levou cada um dos candidatos a envolver-se na corrida presidencial. Espera-se que essa abordagem segmentada possa contribuir para a mais clara apresentação das suas diferentes trajetórias, sem que uma leitura sequencial prejudique a compreensão das relações que entre si se estabeleciam. Partindo do conceito de “campo”, como conceptualizado por Pierre Bourdieu, essas diferentes unidades (grupos, instituições indivíduos) podem ser enquadradas numa perspectiva ampla que valorize mais as suas dimensões relacionais do que as suas características intrínsecas. O diálogo entre esses variados interlocutores resultará, assim, na criação de um espaço simbólico no qual se determinam e validam diferentes representações². Finalmente, os dois últimos capítulos dedicam-se à análise das campanhas dos dois candidatos polarizadores, sendo nesse momento que se faz o estudo de muitas das construções biográficas e propagandísticas em torno dos seus diferentes perfis, bem como dos discursos e posturas que foram tomando a respeito de um conjunto de temáticas que assumiam uma importância capital naquele contexto. Se, até este momento da tese, se tinham analisado em simultâneo todas as candidaturas, assiste-se neste capítulo a um afunilamento. Este deve-se, sobretudo, às particularidades que, definidas a partir dos contributos teóricos já referidos, distinguem quer Eanes quer Otelo dos seus adversários. Tendo estes polarizado por completo o debate, as próprias campanhas de Pinheiro de Azevedo e de Octávio Pato passaram, em boa medida, a reger-se pelas acções e tomadas de posição daqueles que definiram como principais opositores, acabando por reforçar a sua subalternização. Ainda assim, precisamente por continuarem a dialogar com as campanhas “otelista” e “eanista”, as suas plataformas não foram, naturalmente, ignoradas.

Por último, a terceira parte da dissertação debruça-se sobre o momento pós-eleitoral. Para além da análise aos resultados e às reacções dos diferentes protagonistas - a que se dedica o primeiro capítulo -, importa ainda examinar as tentativas de reorganização do movimento de apoio a Otelo (através dos GDUP's), bem como os primeiros meses do primeiro mandato de Eanes. Apesar de não seguirem um percurso análogo, “eanismo” e “otelismo” não se esgotam no momento eleitoral, sendo as suas

² Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico* (Lisboa: Difel, 1989), 64;

diferentes sobrevivências um bom barómetro para compreender o processo de “normalização” do ambiente político pós-revolucionário. Como forma de enquadrar essas análises, o capítulo que encerra este trabalho procura sintetizar algumas das potenciais causas da desmobilização de grupos que, a dada altura, ocuparam um lugar relevante no espaço público.

No que diz respeito à cronologia adoptada, esta toma como ponto de partida 25 de Novembro de 1975. A razão para essa escolha poderia justificar-se pelo peso simbólico que essa data veio a assumir no imaginário colectivo ou pelas alterações que introduziu no ambiente político e social da época. No entanto, no quadro desta dissertação, esta opção tem ainda uma outra razão de ser. Trata-se, afinal, do momento que marca o início da ascensão daquele que viria a ser o candidato vencedor (Ramalho Eanes) e o início do afastamento do seu principal opositor (Otelo Saraiva de Carvalho) de cargos políticos e militares relevantes. Além disso, foi também em função do que esse momento representou que se construíram as suas respectivas candidaturas, uma em defesa do que naquele dia se protegeu e outra como resistência ao que se começava a perder. Esse recuo em relação ao momento central da análise permite ainda acompanhar com maior rigor os desenvolvimentos – feitos de avanços e recuos – que culminaram na apresentação das candidaturas finais e na definição dos apoios de partidos e grupos de cidadãos que a elas aderiram. Por sua vez, a decisão de prolongar neste âmbito o escopo da análise até ao final do ano de 1976 tem em vista o acompanhamento das formas como os resultados de cada um dos candidatos foram explorados no decurso dos meses seguintes. Além disso, é em Dezembro de 1976 que, com a realização das eleições autárquicas, todos os órgãos de poder passam a ter legitimidade eleitoral. Se assim se definia a composição das instituições democráticas, para os GDUP’s era o momento de avaliar se tinha ou não sido possível manter o dinamismo da campanha de Otelo. Não se esgotando eanismo e otelismo nesse intervalo cronológico, poderia dedicar-se algum tempo ao exame de estruturas como a OUT (Organização Unitária de Trabalhadores), a FUP (Frente de Unidade Popular), a CNARPE (Comissão Nacional de Apoio à Recandidatura do Presidente Eanes) e, ainda que já numa fase posterior, o PRD (Partido Renovador Democrático). Apesar de, por razões logísticas evidentes, tal esforço não se poder empreender numa dissertação deste tipo, procura-se, pelo menos, lançar algumas pistas que dêem mote a investigações futuras.

Resta ainda discriminar as fontes a partir das quais se contruiu esta dissertação. Perante a falta de estudos a respeito deste período e temática, um recurso inestimável para

a sua compreensão foi a imprensa periódica da época, tendo sido seleccionados jornais que permitissem uma análise variada - tanto quanto possível - das diferentes sensibilidades políticas e sociais, quer perante as presidenciais, quer perante cada um dos candidatos. Assim, foram consultados ao longo do intervalo de tempo acima descrito o *Jornal Novo*, o *Expresso*, o *Avante!* e a *Gazeta da Semana*. Importa, no entanto, justificar o porquê de tais escolhas. O *Jornal Novo*, o único diário do lote³, viu o seu alinhamento ideológico alterar-se entre o Verão e o Outono de 1975. Durante o PREC, colocando-se do lado socialista, encarava uma aproximação com os comunistas como indispensável para o sucesso de qualquer solução governativa de esquerda. Contudo, tendo sido esse o seu posicionamento sob a direcção de Artur Portela Filho (figura próxima do Grupo dos Nove), com a sua substituição por Proença de Carvalho - mais conservador e identificado com o CDS - a linha editorial iria mimetizar as alterações no ambiente político do pós-25 de Novembro⁴. São precisamente essas flutuações que o tornam um registo particularmente relevante no momento em análise. Já o semanário *Expresso* foi escolhido por ser o mais influente órgão de linha social-democrata. Perfilhando o programa do PPD (tendo Francisco Pinto Balsemão como director) e tendo uma das maiores tiragens do país, trata-se de um representante de ideias e objectivos políticos contrários a um discurso socialista que parecia dominante na imprensa da época, tornando-se, por isso, uma leitura essencial⁵. Por sua vez, a *Gazeta da Semana*, constituída por antigos jornalistas do *República* (que fechara portas em Dezembro de 1975) e tendo como referência o *Libération* de Serge July, apresentava-se como “um jornal do «movimento» e de ideias”⁶ que, evitando a contaminação partidária, não se absteria de manifestar as opções políticas do colectivo que o dirigia. Marcadamente à esquerda do espectro político, daria o seu apoio a Otelo, mas preservando sempre um sentido crítico que permite acompanhar muitos dos debates tidos entre as diferentes sensibilidades da esquerda-radical na conjuntura em estudo. Neste rol, o elemento que destoa é o *Avante!*, uma vez que até aqui todos os jornais referidos mantinham uma independência - pelo menos oficial - em relação a qualquer partido. A inclusão do órgão central dos comunistas prende-se com a

³ Era importante ter pelo menos um destes órgãos de comunicação com essa periodicidade, tendo em vista acompanhar em maior detalhe eventos e declarações produzidas numa conjuntura em que o tempo se parecia ter acelerado;

⁴ João Figueira, *Os Jornais como Actores Políticos - o Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975* (Coimbra: Minerva, 2007), 161-162;

⁵ Figueira, *Os Jornais como Actores Políticos*, 132-133;

⁶ AAVV, *João Martins Pereira e o seu nosso tempo: Bio-bibliografia* (Coimbra: CES / CD25A-UC, 2011), 36;

singularidade do posicionamento do PCP neste contexto, tendo sido o único partido a lançar um candidato oriundo das suas fileiras. Assim sendo, a sua consulta torna-se pertinente para a melhor compreensão do que foi a estratégia adoptada pelo partido no âmbito das presidenciais, permitindo ainda perceber o tipo de postura por este adoptada em relação às demais candidaturas. Foram também consultados os escassos números do boletim dos GDUP, *A Luta Continua*, por forma a recolher as informações necessárias relativas às acções desses grupos no período posterior às eleições, bem como as dificuldades que se interpuseram no seu caminho.

Apesar de se acreditar que os critérios que fundamentaram estas escolhas serviram os propósitos da dissertação, não se pode tampouco ignorar as suas limitações. Sendo verdade que, com excepção da *Gazeta da Semana*, se trata de periódicos com tiragens significativas, a sua distribuição pelo território é desigual (problema que seria menos pronunciado no caso do *Avante!*), com a larga maioria dos seus exemplares a serem adquiridos na área da grande Lisboa. Assim, para melhor avaliar a relevância que a imprensa teve na construção dos perfis dos candidatos, importaria ter em conta cambiantes regionais, analisando-se órgãos que, no seu conjunto, pudessem assumir uma expressão territorial mais heterogénea - uma tarefa que, pela sua envergadura, não se poderia empreender neste âmbito. Além disso, o peso da imprensa na formação da opinião pública merece também ser matizado, especialmente tendo em conta que, à época, a taxa de analfabetismo rondava ainda uns expressivos 24% da população⁷, valor que seria mais elevado em certas geografias e junto de diferentes segmentos da população (variáveis como a classe social ou o género devem ser tidas em conta). É também um tipo de fonte que deve ser tratada com o necessário sentido crítico. Adoptando diferentes posicionamentos ideológicos, os jornais em causa vão necessariamente descrever os mesmos episódios de maneiras distintas, omitindo informação, distorcendo-a ou enquadrando-a de diferentes formas – tratava-se, afinal, de um período de crise, necessariamente propenso a estratégias comunicativas apoiadas na dramatização da acção⁸. Esse “viés descritivo”⁹ pode, ainda assim, revelar-se mais proveitoso do que uma

⁷ Dados do Instituto Nacional de Estatística/PORDATA, disponíveis em <https://www.pordata.pt/Portugal/Taxa+de+analfabetismo+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-2517>, consultados a 25/02/19;

⁸ Pedro Diniz de Sousa, *A Dramatização na Imprensa do “PREC”* (Coimbra: Minerva, 2003), 14;

⁹ Jennifer Earl, Andrew Martin, John D. McCarthy and Sarah A. Soule, “The Use of Newspaper Data in the Study of Collective Action”, *Annual Review of Sociology*, Vol. 30 (2004): 73;

qualquer tentativa de obtenção de relatos tidos como absolutamente “verdadeiros” ou isentos.

Como complemento, recorreu-se ainda à consulta de debates da Assembleia Constituinte (sobretudo a respeito do papel a assumir pelo presidente eleito e da forma de proceder à sua eleição), de obras coevas acerca das presidenciais e dos candidatos e, finalmente, de materiais de campanha (cartazes, autocolantes, programas) e outros registos iconográficos (fotografias e filmes) – consultados essencialmente a partir dos arquivos *online* do Centro de Documentação 25 de Abril (Universidade de Coimbra), da Ephemera e da Rádio e Televisão Portuguesa.

Tentando tirar-se proveito do facto do período histórico em análise ser relativamente recente, procurou-se ainda realizar entrevistas com alguns dos intervenientes. Contudo, se foi possível entrar em contacto com Otelo Saraiva de Carvalho, esses esforços saíram gorados no caso do general Ramalho Eanes - por indisponibilidades de agenda do próprio. Teria sido igualmente interessante aprofundar esse exercício de história oral através de conversas com pessoas envolvidas nas campanhas – mesmo que apenas na qualidade de apoiantes -, mas para tais diligências seria necessário um outro à vontade temporal para a sua realização.

Em suma, e tendo já ficado claras as inquietações que motivaram a escolha deste objecto e a forma como se decidiu abordá-lo, espera-se poder deixar um contributo válido para a história do período, tomando em mãos figuras e movimentos que permanecem pouco problematizados, em especial segundo o escopo que aqui se propõe.

1. Carisma e Populismo – olhar sobre a liderança política no século XX português

Os anos finais do século XIX e o início do século XX assistiram à emergência de novas práticas discursivas e performativas em torno do fenómeno da liderança, levando mesmo alguns autores a classificá-lo como “século dos chefes”¹⁰. Para preencher o vazio deixado na Europa, desde o final do século XVIII, por uma aristocracia que deixara progressivamente de ser vista como a classe natural de comando, surge um novo tipo de figura de autoridade, expressiva da impossibilidade de continuar a tratar os cidadãos como servos¹¹. Sendo certo que a sua expressão política mais reconhecível ocorrerá nos regimes totalitários dos anos 30 e 40, a reconfiguração da ideia de 'chefia' imprimiu igualmente um conjunto de transformações nas democracias tradicionais, estendendo-se ainda, fora do universo estritamente político, ao mundo laboral e a outras esferas sociais (chefias empresariais ou militares, por exemplo). Apesar disso, muitos dos debates em torno das questões da liderança no mundo contemporâneo tendem a subsumir-se em conceitos insuficientemente definidos e que parecem ser tidos como realidades auto-evidentes. Para a discussão que aqui se propõe, convocam-se dois deles: *carisma* e *populismo*.

A utilização imoderada destes termos não os torna, no entanto, necessariamente inoperantes para um uso historiográfico. Assim, neste primeiro momento, e no sentido de evitar as suas aplicações mais genéricas, procurar-se-á tornar inteligível o uso que deles será feito no decorrer da dissertação. Este exercício de definição conceptual será ainda ilustrado por uma breve análise das lideranças políticas do século XX português que, à época ou já posteriormente, acabariam rotuladas como *carismáticas* ou *populistas*. Afinal, o que podem ter em comum, por exemplo, os casos de Sidónio Pais e Humberto Delgado? E poder-se-á, a partir deles, pensar dinâmicas extensíveis às lideranças formadas no contexto revolucionário posterior ao golpe dos capitães? Assumindo os riscos inerentes a estas abordagens diacrónicas e, pelo menos na aparência, contra-intuitivas, espera-se que este momento inicial possa levantar questões sugestivas, que permitam lançar um outro olhar sobre os objectos deste estudo.

¹⁰ Yves Cohen, *Le siècle des chefs: une histoire transnationale du commandement et de l'autorité, 1890-1940* (Paris : Éditions Amsterdam, 2013);

¹¹ Yves Cohen, “Porque chamar ao século XX o século dos chefes?,” *Sociologia & Antropologia*, Vol. 5, nº 03 (Dezembro 2015): 965;

1.1 - A liderança “carismática”

Se fizermos uma genealogia da palavra “carisma”, percebemos que os seus primeiros usos estavam adstritos ao mundo religioso, mais precisamente ao sacerdócio católico. Nesse contexto, o carisma resultaria da graça divina que, descendo sobre os padres no momento em que estes se dirigem aos fiéis, lhes permitiria superar as suas debilidades morais terrenas, impedindo-as de interferir no conteúdo dos sermões e dando uma garantia àqueles que, ouvindo-os, procuravam estabelecer um contacto com o divino¹². Por finais do século XIX e inícios do século XX, o termo foi-se dessacralizando, ainda que parte desta etimologia original – nomeadamente a ideia da “transcendência” - não tenha deixado de se insinuar nas novas acepções que lhe foram dadas.

O primeiro autor a que se atribui um estudo secular, sistemático e isolado do “carisma” enquanto fenómeno sociológico é Max Weber. Antecipando as novas formas de organização política que, logo a partir do primeiro pós-guerra, colocariam em causa a consolidação das democracias liberais, associa a ideia de carisma a fenómenos políticos radicais, produzidos em momentos de crise e capazes de criar comunidades afectivas pouco receptivas a apelos sustentados em imperativos de ordem “racional” ou económica. Eram, por isso, movimentos tendencialmente episódicos, uma vez que Weber não acreditava que lideranças tão personalistas, vinculadas a promessas cujo cumprimento seria “milagroso”, pudessem aspirar a uma eventual “rotinização”¹³.

Mesmo definindo a liderança carismática em termos iminentemente autoritários, as ideias de Weber não deixam de dar espaço a alguma polissemia. Reflectindo sobre a dificuldade que a democracia alemã tinha, até então, em produzir os “chefes” que considerava imprescindíveis, Weber refere, algo contraditoriamente, a necessidade de o povo eleger alguém dotado de “qualidades carismáticas” - realçando, nesse particular, os traços singulares do líder, adquiridos através de experiências de vida (a maior parte das vezes traumáticas) que o dotariam de uma personalidade única, de um sentido de missão capaz de potenciar uma imagem “salvífica” e galvanizadora. Admite-se, assim, uma

¹² Richard Sennett, *The Fall of the Public Man* (London: Penguin Books, 2002), 269;

¹³ No entanto, e de forma algo ambígua, dedicar-se-ia longamente ao escrutínio das possíveis estratégias a adoptar por parte deste tipo de lideranças no sentido de garantir a sua manutenção no poder, algo que passaria por uma revisão de fundo dos princípios nos quais se baseava a autoridade carismática, ao ponto de permitir, simultaneamente, a manutenção de um laço afectivo com os seguidores e a adopção da racionalidade política, e sobretudo económica, indispensável à edificação de um regime estável. Max Weber, *Economy and Society – an outline of interpretative sociology* (Berkeley: University of California Press, 1978), 246;

*Fuhrerdemokratie*¹⁴, isto é, a hipótese de uma figura carismática se legitimar através da participação no jogo democrático, nomeadamente por via plebiscitária, promovendo uma campanha “demagógica” e estabelecendo uma relação emocional com um eleitorado que nela deposita confiança. Contudo, e mesmo nestes casos, tender-se-ia a uma posterior deriva autoritária, à medida que as bases que legitimaram essa ascensão se fossem esfumando e, com elas, o elo líder/seguidores.

Relativamente a esse binómio, os escritos weberianos são vagos, acabando por reproduzir as visões mais comuns das ciências sociais da época, naturalizando aquele que seria o principal vínculo social – a hierarquia – por forma a justificar a divisão entre os que mandam e os que estão destinados a obedecer. Os seguidores seriam participantes em larga medida passivos de um êxtase colectivo, retirando-se-lhes qualquer agencialidade com a aceitação do argumento, psicologicamente enquadrado, da excepcionalidade “messiânica”. Assim, os esforços de Weber passavam sobretudo pela secularização da transcendência atribuída aos líderes carismáticos, recusando as teses da “graça divina” e associando o carácter sedutor destas figuras a reivindicações e desejos terrenos. O líder seria, em suma, o intérprete de um sentir “irracional” da sociedade, que exploraria em proveito próprio. Se são os seguidores que validam as qualidades carismáticas de determinada liderança, ao reconhecer-lhe genuinidade, a devoção só se estabeleceria com base no entusiasmo provocado ou pelo desespero ou pela esperança, aquilo que escapa à razão¹⁵.

Estas teses difundir-se-iam apenas a partir do fim da II Guerra Mundial, em parte devido aos fluxos migratórios a que esta daria origem (caso dos exilados judeus nos EUA)¹⁶. Talvez por isso os trabalhos produzidos após essa irradiação tenham elegido como casos de estudo preferenciais os movimentos totalitários da primeira metade do século XX, reforçando (inadvertidamente) a ideia de que, nos momentos em que discursos de tipo marcadamente demagógico e autoritário não têm expressão, é o próprio carisma que se encontra dormente como ferramenta política. Contudo, e como alertaria Richard Sennett, já no final da década de setenta, um líder não tem necessariamente de possuir

¹⁴ “Plebiscitary democracy - the most important type of Fuhrer-Demokratie - is a variant of charismatic authority, which hides behind a legitimacy that is *formally* derived from the will of the governed. The leader (demagogue) rules by virtue of the devotion and trust which his political followers have in him personally. In the first instance his power extends only over those recruited to his following, but if they can hand over the government to him he controls the whole polity.” Weber, *Economy and Society*, 269;

¹⁵ Weber, *Economy and Society*, 242;

¹⁶ Cohen, “Porque chamar ao século XX o século dos chefes?”, 967;

traços heróicos ou tirânicos para ser classificado como carismático, podendo um indivíduo aparentemente sensível, sofisticado ou charmoso “cegar” igualmente o público com esses traços de carácter. Numa imagem feliz:

“(…) ele vai jantar com uma família comum e desperta enorme interesse entre o público, no dia a seguir promulga uma lei devastadora para os trabalhadores do seu país – esta acção passará despercebida no entusiasmo suscitado pelo seu jantar.”¹⁷

Sennett criticava assim aquela que entendia ser a maior “ilusão” da escola weberiana: dissociar o desejo por uma personalidade carismática do campo “racional” e “rotineiro”. Segundo este ponto de vista, o carisma, nomeadamente na sua versão “televisionada”, não teria que ser apenas um agente de intensificação de emoções, podendo, inversamente, contribuir para a sua moderação e “trivialização”. Assim, ao se afastar o foco da política, centrando-o antes no “homem político”, conseguir-se-ia desviar a atenção das massas dos assuntos mais prementes e potencialmente fracturantes, que só entrariam na ordem do dia quando chegassem a um ponto de ruptura impossível de ignorar. Seriam, pois, as próprias “instituições da sociedade moderna” a usar a solução carismática, que passaria a operar como uma das forças estabilizadoras da vida política ao suavizar as divisões provocadas pelo debate ideológico. Assim, e também ao contrário das teses de Weber, o carisma assumia um carácter intrinsecamente institucional, sendo nesse domínio que se procederia à construção e preservação de uma imagem pública do líder, mais focada na sua personalidade e virtudes do que no seu programa, geralmente impreciso e abrangente. A exploração do carisma e do “magnetismo” individual deixava, por extensão, de ser um fenómeno marginal, transformando-se numa condição mesma da prática governativa, ao ponto de se chegar a considerar que um dirigente que não o fizesse estaria a cometer “suicídio político”¹⁸.

Este alargamento do conceito permitia agora enquadrar a acção política de figuras completamente fora do escopo habitual e muito para lá do campo autoritário (em *The Fall of the Public Man*, Sennet refere Willy Brandt, Kennedy ou Enoch Powell...). Dada essa

¹⁷ No original : “(…) he will dine with an ordinary family, and arouse enormous interest among the public, the day after he enacts a law that devastates the workers of his country – and this action will pass unnoticed in the excitement about his dinner.” Sennett, *The Fall of the Public Man*, 270;

¹⁸ Sennett, *The Fall of the Public Man*, 270.;

diversidade, as “qualidades carismáticas” que aproximariam estas figuras deixavam de poder ser definidas tão claramente. Ao debruçar-se sobre esta questão, Sennett recuperou algumas teses que remetiam para a tradição do *behaviourism* do início do século XX, pondo o enfoque não na personalidade, mas na performance. No limite, a própria superioridade intelectual ou moral – que, tradicionalmente, garante a legitimidade de uma chefia - deixaria de ser um requisito, uma vez que a exposição mediática progressivamente mais insidiosa dos líderes políticos e das suas vidas privadas tornava a manutenção dessa imagem mais difícil. Passaria a ser a valorizada, acima de tudo, a “espontaneidade” controlada de certos gestos, percebidos pela opinião pública como autênticos porque impulsivos (ainda que não descontrolados).

É importante notar, contudo, que, apesar das novas complexidades exploradas nestes esquemas interpretativos, há certos problemas que merecem destaque. Aquele que mais frequentemente parece ser invocado prende-se com as consequências nocivas de um alargamento conceptual, que não só permite enquadrar um conjunto de realidades radicalmente distintas, como torna difícil a exclusão do que quer que seja. Talvez por isso parte do mundo académico optou por recusar qualquer valor analítico à ideia «esponjosa» de *carisma*, defendendo um saneamento lexical muito semelhante ao que recaiu sobre o *populismo*.

Exige-se por isso uma clarificação dos usos que aqui serão feitos do termo, no sentido de lhe restituir alguma operacionalidade. Nesse sentido, tentar-se-á agora definir sinteticamente um “mínimo carismático”, ou seja, um conjunto de aspectos passíveis de serem considerados como imprescindíveis para que se possa atribuir esse rótulo a uma liderança. Roger Eatwell encontra quatro:

- 1- O “espírito de missão”, que se revela na integração do percurso de vida da figura carismática numa grande narrativa teleológica à espera do desfecho;
- 2- A “hierarquia simbiótica”, isto é, a tentativa do líder se fazer passar por um “homem comum”, recorrendo a termos colectivos, como «nós», e a uma linguagem abstracta quanto baste para maximizar o seu poder de atracção;
- 3- A “demonização maniqueísta”, a construção de um inimigo comum, um “outro” desprezado, essencial para a validação da missão, para a construção da grande comunidade e para o reforço do elo líder/seguidores;

- 4- A “presença”, que tanto se pode consubstanciar em traços físicos como na assertividade na defesa de certas posições¹⁹.

Apesar das insuficiências inerentes a qualquer esquematização, será esta a base analítica adoptada para, daqui em diante, enquadrar os fenómenos ditos carismáticos. Convém, no entanto, lembrar que, em todos estes esquemas, os “seguidores” continuam a ser remetidos para um papel essencialmente passivo, propensos à alienação e a cair no engodo das lideranças. Essa credulidade essencial deve ser contestada, não se devendo considerar que o carisma opera num quadro pautado pela manipulação. É nesse sentido que se entende que o cruzamento - que de seguida se fará - entre as noções de carisma e populismo pode resultar numa revalorização de ambos os conceitos.

1.2 - O Movimento “Populista”

Intercalar o debate acerca do carisma com aquele que se trava em torno da questão populista pode parecer, à primeira vista, redundante. Efectivamente, muitos dos postulados a partir dos quais se arvoram as teses produzidas em relação a estes dois conceitos são partilhados: desde aqueles que se constroem a partir da dialéctica palavra/imagem até aos que partem das já referidas (e problemáticas) polarizações entre o que é da ordem do racional e o que é da ordem do emotivo. Contudo, há uma diferença fundamental que faz com que esta associação possa assumir uma natureza complementar e particularmente profícua. Se no caso do carisma o enfoque recai invariavelmente sobre o portador dos atributos carismáticos²⁰ (ainda que depois se possa partir para a forma como estes são reconhecidos e validados pelas “massas”), no caso do populismo, mesmo se se mantiver o “líder” como ponto de partida, a dimensão colectiva do movimento ganha forçosamente um novo destaque. Essa dimensão é explorada de uma forma consistente na obra de Ernesto Laclau, *On populist Reason*. Partindo da análise de textos de Le Bon, Tarde, MacDougall e Freud a respeito do comportamento de “grupos” e “multidões”, Laclau desenvolveu alguns dos mais originais argumentos para a definição conceptual do

¹⁹ Roger Eatwell, “The concept and theory of charismatic leadership,” *Totalitarian Movements and Political Religions* 7, nº2, (Junho 2006): 144-148;

²⁰ Em bom rigor, alguns autores referem a possibilidade de um “impessoalismo carismático” [Ken Jowitt, *New World Disorder – The Leninist Extinction* (Berkeley: University of California Press, 1993) 1], isto é, uma associação dos atributos carismáticos (lealdade, espírito de sacrifício) a um colectivo (instituição, partido...). Contudo, a forma como anteriormente se procurou definir carisma não permite enquadrar esse tipo de fenómenos, em si mesmos de difícil observação, parecendo utilizar o conceito de forma particularmente difusa;

populismo, convocando para o efeito referentes teóricos de campos tão variados como a filosofia, a psicanálise, a história ou a linguística.

Começemos por elencar, sumariamente, as condições que o autor considera basilares para que uma conjuntura se torne permeável aos fenómenos populistas. Há, em primeiro lugar, um conjunto de reivindicações sociais que não são supridas por via institucional. Estas, ao não serem atendidas, permitem que se crie entre si uma relação de afinidade que as torna de alguma maneira equivalentes pelo que se lhes opõe, cimentando-as em torno de um universo simbólico comum, passível de ser encarnado por uma figura que se apresente como intérprete desse descontentamento generalizado. Nestas condições, sendo o populismo alimentado pela agregação de reivindicações de natureza potencialmente tão variada, seríamos levados a crer que se trataria de um fenómeno necessariamente episódico, condenado a fragmentar-se na sua própria heterogeneidade assim que a frágil argamassa que sustenta a unidade (um inimigo comum) desaparece ou se torna menos óbvia.

Para que a consolidação se dê, Laclau sugere que algum dos elementos dessa rede de afinidades - a que chama “cadeia de equivalências” - tem de ganhar primazia, sem que com isso sejam eliminadas as reivindicações de carácter particular que a constituem. Seria através da criação de uma identidade popular “qualitativamente superior” à simples soma das partes que constituem a cadeia que essa continuidade melhor se garantiria, permitindo a construção de um discurso em que o “povo” surgiria como o actor colectivo, pugnando por uma alteração radical da situação em que se encontra. Somos assim colocados perante um aparente paradoxo. Como pode, afinal, um discurso tão taxativamente divisório – que reforça sistematicamente a ideia de uma sociedade fracturada em dois pólos antagónicos – assumir simultaneamente uma feição totalizante? Laclau argumenta que se dá um processo de “condensação”, através do qual o “povo” (leia-se, nesta acepção, os não-privilegiados) se constitui ao mesmo tempo enquanto parte e enquanto única totalidade legítima. Para que este processo possa ter lugar, a ideia de povo tem forçosamente de estar desintegrada, algo que acontece quando o poder estatal deixa de desempenhar ele mesmo um papel hegemónico na construção discursiva do inimigo, não havendo nenhum outro poder em condições de se ocupar dessa tarefa.

Para que esse campo popular preserve a sua consistência, é igualmente necessário recorrer àquilo que Laclau, analisando o discurso populista, identifica como «significantes vazios» (“empty signifiers”), isto é, «significantes» sem um «significado». À partida, uma tal ausência far-nos-ia considerar a própria classificação de

«significantes» como excessiva. No entanto, o autor definiria os termos que insere nessa categoria como representações, não de um “todo”, mas antes da impossibilidade deste. Numa densa análise semiótica, afirma que não se trata simplesmente de conceitos cujas interpretações possam ser equívocas ou ambíguas, mas também de formas de remeter para os limites de determinado discurso, para as fronteiras internas da própria representação da totalidade inalcançável, argumentando que essa falta de definição está inscrita na própria natureza do político²¹. Trata-se de reconhecer a existência de um lugar no sistema de representação que é constitutivamente irrepresentável, mas que, permanecendo “vazio”, pode ser objecto de processos de significação²². A identidade popular exprimiria a totalidade de uma comunidade - enquanto aquilo que é negado e que, como tal, continua por alcançar - constituindo desse modo aquilo a que o autor chamaria “empty fullness”. Esses processos de construção de totalidades sociais apenas seriam conseguidos através da hegemonia, conceito que Laclau recicla das teses gramscianas, redefinindo-o enquanto o investimento feito num objecto parcial de uma totalidade fatalmente intangível porque mítica²³.

Laclau não deixa também de pensar as lideranças neste contexto, referindo que, de entre uma panóplia de palavras e conceitos-chave passíveis de ser adoptados pelo discurso populista, o “significante vazio” poderia assumir como forma o nome de determinada figura, capaz de reunir à sua volta uma multiplicidade de sensibilidades e de representar os limites identitários de determinada comunidade. Se a “cadeia de equivalências”, dada a sua heterogeneidade, apenas puder subsistir na medida em que um dos elos que a constituem condense os demais, a unidade da formação discursiva transfere-se da ordem conceptual para a nominal – sendo a forma mais radical deste processo a individuação. Pode, assim, assistir-se a uma identificação da unidade de um grupo com o nome do seu líder.

²¹ Os problemas deste argumento surgem nos casos em que as fronteiras discursivas não surgem claramente definidas e estáveis, cristalizando Laclau as perturbações provocadas por contextos mais híbridos na ideia de “significantes flutuantes” (“floating signifiers”) que, em termos argumentativos, representa apenas uma nuance que pouco alterará o essencial das suas teses. Quão estáveis têm de ser essas fronteiras para que se possa gerar uma identidade popular? Ernesto Laclau, *On populist reason* (London: Verso, 2005) 99;

²² Para melhor ilustrar o argumento, Laclau remete para a análise de Paul de Man do “zero pascaliano”, na qual este afirma que, sendo o zero a ausência de número, ao se dar um nome a essa ausência, transforma-se o zero num um. Laclau, *On populist reason*, 105;

²³ “This operation of taking up, by a particularity, of an incommensurable universal signification is what I have called *hegemony*. And, given that this embodied totality or universality is, as we have seen, an impossible object, the hegemonic identity becomes something of the order of an *empty* signifier, its own particularity embodying an unachievable fullness.” Laclau, *On populist reason*, 70-71;

Desenvolvendo esse argumento, Laclau convoca ainda a ideia de “soberano” presente nas teses de Hobbes. Se, por princípio, não haveria razões para que o Leviatã não fosse composto por um corpo colectivo, essa pluralidade opunha-se à natureza indivisível da soberania, levando a que o único soberano “natural” fosse, de facto, um indivíduo. Também para Laclau “a unificação simbólica do grupo em torno de uma individualidade é inerente à formação de um “povo”²⁴. A “naturalidade” com que surgiria essa figura era, no seu entender, particularmente visível em períodos de “anomia”. Afirmaria que:

“(…) when people are confronted with radical *anomie*, the need for *some kind* of order becomes more important than the actual ontic order that brings it about. The Hobbesian universe is the extreme version of this gap: because society is faced with a situation of *total* disorder (the state of nature), whatever the Leviathan does is legitimate – irrespective of its content – as long as order is the result.”²⁵

Tal leitura pressupõe que haveria momentos em que o “povo”, não estando preocupado com o conteúdo da ordem responsável pelo fim da “anomia” em que se via mergulhado, seria indiferente aos processos de mobilização populista que se serviam dessa necessidade de restauração da comunidade em benefício de objectivos políticos próprios. Argumentos deste género, apresentando a liderança como uma inevitabilidade e naturalizando o desejo de ordem pela ordem, expõem-se a várias objecções. A mais óbvia passa justamente por pôr em xeque esses truísmos. Como contraponto, parece ser pertinente convocar, por exemplo, a ideia de «multitude» - como desenvolvida por Michael Hardt e Antonio Negri –, a partir da qual se podem desenvolver posicionamentos algo distintos. Nesse caso, os “impulsos naturais” conduziriam preferencialmente à rejeição da autoridade, mais do que ao apelo da ordem. A dicotomia maniqueísta que divide a acção política entre uma liderança centralizada ou a anarquia é posta de parte, colocando-se a ênfase naquilo que se situa entre esses dois pólos. Assim, a «multitude» gerar-se-ia não de forma espontânea ou caótica, mas sim a partir da “colaboração entre

²⁴ Laclau, *On populist reason*, 100;

²⁵ Laclau, *On populist reason*, 88;

sujeitos sociais singulares”²⁶, num processo que, não pressupondo uma direcção central ou uma harmonia natural entre os indivíduos, se localizaria num interstício a que os autores chamariam “espaço social de comunicação”²⁷. Segundo este argumento, as lideranças podem ser construídas a partir de baixo ou, no limite, podem ser dispensáveis para o sucesso da organização grupal.

Convém salientar que a obra de Laclau, tal como a de Hardt e Negri, reflecte o programa político que assumidamente a motivou. Trata-se, afinal, de recuperar o conceito de populismo não apenas para as ciências sociais, mas também como ferramenta política ao serviço das esquerdas – um esforço que se torna mais compreensível tendo em conta as origens do autor, considerando nomeadamente a especificidade das mutações de que o discurso populista foi sendo alvo no contexto argentino. Nesse sentido se afirma que recorrer a um discurso desse tipo - marcado pelo uso dos tais “significantes vazios” - não seria, como comumente se considera, sintomático de uma falta de desenvolvimento político/ideológico, revelando antes a natureza heterogénea do campo social em que qualquer movimento populista tem que procurar alcançar a unidade, um argumento que Laclau levaria às últimas consequências ao declarar essa estratégia discursiva como condição mesma para a existência do “político”. Esta tese pode, no entanto, revelar-se difícil de sustentar a partir do momento em que se afirma que, para que se inaugure uma conjuntura populista, é necessária uma janela de oportunidade, uma crise²⁸. Se assim é, pode considerar-se o populismo uma força constitutiva ou simplesmente derivativa? Como justificar a sua dependência de uma conjuntura favorável para que se possa assistir a uma desinstitucionalização, ao mesmo tempo que se lhe procura atribuir uma potência subversiva e reconstrutiva?²⁹ Ou, por outro lado, serão os períodos de crise menos excepcionais do que usualmente nos é dado a crer?

No decurso desta dissertação, a questão populista será pensada a partir destes debates, articulados com aqueles que anteriormente se escrutinaram em torno da noção de carisma. Não se oferecendo uma definição estática de “populismo”, procurar-se-á fazer uso das ambiguidades e possibilidades interpretativas que aqui foram elencadas, sem que isso impeça uma delimitação teórica, capaz de conferir legibilidade aos vários tópicos

²⁶ De forma semelhante à produção dos hábitos e da linguagem;

²⁷ Michael Hardt e Antonio Negri, *Multitude – war and democracy in the age of empire* (New York: Penguin Press, 2004), 222;

²⁸ Outro conceito que adiante se procurará discutir em maior detalhe;

²⁹ Benjamin Arditi, “Populism is Hegemony is Politics? On Ernesto Laclau’s On Populist Reason,” *Constellations*, 17, nº3 (2010): 494;

relacionados com as eleições presidenciais de 1976. Para que esse enquadramento fique completo, o próximo ponto tentará ilustrar a forma como estes conceitos podem ajudar a fazer sentido de algumas das mobilizações mais marcantes do século XX português, procurando rastrear pontos de contacto com a cronologia sobre a qual esta investigação se debruça.

1.3 - A liderança política no Portugal do século XX

Numa recente publicação póstuma, Hermínio Martins diria que “parece não haver nenhuma análise sistemática das lideranças portuguesas do século XX numa perspectiva que considere a liderança carismática, dentro do quadro que os cientistas sociais têm vindo, há décadas, a delinear conceptualmente”³⁰. Não se tratando aqui de lançar esse empreendimento, procurar-se-á, não obstante, colocar em diálogo momentos que, apesar de marcadamente distintos ideológica e conjunturalmente, produziram fenómenos de pendor personalista profundamente mobilizadores. Os critérios que conduziram à sua escolha não são aleatórios. Por um lado, ao se cingir a análise ao século XX, adopta-se a posição de Yves Cohen (anteriormente citada) de que aí se introduziram mudanças decisivas no conceito de liderança, transfigurando-o face a eventuais usos e manifestações anteriores. Por outro lado, os três casos seleccionados (o sidonismo, o salazarismo e o delgadismo), para além de surgirem como os mais impressionantes a este respeito, procuram representar as diferentes formas que essas chefias podem assumir, sem que com isso se perca de vista aquilo que as pode aproximar.

Seguindo o fio cronológico, começa-se por um exame cursivo à trajectória política de Sidónio Pais e aos processos que produziram a sua mitificação, quer durante a sua efémera presidência, quer postumamente. Aquando do golpe que lhe daria acesso ao poder, a Primeira República parecia incapaz de dar resposta à instabilidade política que a caracterizava desde o seu alvorecer³¹, instigando um clima de descontentamento crescente, provocado tanto pela carestia de vida (seriamente agravada por uma também impopular participação na I Grande Guerra), como pelo sentimento de defraudamento face às promessas emancipatórias plasmadas no seu ideário fundador³². Nestes traços gerais da conjuntura encontramos já alguns dos aspectos considerados propícios ao aparecimento

³⁰ Hermínio Martins, *As Mudanças de Regime em Portugal no Século XX* (Lisboa: ICS, 2018), 170;

³¹ Ainda que esta tenha sido, muitas vezes, empolada ao serviço de propósitos ulteriores;

³² Razão pela qual o sidonismo não rompe com a ideia republicana, apresentando-se antes como um “República Nova” com potencial regenerador. Mesmo no momento do golpe, a apropriação dos lugares estratégicos/simbólicos do 5 de Outubro parece cultivar a ideia de um regresso às origens;

de fenómenos de tipo carismático/populista, sendo justamente nesse contexto que Sidónio Pais se assume como porta estandarte de um sentir colectivo.

A novidade do sidonismo corresponde sobretudo à forma que a sua liderança assume, dissociando-se por completo da imagem dos políticos civis (modestos e distantes) e dos presidentes que “iam de eléctrico para Belém”³³, rostos de uma República que não tinha sido capaz, até então, de produzir uma figura que reunisse um consenso nacional, mesmo que aparente. É a essa ausência que a adopção de um porte marcial parece dar resposta, associada a um discurso assente no combate à desordem e amenizada pelo elemento social e caritativo, granjeando ao “presidente-rei” uma popularidade mensurável pelos frequentes banhos de multidão com que foi recebido aquando das suas deslocações de norte a sul do país, sobretudo nos dois meses que se seguiram ao golpe (Janeiro/Fevereiro de 1918³⁴). Nada nessa sua postura parece accidental. Sidónio Pais já há muito se havia afastado dos deveres militares, sendo à época da “Revolução de Dezembro” lente em Coimbra. Assim, quando decide fazer uso público da farda (que pede emprestada para o golpe e decide manter), mais a mais de uma farda do fundo da hierarquia militar, fá-lo consciente dos processos de identificação que pretende suscitar, apresentando-se como um homem comum, “um soldado como os outros”³⁵, ainda que simultaneamente dotado do heroísmo excepcional inerente aos condutores de tais gestas.

Mas a sua aproximação às “massas” não se ficaria por esse aspecto performativo, uma vez que entendia ser dever de qualquer político moderno “ir até junto do povo, ouvir-lhe as queixas e auscultar-lhe o coração para saber se o povo está com ele”³⁶, uma proximidade que lhe valeu amplo reconhecimento e permitiu a preservação da imagem familiar de uma figura que “se fazia amar”, um “pai dos pobrezinhos” que parecia ter abatido a distância que separava as gentes humildes das esferas políticas. Ciente dessa vasta rede de apoios, Sidónio Pais faz-se plebiscitar, convocando para o efeito um primeiro sufrágio universal masculino e directo, cumprindo um desígnio republicano que havia sido abandonado por se considerar, até então, que o alargamento do voto àqueles

³³ Maria Alice Samara, “O Sidonismo: regime de tipo novo?” in *Elites e Poder – a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)* (Lisboa: Edições Colibri, 2004) 403;

³⁴ Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo – História de um caso político*, vol.2 (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), 131;

³⁵ Em termos estéticos, uma opção semelhante aquela que Hitler tomará anos mais tarde, ao se apresentar também de uniforme modesto, cultivando a imagem de “homem-das-trincheiras” – ainda que nesse caso com outras aplicações;

³⁶ Samara, “O Sidonismo”, 416;

que ainda estavam demasiado “atrasados” para eleger o seu chefe de Estado poderia pôr em risco o próprio regime. Apesar do êxito e da legitimidade reforçada com que saiu do escrutínio³⁷, convém salientar que menos de 60% do eleitorado participou no acto (muito dele mobilizado com a ajuda da Igreja), um número ainda assim impressionante se se tiver em conta que se trata da primeira eleição do género e que apenas se apresentou um candidato (sendo por isso a sua vitória um desfecho certo e potencialmente desmobilizador).

No entanto, após os sucessos com que foram coroados os primeiros meses da “República Nova”, o breve consulado sidonista viu agravadas as tensões entre monárquicos e republicanos, bem como as disputas entre parlamentaristas e presidencialistas. Além disso, a larga frente social que apoiou o golpe começava a dar alguns sinais de esboroamento, nomeadamente os sectores anarco-sindicalistas que, tendo inicialmente sido atraídos pelas promessas de amnistia aos seus presos, se mostravam progressivamente mais descontentes com uma presidência que dividia operários entre “bons” (os que apenas desejavam “sossego” para trabalhar) e “maus” (os que só pensavam em “política” e “davam mais atenção a Kropotkine do que à ferramenta”)³⁸. Sem o fim da violência e da repressão, a promessa da paz social não parecia perto de se concretizar. Internamente, certas incongruências minavam também a sua capacidade de acção, sendo muitas as hesitações em matéria de organização institucional. Se inicialmente a direcção política era pensada do Presidente para baixo, pouco depois já se falava na necessidade de criar um partido patriótico (e, supõe-se, único). Este veio a ser criado e concorreu sem oposição, formando um parlamento onde, para além dele, apenas marcavam presença monárquicos e católicos. Assistiu-se também a uma breve experiência corporativa, com a criação de um Senado que, tal como a Câmara dos Deputados, viria a ser destituído por um Sidónio Pais cada vez mais confiante na sua popularidade para governar sozinho.

Com o seu assassinato em Dezembro de 1918, torna-se difícil perceber até que ponto o seu carisma poderia ter sido capaz de suprimir todas estas dificuldades e instituir o tão alardeado “regime de tipo novo”³⁹, revelando-se também especulativo avançar com teses sobre o teor que este viria a assumir. A esse respeito, importa destacar o facto de o sidonismo ter sido analisado sobretudo a partir dos eventos que lhe sucederam, acabando classificado como um primeiro sintoma proto-fascista daquilo que viria a acontecer em

³⁷ Um exercício de “democracia por aclamação”;

³⁸ Samara, “O Sidonismo”, 417;

³⁹ Mesmo antes da sua morte, eram muitos aqueles que manifestavam as suas dúvidas;

1926. Mas é igualmente possível olhar para o sidonismo enquanto expressão de um discurso próximo, por exemplo, dos caudilhismos populistas sul-americanos dos anos trinta e quarenta.

As tentativas de prolongar o Sidonismo depois da morte de Sidónio fracassaram, deixando transparecer a dependência do movimento face ao magnetismo de um líder tido como “insubstituível”. Ainda assim, a sua morte deu novo fôlego aos processos de mitificação, possibilitando o aparecimento de um culto ao “grande morto” e de um conjunto de sidonistas *post-mortem*, que criaram, no início dos anos vinte, movimentos progressivamente mais devedores dos modelos mussolinianos (Integralismo Lusitano e Acção Nacional), colhendo apoios no mundo estudantil e intelectual da época (o exemplo mais evocativo será o de Fernando Pessoa) e reforçando a imagem de um salvador destinado a grandes coisas.

Para além dessa dimensão mítica (que não é de somenos), um dos legados mais significativos deste breve período prende-se com a questão das Forças Armadas. Se é claro que estas já gozavam de um prestígio que lhes conferia um importante apelo popular, depois da participação na I Grande Guerra⁴⁰ e da presidência sidonista parecem ter ganho maior legitimidade para futuras intervenções políticas. A atenção que Sidónio Pais deu às matérias castrenses, e a forma como utilizou esse elemento nas suas encenações públicas de afirmação de poder,⁴¹ pode ter tido como consequência uma hibridização de valores associados ao meio militar com o político, tornando possível, ou até desejável, uma intervenção mais duradoura desses corpos na governação, na forma de uma ditadura⁴².

Se tivermos em conta os aspectos que anteriormente se apontaram como condições prévias para a emergência de fenómenos de tipo carismático/populista, rapidamente chegamos à conclusão de que este se trata de um caso em que o enquadramento nos esquemas interpretativos mais simplificados parece oferecer menos problemas. Há um contexto de crise política e social, um inimigo comum e prontamente identificável – os afonsistas em particular, a classe política e a oligarquia plutocrática em geral - uma divisão da sociedade, alguém que carrega consigo um espírito de missão (colocando-se ao nível do homem comum, mas demonstrando possuir os atributos

⁴⁰ Lembrando que a sua maior *débauche* - La Lys – ocorreu já em pleno sidonismo;

⁴¹ Os meetings sidonistas eram frequentemente acompanhados pelas várias forças de ordem que, devidamente aprumadas, providenciavam um enquadramento perfeito aos discursos ordeiros e pacificadores do orador;

⁴² Samara, “O Sidonismo”, 420;

necessários para a cumprir) e um discurso capaz de agregar um vasto conjunto de reivindicações distintas. Poderia dizer-se que, não possuindo o sidonismo um programa político claro, encontrou no “nome” do seu líder um elemento unificador do político e criador da comunidade afectiva.

Mas outros casos há em que a identificação com estes esquemas não surge tão imediatamente reconhecível, nomeadamente o do salazarismo. Depois do regresso a uma constitucionalidade republicana incapaz de amenizar os apelos a uma nova intervenção castrense, dá-se - depois de várias sublevações falhadas - o golpe de 28 de Maio de 1926. Inaugura-se uma ditadura militar que, à semelhança do regime deposto, tinha a particularidade de se mostrar pouco hábil na definição da sua liderança. A emergência da figura de Salazar está, neste contexto, longe de ser imediata, tratando-se de alguém que não tinha participado no golpe, nem parecia talhado para ser um “salvador” em potência. Tendo ocupado em 1928 o lugar de ministro das finanças (que recusara em 1926), com a missão de resolver a crise orçamental da ditadura, será para o efeito investido de poderes acrescidos, começando a partir desse momento a tomar as rédeas ao poder, reunindo importantes apoios na Igreja e nas Forças Armadas. Contudo, nada faria antever que este personagem, distante e burocrático, pudesse vir a ser alvo de um processo de mitificação semelhante ao que caracterizou os demais autoritarismos europeus, correspondente aos novos formatos da política de massas do século XX. A persecução de políticas fiscais rigorosas não tende a produzir figuras heróicas, uma feição que se tornava ainda mais difícil de assumir, neste particular, devido à acção de um partido único que se queria elitista (e não mobilizador) e à existência de um presidente militar eleito⁴³. Mais a mais, os sectores que visivelmente evocavam os modelos fascistas europeus ameaçavam tornar-se o alfobre para lideranças mais fortes e populares, tendo em Rolão Preto a sua figura de proa. O líder dos integralistas parecia possuir traços de personalidade que estavam ausentes em Salazar, sendo dono de uma oratória incendiária e de uma presença capaz de suscitar a obediência e lealdade dos seus partidários⁴⁴. Salazar reconhecia um potencial disruptivo neste tipo de figuras, e via Rolão Preto e o nacional-sindicalismo como uma potencial fonte de desordem, atacando directamente o movimento pela sua exuberância e urgência. Tradicionalmente, estes apelos à moderação das paixões políticas tampouco

⁴³ António Costa Pinto, “«Chaos» and «Order»: Preto, Salazar and Charismatic Appeal in Inter-war Portugal,” *Totalitarian Movements and Political Religions* 7, n.º2 (June 2006): 206;

⁴⁴ Costa Pinto, “«Chaos» and «Order»...,” 208;

costumam estar associados ao entusiasmo despertado por líderes carismáticos ou populistas.

Após a promulgação da Constituição de 1933 - com a inauguração formal do Estado Novo - entrou em acção um aparelho de propaganda extremamente eficaz, com o propósito de oferecer a Salazar os argumentos performativos de que este, à primeira vista, careceria. Os serviços de propaganda transformaram uma figura insípida, de alocações desmaiadas, num “mago das finanças” que reencarnava os heróis guerreiros fundadores⁴⁵, procurando investi-lo simbolicamente de facetas que não tinha e desenhando uma mitologia salvífica de laivos sebastianistas. Tratava-se, por isso, de um “carisma de viveiro”, desenvolvido por um corpo de especialistas que, reconhecendo que a política de massas moderna necessitava de um trabalho sistemático, de construção da imagem pública das chefias, dotaram o regime de uma estética a que este não parecia inicialmente propenso (vejam-se, a título exemplo, as contendas entre Salazar e Ferro a este respeito). Adicionalmente, a criação de organizações juvenis e paramilitares forneceu um enquadramento marcial a um regime que, até então, procurava legitimar-se sobretudo no plano jurídico (o plebiscito fundador foi, desta feita, a uma constituição e não a um líder). Se é verdade que, como no caso do sidonismo, podemos encontrar no salazarismo princípios básicos do fenómeno carismático/populista, estes não parecem emanar espontaneamente da personalidade do seu líder⁴⁶ (apesar de o sentido de missão regeneradora poder ser rastreado no pensamento de Salazar desde muito cedo)⁴⁷.

Apesar de Salazar ter procurado “civilizar” o regime, manteria as Forças Armadas em lugares simbólicos destacados. Reconhecendo a imagem de que estas gozavam e a importância de ter o sector sob controlo, o discurso estado-novista reforçaria a ideia de que os militares compunham um corpo suprapartidário, acima dos vícios da política e actuando enquanto “reserva moral da nação”. Simultaneamente, homogeneizava o campo castrense anulando as tensões políticas no seu seio, tentando evitar que este continuasse a ser uma presença quase ubíqua nos momentos mais disruptivos da contemporaneidade⁴⁸. Ainda assim, mais do que pretender vincular os militares ao

⁴⁵ Refira-se, a título de exemplo, um postal ilustrado difundido em 1935, em que o rosto de Salazar substitui o de D. Afonso Henriques, mantendo-se o empunhar da espada e a cota de malha. Como se ainda fosse preciso tornar mais explícito o objectivo, na legenda pode ler-se: “Salazar – Salvador da Pátria”;

⁴⁶ Como aliás acontece com figuras como Pétain ou Franco;

⁴⁷ Fernando Rosas, *Salazar e o poder – a arte de saber durar* (Lisboa: Tinta-da-China, 2013), 50;

⁴⁸ Hermínio Martins rotularia até o longo período compreendido entre 1820 e 1986 como “época pretoriana” Martins, *As Mudanças...*, 254;

regime, a preservação de um Presidente da República fardado procurava usar a boa imagem de que gozava o meio castrense como forma de legitimação do próprio regime. Sidónio já o havia feito, ao recuperar as suas vestes mavórticas para as apresentações públicas, e outros grupos, bem mais insuspeitos, continuariam a reconhecer a imprescindibilidade do apoio militar para alcançar sucessos políticos e suscitar a aclamação das massas.

Exemplo paradigmático do reconhecimento transversal desse imperativo é o processo que conduziu Humberto Delgado ao lugar de candidato de toda a oposição ao salazarismo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a Península Ibérica tornara-se o último reduto de uma ideologia que parecia irremediavelmente defunta, tendo a derrota dos fascismos fornecido novos argumentos e esperanças àqueles que procuravam derrubar o regime. É certo que, no imediato, este acabaria por sobreviver às crises abertas pelo mundo pós-1945, mas não sem enfrentar tensões que, até então, pareciam manter-se dormentes. Sectores militares encetam conspirações *putchistas*, o movimento oposicionista reorganiza-se - aproveitando um contexto internacional favorável e um clima de indignação que parecia pronto a transformar-se em algo mais a qualquer momento⁴⁹ - e, em 1947, o general Norton de Matos apresenta a sua candidatura às presidenciais. A tudo isto o regime saberá dar resposta: as ameaças golpistas saem goradas (procedendo-se aos devidos saneamentos), a oposição é duramente reprimida e o seu candidato presidencial é forçado a desistir, na sequência das irregularidades, provocações policiais e conflitos internos que antecederam o momento do escrutínio. Salazar conseguiria assim garantir uma década de relativa tranquilidade, abruptamente interrompida pelo “terramoto delgadista”, que abalaria de forma muito mais severa os alicerces do Estado Novo.

Em 1958 realizam-se novas eleições presidenciais, sendo o general Humberto Delgado o escolhido para concorrer contra o representante da União Nacional, Américo Tomás. Essa opção não seria pacífica nos meios da oposição, uma vez que se tratava de um militar que, durante muito tempo, havia estado comprometido com o regime, um vínculo glosado em textos intempestivos, onde a sua postura anti-liberal e anti-comunista se traduzia em veementes ataques contra monárquicos e republicanos – considerados responsáveis pela degenerescência da nação⁵⁰. Depois de uma passagem pela embaixada

⁴⁹ Martins, *As Mudanças...*, 230;

⁵⁰ Veja-se *A Pulhice do “Homo Sapiens”* de 1933;

portuguesa em Washington, as suas posições em relação à política portuguesa teriam assumido um tom mais crítico, ainda que insuficiente para pôr fim às dúvidas em relação ao teor das suas posturas ideológicas.

Entre os defensores da sua candidatura, estava António Sérgio, que destacaria a imperatividade do escolhido da oposição reunir duas condições essenciais:

“ser militar, para de algum modo empenhar o exército como fiel da seriedade do processo eleitoral; e ser um dissidente do regime, para facilitar as adesões dos homens da «situação» arrependidos, muitos dos quais ainda ocupando posições de força importantes.”⁵¹

Em tom semelhante, Almeida Santos, numa carta dirigida a Manuel João da Palma Carlos, diria que o eleitorado deveria ser aconselhado a votar em Delgado e não em Arlindo Vicente (o candidato do Partido Comunista Português), uma vez que “o panorama local profetiza uma adesão em massa ao General, pela sua feição moderada, a sua intocabilidade, e até pelos seus galões.”⁵² Ambos os depoimentos destacam a importância da escolha de um militar⁵³. De facto, o republicanismo militar parece ter inaugurado uma reconstrução da imagem das Forças Armadas, apresentando os militares enquanto “filhos do povo” e seus protectores face às arbitrariedades das elites, sendo a estética do homem fardado e a cavalo propensa a associar-se às virtudes tradicionais dos fenómenos carismáticos e populistas⁵⁴. Nesse sentido, a legitimação que o regime procura obter - ao atribuir aos militares um sentido de honra excepcional e um estatuto de reserva moral (associando essas virtudes às do próprio regime) - pode revelar-se uma faca de dois gumes. Enquanto estes estiverem do seu lado a estabilidade parece garantida, mas, se a oposição conseguir levá-los para o seu, todo o edifício do sistema pode ser posto em xeque. Os valores que pareciam guiar Delgado eram, efectivamente, os mesmos que o levaram, numa primeira instância, a aderir ao Estado Novo. A defesa da virtude militar,

⁵¹ José Pacheco Pereira, *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 3, (Lisboa: Temas e Debates, 2005), 584;

⁵² Pereira, *Álvaro Cunhal...* 620;

⁵³ De notar igualmente que havia a crença de que a possibilidade de uma saída militar era uma hipótese em cima da mesa, não sendo por acaso que três dos cinco candidatos apresentados pela oposição durante a ditadura fossem militares (sendo as excepções Ruy Luís Gomes e Arlindo Vicente);

⁵⁴ Dawn Linda Raby, *A resistência antifascista em Portugal – comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar (1941-1974)* (Lisboa: Edições Salamandra, 1988), 167;

da honra e da disciplina - comumente associada aos princípios autoritários - pode virar-se contra o regime se as suas instituições passarem a ser vistas como focos da corrupção que o seu ideário fundador garantia querer combater⁵⁵.

Durante a campanha de Delgado há dois momentos em que podemos observar a forma como essa condição militar é disputada por ambos os lados da barricada. Um primeiro surge aquando do sucesso dos seus primeiros *meetings*, e do alarme que estes causaram junto das autoridades - que decidem proibir o general de se manifestar fardado. Aparentemente, o abandono forçado da indumentária a que Delgado estava associado não deixou de ser notado por aqueles que assistiam aos seus discursos, levando mesmo alguns populares a interpelar os responsáveis da campanha a respeito dessa alteração no protocolo. Quando interrogado a esse respeito, um dos elementos do seu *staff* diria o seguinte:

“Tentei explicar-lhe a razão aparente dessa determinação, embora sentisse bem que ele sabia a razão verdadeira: a do medo daqueles que o julgaram ou julgam, por assim se julgarem, mero portador dum distintivo categorizado do exército da Pátria. A sua farda, General, a sua farda de Homem sem medo, de libertador e de Chefe do povo que a escolheu, essa farda tem ainda mais estrelas, tem todas as estrelas de todas as esperanças desse mesmo povo e foi tecida com os panos ricos dos ricos e com os farrapos pobres dos pobres, numa mescla de fé que a todos une em volta do Homem que lhes falou claro e sem medo e por isso foi compreendido.”⁵⁶

Difícilmente se poderá encontrar uma passagem que melhor sintetize os vários investimentos simbólicos de que a farda, aqui feita alegoria da manta de retalhos que compõe o todo nacional, foi objecto. Naturalmente, Delgado não estava em condições de fazer Américo Tomás abdicar das suas vestes, mas, se as suas podiam ser, mesmo ausentes, dotadas de significado, também as do seu adversário, na sua omnipresença, poderiam ser extirpadas do seu. Assim, uma das principais estratégias argumentativas

⁵⁵ Raby, *A resistência...*, 180;

⁵⁶ Pereira, *Álvaro Cunhal...*, 628-629;

contra o candidato do regime passava justamente por pôr em causa o seu estatuto de militar, apelidando-o, por exemplo, de “fantoche fardado”⁵⁷.

Mas não seria apenas o apelo ao uniforme a motivar o apoio impressionante de que a sua candidatura foi alvo. Também neste caso certos traços da sua personalidade pareciam justificar muita da esperança que nele fora depositada. Estamos, novamente, perante alguém que encarna uma missão salvífica, quixotesca, que define um inimigo claro e faz uso de uma presença pública forte, assente na coragem e despudor. Apresentava-se invariavelmente armado, sentindo-se à vontade para dar ordens a militares de patentes inferiores e às forças da polícia/GNR, ou para se recusar a obedecer à PIDE (que insulta e ameaça com frequência). Por outro lado, a forma abrupta e quase leviana com que abordava assuntos tão determinantes quanto o destino a dar ao Presidente do Conselho (que sintetiza no célebre “obviamente, demito-o”) traduzia, nas suas palavras, os pensamentos que “durante anos as pessoas tinham acalentado”, mas que, “devido a um medo justificável ou a uma extraordinária esperteza, nunca foram expressos em palavras”⁵⁸. Um discurso que até então se mantivera oculto deixava de o ser, iniciando-se um processo de catarse que constituiria a mais séria ameaça ao regime até ao 25 de Abril, valendo a Delgado o epíteto de “general sem-medo”. No entanto, a ruptura total que a sua candidatura anunciava não punha em causa os pilares ideológicos e morais do Estado Novo. No seu manifesto eleitoral, fala-se de um povo português “austero, íntegro e coeso no que respeita aos valores essenciais – a Pátria, a Família e a Religião”⁵⁹, uma mera paráfrase, algo indolente, do tríptico salazarista “Deus, Pátria e Família.” Evitaria igualmente definir a sua candidatura como “da oposição” ou “democrática”, colocando antes a ênfase na “independência” e apropriando-se de conceitos empregues amiúde pelo governo, como “unidade nacional” ou “salvação”. Levando as contradições do seu programa às últimas consequências, chegaria, inclusive, a definir-se simultaneamente como “cidadão identificado com a actual Constituição e com os preceitos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão aprovados pelas Nações Unidas.”

Este exercício de simbiose entre os valores do regime e princípios mais progressistas terá tido um papel determinante para a popularidade da sua figura, permitindo-lhe obter apoios das mais inusitadas proveniências - desde a Causa

⁵⁷ Iva Delgado e António de Figueiredo, *Memórias de Humberto Delgado* (Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991), 98;

⁵⁸ Delgado e Figueiredo, *Memórias...*, 99;

⁵⁹ Raby, *A Resistência...*, 182;

Monárquica a grupos anarco-sindicalistas. De facto, no conjunto da oposição, apenas os comunistas pareciam reticentes em dar-lhe o seu apoio, algo que se ficava a dever à estratégia frentista que adoptaram no combate à ditadura e ao receio de verem as suas esferas de influência dissolvidas num movimento mais alargado e que não conseguiam controlar. Arlindo Vicente acrescentaria ainda que, “se Delgado era o general sem medo (...), antes dele já muita gente do nosso povo mostrara não o ter”⁶⁰. Certo era que os sectores mais tradicionais do oposicionismo se sentiam ultrapassados por um movimento que, em pouco tempo, sem propaganda e com pouca ou nenhuma organização, conseguira realizar comícios a que acorreram, de forma aparentemente espontânea, milhares de pessoas. Afinal, Humberto Delgado havia conseguido, com a sua frontalidade e recusa de compromissos, algo que pouco tempo antes seria inimaginável: colocar a queda de Salazar no plano imediato.

Apesar desses êxitos, o escrutínio daria a vitória a Américo Tomás, numa demonstração de fraude eleitoral. Humberto Delgado partiria para o exílio e o amplo movimento que o apoiara entraria em profundo refluxo, agravado com a notícia do seu assassinato às mãos da PIDE em 1965. Não se sabe, por isso, que tipo de liderança o general viria a impor, ainda que a sua confessa desconfiança em relação aos partidos, e a ideia de instaurar um governo militar provisório “forte e de autoridade”⁶¹, possa levar a crer que a sua posterior entronização como democrata exemplar tenha sido precipitada. De qualquer forma, trata-se de um exemplo típico de uma chefia carismática e de um movimento marcadamente populista, que povoará o imaginário de muitos daqueles que, anos mais tarde, se envolveriam na Revolução dos Cravos.

Finda a ditadura, foram feitas várias alusões à memória dos episódios de 1958. Recorde-se, por exemplo, que Pinheiro de Azevedo foi apodado de “Almirante Sem-Medo” e que, durante a campanha presidencial de 1976, Otelo Saraiva de Carvalho escolheu realizar o seu primeiro grande comício no Porto, à sombra de uma imagem de grandes dimensões do homem que, quinze anos antes, ali havia feito tremer o Estado Novo (estabelecendo um nexó histórico com missão que então o guiava). Já em 1977, a AEPPA propõe a criação de um tribunal com a missão de julgar antigos agentes da PIDE, dando-lhe o nome de Tribunal Cívico Humberto Delgado – uma escolha que constituiria

⁶⁰ Pereira, *Álvaro Cunhal...*, 629;

⁶¹ “Apenas” até que o povo português adquirisse o necessário nível político para fazer as suas próprias escolhas;

uma evocação do movimento de “unidade antifascista” por ele liderado e, ao mesmo tempo, uma homenagem a uma das mais célebres vítimas da polícia política⁶².

Não é de todo surpreendente que os pontos de contacto entre o delgadismo e a conjuntura posterior ao 25 de Abril de 1974 sejam os mais fáceis de traçar. No entanto, é apenas pensando estes tópicos num tempo longo que se conseguem evitar abordagens de carácter particularista, colocando em evidência continuidades que transgridem os limites cronológicos e espaciais de conjunturas mais circunscritas. Será à luz destas diferentes heranças que se fará a leitura dos casos do eanismo e do otelismo, a que se dedicam os capítulos seguintes.

⁶² Irene Pimentel e Maria Inácia Rezola (coord.), *Democracia, Ditadura – memória e justiça política* (Lisboa: Tinta-da-China, 2014) 167;

2 - As eleições Presidenciais de 1976 e a emergência das soluções eanista e otelista

Para compreender o que estava em jogo nas primeiras eleições presidenciais, é necessário ter em consideração o processo revolucionário que as precedeu. Após o golpe dos capitães, a crise de estado aberta pelo derrube do regime daria espaço a uma mobilização popular impressiva que definiria os meses do período que ficaria conhecido como PREC. Essa “janela de oportunidade” não se poderia eternizar⁶³, no entanto, a cronologia tipicamente utilizada para balizar esses meses tende a ser demasiado estreita, assentando num conjunto de momentos-chave que traçam um caminho linear até ao único desfecho tido por possível – a amenização do clima político-social e a integração de Portugal no lote das democracias europeias modernas. Um desses episódios é o 25 de Novembro de 1975, data que viria a simbolizar o fim das excentricidades de um povo que havia transformado o país naquilo a que alguns chamariam “um manicómio em autogestão”⁶⁴. Mas ter-se-ia, efectivamente, chegado ao Outono de uma Revolução que o Verão tinha tornado demasiado quente?

Não é certo o que terá acontecido nesse dia nebuloso, podendo mesmo considerar-se que existiram vários “25 de Novembro”, motivados por impulsos distintos e procurando diferentes desfechos para uma trama densa e ambígua⁶⁵. O que se sabe é que parecia inaugurar-se um período de progressiva desmobilização que, semanas antes, teria sido difícil de antever. Desapareciam do espaço público alguns dos temas e debates que até então o haviam povoado, ao mesmo tempo que o ritmo das ocupações abrandava e que várias estruturas que durante o PREC foram capazes de mobilizar milhares para as suas fileiras pareciam perder o seu apelo. Finalmente, com a disciplinarização das Forças Armadas e a definição constitucional e institucional do regime, “a legalidade democrática deixou de ser confrontada com a legalidade revolucionária”⁶⁶.

Também as opções políticas do eleitorado, manifestadas nas legislativas de Abril de 1976, ilustrariam a aparente desradicalização do ambiente político. A vitória seria entregue ao PS (34,89%), seguindo-se PPD (24,35%) e, de forma mais impressiva, CDS (15,98%) – os centristas conquistariam o lugar de terceira força política ao PCP (14,39%),

⁶³ Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua- crise de estado e acções colectivas na revolução portuguesa (1974-1975)* (Lisboa: ICS, 2003);

⁶⁴ Expressão cunhada por Almeida Santos, mas amplamente repetida por outras figuras;

⁶⁵ Maria Inácia Rezola, *Os Militares na Revolução de Abril - O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal* (Lisboa: Campo da Comunicação, 2006) 496;

⁶⁶ Boaventura Sousa Santos, *As bifurcações da ordem – revolução, cidade, campo e indignação* (Coimbra: Almedina, 2017) 164;

com uma votação significativamente superior à que haviam obtido nas eleições para a constituinte. O escrutínio teria demonstrado novamente que o povo tinha rejeitado nas urnas as propostas políticas mais radicais.

Contudo, episódios houve que parecem desmentir essa narrativa. Um dos mais expressivos corresponde às eleições presidenciais de 1976, que colocaram frente a frente duas figuras que, meses antes, se haviam encontrado em lados opostos da barricada. Nesse escrutínio, o campo "moderado" reunir-se-ia em torno do general António Ramalho Eanes – figura de proa na organização militar do (contra)golpe de Novembro -, ao passo que muitos daqueles que entendiam poder levar mais longe as conquistas revolucionárias apoiariam a candidatura do major Otelo Saraiva de Carvalho – estratégia do 25 de Abril, ex-comandante do COPCON. Os resultados foram significativos. Se, por um lado, o candidato dos partidos do moderados conseguiu a maioria absoluta logo na primeira volta, por outro, o candidato do «poder popular» daria à esquerda radical aquele que ainda hoje se mantém como o seu mais expressivo resultado eleitoral. Não estando a sociedade tão dividida quanto certos sectores alegavam, este escrutínio não deixa de sintetizar as lutas que desde do início da Revolução foram sendo travadas em torno das perspectivas de futuro que esta abriu, podendo mesmo ser visto como um plebiscito a um desfecho que se insinuava. As presidenciais surgem, por isso, como um momento de validação para as forças em presença, muito à semelhança dos escrutínios realizados nos casos analisados no capítulo anterior. Resta saber de que forma criaram (ou recuperaram) personalidades «carismáticas», produtoras de discursos, programas e movimentos de pendor iminentemente «populista», e o porquê de, naquela conjuntura, esse tipo de figuras ser ter revelado, se não imperativo, conveniente.

Tendo isso em conta, depois de uma descrição da relevância política do escrutínio e dos processos que ditaram o lançamento de cada uma das candidaturas, a tónica da análise recairá naqueles que, de resto, seriam os dois nomes mais votados e mobilizadores - centrando-se a análise nas suas especificidades programáticas, nos discursos e respectivas recepções. Um critério que, ainda assim, não visa retirar da equação aqueles que, reconhecendo a existência de uma tal polarização, não deixariam de se orientar por ela, fornecendo pistas e tecendo comentários que não podem ser ignorados.

2.1 - Presidenciais de 1976 – as eleições no seu tempo

Num primeiro momento, e para um melhor entendimento daquilo que estava em causa, será necessário clarificar qual o papel que o Presidente da República deveria ocupar no Portugal democrático. Aprovada cerca de três meses antes das primeiras presidenciais, a Constituição de 1976 estipulava que o supremo magistrado da nação deveria ser eleito através de sufrágio universal directo, cumprindo um mandato de cinco anos em que assumiria tanto as funções de Chefe Supremo das Forças Armadas como as de presidente do Conselho da Revolução. No entanto, o processo de definição dos equilíbrios entre os diferentes órgãos de soberania não encontraria soluções imediatas e consensuais, sendo os debates da Assembleia Constituinte reveladores de algumas das hesitações em torno da questão de regime e do futuro lugar a ocupar pelas Forças Armadas, uma vez findo o período de transição. Afinal, deveria caminhar-se para um regime parlamentarista ou presidencialista? E sob uma tutela militar ou com um efectivo “regresso aos quartéis”?

O primeiro pacto MFA-Partidos, que consagrava aos militares um importante papel político, previa que a eleição do Presidente da República se realizasse através de colégio eleitoral, sendo este constituído por elementos da Assembleia do MFA e da Assembleia da República. Tal projecto, sobretudo após o 25 de Novembro, suscitaria a veemente oposição de muitos daqueles que, por pragmatismo e pressões de conjuntura, o haviam aceite em primeira instância. Essa seria, pelo menos, a justificativa apresentada por Jorge Miranda (PPD), que acrescentaria que o pacto, “ao impor a existência de órgãos não baseados na vontade popular expressa em eleições e ao manter (...) a autonomia do poder militar relativamente ao poder civil democrático, põe em causa frontalmente alguns dos princípios por que sempre se bateram os democratas portugueses”⁶⁷. Posição essa que é, desde logo, partilhada por Freitas do Amaral (CDS) e também por Henrique de Barros (PS), afirmando este último que o seu partido também apenas aceitara o pacto a título transitório, apontando para a imperatividade da sua renegociação e recusando uma forma de eleição presidencial que anularia “praticamente toda a influência do poder civil na vida política nacional”⁶⁸. Por seu turno, certas vozes do PCP e da UDP não abandonavam a defesa do formato inicialmente previsto⁶⁹. O deputado Vital Moreira, por exemplo, recusar-se-ia a atribuir um carácter antidemocrático quer à plataforma constitucional,

⁶⁷ DAC, I, 1ª Sessão, 03/12/75, 2884;

⁶⁸ DAC, I, 1ª sessão, 09/12/1975, 2994;

⁶⁹ “Pacto: princípio de segregação política?”, *Jornal Novo*, 27/02/76, 9;

quer ao modelo indirecto de eleição presidencial, argumentando que a maioria dos elementos que compunham o colégio era eleita pelo povo, o que de alguma forma dotaria o método da legitimidade que agora lhe procuravam retirar⁷⁰ - argumento que não vingaria.

Como corolário desses debates, elaborar-se-ia em Fevereiro de 1976 um novo pacto – tido como um dos mais decisivos passos rumo a um efectivo esclarecimento daquela que seria a organização institucional do Estado. Se o primeiro previa uma intervenção directa das Forças Armadas em vários órgãos de poder, o segundo, atento ao novo ambiente político, atenuava uma interferência que passaria a estar reduzida à eleição de um Presidente da República militar e à manutenção do Conselho da Revolução como órgão de soberania transitório – ainda que subalternizado e com um reduzido papel político⁷¹. Entregando-se boa parte da organização política aos partidos, que desde as eleições para a Constituinte vinham questionando a sua submissão aos militares, garantia-se também à instituição militar a preservação de alguma influência legislativa e administrativa⁷². Assim, com a realização de eleições legislativas e presidenciais, reforçar-se-ia as instituições, marcando-se o fim do período transitório e iniciando-se uma fase de “consolidação tutelada”⁷³, caracterizada pelo equilíbrio entre o poder político e castrense, que vigoraria até à revisão constitucional de 1982. Medeiros Ferreira refere mesmo a existência de uma “cláusula militar implícita”⁷⁴ que, procurando acomodar a influência dos militares no sistema político democrático, estipulava que o primeiro Presidente da República deveria ser um militar (ainda que a presença efectiva desta no II Pacto MFA/Partidos continue a ser objecto de debate)⁷⁵. Nesse contexto, a presidência podia ser vista como a mais clara manifestação da fusão entre essas duas componentes do regime, sendo o “semi-presidencialismo” (que nenhum partido propunha nos seus projectos iniciais) fruto, para além desses imperativos de conjuntura, de uma memória histórica que levaria a que se procurasse evitar tanto as fragilidades do parlamentarismo

⁷⁰ DAC, I, 1º sessão, 06/12/1975, 2963;

⁷¹ José Medeiros Ferreira (coord.), *Portugal em Transe (1974-1985)* (Lisboa: Estampa, 1995) 229;

⁷² Ferreira (coord.), *Portugal em Transe...* 230;

⁷³ Maria Inácia Rezola, “Os militares, o 25 de Abril e a transição para a Democracia,” in *Os Militares e a Democracia*, coord. Nuno Severiano Teixeira (Lisboa: Edições Colibri, 2007), 38;

⁷⁴ José Medeiros Ferreira, *O comportamento político dos militares: forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX* (Lisboa: Estampa, 1992), 314-315;

⁷⁵ André Freire e António Costa Pinto, *O poder presidencial em Portugal – dilemas do poder dos presidentes na república português* (Amadora: D. Quixote, 2010), 46;

da Constituição de 1911 como os excessos centralistas, antidemocráticos e autoritários da de 1933⁷⁶.

Essa nova plataforma não iria, contudo, dirimir todos os problemas. A aceitação por parte dos partidos de uma presidência militar continuaria a ir contra os interesses dos elementos da sociedade que se diziam mais defensores da causa civilista - mesmo que reconhecessem que essa cedência, durante a fase da transição, poderia dar importantes garantias. A título de exemplo, o PPD declarava-se, por princípio, contrário a um presidente militar, uma dissonância que apenas seria amenizada por imperativos de conjuntura⁷⁷. Por sua vez, alguns socialistas temiam que na sombra desse militarismo se jogassem interesses ulteriores, lembrando-se o caso de Gomes da Costa e as possibilidades de um regresso ao fascismo⁷⁸. Contudo, uma vez encontrado o seu candidato nesse tradicional alfobre de presidentes que são as Forças Armadas, muitos dos que apresentavam esses receios precipitar-se-iam em louvores aos seus atributos, calculando que os resultados eleitorais ajudassem a domesticá-las. Ainda assim, nem por isso se deixaria de notar que, “sob a ruptura que a Revolução de Abril anunciou, aparece a continuidade. E esta «continuidade» não é de bom augúrio para os destinos da Democracia.”⁷⁹

Era também patente um sentimento de desconforto face a uma presidência que, no entender de muitos, poderia abrir caminho a uma personificação do poder e degenerar em soluções de tipo bonapartista e autoritário⁸⁰ - ressuscitando debates similares àqueles que foram travados no interior da oposição democrática a respeito da candidatura de Delgado. Ainda que se considere que, objectivamente, a solução presidencialista não teria como vingar, “em termos imaginários, esta estratégia esteve sempre presente no debate político”. Sendo a sua adopção pouco crível, na medida em que teria de ser feita à margem dos partidos (e até contra eles)⁸¹, o facto de ter sido considerada mostra até que ponto o

⁷⁶ Kenneth Maxwell, *A Construção da Democracia em Portugal* (Lisboa: Presença, 1999), 179;

⁷⁷ “Rui Machete fala ao Expresso: «As FA’s têm de ser vigilantes à evolução da democracia”, *Expresso*, 07/02/76, 3;

⁷⁸ Raul Rêgo, *Militares, clérigos e paisanos – ou o militarismo e outras forças de violência na sociedade portuguesa* (Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1981), 23;

⁷⁹ Eduardo Lourenço, *O Fascismo Nunca Existiu* (Lisboa: D. Quixote, 1976), 210;

⁸⁰ Sendo particularmente pungentes os comentários que a esse respeito tecem Sottomayor Cardia e Galvão Teles. Cf. “«O fundamental é reconhecer que o CR exprime uma certa realidade política»”, *Jornal Novo*, 27/01/76, 10 e 11;

⁸¹ Salvaguardando-se a hipótese de certos partidos procurarem servir-se estrategicamente (directa ou indirectamente) deste tipo de fenómenos para puderem mais tarde colher frutos de um eventual desmembramento;

contexto de “crise” (que se discutirá mais adiante) levantava o receio de que se pudessem gerar fenómenos que pusessem em evidência a fragilidade do jovem sistema partidário, podendo inclusivamente resultar no seu ocaso. Afinal, “conservadores ou progressistas, técnicas de conquista do poder ou afirmação de modelos vanguardistas, tudo está contido na multiplicidade de textos e declarações que se podem classificar sob o título genérico de presidencialismo”.⁸² Era essa “fragilidade conceptual” e a “insuficiência dos seus programas de desenvolvimento operacional” que fariam do presidencialismo um terreno suficiente baço para se tornar propenso ao desenvolvimento de fenómenos populistas capazes de ameaçar os projectos daqueles que procuravam a “normalização”.

Por sua vez, a urgência em realizar eleições, dando cumprimento àquelas que foram as “promessas de Abril”, suscitou uma polémica adjacente - acerca justamente de qual delas deveria assumir um carácter prioritário. Vasco Lourenço, capitão de Abril e membro do Conselho da Revolução, favorecendo uma presidência civil, consideraria que as presidenciais deveriam anteceder as legislativas, indicando como essencial a apresentação de um candidato apoiado por vários partidos⁸³. Opinião partilhada por Marcelo Rebelo de Sousa, sub-director do *Expresso* e membro do PPD, que afirmaria mesmo que, caso as legislativas se realizassem primeiro, “muito provavelmente [criariam] ou [acentuariam] clivagens entre os partidos concorrentes, inviabilizando ou condicionando muito negativamente a procura de candidatos de efectiva dimensão nacional, suprapartidária.” Em suma, as presidenciais eram vistas como um momento particularmente importante para a consolidação do regime, uma vez que favoreciam a convergência dos principais partidos em torno de um único candidato - ao passo que as legislativas eram um terreno mais confrontacional. Era na presidência que, em tempos de “pré-democracia”, residiam as melhores hipóteses de estabilização.⁸⁴ Face àqueles que avançavam com a proposta de realizar ambos os actos em simultâneo - posição que reunia algum apoio nos quadros do PPD -, o então deputado e sub-director do *Expresso* lembraria, para lá dos possíveis imbróglis burocráticos, os riscos inerentes a uma

⁸² Joaquim Aguiar, *A ilusão do poder – análise do sistema partidário português (1976-1982)* (Lisboa: D. Quixote, 1983), 174-175;

⁸³ “Primeiro a eleição presidencial?”, *Expresso*, 17/01/1976, 1;

⁸⁴ Contudo, não deixaria de apontar as vantagens de uma calendarização inversa, considerando que a “importância futura” das legislativas era superior à das presidenciais e que a “sua efectivação permite uma clarificação e uma ponderação de áreas de influência, que depois condicionará os acordos sobre os candidatos às presidenciais” Marcelo Rebelo de Sousa, “De um Pacto quase impossível ao sucessor de Costa Gomes”, *Expresso*, 24/01/76, 2;

“personalização das legislativas” e a uma “partidarização das presidenciais”⁸⁵. Essa simultaneidade encontraria também a oposição do PCP, para quem tal proposta servia os interesses estratégicos dos popular-democratas, que acreditariam, assim, poder apoderar-se em absoluto do aparelho de Estado e ganhar a necessária influência política para reverter as conquistas da Revolução⁸⁶. Os comunistas entendiam ainda que as legislativas deveriam realizar-se primeiro, uma vez que definiriam “uma peça fundamental do Estado”⁸⁷, considerando importante que o futuro PR recebesse apoios heterogêneos, não se pronunciando, inicialmente, a respeito de uma eventual preferência por um civil ou por um militar para ocupar o cargo.

A trama presidencial continuaria a adensar-se, à medida que se aproximava o momento de perceber qual o papel que tanto os partidos como os grupos militares teriam na escolha dos potenciais candidatos. Deviam as Forças Armadas indicar um nome? E deviam os partidos apoiar a figura lançada pelos militares ou antecipar os seus próprios candidatos? No sentido de clarificar essas posições, o “Grupo dos Nove” - na sua versão alargada - reunir-se-ia em Fevereiro de 1976. Afirmando que não era sua intenção apresentar um candidato oficial do sector, o objectivo do encontro passaria por fazer recair o consenso (tanto de elementos «operacionais» como «políticos») em alguém que possuísse um “inequívoco prestígio militar”⁸⁸, um requisito essencial, dados os poderes que o segundo pacto imputava ao PR e a sua missão de ponte entre o poder político e as Forças Armadas⁸⁹. Um mês depois, Vasco Lourenço seria ainda mais taxativo, afirmando que caberia aos partidos apresentar os candidatos⁹⁰. Contudo, segmentos da opinião pública defendiam que o MFA deveria nomear um candidato próprio, com a maior celeridade possível, de modo a evitar a indefinição, os divisionismos e as polémicas introduzidas pelas disputas partidárias. Essa personalidade, para além do já referido prestígio, deveria ainda respeitar o regime constitucional e provar-se capaz de ultrapassar alinhamentos partidários, não podendo por isso ter a sua imagem demasiado desgastada

⁸⁵ Marcelo Rebelo de Sousa, “De um Pacto quase impossível ao sucessor de Costa Gomes”, *Expresso*, 24/01/76, p.2;

⁸⁶ “Editorial – Onde estamos e para onde vamos?”, *Avante!*, 04/03/76, 2;

⁸⁷ “Carlos Brito (PCP) ao Expresso: «Têm-se revelado tendências preocupantes na revisão da lei eleitoral»”, *Expresso*, 31/01/76, 3;

⁸⁸ “Militares preparam-se para a campanha – Os «Nove» debatem candidato à P.R.”, *Expresso*, 14/02/76, 1;

⁸⁹ Afinal, tratava-se de eleger alguém que assumiria uma singular força política junto destas, essencial para que se procedesse à subordinação da instituição militar ao poder político.

⁹⁰ Maria João Avillez, “Vasco Lourenço: «Eanes não é ambicioso»”, *Expresso*, 06/03/76, 12;

por eventos recentes⁹¹. Apesar deste rol de requisitos fazer antever um conjunto reduzido de possibilidades viáveis, vários foram os nomes apontados como “presenciáveis” durante os meses que antecederam o prazo para a formalização das candidaturas. Em meados de Dezembro de 1975, quando nem estava ainda definido o formato da eleição, seriam apontadas nove hipóteses: Costa Gomes, Pinheiro de Azevedo, Pires Veloso, Silva Cardoso, Altino de Magalhães, Galvão de Melo, Spínola (acreditando alguns num regresso triunfante), “um Pinochet desconhecido” e “um civil”⁹². Sendo essa última suposição vista como improvável, a maioria destes nomes partilharia efectivamente da condição de militar⁹³ e, se algumas das razões que conduziram à preferência por essas figuras já aqui foram enunciadas, outras houve que não foram tão consideradas. Naquele período, como em anteriores, as Forças Armadas gozavam de uma popularidade invejável, que surgiria exponenciada pelo inusitado papel libertador que assumiram em 1974. A Aliança Povo-MFA, que as colocava como agentes envolvidos directamente na melhoria das condições de vida de populações com as quais se uniam simbioticamente, enquanto “povo-fardado”, contribuíram para o seu reforço enquanto um dos “heróis colectivos” da Revolução (a par das “classes trabalhadoras”), carregando uma missão de contornos salvíficos que nenhuma figura civil parecia então capaz de corporizar. Eduardo Lourenço referir-se-lhes-ia como “o rei que não temos tido”⁹⁴, acrescentando outros que eram também “o Parlamento que não temos tido, os grandes partidos burgueses que não temos tido, os grandes meios de comunicação social que não temos tido”⁹⁵. Contudo, as Forças Armadas não possuíam uma linha de acção política comum, tendo essas fracturas ficado evidentes no contraste entre o “Documento dos Nove” e a resposta que lhe foi dada pela “Autocrítica Revolucionária do COPCON”. Talvez por isso se tenha revelado uma tarefa particularmente árdua encontrar no seu seio alguém que pudesse assumir um papel unitário. Ainda assim, não se poderia negligenciar o lugar que estas ocupavam no

⁹¹ Marcelo Rebelo de Sousa, “Um cidadão acima de qualquer suspeita”, *Expresso*, 14/02/76, 2;

⁹² “Eleições por sufrágio directo em 1976 – Nove hipóteses de candidaturas para Presidente da República”, *Expresso*, 13/12/75, 13;

⁹³ No campo militar, para além dos nomes referidos, surgiriam os de Ramalho Eanes, Otelo Saraiva de Carvalho, Franco Charais, Firmino Miguel e Kaúlza de Arriaga. As excepções civis seriam Octávio Pato (PCP) e as hipóteses brevemente aventadas de Mário Soares, Ruy Luís Gomes, Vitorino Magalhães Godinho, Henrique de Barros - todas dentro do campo socialista - e ainda Emídio Guerreiro - no campo social-democrata. Todas se deparariam, no entanto, com uma recusa quase imediata dos próprios. Houve ainda as tentativas frustradas de candidatura por parte de Arlete Santos (pela LCI), Fernando Macedo (pelo PCP(m-l) e Pompílio da Cruz (em nome da causa dos retornados);

⁹⁴ Eduardo Lourenço, *Os militares e o poder* (Lisboa: Arcádia, 1975), 63;

⁹⁵ Amadeu Lopes Sabino, *Portugal é Demasiado Pequeno - 1974-1976* (Coimbra: Centelha, 1976), 20;

imaginário da época - um erro em que a maioria dos partidos não incorreria no momento de definir os seus apoios. Além disso, a própria condição militar estava associada a homens de “obediência a valores mais altos do que eles, a um servidor da «lei comum», de uma «verdade» que não lhe pertence como coisa própria” e que os poderia converter em símbolos “da unidade e da fraternidade humanas”⁹⁶. A questão que se impunha passava por saber se era possível, ou desejável, encontrar um “herói individual” no interior desse colectivo mitificado.

Um dos argumentos por vezes utilizado para atestar o carácter distintivo do processo de transição democrática português passa por afirmar que este foi poupado a fenómenos personalistas e lideranças carismáticas, tendo o trabalho de consolidação sido feito por estruturas partidárias que foram capazes de fazer vingar um sistema eleitoralista que anulava o potencial disruptivo de outras formas de acção colectiva⁹⁷. Uma tese que, a vários títulos, merece ser colocada em dúvida. Por um lado, parece difícil que partidos que, à excepção do PCP, eram recém-formados, dispusessem já de uma capacidade organizativa que lhes permitisse conduzir o processo de rotinização da vida política. Afinal, não possuíam ainda eleitorados “fiéis” (como se verá), sendo inclusive vistos por algumas figuras como instâncias divisivas da sociedade (o caso de Otelo seria paradigmático)⁹⁸. Não será por acaso que, dos quatro candidatos presidenciais, três fariam questão de reforçar, de diferentes formas, a sua independência face a estes. Por outro, afirmar taxativamente que tais fenómenos não tiveram lugar parece precipitado, reforçando apenas teses que procuram traçar um caminho para a “normalização” livre de atritos. Mesmo descrevendo casos como o de Otelo como populistas ou carismáticos, tal é feito justamente de forma a reduzi-los à condição de epifenómenos, estando esses termos associados a um grau de manipulação e de irracionalidade que não se poderia encontrar em figuras e movimentos que pugnassem pela opção “moderada”, “sensata” e, no fundo, “racional”. No entanto, se forem adoptados os princípios elencados no primeiro capítulo para definir este tipo de lideranças, talvez se possa encarar de outra forma esse período, bem como algumas das suas personagens. Por que razão se diria, por exemplo,

⁹⁶ Lourenço, *O Fascismo...* 158;

⁹⁷ Philippe C. Schmitter, “The democratization of Portugal in its comparative perspective,” in *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, ed. Fernando Rosas (Lisboa: Colibri, 1999), 347;

⁹⁸ O facto de a participação nos actos eleitorais ser muito elevada (ainda que normal dado o contexto) não deve ser encarado como sinónimo de uma integração quase automática e acrítica do eleitorado no espírito do jogo partidário;

que um Costa Gomes “esfingico, distante, e com uma voz pouco agradável”⁹⁹ não tinha as “qualidades minimamente necessárias” para reassumir a presidência, tendo assumido ao longo do seu mandato uma “imagem bem pouco viril e superficial”¹⁰⁰? Não negando o papel preponderante que os partidos vieram a assumir na vida política nacional, as eleições presidenciais de 1976 mostraram até que ponto estes estariam ainda dependentes do recurso a outro tipo de estratégias para conseguirem a sua afirmação, servindo-se de figuras que deles se distanciavam. Depois de meses marcados pelo protagonismo assumido por movimentos de base que escapavam à lógica política da democracia parlamentar que se procurava estabelecer, otelismo e eanismo vieram, de formas distintas, dirimir um problema de representação a que os partidos, tanto à esquerda como à direita, não davam resposta. Como nos diz Gramsci, quando perante uma crise não surge uma solução orgânica (que entendia como a reunião das massas sob um partido), a solução por via de uma liderança carismática “significa que há um equilíbrio estático (cujos factores podem ser eliminados, prevalecendo, no entanto, a imaturidade das forças progressistas); que nenhum grupo, nem conservador nem progressista, tem força para vencer, e que mesmo o grupo conservador precisa de um chefe”¹⁰¹. Impõe-se, por isso, uma análise às movimentações - partidárias e não só - que ditariam o quadro definitivo dos candidatos.

2.2 - Os candidatos

2.2.1 - Pinheiro de Azevedo

Dos quatro candidatos que acabariam por figurar nos boletins de voto, apenas Pinheiro de Azevedo esteve praticamente desde a primeira hora em cima da mesa. Figura que ganharia destaque na oposição aos «gonçalvistas» e na chefia do VI Governo Provisório, seria dado inicialmente como uma das mais evidentes apostas para os dirigentes socialistas e social-democratas, que nele viam alguém com a personalidade

⁹⁹ “Eleições por sufrágio directo em 1976 – Nove hipóteses de candidaturas para Presidente da República”, *Expresso*, 13/12/75, 13;

¹⁰⁰ Isto para além de se considerar que a indefinição que demonstrara para com os sucessivos governos provisórios o comprometia, além de se aventar que as forças “apartidárias” que apoiavam o seu projecto estariam comprometidas com os interesses soviéticos e angolanos. Proença de Carvalho, “Um general, um almirante e outro general”, *Jornal Novo*, 24/05/76, 9;

¹⁰¹ Antonio Gramsci, *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno* (Madrid: Ediciones Nueva Visión, 1980) 63;

certa para fazer cumprir os princípios constitucionais. Afinal, tinha sido Mário Soares a apelidá-lo de “almirante sem medo” - elogiando a coragem que sentia estar associada ao seu percurso político -, vendo-o Sá Carneiro como “o político protótipo do português médio”¹⁰². Assim, querendo o PS e o PPD encontrar um candidato conjunto, o então primeiro-ministro parecia ser a figura mais bem colocada. Por seu turno, o PCP escolheria manter o silêncio em torno do seu posicionamento perante tal hipótese (não a rejeitando por princípio), sendo que o CDS diria poder vir dar-lhe o seu apoio, ainda que mantendo algumas reservas. Se se somasse a essa base partidária potencial o prestígio de que gozava junto da Armada, o lançamento da candidatura parecia bem encaminhado. Contudo, um menor reconhecimento junto dos demais ramos das Forças Armadas (Exército e na Força Aérea)¹⁰³ e a crise política e institucional que o seu abandono antecipado do cargo de primeiro-ministro poderia provocar constituíam sérios entraves. Por outro lado, a forma “inopinada”¹⁰⁴ como teria lidado com a hipótese da sua candidatura contribuiria também para alienar parte daquela que seria a sua base natural de apoio.

As suas aparentes indecisões rapidamente se revelariam prejudiciais, sendo que a estratégia adoptada no sentido de inverter a situação também não terá sido a mais frutuosa. Em Abril, apercebendo-se de que perdia margem de manobra e na tentativa de estreitar laços com o PPD, optaria por não aceitar o convite para participar num congresso socialista no Porto – uma decisão que, segundo alguns analistas, não só não lhe valeu o apoio dos sociais-democratas, como lhe terá custado o do PS, partido que pouco tempo antes dizia ver a sua candidatura “com a maior simpatia”. Pela mesma altura, Freitas do Amaral também já se distanciava do almirante devido à “inconstância ideológica” que este revelava, deslocando a sua preferência para Ramalho Eanes ou Pires Veloso¹⁰⁵. Cerca de dois meses antes das eleições, os seus únicos apoios declarados pareciam estar confinados a alguns membros do seu governo e aos seus círculos mais próximos¹⁰⁶. No

¹⁰² “Eleições por sufrágio directo em 1976 – Nove hipóteses de candidaturas para Presidente da República”, *Expresso*, 13/12/75, 13;

¹⁰³ Vasco Lourenço chegaria mesmo a alertá-lo para o facto de a sua figura não ser consensual em nenhum ramo das Forças Armadas, nem mesmo na Marinha. Maria João Avillez, “Vasco Lourenço: «Eanes não é ambicioso»”, *Expresso*, 06/03/76, 12;

¹⁰⁴ Marcelo Rebelo de Sousa, “Um cidadão acima de qualquer suspeita”, *Expresso*, 14/02/76, 2;

¹⁰⁵ Francisco Pinto Balsemão e Maria João Avillez, “Freitas do Amaral: «Considero Álvaro Cunhal de grande craveira intelectual mas limitado pelas baias da doutrina comunista»”, *Expresso*, 10/04/76, 15;

¹⁰⁶ Mas nem aí seria consensual. Em Maio, dois dos seus adjuntos militares vão pedir a exoneração por não estarem de acordo com a candidatura. Ainda assim, figuras como Tomás Rosa (ministro do trabalho), considerá-lo-iam como a pessoa indicada para o lugar, uma vez que se tratava de “figura tremendamente

entanto, no momento em que se vê forçado a reflectir acerca das causas desse isolamento, as explicações que encontra residem não na postura que assumiu enquanto nome “presidenciável”, mas antes no seu papel como primeiro-ministro. Acreditava, por exemplo, que a sua incapacidade em isolar os comunistas no VI Governo o teria inadvertidamente aproximado, aos olhos dos moderados, de uma linha marxista que não perfilhava e da qual queria a todo o custo demarcar-se¹⁰⁷. Ao fazê-lo – recorrendo a declarações particularmente duras dirigidas ao PCP¹⁰⁸ – acabaria por reforçar as teses daqueles que o acusavam de um gradual “desvio para a direita”, algo que também lhe traria alguns dissabores. Em suma, se para a direita era demasiado inconstante, para a esquerda era demasiado de direita.

As motivações que alimentavam a sua candidatura tampouco surgiriam inequívocas, podendo essas flutuações ser vistas como outra das razões que contribuiu para a sua progressiva perda de apoios. Se a um dado momento assegurava que apenas se candidataria para impedir a existência de um candidato único, noutra diria que se manteria na corrida até que surgisse um candidato membro do Conselho da Revolução, capaz de dar garantias quanto ao cumprimento da Constituição. Quando surge a candidatura de Ramalho Eanes (membro do dito conselho), afirma que apenas desistiria se se apresentasse uma personalidade civil que se lhe opusesse (sugere Mário Soares), defendendo que a candidatura de vários militares não punha em causa a coesão das Forças Armadas, demonstrando antes a sua capacidade de aceitar as implicações do jogo democrático¹⁰⁹. Certo é que, perante a existência de vários candidatos, um deles membro do Conselho da Revolução e visto quase unanimemente como um dos mais capazes defensores do texto constitucional, tornava-se pouco compreensível aquilo que o levava a manter-se na corrida. Teria dúvidas quanto às capacidades do general Eanes? Não atribuiria credibilidade aos nomes que, entretanto, se lançaram na corrida? Concorreria com interesses ulteriores ao “interesse nacional”? Além disso, concorrendo contra Eanes, poderia ser responsabilizado por um eventual desvio de votos que de outra maneira contribuiriam para reforçar a sua legitimidade para o exercício do cargo e que, no limite,

humana, anti-golpista, anti-corrupção, anti-vigarice”. Marcelo Rebelo de Sousa, “Tomás Rosa ao Expresso: «É possível, indispensável e lógico extinguir a Intersindical»”, *Expresso*, 10/04/76, 17;

¹⁰⁷ Francisco Pinto Balsemão, “Pinheiro de Azevedo ao «Expresso» - «Não retirarei a minha candidatura se o general Costa Gomes se apresentar»”, *Expresso*, 22/05/76, 13 e 14;

¹⁰⁸ Chegaria a afirmar, por exemplo, que caso recebesse o apoio do PCP, o rejeitaria.

¹⁰⁹ “Azevedo vai recolher assinaturas (para o caso de...)”, *Expresso*, 08/05/76, 1;

poderiam beneficiar outras candidaturas¹¹⁰. Finalmente, diria candidatar-se por entender serem necessárias, no mínimo, “duas candidaturas verdadeiras”, isto é, de “pessoas com passado político conhecido”¹¹¹, um argumento que por muitos não seria visto como suficiente.

Segundo o próprio, foi o momento em que PPD e CDS optaram por conceder o seu apoio a Eanes que o levou a confirmar a sua candidatura. No momento em que toma essa decisão, o PS ainda não se havia pronunciado e talvez esperasse, assim, poder vir a pressionar os socialistas a apoiá-lo. Quando o PS declara o apoio a Eanes, o seu receio passa a ser que as eleições se transformem num mero plebiscito, resultante daquilo que classificava como um sincronismo entre um grupo militar, os três principais partidos e a comunicação social no sentido de criar um “mito do general”¹¹². Afirmaria que a escolha do general fora “casuística”, “uma opção arrastada pelas Forças Armadas” e apoiada por partidos que tomam posições condicionados uns pelos outros¹¹³. Face ao abandono a que se vê votado, começa a colocar a ênfase naquilo que estava para lá do apoio das máquinas partidárias, considerando, aliás, que estas pouco influíam nas eleições presidenciais. O factor mais importante estava na personalidade e qualidades pessoais do candidato, elementos que, no seu entender, eram mais relevantes do que o próprio programa. Mostrava-se, assim, confiante na popularidade de que gozava junto do eleitorado e que acreditava poder conduzi-lo ao triunfo, mesmo que apenas numa segunda volta e apesar da sua total e involuntária independência face aos partidos. De resto, a própria “coragem” que revelaria ao candidatar-se em tais condições, com todos os custos que considerava que a derrota poderia comportar para a sua imagem, seria demonstrativa do tipo de abnegação que um candidato presidencial deveria possuir. No entanto, nem todos veriam essa independência com a mesma bonomia, argumentando-se inclusive que Pinheiro de Azevedo, por essa altura, “não [era] um homem independente, [era] um homem só” e que “programaticamente não quer ter programa, porque não pode tê-lo.”¹¹⁴

¹¹⁰ Mesmo que alguns tenham saudado a sua iniciativa como forma de impedir Eanes de “repousar tranquilamente sobre os seus apoios.” Proença de Carvalho, “Um general um almirante outro general”, *Jornal Novo*, 24/05/76, 1 e 9;

¹¹¹ “Pinheiro de Azevedo e Ramalho Eanes anunciarão candidatura até sábado”, *Jornal Novo*, 12/05/76, 7;

¹¹² Francisco Pinto Balsemão, “Pinheiro de Azevedo ao «Expresso» - «Tomei a decisão de me candidatar quando o CDS apoiou o general Eanes»”, *Expresso*, 22/05/76, 14;

¹¹³ “Pinheiro de Azevedo à Associated Press: «Penso que sou um hábil negociador»”, *Jornal Novo*, 27/05/76, 10, 11 e 15;

¹¹⁴ Marcelo Rebelo de Sousa, “Otelo versus Eanes e as preocupações do PCP”, *Expresso*, 05/06/76, 2;

À margem das incongruências e dos jogos de bastidores, Pinheiro de Azevedo seria, de acordo com uma sondagem realizada pelo *Expresso* durante o mês de Abril, o nome mais reconhecido pelo eleitorado e aquele que, de acordo com este, mais possibilidades teria de chegar à presidência – seria escolhido por 8% dos inquiridos, face a 4% de Eanes e 2% de Otelo¹¹⁵. A partir de tais dados, os comentadores desse semanário concluiriam que o eleitorado padecia de um “elevado grau de alheamento dos fenómenos políticos”, sendo permeável “a personalidades e fenómenos com maior «impacto publicitário»”¹¹⁶. Uma tal conclusão revela, para além de uma ideia muito restrita daquilo que se classifica como «fenómeno político», a forma como se encarava o apelo despertado por Pinheiro de Azevedo. Tratava-se de alguém que surgiria na frente das intenções de voto apenas por ter maior exposição mediática e que se via forçado a recorrer ao «populismo»¹¹⁷ e à «demagogia» como forma de fazer face ao seu baixo nível discursivo e programático. Disputando com Ramalho Eanes o mesmo espaço ideológico, as diferenças entre ambos jogavam-se num plano que transcendia os seus corpos de crenças políticos. Assim, a par das tentativas de empurrar o general para a sua direita, apresentando-se como o verdadeiro homem de Abril, Pinheiro de Azevedo faria questão de sublinhar aquilo que os distinguia em termos de *estilo* e postura. Sobre a estratégia que iria adoptar caso ganhasse, diria que “fundamentalmente tenho que basear a minha acção presidencial na minha personalidade forte, na minha coragem firme, demonstrada ao longo de todo o processo”, realçando as capacidades de negociação que lhe permitiram chefiar um governo que, apesar dos parcos meios, se demonstrara estável, enaltecendo ainda a sua defesa intransigente da “autoridade” e da “disciplina”, consumada no 25 de Novembro¹¹⁸. Além disso, contrapunha frequentemente a “identificação de homem comum” (um de «nós») ao “rosto duro de Eanes”¹¹⁹. Lembrando a sua actividade no MUD, na campanha de Humberto Delgado e na luta contra o «gonçalvismo», era na forma que a sua presidência iria assumir que o almirante acreditava encontrar a sua vantagem face ao general, sendo provavelmente a defesa desse tipo de atributos, a par de algumas

¹¹⁵ Números matizados pelo facto de 52% dos inquiridos não saberem ainda que candidato apoiam. “Os portugueses preferem um candidato militar”, *Expresso*, 30/04/76, 1;

¹¹⁶ “Os portugueses preferem um candidato militar”, *Expresso*, 30/04/76, p. 1;

¹¹⁷ Ou “populismo sensível”;

¹¹⁸ “Pinheiro de Azevedo à Associated Press: «Penso que sou um hábil negociador»”, *Jornal Novo*, 27/05/76, 10, 11 e 15;

¹¹⁹ “Eanes esta tarde no IAEM”, *Jornal Novo*, 14/05/76, 20;

dissidências, a valer-lhe um resultado que, atendendo às circunstâncias, não deixa de ser impressionante¹²⁰.

2.2.2 - Ramalho Eanes

Os resultados da sondagem do *Expresso* sugerem a rapidez com que as intenções de voto se modificaram entre a pré-campanha e o momento do escrutínio, revelando igualmente o carácter tardio (pelo menos no espaço público) do fenómeno Ramalho Eanes¹²¹. Como oficial do Exército, havia visto o seu prestígio militar junto das Forças Armadas – sobretudo no seu ramo - aumentar consideravelmente após o 25 de Novembro, sendo que a sua relação com o “Grupo dos Nove” parecia ainda assegurar que, caso eleito, seria capaz de travar quaisquer tentações direitistas no meio militar - um risco que alguns comentadores sentiam ser bem real¹²². A sua integração no espírito da Constituição parecia também não oferecer dúvidas aos sectores moderados, algo que facilitaria a recolha de apoios junto do PS e do PPD, levando até o CDS a considerar o abandono da ideia de lançar Galvão de Melo, veiculada a dada altura como sendo quase certa. No entanto, havia alguns possíveis entraves. Por um lado, teria de abandonar o cargo de Chefe de Estado Maior do Exército (CEME), posto para o qual era considerado ideal e cuja vacatura poderia, no entender de alguns, provocar uma desestabilização junto dos militares. Por outro, havia manifestas dúvidas relativamente às possibilidades de o convencer a entrar numa corrida que o obrigaria a engajar-se em disputas políticas, das quais parecia querer guardar uma distância segura. Vasco Lourenço, afirmando que preferia vê-lo no lugar que então ocupava, argumentou que as reservas de Eanes em aceitar ser candidato presidencial não advinham de uma questão táctica, mas antes da personalidade pouco ambiciosa do general – algo que, no seu entender, já havia ficado

¹²⁰ Se bem que o facto de, pouco tempo antes, ser o nome apontado à vitória, o pode ajudar a matizar;

¹²¹ No início do mês de Maio, nova sondagem mostrava que, face à pergunta “Na sua opinião, quem vai ser o Presidente da República?”, a maioria continuava a responder Pinheiro de Azevedo, seguindo-se Costa Gomes e Mário Soares. “Que Presidente da República querem os portugueses? – Leia a resposta neste grande inquérito que a CONTAGEM fez para o EXPRESSO”, *Expresso*, 08/05/76, 7;

¹²² Rebelo de Sousa diria mesmo que “a atracção de um regime militar de direita, de manifesto pendor autoritário, poderá tender a subir, num repente, dentro das próprias FA (...)”, sendo por isso importante garantir que “as FA vêm no PR um elemento de estabilização democrática, dissuasor de qualquer tentação autoritária com raiz ou acolhimento militar.” Marcelo Rebelo de Sousa, “As eleições presidenciais ainda na ordem do dia”, *Expresso*, 21/02/1976, 2;

demonstrado na relutância com que tomara o lugar de CEME, posto que só teria aceite “em condições muito especiais”¹²³.

Contudo, uma análise aos discursos públicos que faria ainda nessa qualidade permite detectar alguns dos tópicos em torno dos quais se edificava o seu pensamento político. Na alocução que profere aquando da tomada de posse referiria aquelas que entendia serem as “dimensões políticas” do cargo que tomava em mãos, afirmando o seu comprometimento com “a construção de uma sociedade democrática e socialista”, para a qual contribuiria um Exército “apartidário, consciente e decididamente ao serviço do povo e da revolução democrática e socialista portuguesa”¹²⁴. Não deixa de ser interessante notar que, já depois do 25 de Novembro, aquele que viria a ser o candidato apoiado por todos os partidos à esquerda do PCP tenha reforçado a sua defesa do “socialismo”. Ainda que, como se verá, a tenha mitigado nos meses seguintes, fica demonstrado o carácter consensual que o termo parecia assumir à época, se bem que sujeito a entendimentos em tudo diversos consoante aqueles que o empregavam – nesse sentido, “socialismo” era um termo passível de ser classificado enquanto “significante vazio”¹²⁵. Mais tarde, num jantar em sua honra oferecido pelo comandante da NATO¹²⁶, em Bruxelas, teceria comentários acerca daquele que devia ser o posicionamento externo do país, referindo o “natural” e “imperativo” regresso à Europa, mas salientando a importância de “servir de ponte entre a Europa, a África, a Ásia e as Américas, atando laços culturais por cima dos mares e fronteiras,”¹²⁷ e, já nas vésperas das eleições legislativas, aproveitaria uma visita à Escola Prática de Cavalaria de Santarém para denunciar o golpismo “de um certo partido”, que entendia querer perturbar as eleições – isto depois de o PCP o ter acusado de ter proposto

¹²³ Maria João Avillez, “Vasco Lourenço: «Eanes não é ambicioso»”, *Expresso*, 06/03/76, 12;

¹²⁴ Augusto de Carvalho, “Da vacina do MFA à voz do dono nos meios de comunicação social”, *Expresso*, 10/12/75, 2;

¹²⁵ A esse respeito, João Martins Pereira, na altura director interino da *Gazeta da Semana*, diria o seguinte: “no decurso da campanha eleitoral para a presidência da República, foi notório o mal-estar do candidato que veio a ser eleito face a uma palavra que surge logo no artigo 2º da Constituição... Quase foi necessário, no início da campanha, «obrigá-lo» a pronunciá-la, o que, obviamente, dá bem conta da convicção com que o fez, quer dos compromissos sobre os quais se apresentava à eleição. Quer ainda, sobretudo, do vazio de conteúdo que, mais do que nunca, estava associado a tal palavra.” João Martins Pereira, *O socialismo, a transição e o caso português* (Amadora: Bertrand, 1976), 10;

¹²⁶ Um convite visto como um impulso externo à sua candidatura, também apoiada por Carlucci – que a considerava positiva para os interesses norte-americanos. David Castaño, *Eanes e a Democracia* (Lisboa: Objectiva, 2018) 32-33;

¹²⁷ “Ramalho Eanes na NATO”, *Expresso*, 28/02/76, 2;

ao Conselho da Revolução o afastamento de Costa Gomes¹²⁸. Tomadas de posição que mostram que o general não se encontrava alheado dos debates políticos em curso e que certamente não foram ignoradas pelos partidos na sua procura por um candidato presidencial.

Do seu percurso enquanto CEME podem ainda aferir-se dois outros aspectos. Por um lado, as recepções que merecia nos regimentos que visitava - sobretudo no Norte - pareciam comprovar a popularidade de que gozava no sector. Por outro, a forma como a sua postura foi sendo descrita pelos meios de comunicação - que já lhe haviam louvado a “excepcional capacidade de chefia e planeamento”¹²⁹ revelada em Novembro - dava já pistas importantes em relação àquelas que seriam as construções mitológicas em torno do “general dos óculos escuros”, de personalidade “misteriosa, fria e austera”, portador de “retórica e timbre militar”¹³⁰. Tratando-se de alguém que era, até há pouco tempo, um perfeito desconhecido dos portugueses, a importância destes primeiros registos acerca da sua personalidade não é negligenciável. Essa imagem austera seria cultivada por apoiantes e detractores, ao serviço de diferentes agendas. Onde os primeiros viam um exemplo da sobriedade, rectidão e segurança que parecia corporizar aquilo que se esperava de um país a caminho da "normalidade", os segundos viam traços de reminiscências autoritárias, demonstrando a verdadeira natureza do processo contra-revolucionário em curso. Um ministro do governo em exercício, que preferiu não ser identificado, ao comentar o perfil que os portugueses desejavam ver na presidência, diria que estes:

“sofrem do complexo da necessidade de um pai autoritário, complexo esse que lhes foi forjado na personalidade durante 48 anos de chicote sobre o látego. Que o povo português é psicologicamente inseguro e, por isso, sonha no seu inconsciente com o tal pai forte. E que agora esse pai forte lhe aparece na pessoa de militares, como Ramalho Eanes.”¹³¹

¹²⁸ “Ramalho Eanes denuncia – não é a extrema direita que beneficia do golpismo de «um certo partido»”, *Jornal Novo*, 09/04/76, 16;

¹²⁹ Marcelo Rebelo de Sousa, “O fim do Gonçalvismo, os «políticos», e os «operacionais»”, *Expresso*, 01/12/75, 2;

¹³⁰ “Ramalho Eanes no Porto: «O socialismo como meta mobilizadora e alcançável»”, *Jornal Novo*, 24/01/76, 10;

¹³¹ “Eleições para a Presidência da República – Vencerá as eleições a força anti-golpista”, *Expresso*, 08/05/76, 17;

As tentativas de associar essa imagem à direita do espectro político, que a citação ilustra, não estavam por isso limitadas à esquerda radical e àqueles que viam o general como um Pinochet em potência¹³². Os sectores que continuavam a promover Costa Gomes como um eventual candidato¹³³, por exemplo, procuravam apresentá-lo como a opção da esquerda, sendo esse esforço mimetizado pelos proponentes da candidatura de Pinheiro de Azevedo. Contudo, as características que faziam de Ramalho Eanes uma ameaça às conquistas revolucionárias não eram necessariamente vistas como negativas por parte do eleitorado. Numa sondagem onde se procurava apurar os atributos que os eleitores consideravam mais relevantes para o exercício das funções presidenciais, a “autoridade e firmeza” surgiam no topo da lista, sendo que Eanes era o candidato que mais frequentemente lhes era associado¹³⁴. Assim, e apesar de se sugerir que deveria adoptar uma presença menos distante e mais positiva durante a campanha – arriscando inclusive “sorrir um pouco”¹³⁵ – as hipóteses de vir a obter uma base de apoio alargada não pareciam estar comprometidas pelas idiossincrasias da sua figura, bem pelo contrário. Acrescentando-se a essas características o rótulo de “inocorrúptível” e a imagem de “homem público que coloque a sua carreira acima de todas as misérias ideológicas, as mais das vezes, aliás, demasiado humanas”¹³⁶, desenhava-se um perfil ideal para aqueles que pugnavam pela reposição da ordem e da legalidade. Ao colocar-se acima da política, ao dividir a sociedade entre a “minoría irresponsável” e aqueles que, cansados do caos, ansiavam pela reposição da ordem, ao apresentar-se como o candidato promotor da reconciliação e do “reencontro” dos portugueses com uma verdadeira identidade colectiva, estavam reunidas algumas das condições indispensáveis para que se tornasse num fenómeno investido de contornos carismáticos.

¹³² Uma reportagem na TV sueca afirmava que Portugal estava à beira de um golpe à Chile, com Eanes como um novo Pinochet (“Afirma TV sueca: Portugal à beira de um golpe à Chile”, *Jornal Novo*, 23/06/76, 10), sendo que Amadeu Lopes Sabino diria que, para a classe dominante, o «candidato de Portugal» (slogan da campanha de Eanes) “não é Napoleão, mas Salazar e Pinochet” (Amadeu Lopes Sabino, “Eanes: ser ou não ser Bonaparte”, *Gazeta da Semana*, 01/07/76, 14);

¹³³ O “Grupo de Melo Antunes”, por exemplo, parecia ter uma ligação ao projecto de recandidatura do presidente em exercício. “Qual a posição de Melo Antunes?”, *Expresso*, 30/04/76, 12;

¹³⁴ “52% não indicaram nome para PR”, *Expresso*, 30/04/76, 12;

¹³⁵ Francisco Pinto Balsemão, “Editorial – Ramalho Eanes e o espírito de missão”, *Expresso*, 08/05/76, 12;

¹³⁶ José Martins Garcia, “O inocorrúptível”, *Jornal Novo*, 11/05/76, 1;

Não é por isso surpreendente que, depois das legislativas de Abril¹³⁷, Sá Carneiro, sabendo da iminência do anúncio do apoio do PS a Eanes, se tenha antecipado a Mário Soares e apresentado o CEME como o candidato preferencial do PPD¹³⁸. Vinculava desse modo o general à iniciativa do seu partido, secundarizando o apoio dos socialistas (que dificilmente encontrariam outro candidato) e procurando retirar maiores dividendos políticos de uma vitória tida como certa (e por demais necessária, no rescaldo da derrota dos populares-democratas). Eanes avistar-se-ia de seguida com o líder do PPD, bem como com Basílio Horta, Freitas do Amaral, Mário Soares e Salgado Zenha, antes de se reunir com os oficiais do seu Estado-Maior. No rescaldo desses encontros, reafirmaria o seu “não comprometimento em qualquer meio político”, mas declararia agora não se eximir a “uma tarefa patriótica, se imperativamente entender a necessidade da sua presença na magistratura da Nação”¹³⁹.

Surge assim uma nova característica no seu discurso: o espírito de missão. Afinal, Eanes, como qualquer candidato, correria vários riscos ao lançar-se na corrida à presidência. A sua vitória comprometeria a sua vida pessoal e profissional (no que dizia respeito à carreira no Exército), podendo ainda torná-lo indissociável da imagem de “homem frio” que, entretanto, fora cultivada. Além disso, dados os apoios que já recebera, o risco de se tornar um candidato único poderia conduzir a uma elevada abstenção, capaz de lhe retirar legitimidade e força política. Como uma figura “pouco sensível a ambição, lisonjeios e pressões”, “condenado prematuramente a uma espécie de morte civil”, apenas aceitaria concorrer porque, tratando-se de “um militar na boa acepção da palavra”, sentia que era essa a sua obrigação, estando convencido de que não havia “outras possibilidades”¹⁴⁰. Colocando-se ao serviço de propósitos que o transcendiam, no momento em que se decidira candidatar Eanes deixava de poder ser pensado como indivíduo, transformando-se em “ideia”. Podendo os portugueses não o conhecer tão bem quanto outros candidatos, todos estariam familiarizados com aquilo que ele representava:

¹³⁷ E depois de um encontro entre elementos do exército onde ficara assente o apoio destes a Eanes, estabelecendo-se ainda que, tendo os socialistas já declarado que apoiariam um candidato militar, seriam primeiramente informados dessa decisão. Castaño, *Eanes e a Democracia*, 35;

¹³⁸ Um gesto que suscitaria inúmeras críticas. Melo Antunes, por exemplo, diria “que houve uma reprovável precipitação em relação à indicação de nomes por parte de certas forças políticas, não achando lícito associar-se qualquer candidato militar a qualquer formação política, muito menos de direita”, opinião partilhada por Vasco Lourenço. “Melo Antunes: há precipitação na indicação dos candidatos”, *Jornal Novo*, 06/05/76, 6;

¹³⁹ “Qual a posição de M. Antunes”, *Expresso*, 30/04/76, 12;

¹⁴⁰ Francisco Pinto Balsemão, “Editorial – Ramalho Eanes e o espírito de missão”, *Expresso*, 08/05/76, 12;

“o elo quase terminal da cadeia de um processo que começou a 25 de Abril para culminar no 25 de Novembro”¹⁴¹. Era por isso impensável, para muitos sectores, considerar qualquer nome para a presidência que não fosse o de “um Eanes”. Construía-se um mito de abnegação a partir dessa entrega a uma causa maior, outro dos traços tradicionais dos fenómenos carismáticos - e que não seria exclusivo do general Eanes, como se verá. De forma ilustrativa, Eanes diria que nunca se candidataria caso:

“tivesse da vida um conceito e uma prática individualistas. Por isso, só os evidentes apoios – que não procurei – das mais representativas forças políticas do País e o estímulo fraterno dos meus camaradas de armas poderiam justificar que me propusesse exercer missão tão exigente.”¹⁴²

Paralelamente, aqueles que estavam interessados na sua vitória procuravam destacar os aspectos habitualmente ausentes da sua biografia, no sentido de o enquadrar num passado de resistência que para muitos era demasiado discreto. Pinheiro de Azevedo, por exemplo, lembraria que “o militar que deve levar a cabo as tarefas da Presidência deve ser um homem que se comprometeu no 25 de Abril. Eanes não é do 25 de Abril!”¹⁴³ Para fazer face a este tipo de argumentos, certos aspectos do percurso do general começariam a ser insistentemente frisados, tendo em vista dotá-lo de um tipo de legitimidade que, em tempos pós-revolucionários, era ainda encarado como essencial para o sucesso político: o da resistência antifascista. Na conferência de imprensa em que os socialistas anunciaram o seu apoio, Mário Soares declararia que se tratava do “homem que melhor sintetiza e simboliza o espírito do 25 de Abril e do 25 de Novembro”, acrescentando ainda que “foi uma das almas da conspiração dos capitães que derrubou o regime fascista e, em 1973, esteve ligado ao movimento de contestação do congresso dos Antigos Combatentes, organização de tipo fascista”. As suas actividades democráticas “datam de 1967” e “foi uma figura central da oposição que se criou à perversão totalitária da revolução portuguesa”¹⁴⁴. Traçava-se assim uma trajectória capaz de dar consistência ao projecto político que se esboçava. Eanes poderia assim encabeçar um projecto de

¹⁴¹ “Eleições para a Presidência da República – Vencerá as eleições a força anti-golpista”, *Expresso*, 08/05/76, 17;

¹⁴² “Comissão de apoio a Eanes: 7500 assinaturas em 24 horas”, *Jornal Novo*, 19/05/76, 10;

¹⁴³ “Pinheiro de Azevedo: «Se querem um presidente responsável, votem em mim...»”, *Jornal Novo*, 18/06/76, 11;

¹⁴⁴ “Já temos Presidente? Confirmado apoio de PS a Ramalho Eanes”, *Jornal Novo*, 12/05/76, 1 e 16;

regime pós-revolucionário, filiando-se no passado da Revolução cujas conquistas garantiria respeitar durante a etapa de transição.

A 14 de Maio, no Estado Maior do Exército, António Ramalho Eanes apresenta oficialmente a sua candidatura e a respectiva lista de apoios políticos e individuais, tendo feito questão de que os seus proponentes fossem civis uma vez que, “se fossem os militares a preencher a maior parte das 7500 assinaturas daria a impressão de força militar a impor-me, que eu quero totalmente evitar”¹⁴⁵ – as tentativas de mitigar a sua faceta militar, conciliando-a com a natureza civil do cargo seriam, de resto, um esforço permanente da sua campanha. Afirmando sistematicamente que não era o candidato de nenhum partido ¹⁴⁶, nem mesmo dos militares ¹⁴⁷, propunha-se defender intransigentemente a institucionalização da democracia e a independência nacional, garantindo a coesão das Forças Armadas e “colocando um ponto final na demagogia, na irresponsabilidade e na incompetência”¹⁴⁸. Depois desse anúncio viria ainda a receber o apoio do MRPP que, se num primeiro momento considerava que o proletariado nunca poderia ver escolhido um presidente “seu” (uma vez que “a república que existe é a república dos capitalistas e latifundiários, dos fascistas e social-fascistas”¹⁴⁹), num segundo considerava já que a candidatura de Eanes era a “candidatura democrática, patriótica, antifascista e anti-social-fascista”¹⁵⁰. Juntar-se-iam ainda o PCP(m-l) – após a desistência do seu candidato e por razões análogas –, a AOC, o MSD, a SEDES e o CERESD. Noutros partidos e movimentos essa alocação não seria tão bem acolhida. Foi particularmente sentida a “ausência de referências aos conflitos sociais antagónicos que atravessavam uma sociedade em transformação”, sem a qual “não há verdade em nenhuma afirmação programática, mas simplesmente enunciados de retórica que cairão no esquecimento face à lógica implacável das coisas”¹⁵¹. Se o estilo militar já inquietava aqueles mais propensos a comparações, esse tipo de omissões, e uma tónica na “estabilidade nas fábricas, escolas, escritórios e campos”, parecia reforçar os seus receios.

¹⁴⁵ “Eanes oficializa candidatura à Presidência da República”, *Expresso*, 15/05/76, 1;

¹⁴⁶ Durante a campanha apenas participaria em iniciativas unitárias;

¹⁴⁷ Ainda que reconhecesse que se encontrasse reservas na generalidade dos seus camaradas, não se candidataria;

¹⁴⁸ “Comissão de apoio a Eanes: 7500 assinaturas em 24 horas”, *Jornal Novo*, 19/05/76, 10;

¹⁴⁹ “MRPP responde ao Expresso: «As eleições são um estratagem para semear uma montanha de ilusões»”, *Expresso*, 13/03/76, 3;

¹⁵⁰ “Presidenciais: Também o MRPP apoia Eanes”, *Jornal Novo*, 26/05/76, 20;

¹⁵¹ “As campanhas ocultas de Eanes e Azevedo”, *Gazeta da Semana*, 20/05/76, 5;

Mesmo no campo socialista se levantariam dúvidas em relação à escolha do partido, afirmando-se que se tratava de uma decisão tomada sem ouvir as bases, que continuavam a demonstrar preferência por Pinheiro de Azevedo¹⁵². Em suma:

“é um facto que os que acreditam em Eanes crêem na sua determinação em cumprir o que promete. Os que o hostilizam também. Só que, para uns e outros, os valores por que entendem dever pautar o seu voto são diferentes; e enquanto muitos desejam que Eanes restitua a este país uma certa «ordem e respeito» perdidos com a Revolução, outros temem que «o candidato de Portugal» leve longe demais o seu zelo e prefira o rigor da autoridade à alegria da irreverência.”¹⁵³

Afinal, estavam associados à sua imagem alguns perigos. Internacionalmente, as comparações com o passado chileno recente faziam caminho, colocando-o como o Pinochet português. Internamente, lembrava-se que “também Salazar foi «D. Sebastião»”. Também Marcelo foi «Primavera». Também Spínola se chama Sebastião. Também Vasco Gonçalves e Otelo foram mitificados...”¹⁵⁴, criticando-se soluções que pudessem eventualmente assumir tons demasiado personalistas e salvíficos. Restava saber se as sensibilidades do eleitorado valorizariam mais os traços de carácter empolados pelos apoiantes do general ou se os receios dos seus detractores se propagariam, comprometendo a sua candidatura.

2.2.3 - Octávio Pato

Com esse heterogéneo leque de apoios associado à candidatura de Eanes, o PCP seria o último partido com assento parlamentar a tornar pública a sua estratégia para as presidenciais. Por um lado, defendendo que a Presidência da República devia ser ocupada por um militar (desde que este garantisse o cumprimento da Constituição) e querendo

¹⁵² Nos seus comícios seria frequente avistarem-se bandeiras socialistas (“Eanes em Guimarães: «Vai tocar a trabalhar...»”, *Jornal Novo*, 22/06/76, 20), chegando mesmo a ser dada a notícia de que algumas concelhias haviam directamente desrespeitado as cúpulas colocando-se ao serviço da campanha do almirante (“Desmentida crise no PS devido ao apoio a Eanes”, *Jornal Novo*, 16/06/76, 16);

¹⁵³ António Mega Ferreira, “Eanes: Tirar o casaco e subir de tom – campanha aquece no Norte”, *Expresso*, 25/06/76, 5;

¹⁵⁴ Manuel Barão da Cunha, “O diálogo e os candidatos à Presidência”, *Jornal Novo*, 23/06/76, 8;

preservar a influência que ainda detinham junto das Forças Armadas, os comunistas esperavam que estas, através do Conselho da Revolução, designassem um candidato, aguardando uma tomada de posição antes de definirem a sua¹⁵⁵. Por outro, a demora nessa clarificação tinha também que ver com a forma como a conjuntura fora evoluindo até então e, sobretudo, com as reflexões a que os resultados das legislativas obrigavam. Insistindo na ideia de formar uma maioria de esquerda com o PS – mesmo face a uma recusa cada vez mais veemente e generalizada dos socialistas, que pretendiam governar sozinhos¹⁵⁶ – os comunistas esperavam que as presidenciais pudessem fornecer um candidato que facilitasse a unidade entre a esquerda parlamentar. Nesse sentido, numa primeira fase, o nome de Costa Gomes parecia ser a hipótese que melhor preenchia esses requisitos, vindo a ser descartada em função da recusa do próprio (apesar de todos os esforços e insistências da sua comissão de apoio, que se arrastaria em infrutíferas diligências quase até ao prazo final para a entrega das assinaturas). Falhado esse projecto, e tendo já declarado que não pretendia “apostar em perdedores”¹⁵⁷, as alternativas começavam a escassear, situação que seria agravada com o apoio socialista a Eanes e, posteriormente, com a confirmação da candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, inicialmente vista como pouco provável e pouco ameaçadora¹⁵⁸.

A nível das bases, apoiar Ramalho Eanes seria uma decisão difícil de aceitar, estando ainda bem presentes as suas implicações no 25 de Novembro e o apoio dos partidos da direita. No entanto, não o apoiar implicaria, como Mário Soares faria questão de lembrar¹⁵⁹, abdicar dos dividendos políticos a recolher da associação ao candidato que era já dado como vencedor. Por outro lado, apoiar Otelo em conjunto com os partidos à sua esquerda significaria desistir da aproximação aos socialistas e da luta por uma integração no governo, vindo ainda à memória a experiência gorada da FUR. Considerava-se que a candidatura de um militar apoiado por elementos “esquerdistas”

¹⁵⁵ Tal nomeação nunca viria a ter lugar por oposição do próprio Conselho. “Álvaro Cunhal: «Cabe às F.A. um papel decisivo na designação de um candidato à P.R.»”, *Jornal Novo*, 03/05/76, 5;

¹⁵⁶ Salgado Zenha excluiria terminantemente essa hipótese, acusando ainda o PCP de ser um dos principais promotores de uma campanha contra Eanes, não estando esquecidos os ataques que os comunistas lhe haviam dirigido na altura em que este ocupava ainda a presidência da RTP. “Salgado Zenha na «Incrível Almadense»: «O que interessa é o que o PCP não diz...»”, *Jornal Novo*, 25/05/76, 11;

¹⁵⁷ Francisco Pinto Balsemão, “Editorial – necessidade de acordo sobre três pontos essenciais”, *Expresso*, 30/04/76, 8;

¹⁵⁸ Afinal, tratava-se de uma candidatura apoiada por “forças de reduzida implantação popular e com uma fraca expressão eleitoral, como ficou bem demonstrado nas últimas eleições.” in “O Partido apresenta o seu candidato às eleições para a Presidência da República”, *Avante!*, 20/05/76, 3;

¹⁵⁹ “Confirmado: PS apoia Eanes”, *Jornal Novo*, 12/05/76, 16;

significava o relançamento de grupos políticos “que fracassaram nas últimas eleições” e que se procuravam servir da popularidade do major. Provocariam, assim, a “divisão e desorientação das forças de esquerda e mesmo nas Forças Armadas e a criação de dificuldades entre estas e o movimento popular”, pondo em xeque o processo de consolidação democrática com o seu “aventureirismo”¹⁶⁰. O Secretário-Geral do partido consideraria mesmo que um candidato como Otelo “não interessa à esquerda”¹⁶¹. Havia ainda a possibilidade do apoio a uma candidatura civil. Mesmo que a preferência dos comunistas tenha sempre recaído sobre uma figura militar, uma candidatura que, não sendo desse meio, fosse capaz de recolher apoios por parte de elementos do Conselho da Revolução e das “principais forças e sectores políticos democráticos” (leia-se o PCP e o PS) não estava fora da equação. Contudo, essa figura não surgiria, abrindo-se a porta a uma última solução de recurso: a apresentação de um candidato do PCP que “não teria como finalidade contestar a vantagem de ser um militar o futuro Presidente, nem contestar tal ou tal candidato militar, mas definir a própria política do PCP e das forças da esquerda em relação à futura política e ao futuro Governo”¹⁶². É nesse contexto que surge o nome de Octávio Pato, que teria agora como propósito segurar a base eleitoral que este consolidara nas legislativas de Abril, impedindo sobretudo a dispersão que assomava à sua esquerda. A notícia é recebida pelos meios de comunicação social com surpresa, mais não fosse pelo simples facto de se tratar de alguém que nunca parecia ter sido equacionado para este tipo de lides. De resto, as próprias declarações do partido a respeito dessa tomada de posição indicavam um certo grau de improviso, justificado pela “complexidade da situação e falta de clareza que as posições de partidos reaccionários introduzem”¹⁶³.

Apesar dessa opção, os comunistas manteriam uma postura de não hostilização e até mesmo de apoio discreto à candidatura de Eanes. No encontro que Álvaro Cunhal teve com o general, na véspera da apresentação da candidatura de Pato, teria deixado entender, inclusive, que queria, mas não podia apoiá-lo, pelo menos naquele momento¹⁶⁴. Afinal,

¹⁶⁰ Comentários que seriam alvo de duras críticas por parte de muitas vozes à esquerda do PCP. Jorge Almeida Fernandes, então director-adjunto interino da *Gazeta da Semana*, diria não entender como podia uma candidatura apartidária ser menos representativa do que uma promovida apenas por um partido, afirmando ainda que o PCP apenas lamentava não ter sido admitido no “clube Eanes”. Jorge Almeida Fernandes, “PCP contra Otelo: quem divide?”, *Gazeta da Semana*, 20/05/76, 5;

¹⁶¹ “Cunhal no Campo Pequeno: «PCP não é mula do PS»”, *Jornal Novo*, 06/05/76, 20;

¹⁶² “Documento da reunião do Comité Central de 9 de Maio de 1976 – eleições para a Presidência da República,” *Avante!*, 13/05/76, 3;

¹⁶³ “O discurso de Ramalho Eanes”, *Jornal Novo*, 19/05/76, 20;

¹⁶⁴ “Comissão de apoio a Eanes: 7500 assinaturas em 24 horas”, *Jornal Novo*, 19/05/76, 10;

Eanes dava-lhe garantias de ser “extremamente rigoroso na exigência do cumprimento da Constituição”, sendo apenas de lamentar que “alguns partidos” o estivessem a usar na tentativa de formar uma nova “Santa Aliança” anti-comunista¹⁶⁵. O problema não estaria no candidato, mas antes nas forças que o apoiavam e que pareciam empurrá-lo para caminhos que acreditava não serem os seus¹⁶⁶. Cunhal diria mesmo que “os partidos reaccionários procuram voltar as eleições presidenciais contra a maioria de esquerda pela qual o povo acaba de votar”¹⁶⁷, tentando transformar em vitória aquela que teria sido a derrota sofrida em Abril transacto, com a ideia de vir a exigir a Belém um preço político pelo seu apoio. O candidato comunista, apresentado a 18 de Maio, deveria assim pugnar pela defesa da vontade popular manifestada nesse escrutínio, mas “sem prejuízo do apoio que possa vir a dar a um militar que venha a ser eleito Presidente da República”¹⁶⁸ – ainda que Eanes garantisse que, mesmo havendo uma segunda volta, recusaria sempre o apoio dos comunistas¹⁶⁹. Pato afirmaria ainda que, caso eleito, entregaria o governo ao PS na expectativa de que os socialistas, atendendo aos resultados, formassem governo com o PCP e outros democratas civis e militares¹⁷⁰. Para o PCP, as presidenciais estavam, assim, submetidas aos imperativos da conjuntura e aos resultados das legislativas. No entanto, alguns observadores viam essa estratégia como o adiar de uma decisão que se impunha, dividindo-se as vozes entre aqueles que viam astúcia nesse protelamento e os que, ao invés, o interpretavam como fraqueza. Certo era que os sectores que mais se haviam oposto às intervenções políticas recentes do PCP saudariam aquilo que acreditavam representar o “fim do conúbio com os militares” e da Aliança Povo-MFA¹⁷¹, ao passo que

¹⁶⁵ Este tipo de considerações reforçaria as suspeitas daqueles que acreditavam ter existido, nos dias que antecederam o 25 de Novembro, um acordo entre Cunhal e Melo Antunes que acertava uma plataforma de entendimento para o futuro regime. O facto de este último e do próprio Eanes terem feito questão de salientar a importância do PCP para a construção da democracia seria, mais do que uma prova de moderação, “fruto de um compromisso inconfessável”, Francisco Martins Rodrigues, *Abril Traído* (Lisboa: Edições Dinossauro, 1999) 113;

¹⁶⁶ A tese de que Ramalho Eanes, como “homem simples e humilde”, merecia “melhores apoios”, seria amplamente difundida pela imprensa afectada ao Partido Comunista. Em resposta, Torquato Luz (director do *Jornal Novo*), afirmaria que “há, realmente, «defesas» que não conseguem esconder a sua qualidade atacante”. Torquato Luz, “As grandes manobras”, *Jornal Novo*, 22/05/76, 1;

¹⁶⁷ “Por uma política de esquerda, por um governo de esquerda”, *Avante!*, 13/05/76, 7;

¹⁶⁸ “Octávio Pato, candidato do PCP: Contribuir para a consolidação estabilidade e prosseguimento do nosso processo democrático – primeiro objectivo da candidatura comunista,” *Avante!*, 20/05/76, 1;

¹⁶⁹ “Eanes: «Estudo» de 500 perguntas possíveis”, *Expresso*, 05/06/76, 3;

¹⁷⁰ “Entrevista com Octávio Pato: «O PCP não apoia nem hostiliza Ramalho Eanes»”, *Jornal Novo*, 25/5/76, 10;

¹⁷¹ Ainda que um dos objectivos expressos da candidatura fosse “contribuir para a continuação da aliança do povo com as Forças Armadas, na base dos princípios libertadores do 25 de Abril e da aplicação e defesa da constituição”. “Entrevista com Octávio Pato...”, *Jornal Novo*, 25/05/76, 10;

alguns dos seus apoiantes se afastavam da opção tomada pelas cúpulas do partido, preferindo continuar a dar o seu apoio a um militar – o MDP/CDE, que até então havia sido um fiel aliado, declara que não apoia Pato¹⁷², registando-se ainda um desvio de alguns militantes para outras candidaturas (algo que, de resto, os resultados confirmariam).

Octávio Pato tinha então a particularidade de ser o único candidato civil e partidário a apresentar-se às eleições, algo que o distinguiria substancialmente dos demais. Nos seus discursos e entrevistas, por exemplo, nunca se referiria a si próprio na primeira pessoa (optando por fórmulas como «nós» ou «os comunistas»), rejeitando assim qualquer laivo personalista e defendendo um programa que apenas era “seu” porque era o do seu partido¹⁷³. Também a forma como a sua biografia é apresentada seria necessariamente distinta, reflectindo o peso desse vínculo. Salientar-se-ia o seu papel de combatente antifascista durante o Estado Novo, a par da sua trajectória dentro da hierarquia do PCP, aspectos de uma história de vida que o levariam a concluir que, “se contasse apenas o passado político de cada um dos candidatos, os anos que cada um deu à luta pelo derrubamento do fascismo e à luta pelas liberdades democráticas, se se fosse a ter isso em conta, eu diria que, nesse caso, o candidato do Partido Comunista Português já estava eleito”¹⁷⁴. Outros aspectos, relativos à sua vida pessoal ou a considerações acerca de outro tipo de traços de carácter, seriam completamente marginalizados. A essa relutância em adoptar um discurso passível de ser considerado mais “popular” foram atribuídos alguns riscos, alertando-se nomeadamente para uma menor capacidade de mobilização, potencialmente favorável aos interesses de candidaturas encabeçadas por figuras mais «carismáticas» e que poderiam vir a disputar o mesmo eleitorado – caso de Otelo Saraiva de Carvalho. Ainda assim, entendia-se que a fidelidade do eleitorado

¹⁷² Acabaria por dar liberdade de voto aos seus militantes, não indicando preferências. “MDP não apoia nenhum candidato”, *Jornal Novo*, 08/06/76, 16;

¹⁷³ Não quer isto dizer que a ideologia comunista seja menos propensa ao desenvolvimento de fenómenos carismáticos. Por um lado, há aqueles que consideram que se pode falar de um “carisma de partido” (ainda que essa leitura colectiva de um conceito iminente individual não deixe de ser problemática), por outro, há quem considere que o vulto carismático seria Álvaro Cunhal, não podendo esse seu magnetismo, associado a um percurso singular, ser devidamente transmitido a outra figura. Jaime Neves afirmaria inclusive que para “resolver” o problema PCP bastaria “simplesmente” a prisão desse seu líder, revelando até que ponto se considerava que um partido que colocava a tónica no colectivo poderia estar dependente de uma personalidade. Álvaro Cunhal, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril* (Lisboa: Editorial “Avante”, 1999), 216;

¹⁷⁴ “O Partido apresenta o seu candidato às eleições para a Presidência da República,” *Avante!*, 20/05/76, 3;

comunista permitiria o cumprimento dos principais objectivos, nomeadamente a manutenção das bases de apoio do partido e o isolamento da candidatura da esquerda “ilusionista”¹⁷⁵. Se tal assim não acontecesse, restaria sempre a possibilidade de fazer valer a tese de uma candidatura minada pelo divisionismo como justificativa.

2.2.4 - Otelo Saraiva de Carvalho

A candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho à presidência também não seria à partida uma hipótese evidente. Se em Agosto de 1975 tinha sido, segundo o próprio, convidado pelo Grupo dos Nove a substituir Costa Gomes na presidência (oferta que declinara por “não ter interesse em nenhuma área do poder”¹⁷⁶), o contexto era agora dramaticamente distinto. Depois do 25 de Novembro, tendo sido afastado da liderança do COPCON e do Conselho da Revolução, seria desgraduado¹⁷⁷ e, já em Janeiro, detido devido às suas implicações numa alegada tentativa de golpe¹⁷⁸. A sua prisão provocaria um desconforto transversal a muitos sectores da sociedade – alcançando rapidamente uma dimensão internacional¹⁷⁹ -, considerando alguns que esta equivaleria “a assassinar a frio o sonho e o romance da aventura que aconteceu em Portugal, a aniquilar, no inconsciente colectivo deste país, a imensa esperança de justiça nascida em dia longínquo do fim do fascismo, a abafar para sempre o próprio motor do 25 de Abril”¹⁸⁰. João Bénard da Costa, professor, ensaísta e crítico de cinema integrante do MES, diria mesmo que “a prisão de Otelo é um facto que não pode deixar indiferente quem minimamente tenha acreditado nesta Revolução que, na sua pureza, ninguém melhor do que ele encarnou”¹⁸¹. Afinal, Otelo era passível de ser confundido com a própria Revolução, ocupando um lugar simbólico, mítico, e representando um legado que certos elementos pareceriam agora querer deixar para trás. Certo é que o seu afastamento do espaço público e dos lugares de influência que vinha ocupando levaria a que muitos dessem já por terminado o seu papel

¹⁷⁵ “Entrevista com Octávio Pato: «O PCP não apoia nem hostiliza Ramalho Eanes»”, *Jornal Novo*, 25/05/76, 10;

¹⁷⁶ João Marcelino, “Grupo dos Nove queria que eu assumisse a Presidência”, *Diário de Notícias*, 21/11/2010, disponível em <https://www.dn.pt/portugal/interior/grupo-dos-nove-queria-que-eu-assumissem-a-presidencia-1716536.html>, consultado a 05/06/2019;

¹⁷⁷ Diria que por vontade própria, tendo recusado cargos que lhe foram oferecidos e que lhe permitiriam manter o generalato;

¹⁷⁸ Detenção essa que seria ordenada pelo próprio general Ramalho Eanes. João Bénard da Costa, “Carta aberta ao general Eanes”, *Jornal Novo*, 22/01/76, 5;

¹⁷⁹ São vários os comités formados fora de portas em defesa dos militares presos após o 25 de Novembro, bem como os abaixo-assinados e as declarações de solidariedade. Jean Pierre Faye, *O Portugal de Otelo – a Revolução no Labirinto* (Lisboa: Socicultur, 1977), 157;

¹⁸⁰ José Lebre de Freitas, “Matar o sonho”, *Expresso*, 24/01/76, 8;

¹⁸¹ “Quem é... quem foi...”, *Expresso*, 31/01/76, 16;

no processo de democratização. Restava saber se, sendo o rosto de um tempo que acabara, as evocações que despertava poderiam ainda ter uma consequência política ou se estavam reduzidas a nostalgia.

A alteração dos equilíbrios político-ideológicos no final de Novembro levaria também a que o seu nome começasse a ser alvo de críticas sistemáticas, tanto nos sectores que sempre se haviam oposto às suas tomadas de posição, como naqueles que entendiam agora que as suas acções tinham desempenhado um papel decisivo para uma mudança de ambiente político prejudicial aos seus interesses. Tornara-se objecto de uma cobertura jornalística hostil, que seguia em sentido contrário àquela que era dada, quer a Ramalho Eanes, quer a Pinheiro de Azevedo. Eram feitas sistemáticas alusões à sua incoerência e ingenuidade, através da repescagem das decisões e declarações polémicas que tomara enquanto líder do COPCON, ou ainda tentando diminuir-lhe a reputação de revolucionário que lhe estava associada (lembrando, por exemplo, acções de formação na Legião Portuguesa em que participara durante o Estado Novo). De tal modo foi notório o incremento desse tipo de campanha que, ainda em Dezembro de 1975, Otelo decide enviar uma carta aos directores dos jornais que considerava serem motores desse ataque à sua imagem pública (*Tempo*, *Jornal Novo*, *Expresso* e *A Luta*), declarando que não se importava de continuar a ser um político ingénuo e afirmando que o “povo que não me conhece, que não falou comigo (...) apenas absorve não as minhas ideias autênticas mas aquelas que lhe são levadas pelos jornais que lê”¹⁸². Talvez sobrevalorizasse a influência destes meios de comunicação, mas, tendo em conta um contexto tão adverso, a quem interessaria ainda a sua candidatura? E que tipo de sucesso é que esta poderia aspirar a obter?

Otelo é libertado da prisão de Santarém no início de Março, permanecendo impedido pelas chefias militares de promover ou participar em actividades políticas públicas. Pouco tempo depois, reunir-se-ia com figuras cimeiras do Partido Socialista¹⁸³, utilizando esses encontros para afirmar a sua integração no espírito da Constituição em vias de ser aprovada, documento que consideraria “importante na actual conjuntura”. Alguns comentadores receberiam tais movimentações com surpresa, ao ponto de se falar

¹⁸² “«Lembrar-me eu do trabalho que tive para convencer o Dr. A. Cunhal numa das nossas raras conversas que não sou anti-comunista nem sequer anti-PC!»”, *Expresso*, 17/12/75, 11 e 16;

¹⁸³ Encontrar-se-ia no Aeroporto da Portela com Mário Soares e Mitterrand (uma das vezes que, no plano internacional, se havia oposto à sua detenção), avistando-se ainda com Tito de Morais, Medeiros Ferreira, Manuel Alegre e António Reis;

de uma possível alteração de fundo no seu posicionamento político¹⁸⁴, que pareceria agora mais em linha com os sectores moderados. Afinal, já numa entrevista que concedera a César Oliveira¹⁸⁵, horas antes de partir para o cárcere, havia confessado aqueles que entendia terem sido os seus erros, retractando-se e responsabilizado o “sectarismo” de alguns camaradas da esquerda militar - dos quais se demarcava - pelo fracasso do projecto de unidade entre o COPCON e os Nove¹⁸⁶. Contudo, estes contactos não parecem ter significado uma clarificação do seu posicionamento político-ideológico e em Abril, quando o seu nome começa a ser aventado para a Presidência da República, é o MES que, em conferência de imprensa, lhe declara o seu apoio, numa decisão que seria prontamente secundada pelo PRP, pela BASE (Frente Unitária de Trabalhadores), pela FSP e pela UDP¹⁸⁷. A postura de compromisso e os aparentes recuos dos tempos recentes seriam mitigados em função disso, assistindo-se a uma radicalização do seu discurso que marcaria o tom da campanha (e que muitos viram como reflexo da acção desses partidos de franja sobre uma personalidade influenciável)¹⁸⁸.

Ainda assim, Otelo parecia pouco satisfeito com a hipótese de se lançar na corrida com o apoio de partidos, sobretudo tendo estes uma expressão diminuta. Por um lado, identificando-o com esses grupos, as pessoas poderiam afastar-se de uma candidatura que se pretendia mais abrangente¹⁸⁹, por outro, estava ciente de que um tal empreendimento poderia “queimá-lo” politicamente de forma definitiva, uma vez que os seus círculos mais próximos lhe garantiam que não poderia ter a ambição de ganhar. Se decidisse avançar, teria de o fazer apenas com o propósito de “manter despertas as massas trabalhadoras”, eventualmente criando bases que lhe permitissem nova candidatura volvidos cinco anos, desta feita com maiores hipóteses de sucesso¹⁹⁰. De resto, o major não seria o único a ter hesitações em relação aos méritos de tal tomada de iniciativa. Mesmo à esquerda, e para

¹⁸⁴ “Otelo/Soares/Mitterrand: encontro no aeroporto”, *Jornal Novo*, 16/03/76, 1;

¹⁸⁵ Historiador e um dos fundadores do MES, que à época se encontrava ligado ao GIS (Grupo de Intervenção Socialista, dissidência do MES);

¹⁸⁶ Importa ter em conta que a sua linha política procurara servir, em alguns momentos e de forma algo hesitante, de ponte entre “gonçalvistas” e os Nove. “Otelo detido mas antes entrevistado”, *Expresso*, 24/01/76, 2;

¹⁸⁷ “A candidatura de Otelo”, *Jornal Novo*, 22/04/76, IV;

¹⁸⁸ Lançando um olhar retrospectivo sobre a conjuntura, Vasco Lourenço diria que a radicalização de Otelo era já óbvia aquando da Assembleia de Tancos de 5 de Setembro de 1975 - que ditou a reestruturação do Conselho da Revolução e o afastamento de Vasco Gonçalves -, responsabilizando-o por muitas das tensões que se gerariam no interior do CR. Rezola, *Os Militares na Revolução de Abril ...*, 445;

¹⁸⁹ “Otelo candidato só com cinco por cento”, *Jornal Novo*, 07/05/76, 9;

¹⁹⁰ “Eleições para a Presidência da República – Vencerá as eleições a força anti-golpista”, *Expresso*, 08/05/76, 17;

além das já referidas oposições de PS e PCP, punham-se interrogações acerca da natureza da candidatura. Seria esta movida por um programa ou por uma personalidade cujo pensamento e afinidades ideológicas nem sempre fora claro? Reuniria Otelo as condições para liderar uma candidatura capaz de reorganizar o movimento popular e de reabrir o processo revolucionário ou contribuiria decisivamente para o seu encerramento?¹⁹¹ Em resposta, afirmava-se mesmo que o seu nome fora escolhido apenas por não haver “alternativas viáveis”, sendo ele a figura mais conhecida e com maior credibilidade para promover um projecto de unidade. Indo mais longe:

“Para uma ida simbólica às eleições, poder-se-ia preferir um operário dum Comissão de Trabalhadores ou um trabalhador rural dum cooperativa. Para encabeçar uma campanha política de envergadura, é correcto recorrer a uma figura que as massas conhecem, cuja prática puderam avaliar ao longo de um ano e meio de luta. É natural que muitos trabalhadores pensem imediatamente em Otelo.”¹⁹²

Não era por isso uma candidatura encarada com total à-vontade por parte dos seus promotores, que, cientes dos erros em que esta poderia incorrer, a encaravam como a solução possível. Não se podia ignorar, por exemplo, o facto de ser uma figura com muito pouca implantação no Norte do país, nem tampouco negligenciar os efeitos da propaganda contra ele movida. Para além disso, uma campanha mal conduzida poderia contribuir para “dividir as massas trabalhadoras e isolar as forças revolucionárias”. Se esta se centrasse em recuperar palavras de ordem ou formas de acção do pré-25 de Novembro, adoptando uma postura vanguardista feita à imagem da cintura industrial de Lisboa¹⁹³, alienar-se-iam sectores sem os quais o projecto de “unidade das massas trabalhadoras” não seria realizável, podendo mesmo a sua capacidade de apelo ficar reduzida às bases das forças partidárias que o apoiavam. Por sua vez, o risco desses mesmos grupos cederem às suas agendas “sectárias”, à tentação eleitoralista da procura

¹⁹¹ “Presidentes”, *Gazeta da Semana*, 22/04/76, 1;

¹⁹² “Otelo contra Eanes: abrir a discussão no movimento de massas”, *Gazeta da Semana*, 13/05/76, 3;

¹⁹³ Uma recuperação do programa do COPCON seria pouco popular fora da área de Lisboa, entendendo-se igualmente que o reforço das divisões norte/sul e cidade/campo apenas contribuiria para agravar as contradições no interior do movimento popular, algo que se deveria evitar, a bem do alargamento da plataforma que esta candidatura visava promover;

de dividendos políticos imediatos, ou enveredarem por um “radicalismo aventureiro”, poderia ter custos políticos demasiado elevados, sobretudo atendendo às adversidades da conjuntura. A tudo isto, somar-se-ia ainda a questão da possível inelegibilidade de Otelo, relacionada com os processos movidos contra ele e que ainda se encontravam em curso.

Apesar destas dúvidas e dos potenciais perigos, abdicar de tomar partido nas presidenciais¹⁹⁴ não era considerada uma estratégia viável. Afinal, estas eram vistas como uma forma de combater o “basismo inconsequente” e a dispersão do movimento popular, sendo que a abstenção apenas facilitaria o trabalho daqueles que o procuravam reprimir. As presidenciais seriam então “uma oportunidade de afirmação política e de acumulação de força para as batalhas dos próximos tempos”¹⁹⁵, batalhas essas que se estimava poderem adquirir um carácter particularmente violento no curto prazo. Nessa antecâmara, o objectivo não passava por ganhar as eleições, mas antes por unir e fortalecer o campo popular face aos programas de contra-revolução que seriam promovidos pelos candidatos “da burguesia e restauração capitalista”. Em suma, entendia-se que “ficar quieto não permitirá avançar um único passo”¹⁹⁶.

Assim, no momento de desenhar a estratégia destes grupos ante o escrutínio que se avizinhava, importava escolher uma figura capaz de potenciar o projecto de unidade pretendido, sendo que a popularidade de que Otelo gozava não poderia deixar de ser tida em conta. Mesmo junto de sectores à direita do espectro político se considerava que Otelo seria capaz de mobilizar boa parte da opinião pública, podendo esta ser sensibilizada pelo facto de se tratar de um “homem em desgraça oficial”, possuidor de um “halo romântico e aparente pureza de ideais” e que possuía no seu estilo “um populismo heróico, que habilmente os seus sequazes têm comparado a vultos passados como Humberto Delgado”¹⁹⁷ – elementos que contribuía, desde logo, para que o movimento por ele gerado não se frenasse depois de 27 de Junho. Marcelo Rebelo de Sousa, comparando-o com os seus adversários, diria que enquanto Pinheiro de Azevedo era “demasiado Sancho

¹⁹⁴ A abstenção chegou a ser vista como uma forma de isolar Eanes. Se esta atingisse valores elevados, retirar-se-ia representatividade democrática ao general, minando o seu mandato. Contudo, alertava-se para o facto de dificilmente a “burguesia” correr o risco de lançar um candidato único, podendo PS e PCP vir a apelar ao voto naquele que se posicionaria mais à esquerda – algo que poderia conduzir ao enquadramento de boa parte das massas trabalhadoras nos partidos “reformistas”. “Otelo contra Eanes: abrir a discussão no movimento de massas”, *Gazeta da Semana*, 13/05/76, 3;

¹⁹⁵ “Otelo contra Eanes: abrir a discussão no movimento de massas”, *Gazeta da Semana*, 13/05/76, 3;

¹⁹⁶ “Otelo contra Eanes: abrir a discussão no movimento de massas”, *Gazeta da Semana*, 13/05/76, 3;

¹⁹⁷ Marcelo Rebelo de Sousa, “Otelo versus Eanes e as preocupações do PCP”, *Expresso*, 05/06/76, 2;

Pança para arrebatat multidões (...) Otelo tem condições para vir a ser, por algum tempo, um D. Quixote atractivo do descontentamento de certa esquerda.” Já face ao candidato comunista, diria que “não é só mais leader do que Octávio Pato. A sua candidatura tem uma mensagem – que se pode temer ou odiar, mas também porque se pode lutar apaixonadamente. Octávio Pato está na campanha com um aspecto mal-escondido de frete momentâneo.”¹⁹⁸ Restava, por isso, como única oposição credível, Eanes.

Logo no 1º de Maio desse ano, não tendo ainda sido feito um anúncio oficial, a sua popularidade se exteriorizaria de forma inequívoca. Vários participantes desfilaram carregando um “Otelo na lapela”, fazendo proliferar a sua imagem “sorridente” numa antecipada manifestação de apoio que visaria convencê-lo a anuir ao convite que lhe fora endereçado¹⁹⁹. Seriam também muitas as comissões de moradores e trabalhadores, bem como os representantes de cooperativas agrícolas, a declarar-lhe o seu apoio²⁰⁰, exigindo-lhe que se candidatasse e convidando-o a participar em plenários e encontros promovidos nos mais diversos âmbitos²⁰¹. Tendo a dada altura declarado que apenas se candidataria caso tivesse garantidos, pelo menos, 5% dos votos²⁰², cedo se começou a perceber que esses mínimos facilmente seriam satisfeitos e, mesmo sem um anúncio oficial, os seus apoiantes conduziam já uma campanha em seu nome. Mesmo junto de alguns militares, sector onde a sua influência era agora tida como marginal, receberia o apoio de muitos daqueles que, como ele, haviam sido afastados após o 25 de Novembro, e que ainda se identificavam com o seu “general” e com o juramento de bandeira dos RALIS.

Confrontado com a confiança que nele parecia ser depositada, Otelo Saraiva de Carvalho acabaria por ceder, adoptando o discurso abnegado de quem assume uma missão por dever, que também foi possível observar no caso de Eanes. Se este último entendia que a conjuntura tornava a sua candidatura uma obrigação patriótica, no caso de Otelo a imperatividade viria de um mandato popular que este não poderia, em boa consciência, ignorar. De resto, o facto de só nessas circunstâncias ter aceitado concorrer

¹⁹⁸ Alexandre Cordeiro, “Octávio Pato: da cintura industrial ao Algarve”, *Expresso*, 05/06/76, 3;

¹⁹⁹ “Otelo na lapela”, *Jornal Novo*, 03/05/76, 5;

²⁰⁰ Muitas vezes sem que tivesse lugar a necessária discussão, questionando-se frequentemente a legitimidade de tais tomadas de posição. Entendia-se que, por vezes, comissões de trabalhadores afectas a Otelo rejeitariam moções que apelavam ao apoio de uma candidatura da maioria de esquerda (caso da Lisnave) ou, ao contrário, comissões afectas ao PCP rejeitariam moções de apoio à candidatura do “movimento popular” (caso da Setenave). Ambas punham em risco a “democracia operária”. Jorge Almeida Fernandes, “PCP contra Otelo: quem divide?”, *Gazeta da Semana*, 20/05/76, 5;

²⁰¹ A que seria proibido de assistir pelos seus superiores hierárquicos;

²⁰² “Pinheiro de Azevedo e Ramalho Eanes anunciarão candidatura até sábado”, *Jornal Novo*, 12/05/76, 7;

servia para demonstrar que não se tratava de alguém que, interesseiramente, pretendia “apanhar o comboio do movimento popular”, tendo antes preferido esperar que este escolhesse usar a sua candidatura²⁰³. Assim, em finais de Maio, esse Otelo “de novo na ribalta” – autorizado pelo Estado-Maior do Exército a apresentar a candidatura e pela Polícia Judiciária Militar a participar em manifestações de carácter político²⁰⁴ - confirmaria a sua participação na corrida presidencial.

2.3 - A Campanha Eleitoral

“(…) conduzi no carro uma velha aldeã ao local de voto, desviado uns quilómetros. Para lá, silêncio, vai-se fazer algo de importante, de solene, certo receio. No regresso, desabafa: «só quem for cego, é que não conhecia o Otelo». E acrescentou: «é o mais bonito de todos eles». Outra, à laia de eco: «Otelo é o pai dos pobres»²⁰⁵

“Vai chegar num «Audi» amarelo! – anunciava excitada uma jovem – Posso ser reaccionária, mas é um tipo com «pinta»!”²⁰⁶

“Foi nessa hora de perigo, quando a conquista da democracia se viu ameaçada, que aconteceu o encontro entre o povo e o seu estranho herói modesto, discreto, seu comandante sem arrogância, sem demagogia, sem carismas: nem chefe de grupo, nem secretário-geral, nem guru, apenas um português desejoso de assegurar o exercício da democracia, de garantir sua continuidade e aperfeiçoamento.”²⁰⁷

²⁰³ “Otelo contra Eanes: abrir a discussão no movimento de massas”, *Gazeta da Semana*, 13/05/76, 3;

²⁰⁴ Uma decisão que desagradaria a Ramalho Eanes, que a achava “muito estranha”, afirmando que o passado do major não lhe deveria auferir qualquer tipo de privilégio;

²⁰⁵ Fernando Belo, “Geografia Eleitoral – foi Otelo contra Eanes”, *Gazeta da Semana*, 01/07/76, 5;

²⁰⁶ Comentários à chegada de Otelo à redacção do *Jornal Novo* para uma entrevista. Manuel Barão da Cunha, “O diálogo e os candidatos à Presidência”, *Jornal Novo*, 23/06/76, 8;

²⁰⁷ Jorge Amado sobre Eanes. Dragisa Popovic Baldani, *Eanes – entre o ontem e o amanhã* (Lisboa: Nova Nórdica, 1986) 10;

“É tempo de os militares deixarem de ser vedetas”²⁰⁸

A campanha presidencial teria o seu início oficial cerca de duas semanas antes do dia das votações, a 12 de Junho. No entanto, e como se procurou demonstrar, o espaço público já se havia transformado num palco para essa contenda muito tempo antes, intensificando-se no rescaldo das legislativas de Abril. A partir desse momento, e sobretudo depois de fechado o rol dos candidatos, começavam a tornar-se claras algumas assimetrias relativamente ao tipo de capacidade mobilizadora de que estes eram capazes. Se inicialmente se pensava que o “português médio, que normalmente quer jogar no seguro, apostando no vencedor”²⁰⁹, iria fazer com que o fulcro do debate se situasse entre os dois generais, nas vésperas do escrutínio o risco de um antagonismo mais extremado era evidente.

As candidaturas de Octávio Pato e Pinheiro de Azevedo, por razões distintas, não pareciam ser movidas por objectivos ou motivações comparáveis às que se encontravam associadas a Otelo ou Eanes. Se o primeiro se assumia como um porta-voz dos interesses do seu partido, não se apresentando sequer como oposição, o segundo, muito em virtude de desenvolvimentos conjunturais, tinha reduzido a relevância da sua candidatura à necessidade de dar cumprimento ao que entendia serem mínimos democráticos (isto é, para garantir que existiriam, pelo menos, duas “candidaturas verdadeiras” e não um candidato único²¹⁰). No caso de Pato, isso resultava sobretudo do quase total anulamento do indivíduo face às suas identificações partidárias, sendo que “a sua coerência é a coerência do seu partido, a sua disciplina é a disciplina do seu partido”²¹¹. Já no caso de Pinheiro de Azevedo, o principal problema residia na sua incapacidade em assumir uma linha programática própria, que o enquadrasse verdadeiramente num dos lados de uma sociedade fracturada²¹². Ainda que o seu discurso fosse frequentemente classificado

²⁰⁸ Afirmação proferida por Eanes, presente num documento intitulado “Alguns dados biográficos do General António dos Santos Ramalho Eanes”, disponível em <https://ephemerajpp.com/2018/10/31/eleicoes-presidenciais-de-1976-candidatura-de-ramalho-eanes/>, consultado a 09/03/2019;

²⁰⁹ Marcelo Rebelo de Sousa, “Otelo versus Eanes e as preocupações do PCP”, *Expresso*, 05/06/76, 2;

²¹⁰ Uma vez que, como a sua campanha deixaria transparecer, as candidaturas de Octávio Pato e Otelo não eram vistas como sérias, desconsiderando-as quase ao ponto de se não lhes referir;

²¹¹ Manuel Barão da Cunha, “O diálogo e os candidatos à Presidência”, *Jornal Novo*, 23/06/76, 8;

²¹² Para alguns comentadores, Azevedo nunca se preocupou em seguir uma das leituras da Revolução, estando “com e contra todas elas um pouco”. A indefinição, que em Costa Gomes fora encarada como maquiavelismo, nele parecia adquirir contornos de “expediente de ocasião”. Marcelo Rebelo de Sousa, “Otelo versus Eanes e as preocupações do PCP”, *Expresso*, 05/06/76, 2;

como populista (seja pelo destaque dado a matérias relativamente genéricas, como o combate à corrupção e a reposição da ordem, seja pela forma “corriqueira e terra-a-terra” como se relacionava com o “povo”), estavam ausentes alguns dos atributos fundamentais desse fenómeno, sobrando apenas a forma. Os traços carismáticos que inegavelmente possuía, fruto da sua “vivacidade” e “franqueza”, valendo-lhe recepções entusiásticas, não bastariam para compensar essa ausência de um projecto que o transcendesse. Diria inclusive, numa declaração ilustrativa, que “a grande diferença entre mim e o general Eanes é que ele vai às eleições presidenciais animado de um grande espírito de missão, enquanto eu vou porque quero ganhar e ser Presidente da República de Portugal!”²¹³

Não é por isso de estranhar que Ramalho Eanes e Otelo Saraiva de Carvalho se tenham transformado nos pólos em torno dos quais se reorganizaria a disputa pelo futuro pós-revolucionário. Por um lado, ambos estavam vinculados a entes colectivos que lhes permitiam transcender fidelidades partidárias e personalismos mais limitados, colocando-se ao serviço das vontades do “povo” (diferentemente interpretadas). Por outro, os projectos a que davam rosto propunham opções em tudo diversas. Se Eanes era o candidato da democracia eleitoral de tipo ocidental, colocando as Forças Armadas no papel de zeladores da Constituição, Otelo dava voz aqueles que defendiam a democracia de base, fundada no “poder popular” de inspiração terceiro-mundista, afastada das linhas eleitoralistas/parlamentaristas e atribuindo aos militares um empenhamento activo no processo político, enquanto vanguarda revolucionária.

Também a postura e a personalidade de ambos os separava irremediavelmente, despertando diferentes sensibilidades relativamente ao tipo de liderança que naquele contexto se impunha. A propaganda visual - amplamente difundida através dos media - seria expressiva, mostrando frequentemente um Otelo “sorridente”, “simpático” e imerso na multidão (tratava-se, afinal, de colocar “um amigo na presidência”), contrastando com um Eanes “sério” e de porte viril, quando não autoritário. Eram candidatos que representavam, tanto através de um programa como de uma morfologia, um conjunto de escolhas quotidianas, valores e atributos. Condensavam visualmente um “inefável social”²¹⁴, que transcenderia o político em benefício de uma maneira de ser, introduzindo nas eleições um grau de comunalidade que os transformaria num espelho no qual os

²¹³ Maria João Avillez, “P. Azevedo: candidatura vai para a frente”, *Expresso*, 09/06/76, 3;

²¹⁴ Roland Barthes, *Mitologias* (Lisboa: Edições 70, 2012), 227;

eleitores se poderiam rever. Estes elegeriam, assim, um futuro diferentemente estetizado ou, no limite, eleger-se-iam a si mesmos, identificando-se indistintamente com um dos modelos oferecidos. O que poderia diferenciar esses processos de identificação seria “o grau de distanciamento entre o ego e o ideal do ego”²¹⁵ – isto é, entre a imagem de si e a imagem de si a partir de uma representação idealizada. Se essa distância for grande, o ideal do ego pode transferir-se por inteiro para o líder do grupo, ao passo que se for diminuta o líder poderá ser escolhido pelo grupo enquanto parte do grupo, participando no processo geral de identificação mútua. Também a essa luz se pode pensar a “distância” cultivada por Eanes e a “proximidade” de Otelo – bem como os seus diferentes apelos.



Fig. 1 - os dois perfis na propaganda de cada um dos candidatos

²¹⁵ Laclau, *On populist Reason*, 62;

Era essa mesma oposição que os colocava num plano distinto dos demais candidatos e que, simultaneamente, daria a um acto eleitoral que antes fora secundarizado uma nova relevância política. Garantia-se que a campanha seria “menos monótona”²¹⁶ do que fora nas legislativas e que se trataria mesmo de um momento “crucial” para a definição do ambiente político dos anos seguintes. Afinal, voltavam agora a estar em jogo questões que, quando primeiro se debateu a trama presidencial, não se acreditava que pudessem vir a ser colocadas. Tratava-se de um acto eleitoral que, como se verá a partir da análise aos programas e discursos dos candidatos que se segue, espelhava fracturas que não se tinham resolvido e dissipado abruptamente com o 25 de Novembro.

2.3.1 - “Viver a Liberdade em Segurança” – programa e discurso eanista

Como se viu anteriormente, um dos requisitos necessários para o desenvolvimento de fenómenos populistas passa pelo carácter agregador e generalista das propostas. Nesse sentido, um programa presidencial, pela natureza ecuménica que tradicionalmente se atribui ao cargo, torna-se particularmente susceptível de ser objecto de construções argumentativas que o tornem passível de interpretações variadas e, por extensão, que o escudem da crítica²¹⁷. No caso das presidenciais de 1976, dificilmente poderia encontrar-se um manifesto mais conscientemente elaborado de acordo com estas premissas do que aquele que foi apresentado pela candidatura de Ramalho Eanes. O próprio general consideraria que este continha “afirmações genéricas” e era, portanto, “passível de várias interpretações”²¹⁸. Segundo aqueles que se lhe opunham, o manifesto parecia “feito num laboratório político, de forma a agradar a todos os quadrantes que o apoiam, sem dizer rigorosamente nada.”²¹⁹ De facto, ao colocar o enfoque na “intransigente defesa dos direitos dos trabalhadores”, das conquistas democráticas, da independência nacional e da Constituição, pouco se distinguiria dos demais manifestos. Do mesmo modo, ao descrever aquele que seria o seu posicionamento ideológico, Eanes procuraria fazer uma simbiose

²¹⁶ “Será mais dura a campanha para a Presidência da República”, *Jornal Novo*, 26/04/76, 9;

²¹⁷ Numa análise aos discursos presidenciais de tomada de posse pós-revolucionários, Paula do Espírito Santo notaria também que estes, na sua generalidade, “reflectem a intenção presidencial de produzir uma visão da importância simbólica e transversal, do ponto de vista da unidade e coesão nacionais, inerente às mais altas funções de representação do Estado português. Ou seja, em comum, todos e cada um dos discursos presidenciais de tomada de posse revelam um pendor supra-ideológico, com um tom discursivo direccionado para a integração e dinamização dos diversos intervenientes e estruturas sistémicas.” Paula do Espírito Santo, “Comunicação e política nos discursos presidenciais de tomada de posse: 1976-2006,” *Estudos em Comunicação*, nº2 (Dezembro 2007): 200;

²¹⁸ Proença de Carvalho e Torquato da Luz, “Entrevista com Ramalho Eanes”, *Jornal Novo*, 11/06/76, 12;

²¹⁹ “O Bla bla dos programas”, *Gazeta da Semana*, 03/06/76, 4;

entre posturas e influências à partida difíceis de conciliar (mais a mais, atendendo ao contexto), destacando a importância que tanto o catolicismo como o marxismo tiveram para a sua formação política, guardando as eventuais nuances para as suas declarações públicas.

No entanto, certos pontos davam já pistas para a interpretação daqueles que eram os princípios ideológicos que guiavam a sua candidatura e em torno dos quais architectaria a sua presidência, sobretudo quando versavam sobre temas mais controversos. Ao abordar a polémica questão da Reforma Agrária – que se comprometia a continuar – Ramalho Eanes vai acabar por reconstruir discursivamente um dos mais sujeitos colectivos que foi mais univocamente invocado na Revolução: os trabalhadores. Apontando para a necessidade de pôr fim aos excessos que ameaçavam “substituir um opressor pelo outro”, declararia que “quaisquer soluções devem ter em conta os interesses dos trabalhadores rurais e dos pequenos e médios agricultores e a igualdade de condições entre os que trabalham a terra e os demais trabalhadores”, devendo procurar-se uma síntese entre as escolhas individuais e colectivas dos portugueses, considerando que as disposições constitucionais “salvaguardam a iniciativa privada, a par da que ao Estado pertence.” O abatimento implícito da fronteira entre os assalariados rurais e aqueles que detinham propriedades enquadrava-se num discurso que, não sendo novo (Henrique Barros, por exemplo, teceria vários comentários nesta linha), o posicionaria no campo daqueles que punham em causa a influência do PCP nas novas unidades de produção. Alargando o escopo destas observações, o manifesto de Eanes afirmava que o sector público deveria deixar de ser um encargo e passar a funcionar como um agente dinâmico no desenvolvimento do país. Quanto aos pequenos e médios empresários, que até ao 25 de Abril teriam sido esmagados por um capitalismo monopolista, deveriam agora ser correctamente apoiados. Nesse sentido, quando Eanes se referia aos “trabalhadores” fazia-o numa acepção distinta daquela que lhe tinha sido conferida durante o período revolucionário. Ao considerar que dentro desse rótulo se deveriam enquadrar também aqueles que definiria como “empreendedores” e, no limite, todos aqueles que considerava poderem estar interessados num projecto de reconstrução nacional, anulava em boa medida a dimensão classista que lhe estava associada. Contudo, não deixaria de excluir terminantemente certos elementos dessa categoria, apontando preferencialmente para alguns dos “apoiantes tipo” de Otelo. Em muitos deles veria “parasitas que à mesa do café constroem revoluções utópicas”, exigindo-lhes que “trabalhem também e participem

na verdadeira revolução, pondo de lado o ódio e a intolerância”²²⁰. A própria ideia de revolução metamorfoseava-se, devendo sair do plano da teorização inconsequente e passando a jogar-se no campo da realização concreta de um objectivo comum: a reconstrução do país.

Do mesmo modo, quando se referia ao “povo”, este não era já o “povo” do discurso das forças revolucionárias, representando o conjunto dos oprimidos, transformando-se antes num conceito tendencialmente identificado com o conjunto da nação. Assim, a “unidade de todos os portugueses” surgiria como uma formulação que se colocava em oposição directa à ideia de “unidade popular”, ainda que ambas se apresentassem como projectos de pendor universalista. Encontramos, novamente, um exemplo em que a parte se procura construir discursivamente enquanto todo.

Perpassando estas construções discursivas, está uma lógica regeneradora, inerente a uma conjuntura em que se considerava que o país estava ameaçado, quer do ponto de vista identitário, quer do ponto de vista da eficácia das suas instituições. O que se impunha, por isso, era o abandono “de certa terminologia tipo «processo revolucionário em curso»”²²¹, que se entendia ter sido responsável pela criação de expectativas utópicas que abriram portas a meses perigosamente anárquicos. Estas deveriam ser substituídas pela “honestidade” e, sobretudo, pelo “bom-senso” e pela “competência”. Ao bom-senso equivaleria a pacificação da vida nacional, através da reposição do Estado de Direito, permutando-se a legitimidade revolucionária pela legalidade revolucionária e proporcionando-se assim aos cidadãos um sentimento de segurança (processo inaugurado pela aprovação da Constituição, ao qual se deveria dar continuidade, colocando um fim a todos os “poderes paralelos” e dotando o Estado de uma coesão e homogeneidade que permitiria que todos soubessem “aquilo com que podem contar”). Contudo, para que tal fosse conseguido, Eanes não deixa de afirmar, de uma forma que muitos considerariam inusitadamente leviana, a possibilidade de se vir a ter de reprimir certos grupos, repressão essa que, para o general, “será o povo a pedir”²²². Mostrava-se, no entanto, confiante de que esta não viesse a ser necessária. Seguro da sua leitura das sensibilidades nacionais, consideraria mesmo que “se o major Otelo fosse eleito tal facto significaria que este povo, que sempre demonstrou ter um bom senso extraordinário, uma intuição política também

²²⁰ “Eanes: «O PCP não me ataca porque sabe que sei muitas coisas”, *Jornal Novo*, 21/06/76, 8;

²²¹ Proença de Carvalho, “Atenção à linguagem”, *Jornal Novo*, 01/07/76, 1;

²²² “Eanes: um candidato «às direitas»”, *Gazeta da Semana*, 09/06/76, 1;

incomparável, tinha perdido esse senso, tinha perdido essa intuição”²²³ – um cenário tão improvável que chegaria a afirmar que, caso se verificasse, abandonaria o país²²⁴. Um dos folhetos oficiais da sua campanha ilustraria essa postura exemplarmente:

“Habitado a julgar os homens pelo que fazem o General Ramalho Eanes está certo que a incompetência e a irresponsabilidade com que se tem cedido a certas reivindicações acabam por se traduzir em prejuízo dos próprios trabalhadores que têm hoje plena consciência de que o futuro da democracia se joga nos nossos campos e nas nossas fábricas. Conhecedor do patriotismo dos trabalhadores que souberam anular os desvios golpistas, o General Ramalho Eanes assegura a firme defesa das conquistas alcançadas e uma distribuição mais justa da riqueza que soubermos criar. Não se pode, de facto, distribuir com mais justiça uma riqueza que não existe.”²²⁵

Os apoiantes de Otelo não eram, por isso, representativos do “povo” ou dos “trabalhadores”, mas sim partidários de interesses externos, que punham em causa a “independência nacional”. Na melhor das hipóteses, poderiam ser gente “humilde” e “ingénua” que se deixara iludir com promessas demagógicas. Não por acaso, faria questão de se dirigir aos apoiantes do major duvidando que estes “tenham as mãos calejadas do trabalho”, classificando-os como “bandos de utopistas, para não dizer idiotas”²²⁶. De notar também que, num momento em que se esperaria que o futuro se jogasse no interior das instituições, se continuava a afirmar que o futuro da democracia passava pelos “campos” e “fábricas”, prolongando um tipo de discurso típico dos meses anteriores. Simultaneamente, procurava destacar-se a importância do 25 de Novembro. Mais do que uma intervenção militar, teria sido um momento de recusa generalizada e

²²³ A. Martins Lopes, “O «senso» é a «intuição» do general”, *Expresso*, 09/06/76, 8;

²²⁴ Ao ser forçado a justificar tais declarações, afirmaria que se tratavam apenas de posições pessoais, não sendo sobre Otelo, mas antes sobre o símbolo em que este se transformara. Acrescentaria que, não tendo o major laivos ditatoriais, era influenciável – sendo que em caso de vitória seria provavelmente uma das primeiras vítimas daqueles que agora o apoiavam. in *Confronto: 4 Candidatos para Belém* (09/06/76) [em linha]. Lisboa: RTP, 1976 [consultado a 06/03/2019] disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/confronto-4-candidatos-para-belem-parte-i/>;

²²⁵ António Ramalho Eanes, *Viver a Liberdade em Segurança* (folheto em anexo) [consultado a 26/05/2019, disponível em <https://ephemerajpp.com/2018/10/31/eleicoes-presidenciais-de-1976-candidatura-de-ramalho-eanes/>];

²²⁶ “Eanes em Guimarães: «Vai tocar a trabalhar...»”, *Jornal Novo*, 22/06/76, 20;

patriótica da intervenção não sancionada de certos grupos na vida nacional. Levando essa tese às últimas consequências, seria uma efeméride comparável ao 25 de Abril, no sentido em que ambas marcariam uma ruptura com a hegemonia que sectores minoritários vinham assumindo sobre os destinos do país. Novembro seria, enfim, um resgate de Abril.

Tudo isto o parecia identificar com um tipo de eleitorado que, aliás, muitos reconheceriam na sua própria trajectória de vida. Para alguns autores, Eanes seria “sociologicamente o protótipo do homem do Norte”, considerando-se (não sem incorrer em essencialismos) que o general partilharia com essas populações o carácter “taciturno” e religioso²²⁷. Além disso, o facto de ser alguém oriundo das zonas rurais de Castelo Branco seria apontado como um dos factores que justificava as suas tomadas de posição em relação ao valor e ética do trabalho, à propriedade e, por extensão, à Reforma Agrária. Aí entroncaria igualmente a sua noção de “competência”, que, em suma, passaria por colocar a ênfase nos apetrechos teóricos e técnicos necessários para conduzir o projecto de reconstrução nacional, secundarizando implicitamente o papel dos “políticos” e da ideologia no sentido mais estrito do termo. Tratava-se de uma resposta à demagogia que marcara os meses anteriores, e a uma “crise” económica em nome da qual se deveriam abandonar certo tipo de posturas e idealismos, responsabilizados de resto pelo seu agravamento. Nesse sentido, estava também subentendida uma crítica aos partidos que, de outra forma (bem mais veemente, é certo), se encontraria também no discurso de Otelo, uma vez que os interesses particulares que as cliques partidárias representavam chocavam com aquilo que Eanes entendia ser a missão nacional a que a conjuntura obrigava. Sendo certo que garantira desde a primeira hora que respeitaria a Constituição, entregando o governo ao PS, faria notar que seria necessário que o programa que os socialistas viessem a adoptar fosse “operacional e de emergência”²²⁸, tendo os demais partidos o dever de o secundar e trabalhar para que os objectivos traçados fossem cumpridos. No fundo, a conjuntura obrigaria a que os partidos não se comportassem como tal. Alguns considerariam mesmo estar-se perante um regresso ao pensamento económico da ditadura, encarando os princípios doutrinários de Eanes como uma retoma do programa reformista de Caetano e de políticas neo-corporativistas. Mais ainda:

²²⁷ Nancy Bermeo, *The Revolution within the Revolution – worker’s control in rural Portugal* (New Jersey: Princeton University Press, 1986), 192;

²²⁸ *Confronto: 4 Candidatos para Belém (09/06/76)* [em linha]. Lisboa: RTP, 1976 [consultado a 06/03/2019] disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/confronto-4-candidatos-para-belem-parte-i/>;

“Tratar-se-ia de, tal como o corporativismo pretendeu, institucionalizar a luta de classes no interior do Estado capitalista. As classes sociais reduzir-se-iam a meros grupos de interesses, no plano teórico arbitrariamente conceptualizados (o trabalho, a produção, a competência, a técnica, o saber) e o único projecto político possível residiria «na criação de centros de poder político, de diversas comissões ou organismos públicos estatizados em que esses grupos «institucionalizados» cooperariam, sob a direcção e a arbitragem neutra da administração tecno-burocrática, no sentido de uma «concertação dirigida da sociedade».”²²⁹

No entanto, esse uso da “crise” como base para a adopção de um programa de austeridade que se colocava discursivamente “acima” do político merece uma análise mais cuidada, devendo questionar-se a sua própria natureza. Do ponto de vista económico, e mesmo tendo em conta as inevitáveis disrupções provocadas por uma transição revolucionária, a conjuntura era vista por muitos observadores internacionais (desde professores do MIT até missões técnicas da OCDE) como surpreendentemente positiva²³⁰. A narrativa que entretanto se parecia ter tornado praticamente unânime, e que considerava que o PREC havia sido responsável por uma disrupção cujos efeitos se alastrariam necessariamente aos anos seguintes, parecia, assim, ter como base uma ideia de “normalidade” que procurava a rejeição certo tipo de projectos e práticas a que a Revolução daria origem, alegando que o contexto de crise os inviabilizaria. Pode, assim, pôr-se em causa a impermeabilidade desse discurso de laivos tecnocráticos a motivações de ordem marcadamente ideológica. Sendo certo que Eanes seria classificado como um burocrata ou um administrador²³¹ (características que se entrelaçavam com a sua frieza e calculismo, bem como com a sua condição militar), convém lembrar que essa racionalidade metódica tende a ir “a par com a irracionalidade declarada da tomada de

²²⁹ Sabino, *Portugal é demasiado pequeno*, 26-27;

²³⁰ Ricardo Noronha, “«The Most Revolutionary Law Ever Approved»: Social Conflict and State Intervention during the Portuguese Revolution (1974-1975),” in *The Making of Modern Portugal*, ed. Luís Trindade (Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013), 307-308;

²³¹ Antecipando, em parte, o discurso e estilo que marcaria os anos do cavaquismo.

posição perante valores, objectivos e necessidades”²³². O general seria um bom exemplo dessa mescla²³³.

Esses valores e necessidades de ordem irracional estavam plasmados na própria ideia de “crise”, que no programa e no discurso de Eanes se estendia a outras esferas da vida colectiva, sendo descrita através de princípios de ordem bem menos material. Portugal estaria também mergulhado numa “crise” identitária, resultante do fim de um regime e de um império que o tornariam permeável a ideias que, não tendo em conta as particularidades de uma nação “velha de oito séculos”, ameaçavam não só a sua independência mas também os valores nos quais esta se teria erigido. Tratava-se, afinal, de “mitologias revolucionárias cuja estrutura não tinha raízes portuguesas” e que, malgrado todos os esforços, não se poderiam integrar na tradição histórica do país²³⁴. Assim, e se nos seus programas – como vimos - ainda é possível encontrar referências ao “caminho para o socialismo” (ainda que seguindo a “via portuguesa” ou sendo traçado “à medida do homem português”), esse destino será progressivamente anulado do seu discurso. Numa importante deslocação relativamente ao período de pré-campanha, Eanes consideraria que falar em socialismo, do ponto de vista da campanha conciliadora que procurava conduzir, poderia constituir um entrave, uma vez que “o nosso povo encara o socialismo como uma ameaça” e que “perante a realidade que temos (...) falar de socialismo ainda é mau, na medida em que estamos através de um estímulo a provocar uma reacção que não se ajusta, de maneira nenhuma à realidade.”²³⁵ O socialismo representaria, assim, um desígnio não imediato, um horizonte de esperança colocado a uma distância segura do presente, de modo a não alarmar nem exaltar, deixando aqueles que por ele pugnavam e aqueles que se lhe opunham num espaço intersticial que se quereria permanente. Este tipo de discurso representava já uma clara ruptura com um contexto em que até os elementos mais à direita do espectro político se viram forçados,

²³² Jürgen Habermas, *Técnica e Ciência como “Ideologia”* (Lisboa: Edições 70, 2016), 108;

²³³ De resto, se à primeira vista parece existir uma oposição clara entre discursos populistas e tecnocratas (*politics without policy* e *policy without politics* respectivamente), há também uma importante dimensão de complementaridade que não se deve ignorar - ambos partem de uma crítica comum a uma forma de fazer política que podemos definir como a “política dos partidos”. Christopher Bickerton and Carlo Invernizzi Accetti, “Populism and technocracy: opposites or complements?,” *Critical Review of International Social and Political Philosophy* (2015): 3;

²³⁴ Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade – psicanálise mítica do destino português* (Lisboa: D. Quixote, 1978), 60;

²³⁵ Alexandre Cordeiro, “Eanes: da repressão que «será o povo a exigir ao socialismo-ameaça de esperanças», *Expresso*, 19/06/76, 8;

por pressões à sua esquerda, a adoptar/adaptar ideias e posturas que não se coadunavam com o seu eleitorado.

No que diz respeito ao posicionamento externo que Portugal deveria assumir, a tónica do programa repousava na recusa de qualquer tipo de ingerências e num “regresso à Europa”, ideia propalada igualmente pelos partidos que o apoiavam e que viam nesse enquadramento continental uma forma de se afastarem de sectores cujas afinidades internacionais pendiam para o leste ou para o Terceiro-Mundo. Ainda assim, aquela que foi uma das grandes questões abertas pela Revolução de Abril – a descolonização – não deixaria de ter reflexos na forma como esse regresso seria pensado e idealizado. O ensaísta Eduardo Lourenço notaria, a respeito da independência das colónias, que o trauma que essa perda causara parecia, em termos gerais, insignificante, sobretudo quando comparado com aqueles que viriam ao de cima em momentos análogos, nos quais os danos territoriais e simbólicos foram bem menos significativos (o exemplo mais paradigmático seria o *Ultimatum* de 1890). Vários são os factores que para isso podem ter contribuído, vivendo-se uma conjuntura de libertação que aproximaria a metrópole das colónias e em que a rapidez dos acontecimentos parecia não dar espaço a lamentos. No entanto, tratando-se Eanes de um militar que percorrera vários desses territórios, combatendo na Guerra Colonial, não deixaria de se mostrar sensibilizado com as alterações políticas que neles se verificaram. Em entrevistas realizadas nos primeiros dias após a Revolução, Maria João Avillez notaria que

“parecia constrangido com a descolonização, ou pelo menos com o seu resultado. Vim para casa a pensar que tinha encontrado um militar que não sentia vergonha em me falar de África daquela maneira, um oficial que estava sinceramente preocupado com Portugal e com o destino que era agora o do País, reduzido ao seu rectângulo inicial.”²³⁶

As dúvidas e preocupações do oficial que levava para o teatro de operações um exemplar *d’Os Lusíadas* conduzi-lo-iam a tomadas de posição acerca do papel de Portugal no mundo que, durante o seu mandato, provocariam várias vezes um mal-estar institucional entre a presidência e os sucessivos governos de pendor europeísta. Se deviam privilegiar-se os laços com a Europa, estes só se poderiam provar interessantes

²³⁶ Maria João Avillez, *Entre Palavras – 1974/1984* (Lisboa: Difel, 1984), 176;

caso o país servisse como ponte entre o Velho Continente e as suas antigas províncias ultramarinas. A tese centenária de que Portugal deveria afirmar-se como porta de entrada da Europa era agora retomada noutros moldes, sendo a defesa do seu papel enquanto interlocutor privilegiado com as novas nações uma forma de procurar preservar um vínculo que não se queria obliterado pelo processo revolucionário ou por interferências de qualquer um dos blocos. Quanto aos conflitos ocorridos, impunha-se a pacificação e uma revisão do papel que Portugal desempenhou na relação com esses povos, colocando-se a tónica na sua natureza “não conflitual, mas sim marcadamente humana”²³⁷.

Em suma, a resposta a todas estas “crises”, para lá daquelas que assumiam uma ordem mais técnica, estava bem identificada nos diversos pontos que compunham o programa: patriotismo. Era através de uma acção patriótica que se poderia ultrapassar os problemas de ordem social e económica, salvaguardando-se igualmente a identidade e independência nacionais durante o período de construção de um projecto de futuro devidamente autónomo, capaz de tornar os portugueses verdadeiros “senhores do destino de Portugal”. Essa mensagem de tom regenerador e nacionalista emulava, assim, algumas das estratégias que anteriormente foram identificadas como sendo típicas de fenómenos populistas. Se, a um tempo, Eanes assumia posições e posturas que o colocavam do outro lado de uma contenda com movimentos desse tipo, noutra parecia dependente de alguns dos seus subterfúgios retóricos.

2.3.2 - “O 25 de Abril à Presidência” – programa e discurso otelista

O programa de Otelo apresentaria, naturalmente, visões distintas e em clara oposição a muitas das teses da candidatura de Eanes. Ainda assim, e como se verá, nem sempre as diferenças seriam necessariamente radicais. Afinal, o major entendia igualmente que se atravessava um período de “crise” económica e social a que apenas um esforço verdadeiramente nacional e patriótico poderia dar cabal resposta²³⁸. Diria mesmo ser

²³⁷ Avillez, *Entre Palavras*, 187;

²³⁸ Eduardo Lourenço, consideraria que “os valores de «pátria», «patriotismo», «sentimento nacional» pelo seu teor afectivo, de cariz irracional, não costumam ser reivindicados pela Esquerda”. Tratar-se-ia de “um erro funesto. Nenhuma Revolução triunfou com argumentos meramente ideológicos. Só a conjugação do interesse nacional e do interesse social assegurou o sucesso das Revoluções que triunfaram ou deixaram após elas a sua marca indelével”. Ciente ou não do argumento, Otelo não incorreria nesse “erro”. Lourenço, *Labirinto da Saudade*, 67;

“necessário criar no nosso povo, dominado por cinquenta anos de um regime de opressão (...) e de total obscurantismo, um sentimento muito grande de nacionalidade - o orgulho de ser português - e com os nossos próprios braços, com as nossas inteligências, com as nossas vontades, reconstruir o país. Reconstruir o país (...) fazendo sacrifícios, apertando o cinto, trabalhando mais horas se for necessário (...) desenvolvendo a nossa própria riqueza e não estando à espera de empréstimos - empréstimos esses que são sempre seguidos de (...) uma dependência do nosso país em relação àqueles que nos emprestam.”²³⁹

No entanto, se se entendia que essa abnegação colectiva era necessária para pôr cobro às adversidades da conjuntura, tal não poderia ser conseguido fazendo os trabalhadores pagar a crise ou sacrificando conquistas da Revolução. Seria, aliás, na concretização e aprofundamento destas que se encontraria a resolução, devendo o primeiro passo de qualquer política económica passar por “colocar as empresas e os sectores nacionalizados sob o controlo dos trabalhadores e ao serviço destes”. Indo mais longe, “a resolução da crise económica só poderá ter lugar numa sociedade socialista, através da planificação económica, assente na independência nacional, na mobilização dos trabalhadores e na dinâmica criadora da sua luta”²⁴⁰, travando-se assim um processo de recuperação capitalista assente na divisão dos trabalhadores, em conluio com políticos burgueses e com as potências imperialistas estrangeiras. A solução não poderia ser aquela que era apontada pelos patrões, mas sim aquela que os trabalhadores fossem capazes de construir em conjunto. Partilhando com Eanes a ideia de que era necessário trabalhar mais, cabia aos trabalhadores definir a organização desse esforço suplementar sem o qual não se poderia caminhar para a sociedade socialista. Assim, se em Eanes a crise era utilizada como forma de “desideologizar” a acção política, com Otelo seguir-se-ia o caminho inverso.

De facto, para o major e seus apoiantes, a responsabilidade pelo estado de coisas de então não recaía, ao contrário do que alguns meios de comunicação levariam a crer, sobre os eventuais excessos do período revolucionário, mesmo reconhecendo que haviam

²³⁹ *Confronto: 4 Candidatos para Belém (09/06/76)* [em linha]. Lisboa: RTP, 1976 [consultado a 06/03/2019] disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/confronto-4-candidatos-para-belem-parte-i/>;

²⁴⁰ Otelo Saraiva de Carvalho, *Bases do Programa de Candidatura* (Lisboa: GDUP, 1976), 5 [em anexo];

sido cometidos erros. No seu entender, teria sido a inépcia dos partidos que, estando “mais interessados nas disputas do poder do que na melhoria das condições de vida do povo”²⁴¹, acabara por mergulhar o país na instabilidade e na discórdia. Ao longo do processo revolucionário, estes teriam progressivamente visto diminuída a sua capacidade de orientação e controlo da consciência política dos portugueses, sendo que “a sua importância na cena política do País era esquecida, então, pelo povo trabalhador, empenhado em acesa luta de classes”²⁴². De resto, a crítica à acção dos partidos perpassaria muitos dos seus discursos, frisando-se em particular o carácter divisionista que estes teriam junto das classes trabalhadoras, justamente quando deveriam contribuir para a sua unidade – crítica que não considerava ser extensível aos partidos que o apoiavam, uma vez que sentia que nestes não “existe a sofreguidão, a avidez do poder”²⁴³. Seria também esse o entendimento das classes trabalhadoras que, não vendo os partidos como as instâncias preferenciais para a persecução dos seus objectivos políticos, deveriam organizar-se autonomamente, à margem deles. Mesmo a organização sindical deveria ser independente quer do Estado quer dos partidos²⁴⁴.

Importa neste ponto referir que o seu entendimento de “trabalhadores” não era já equivalente àquele que se encontrava associado à candidatura de Eanes, algo que a campanha de Otelo faria questão de salientar, lembrando que de um lado estava o candidato escolhido pelos partidos burgueses, pela CIP e pela CAP e, do outro, o candidato da “unidade popular”. Eram, desse modo, reforçadas as divisões maniqueístas que resultaram na polarização das eleições: exploradores contra explorados, ricos contra pobres²⁴⁵, burgueses e capitalistas contra os trabalhadores e o Povo, Abril contra Novembro. Assim, para Otelo, os trabalhadores são sobretudo vistos a partir de uma relação de oposição. Classificá-los-ia como “todos os que vivem do seu trabalho e só têm o seu trabalho para viverem. São os empregados de escritório, os funcionários públicos, os operários da indústria, os trabalhadores agrícolas, os pequenos e médios agricultores e

²⁴¹ Otelo Saraiva de Carvalho, *Declaração de Candidatura* (Lisboa: GDUP, 1976), 4 [em anexo];

²⁴² António Tavares Teles, *Otelo* (Lisboa: Editorial 18 de Janeiro, 1976), 10;

²⁴³ “Otelo: prolongar o movimento de massas para lá das eleições”, *Gazeta da Semana*, 09/06/76, p.10;

²⁴⁴ Otelo Saraiva de Carvalho, *Bases Para o Programa de Candidatura*, 4[em anexo];

²⁴⁵ Durante a sua declaração de candidatura, comparar-se-ia a Robin Hood (respondendo àqueles que classificavam o seu discurso perante os oprimidos como “cristianismo”), dando um cunho folclórico à sua candidatura e ilustrando paradigmaticamente as divisões que procurava explorar. “Otelo à «AP»: «Poderia ter sido o Fidel Castro da Europa...»”, *Jornal Novo*, 03/06/76, 10;

rendeiros, os comerciantes pobres”²⁴⁶. Tratava-se de um esforço de definição do sujeito colectivo cujos interesses dizia representar, que surgiria justamente como resposta às aceções mais latas que o seu adversário lhe procurava atribuir. “Será que os capitalistas são trabalhadores?” Tal indagação mereceria, evidentemente, um “não” rotundo, sendo que optar por termos como “empresários”, “homens da iniciativa privada” ou, justamente, “empreendedores”, serviria apenas para mascarar o facto de serem indivíduos que não vivem do seu trabalho, mas sim “dos lucros e das rendas das terras ou dos prédios”²⁴⁷. Ainda que revelasse alguma predisposição conciliatória, ao considerar que “há alguns capitalistas com os quais o povo, estando no poder, pode chegar a acordo”, certo era que “nenhum capitalista faz parte do povo trabalhador”²⁴⁸. Dificilmente poderia surgir mais vincada a dimensão de classe que permanecia omissa em Eanes, algo que comprovaria que esse candidato não seria capaz de dar provas aos trabalhadores de ser merecedor da sua confiança.

Feitas as devidas distinções, resta ainda dizer que a unidade que se procurava alcançar entre os trabalhadores não se jogava apenas no plano das lutas de classe, sendo igualmente vista como essencial para a coesão interna do país. Como nos diz Balibar, “a social movement with a decided proletarian character never has "pure" anti-capitalist goals, but always combines anti-capitalist goals with others, be they democratic, national, pacifist, or cultural”²⁴⁹. Neste caso, o tipo de discurso que se construía pressupunha que alcançar os objectivos de classe só seria possível se estes fossem também vistos enquanto objectivos nacionais²⁵⁰. Assim, um dos problemas que mais preocupavam o major prendia-se precisamente com as várias dicotomias que ameaçavam voltar os trabalhadores uns contra os outros, servindo os interesses da “reação” e criando fracturas que poderiam pôr em causa o próprio projecto nacional. As divisões litoral/interior, norte/sul, cidade/campo tinham de ser abolidas sob pena de, mantendo-as, se estar a sabotar o movimento popular e, conseqüentemente, a Revolução. Os pequenos e médios agricultores do Norte deveriam estar unidos nas mesmas lutas que os do Sul,

²⁴⁶ Serafim Ferreira (coord.), *Otelo - a Força da Unidade Popular* (Lisboa: Edições Fronteira, 1976), 72;

²⁴⁷ José A. Salvador, “Otelo em Grândola: três princípios para resolver a crise”, *Gazeta da Semana*, 16/06/76, 7;

²⁴⁸ Ferreira, *Otelo - a Força da Unidade Popular*, 72;

²⁴⁹ Étienne Balibar, “From Class Struggle to Struggle Without Classes?”, *Graduate Faculty Philosophy Journal* 14, nº 1 (1991): 16;

²⁵⁰ De resto, dificilmente se pode acreditar que, pouco depois da queda do Estado Novo, os imaginários nacionalistas que este havia construído fossem integralmente abandonados;

considerando-se que, “recusando o espantallo de divisões políticas, religiosas e económicas, será possível superar as divisões que as forças reaccionárias procuram agudizar”²⁵¹. A ideia de que as gentes do Norte não rejeitavam certos ideários, mas que eram antes manipuladas pela direita e pela igreja no sentido de os recusarem era comum a boa parte da esquerda²⁵². Afinal, que melhor formulação para justificar que aqueles que se diziam os melhores representantes dos interesses do povo não recebessem o apoio de parte significativa deste?

Aquilo que no seu programa surgiria menos claro era a formulação do modelo alternativo de organização política dos trabalhadores pelo qual dizia pugnar. De acordo com a sua declaração de candidatura, a transição para a sociedade socialista em vias de construção requeria que a prática democrática fosse aprofundada nas “organizações populares de base, nas comissões de trabalhadores, nas comissões de moradores, nos concelhos de aldeia, nas cooperativas e nas associações”²⁵³, devendo-se trabalhar para que essas instâncias assumissem uma “participação mais relevante na soberania”. Seriam esses suportes, criados pelas massas trabalhadoras, a permitir o avanço do movimento popular e a dotá-las das ferramentas necessárias para resistirem àqueles que o ameaçavam. A unidade que procuravam criar, tanto a nível comunitário como nos locais de trabalho, cimentaria uma nova forma de democracia na qual “as decisões são tomadas pelos homens a quem essas decisões dizem respeito”²⁵⁴, tomando assim o poder nas suas próprias mãos sem a intermediação de dirigentes partidários ou de qualquer outro tipo.

Impunha-se, por isso, que a acção dessas organizações fosse reforçada, sendo que tal deveria ser conseguido através dos GDUP’s (Grupos Dinamizadores de Unidade Popular), pensados à imagem de modelos com os quais Otelo diz ter contactado na visita que, cerca de um ano antes, fizera a Cuba²⁵⁵. Estes deveriam eleger democraticamente uma estrutura interna composta por aqueles a quem fosse reconhecida “qualidade de

²⁵¹ Ferreira, *Otelo - a Força da Unidade Popular*, 51;

²⁵² A título de exemplo, Álvaro Cunhal diria o seguinte a respeito das regiões em que sentia que os valores defendidos pelo seu partido não tinham eco: “Milhares e milhares de portugueses e portuguesas só não abraçam os ideais do socialismo, porque vivem sujeitos a uma opressão de tipo medieval, em que os ricos senhores das vilas e aldeias, exploram, dominam todos os trabalhadores, todas as camadas modestas da população, exercem a coacção e a ameaça, decidem pela intimidação da vida, da sorte, do futuro de populações inteiras e conduzem camadas mais atrasadas a votar cegamente ou sob coacção nos partidos reaccionários.” in “«A reacção será derrotada e Portugal prosseguirá o caminho da democracia e do progresso social»,” *Avante!*, 19/02/76, 7;

²⁵³ Otelo Saraiva de Carvalho, *Declaração de Candidatura* [em anexo], 6;

²⁵⁴ Otelo Saraiva de Carvalho, *Povo trabalhador unido para o socialismo*, 11;

²⁵⁵ Entrevista a Otelo Saraiva de Carvalho, realizada a 04/07/2018;

inteligência, honestidade, capacidade de trabalho, iniciativa e intuição política”²⁵⁶, sendo depois enquadrados por Comissões de Coordenação (nível concelhio), Comissões Distritais e, finalmente, por uma Comissão Nacional, a eleger o quanto antes. Se numa primeira fase os objectivos destes organismos passariam por desenvolver acções de propaganda e realizar as necessárias recolhas de fundos, o seu fim último era transformarem-se na estrutura que, no período pós-eleitoral, continuaria a criar um espaço de poder à margem do Estado e do sistema partidário. Não devendo substituir os órgãos de vontade popular já referidos, ou constituir-se enquanto associação de classe dos trabalhadores, os GDUP deveriam servir de ponte entre todas essas organizações populares de base, formando um embrião para lutas futuras. Como o fariam não surgia claro, estando pouco explícita a forma como os seus vários níveis organizativos comunicariam entre si ou como seriam capazes de conseguir que os conflitos entre os partidos que apoiaram a sua candidatura continuassem em segundo plano após o escrutínio. Além disso, muitos observariam que a garantia que Otelo dera, desde o primeiro momento, em relação ao cumprimento da Constituição, não parecia coadunável com o apoio concedido a este tipo de estruturas, por mais imaginativa que fosse a interpretação do texto. Do mesmo modo, muitos dos pontos do seu programa - nomeadamente no que dizia respeito às políticas económicas²⁵⁷ - pressupunham uma interferência em matérias que seriam do foro do governo, contrariando a Constituição.

Esses não seriam, no entanto, os únicos pontos polémicos presentes no seu manifesto, uma vez que este referia outra entidade que deveria participar activamente no apoio ao movimento popular: as Forças Armadas. Se a evolução política posterior ao 25 de Novembro, no quadro de um processo de "normalização democrática", pressupunha que o futuro dos militares passaria por um progressivo “regresso aos quartéis”, com o subsequente afastamento das esferas políticas (princípio corporizado pelo general Ramalho Eanes), Otelo considerava que a missão dos militares não se poderia reduzir ao papel de “mercenários profissionalizados”, forças repressivas ao serviço dos interesses do poder, independentemente de quem o assumisse. Pelo contrário, o “povo fardado” teria o dever de auxiliar os trabalhadores nas suas lutas, quer dando a ajuda técnica essencial

²⁵⁶ Ferreira, *Otelo - a Força da Unidade Popular*, 67;

²⁵⁷ Para além das soluções que já anteriormente se apontaram relativamente à superação da crise, eram apontados caminhos que não estariam necessariamente nos planos do governo, desde a prioridade que deveria ser dada ao desenvolvimento da agricultura, passando pelo imperativo da independência tecnológica e pelo papel que deveria ser dado aos trabalhadores relativamente a “escolhas fundamentais”;

às melhorias concretas das condições de vida das populações, quer impedindo a contra-revolução e o terrorismo fascista de ameaçar as conquistas dos trabalhadores²⁵⁸. Esta ideia revelaria ainda uma outra face do projecto unitário encabeçado por Otelo, que visaria não apenas a unidade do povo entre si, mas também a unidade deste com os militares (princípio plasmado num dos mais populares slogans de Abril: “O Povo está com o MFA²⁵⁹”). Nesse sentido, parecia estar-se novamente perante os princípios que se encontravam plasmados na “Autocrítica Revolucionária do COPCON”, levando a que se considerasse o programa eleitoral do major uma cópia a papel químico de um projecto que já havia sido derrotado meses antes.

Na base destas considerações e agendas, que pareciam enaltecer as virtudes de um apartidarismo anti-parlamentar e anti-burguês, gizando uma democracia directa, militarmente amparada, estava uma ideia que se tornaria o pilar fundamental do seu discurso e na qual alguns encontrariam grande densidade política: “teorizar a prática”. Tratando-se de uma formulação que começara por explorar já nos seus dias de COPCON, ganharia durante a campanha um novo fôlego. No fundo, pressupõe uma crítica aos teóricos que procuram impor os seus modelos sobre a realidade. Ao se “teorizar a prática”, deixava ainda de se pressupor uma hierarquização entre “teóricos” e “executantes”, passando a teoria a emanar da acção das bases. Melhor dito, a teoria torna-se “afirmação do que há todos os dias procurando afirmar-se. Do que pulsa contra a superfície violentamente balizada da ordem estabelecida. A teoria torna-se activada pela vida, multiplicação e abertura das possibilidades de a afirmar”²⁶⁰. Assim, para Otelo, atacadas as relações de produção da teoria, aquilo que antes serviria como mecanismo de ordenação do território e sistematização do social passava a ser entendido como “método de descoberta popular”. Estava também aqui implícita uma crítica a muitas das organizações que se diziam de extrema-esquerda, sobretudo na sua relação com as Forças Armadas. Estas seriam acusadas de produzirem demasiados teóricos que se limitariam a dispensar aos militares os seus esquemas “pré-fabricados” para que estes depois os

²⁵⁸ Uma ideia de militar que em boa medida se construiria através das “campanhas de dinamização cultural” promovidas entre 1974 e 1975. A missão primordial das Forças Armadas não era já a defesa da integridade territorial de Portugal, mas a orientação das populações na persecução do seu bem-estar. Sónia Vespeira de Almeida, Camponeses, *Cultura e Revolução – Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M.F.A. - 1974-1975* (Lisboa: Edições Colibri, 2009), 74;

²⁵⁹ Slogan que, mesmo que não intencionalmente, acabava também por separar o Povo do MFA;

²⁶⁰ Considerações de Miguel Serras Pereira que acrescentaria ainda que se tratava de uma importante ruptura com as teses de Althusser, sugerindo possíveis evocações dos debates promovidos por Deleuze e Guatari a respeito da ideia de «rizoma», Miguel Serras Pereira, “A subversão teórica de Otelo ou o «teorizar a prática»”, *Gazeta da Semana*, 16/06/76, 13;

pussem em prática. Ora, o movimento não deveria esperar que uma teoria lhe fosse oferecida, encontrando-a antes na sua acção concreta. Torna-se assim mais perceptível o porquê da sua candidatura se apresentar, em parte, contra o Estado e os partidos que, ao procurarem reproduzir os modelos de sociedade que as suas ideologias ditavam, se tornavam necessariamente um estorvo para uma revolução que se construía fora deles.

Tais teses não seriam, no entanto, produto exclusivo da análise de experiências endógenas, sendo igualmente importante notar as profundas rupturas que as suas inspirações alofilas introduziam nas reflexões em torno do posicionamento externo que Portugal deveria assumir. Se a candidatura de Eanes se mostrava profundamente preocupada com as consequências que a descolonização poderia ter para a identidade nacional, focando-se nas formas de preservar laços seculares com as novas nações, no caso da candidatura de Otelo as razões pelas quais estes deveriam ser mantidos eram bem distintas. Mais do que a língua e “um passado comum”, o que aproximaria Portugal das suas ex-colónias era a própria experiência de libertação de um regime fascista que, durante décadas, fora um inimigo comum. Assim, as relações privilegiadas que com esses povos se deveriam estabelecer seriam baseadas na solidariedade anti-fascista e anti-imperialista e não em leituras benignas do que fora o colonialismo português. Para que essa comunhão fosse conseguida, as responsabilidades da Guerra Colonial são niveladas, considerando-se que se tratou de um conflito “injusto que custou ao nosso Povo e aos povos das colónias muitos milhares de mortos e de estropiados e muitos milhões de contos”²⁶¹. O estabelecimento deste tipo de solidariedades era ainda enquadrado pelo discurso de orientação terceiro-mundista dos partidos que apoiavam a sua candidatura e que nela encontraram um caminho para o seu programa. Assumindo uma postura contrária ao alinhamento com qualquer um dos “blocos imperialistas” que pretendiam dividir entre si o mundo, a defesa patriótica da independência nacional passaria por recusar a filiação em ambos, devendo Portugal procurar encontrar o seu espaço junto dos povos que também negassem tomar parte nessa contenda. Contra as pressões americanas e europeias, que opinavam acerca do tipo de governo que se deveria estabelecer, e perante o fatalismo de partidos que consideravam que o país necessitava de empréstimos do

²⁶¹ A esse nível, não deixa de ser interessante notar que os “retornados” eram também considerados vítimas do colonialismo, devendo ser-lhes concedido todo o apoio necessário, sobretudo tendo em conta que a “larga maioria desses portugueses” pertenceria à classe trabalhadora. Otelo Saraiva de Carvalho, *Bases para um Programa de Candidatura* [em anexo], 8;

estrangeiro para sair da miséria, afirmava-se que os portugueses, sendo pobres, poderiam passar bem sem essas novas formas de “exploração” disfarçadas de “ajudas”. Assim, para se fugir à carência e à opressão, “temos que contar com as nossas próprias forças, aliarmos-nos aos povos amigos sobretudo os do Terceiro Mundo”²⁶², sendo o “imperativo” de uma viragem para a Europa insistentemente ignorado. Essas afinidades surgiriam também como oposição quer à democracia burguesa quer ao socialismo de Estado, compondo uma via alternativa e extraparlamentar de pensar o futuro de Portugal. Olhar para o socialismo africano²⁶³ e para experiências latino-americanas, ou indochinesas, tomando-as como modelo, pressupunha o apontar de um caminho político que considerava poder ser replicado no contexto sociocultural português. Importa lembrar que Otelo considerou, a dada altura, que poderia ter sido o Fidel Castro da Europa, mesmo que, segundo consta, o encontro que travara com o líder cubano teria desencantado ambos. O valor inspiracional que o major encontrava nestes modelos devia-se, sobretudo, aos seus momentos iniciais, antes de terminado o processo de institucionalização, algo que não será despiciente no momento de reflectir acerca da sua acção após o estabelecimento das instituições no contexto português, na sua defesa permanente dos valores matriciais de Abril. Assim, o modelo de socialismo que propunha para Portugal era especificamente português e, simultaneamente, uma amálgama de experiências com origens diversas, aquilo que definiria – não pejorativamente – como “uma salada”²⁶⁴.

2.3.3 - Périplos, hospitalidades e hostilidades

Os percursos delineados pelos organizadores de campanha procuraram satisfazer um de dois propósitos: traduzir as prioridades eleitoralistas dos candidatos, incidindo particularmente em espaços onde a sua presença se poderia materializar em ganhos políticos mais significativos; ou, alternativamente, tiveram como finalidade identificá-los com zonas do território com as quais partilhariam uma ligação afectiva passível de ser interpretada como sintomática do apoio a determinado tipo de programa/postura, apresentando-os como herdeiros de um legado articulado com a história local, ou como

²⁶² Ferreira, *Otelo – a Força da Unidade Popular*, 30;

²⁶³ Hermínio Martins consideraria que tal se enquadrava num movimento no qual, impossibilitada a continuidade de Portugal em África, se procurava trazer África para Portugal. O país seria assim moldado “como uma contrapartida industrializada de uma sociedade pastoral sem classes, com o paternalismo militar a substituir o antigo paternalismo colonial.” Martins, *As Mudanças...*, 113;

²⁶⁴ Adelino Gomes e José Pedro Castanheira, *Os dias loucos do PREC – do 11 de Março ao 25 de Novembro de 1975* (Lisboa: Público/Expresso, 2006), 91;

detentores de características pessoais tradicionalmente associadas a certo tipo de populações.

Desde o primeiro dia dos respectivos roteiros que essas agendas foram claras. No caso de Otelo, a primeira acção, ainda em pré-campanha, seria uma viagem de comboio que o levaria até ao Porto, onde daria um comício submetido ao mote “50 anos de Luta contra o Fascismo” - uma escolha que não seria, naturalmente, aleatória. Prestando a sua “homenagem a todos os lutadores antifascistas portugueses”²⁶⁵, tratava-se de ligar Otelo a nomes que marcaram a vida política nacional na Avenida dos Aliados, intenção devidamente sublinhada quando, no momento de proferir a sua alocução, surgiria ante a multidão que o recebera em frente de um cartaz de Humberto Delgado²⁶⁶. Para a sua organização de campanha, os paralelos entre 1958 e 1976 justificavam a associação. Afinal, o major também teria como adversários “a maior parte dos aparelhos, do dinheiro de campanha, dos órgãos de informação” e, sendo certo que, desta feita, não se defrontava um poder “tirânico” estabelecido, estaria” pela frente um poder “ainda não tirânico” à procura de se estabelecer²⁶⁷. Essa identificação seria sistematicamente cultivada, fosse para recuperar um passado de resistência em seu proveito, fosse para destacar as injustiças de que sentia ter sido alvo²⁶⁸. Havia, contudo, o risco de o paralelo poder chegar longe demais... Se a derrota de Delgado teve um efeito desmobilizador, também a de Otelo poderia ter, não devendo este incorrer no erro de alimentar ilusões a respeito das suas hipóteses, ou considerar a campanha presidencial como um fim em si mesmo, limitando a um curto interregno as possibilidades de renascimento do “movimento popular”.

²⁶⁵ Otelo Saraiva de Carvalho, *Povo trabalhador unido para o socialismo – discurso de Otelo no Porto 29 de Maio de 1976* (Lisboa: GDUP, 1976), 3;

²⁶⁶ Nas saudações introdutórias, José Correia Vieira (apresentado como militante do PS, operário e delegado sindical que trabalhara no MUD e nas campanhas de Norton de Matos e Humberto Delgado) diria que “esta Avenida é o palco da minha vida, e para muitos vocês, de Norton de Matos, Rui Luís Gomes, Arlindo Vicente, Humberto Delgado, Otelo Saraiva de Carvalho – candidato dos antifascistas, dos oprimidos, dos explorados, dos verdadeiros socialistas:” in AAVV, *50 anos de luta contra o fascismo – Otelo no Porto 29 de Maio de 1976* (Lisboa: GDUP, 1976), 4 [consultado a 26/05/2019, disponível em <https://ephemerajpp.com/2018/08/17/eleicoes-presidenciais-de-1976-otelo-saraiva-de-carvalho/>];

²⁶⁷ Nuno Bragança, “O outro general”, *Gazeta da Semana*, 03/06/76, 5;

²⁶⁸ Em Coimbra diria: “Lembram-se dos nomes e das calúnias que lhe dirigiam? Pois agora estão a chamar-me os mesmos nomes, a lançar-me as mesmas calúnias...”. Vítor Dimas, “Otelo: começar pelo mais difícil com tiros e escaramuças”, *Expresso*, 19/06/76, 5;



Fig. 2 – As “filiações” de Otelo em dois autocolantes da sua propaganda (Fidel Castro e Humberto Delgado)²⁶⁹

Além disso, ao iniciar a campanha no norte do país, demonstrava também que a sua capacidade de mobilização era mais expressiva do que muitos antecipavam, comprovando que, nas palavras do próprio, “o Norte não é reaccionário”, levando mesmo os mais cépticos a afirmar que, afinal, “o movimento popular está longe de estar moribundo”²⁷⁰. O início oficial da campanha seria, no entanto, reservado para Grândola, por razões de ordem simbólica óbvias.

²⁶⁹ Materiais recolhidos no arquivo *Ephemer*, em <https://ephemerajpp.com/2018/08/17/eleicoes-presidenciais-de-1976-otelo-saraiva-de-carvalho/>, consultado a 02/03/2019;

²⁷⁰ “Otelo inaugura campanha: Ousar lutar para ousar vencer”, *Jornal Novo*, 31/05/76, 7;



Fig. 3 – Início da oficial da campanha em Grândola, cantando a canção homónima ao lado de Zeca Afonso e empunhando um cravo (sumário do imaginário de Abril). À direita, no Alentejo, foto legendada “o trabalhador e o candidato dos trabalhadores”²⁷¹

Por sua vez, a campanha de Eanes procurou um outro tipo de evocações, sendo a primeira paragem um regresso à sua terra natal, Alcains. Não pondo de lado as motivações sentimentais de tal opção, tratava-se igualmente de colocar as suas origens ao serviço dos elementos-chave do seu discurso, apresentando-o como um “homem como os outros”, de origens modestas e de uma terra habituada ao trabalho e por ele disciplinada. Isto para além de, com esse regresso a casa, se poder compor uma imagem mais familiar e humana de um general que, para muitos, permanecia demasiado distante. Dirigindo-se aos seus conterrâneos, garantia não se dizer “filho do povo para demagógicamente o influenciar. Sou-o de facto. E vós o sabeis.”²⁷² Em suma, tratava-se de o aproximar de um modelo de perseverança que a sua condição beirã ilustraria exemplarmente, constituindo um exemplo a ser emulado, num momento em que todos eram convidados a participar do processo de reconstrução nacional²⁷³. Não deixaria também de fazer referência à sua

²⁷¹ Teles, *Otelo*, 232 e 280;

²⁷² “Começou a campanha – Ramalho Eanes: «que o vosso voto seja a afirmação da vossa liberdade”, *Jornal Novo*, 14/06/76, 8;

²⁷³ A forma como alguma imprensa seguiria estas deslocações reforçaria esses processos de identificação. Pedro M. Gomes, fazendo uma análise ao discurso do *Jornal Novo* a respeito das presidenciais, encontraria em muitos dos relatos do vespertino um “elevado grau de narrativa”, caracterizado pelo uso de formas de tratamento de “índole familiar” e de citações e comentários de figuras de autoridade de vários campos da sociedade civil. Havia, por isso, uma estratégia assente na “forte personalização do candidato” e uma

formação religiosa e às suas posições relativamente à salvaguarda da propriedade privada. Afinal, sabia a quem se dirigia e com quem se queria confundir.

Logo nestes primeiros contactos com o eleitorado, os comentários que se teceram em relação à postura de ambos são reveladores do carácter contrastante das campanhas. Otelo Saraiva de Carvalho é geralmente recebido por “multidões eufóricas” e obrigado a paragens não programadas, por força do “entusiasmo popular”. Se, para uns, tais cenas lembravam a alegria de dias passados, para outros, eram demonstrações “quase patéticas de homens e mulheres que choravam e riam ao mesmo tempo na ânsia de «conseguir» Otelo”²⁷⁴. A sua atitude “inegavelmente simpática” e o à vontade com que se movia dentro dos meios populares faziam jus à mensagem transmitida por um dos seus slogans: “O candidato do Povo”. Não sendo os seus discursos particularmente escorreitos ou empolgantes – considerando alguns observadores ser esse o momento em que, alongando-se, começava a perder os que o escutavam –, dizia aquilo que o público esperava e queria ouvir.

O major continuava a corporizar um projecto que, retomando formas de acção empreendidas nos tempos do COPCON e que em algumas regiões foram muito bem acolhidas²⁷⁵, colocava a tónica na proximidade, no contacto directo com aqueles que seriam os principais destinatários do seu discurso. Durante a campanha, e cientes dessa capacidade mobilizadora, os seus detractores procurariam constantemente diminuí-lo e deslegitimá-lo, atacando preferencialmente a sua condição castrense, conscientes da influência que esta ainda exercia sobre os seus potenciais apoiantes²⁷⁶. Lembrar-se-iam constantemente das razões pelas quais este havia sido afastado – não desempenhando já funções de responsabilidade dentro da hierarquia militar – alegando-se que a sua candidatura não representava a sensibilidade das Forças Armadas, mas sim uma aberta contestação às suas estruturas. Contudo, sobretudo nas regiões onde o COPCON havia tido uma presença mais vincada – nomeadamente nas zonas rurais do Sul, mas também

argumentação que visava tornar os leitores mais receptivos à posição de um orador “mitificado”. Pedro Marques Gomes, “Eleições presidenciais de 1976: Análise do Discurso do Jornal Novo,” *Trabalho desenvolvido no âmbito do Seminário de Estudos Jornalísticos, do Mestrado em Jornalismo da ESCS-IPL*, 16-18, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/gomes-pedro-eleicoe-presidenciais-de-1976.pdf>;

²⁷⁴ Vítor Dimas, “Otelo: «Candidatura do Povo» entre lágrimas e risos”, *Expresso*, 05/06/76, 3;

²⁷⁵ O carisma de Otelo foi também construído a partir do apoio que, enquanto líder do COPCON, daria às lutas dos trabalhadores, nomeadamente nos campos do Alentejo, algo que ficaria demonstrado nos resultados eleitorais. Bermeo, *The Revolution Within the Revolution*, 66-67;

²⁷⁶ Em sentido inverso, os seus apoiantes procuravam reforçá-la. Na declaração de apoio à candidatura que lhe é feita pela UDP, Otelo é insistentemente referido como “general”, não sendo reconhecida a despromoção de que havia sido objecto e colocando-o num plano de igualdade hierárquica com Eanes;

nos principais centros industriais e urbanos - esse argumentário não encontraria eco. Continuando a sua imagem militar a ser utilizada durante a campanha (nomeadamente no material de propaganda), o major mover-se-ia agora à civil, surgindo frequentemente em “mangas de camisa ou fato de treino”, confundindo-se com as multidões que o rodeavam de uma forma que, ainda assim, não parecia chocar necessariamente com a imagem do Otelo fardado dos dias do PREC, potenciando apenas esses processos de identificação (o mesmo não poderia ser dito no caso de Eanes, como se verá). Por muito que Álvaro Cunhal garantisse que Otelo estaria “com a sua exaltação em palavras, com a sua gritaria, com as suas provocações, a criar condições para que seja desencadeada pela direita a ofensiva contra a reforma agrária”²⁷⁷, boa parte desse eleitorado não lhe fugiria.

As declarações dos seus críticos em relação às mobilizações e ao apelo que a sua postura parecia despertar revelavam também o tipo de insuficiências que atribuíam a um eleitorado tido como pouco versado na participação política. Afinal, tendo o próprio Otelo assumido a sua natureza influenciável e ingénua, ingénuos seriam aqueles que engrossassem as fileiras de um movimento populista “romântico”²⁷⁸, assente em propostas particularmente inconscientes num momento em que, depois dos “dias loucos do PREC”, se impunha a responsabilidade. Este processo assentava num conjunto de premissas que podem ser rastreadas até à mais tradicional literatura contra-revolucionária, sendo essas “multidões” encaradas como fenómenos, quando não patológicos, reveladores da imaturidade de sectores propensos a serem aliciados por figuras demagógicas, populistas e mesmo criminosas, capazes de pôr em causa o edifício estatal e a própria identidade nacional. Eram por isso considerações inevitavelmente elitistas (se se tiver em conta que esses sectores eram invariavelmente os mesmos²⁷⁹) e que, não raras vezes, assumiriam contornos essencialistas, classificando boa parte do povo português como sendo incapaz de participar no jogo democrático, fosse pelos séculos de obscurantismo, fosse pela sua “emotividade latina”. José Martins Garcia exprimiria essas ideias exemplarmente, afirmando que, caso Otelo obtivesse mais de 10% dos votos:

²⁷⁷ Alexandre Cordeiro, “Octávio Pato: Ataque directo à figura de Otelo é tarefa para outros camaradas”, *Expresso*, 25/06/76, 4;

²⁷⁸ Marcelo Rebelo de Sousa, “Otelo versus Eanes e as preocupações do PCP”, *Expresso*, 05/06/76, 2;

²⁷⁹ As referências “clássicas” (de um Le Bon em *La psychologie des foules* ou de um Taine em *Les Origines de la France Contemporaine*), definem como grupos de risco as “classes populares”, nomeadamente mulheres e crianças – no caso de Otelo seriam sobretudo estas últimas, sendo o próprio major tido frequente como um “bom rapaz” que se perdera nas complicações da política;

“podemos garantir que Portugal é um Estado em vias de desagregação, quiçá em via de esfumar-se, ou de ser absorvido por algum organismo mais robusto. Porque 10% de marginalidade velhaca ou iludida, de qualquer forma 10% de irresponsabilidade – concordemos que é muito para um país que queira sobreviver (...) votarão em Otelo os oportunistas, os assaltantes para os quais as armas já renderam chorudas quantias, os frustrados que nunca tiveram intenções de trabalhar, os chulos da psicanálise doméstica, toda a patologia da fotonovela, toda a histeria do messianismo barato, mais uns quantos “heróis” que fazem do crime comum outras tantas “epopeias” fidelistas ou guevaristas – o todo temperado com aquela dose de insensatez que aumenta em sociedades acometidas de desespero.”²⁸⁰

Frequentemente, estes argumentos eram ainda reforçados pela ideia de que se tratava de um candidato cujo principal sustentáculo residiria na juventude, grupo etário em que a inexperiência na política se somava à inexperiência na vida e no trabalho. Assim, na descrição dos comícios do candidato com “rosto de criança” (ainda que apenas cerca de um ano mais novo que Eanes), era quase inevitável a referência à mocidade que o rodeava, mecanismo que servia não só para reduzir a legitimidade dos seus eleitores – infantilizando-os – mas também para diminuir aqueles que eram os princípios do seu manifesto e a própria ideia de Revolução que este espelhava. Um discurso que, a espaços, parecia mimetizar comentários tecidos a respeito de momentos como o Maio de 68, nos quais o carácter juvenil da revolta fazia com que as acções dos seus intervenientes fossem minorizadas, uma vez que estes “não saberiam o que faziam ou o que queriam”²⁸¹. O contraponto seria por isso o voto em Eanes, figura apresentada como a opção “adulta”, reveladora do “bom-senso e intuição do povo português”, e que recorreria de forma prolixa a algum deste argumentário para descrever os partidários do seu adversário²⁸².

²⁸⁰ José Martins Garcia, “Quem vai votar nisto?”, *Jornal Novo*, 24/06/76, 5;

²⁸¹ Tese que, de resto, seria reproduzida em sede historiográfica. Ao debruçar-se sobre os eventos que se seguiram ao golpe dos capitães da madrugada de 25 de Abril, Rui Ramos chega a afirmar – citando um relatório da GNR - que quem aplaudiu a acção das tropas foram “estudantes e rapazes”, acrescentando ainda que não foi o “povo” quem determinou os acontecimentos mas sim o fracasso do regime. Rui Ramos, “A Revolução de 25 de Abril e o PREC (1974-1976)” in *História de Portugal*, coord. Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro (Lisboa: Esfera dos Livros, 2009), 713;

²⁸² Quando alguns deles interrompiam os seus comícios, era frequente dirigir-se-lhes com frases como “vão para a escola e aqueles que tiverem idade vão trabalhar”;

Naturalmente, as recepções prestadas a Otelo nem sempre seriam calorosas e, em alguns casos, o candidato encontraria mesmo a mais declarada hostilidade. Se em Braga seria recebido com “indiferença”, durante uma deslocação a Chaves assistiram-se a confrontos entre os seus apoiantes e um conjunto de opositores (rotulados como retornados) que ostentavam propaganda eanista. Em Lamego a sua comitiva seria apedrejada e a visita a Viseu teria de ser cancelada, de tal modo eram encaradas com seriedade as ameaças que “retornados e ciganos” lhe haviam feito caso tivesse a audácia de lá se apresentar. Mais tarde, na Madeira, depois de as autoridades locais terem ilegalizado os seus comícios, seria alvo de uma tentativa de atentado frustrada, planeada pelos separatistas da BRIMA, enquanto nos Açores não conseguiria sequer sair do aeroporto, devido à acção da FLA. Nada que, no entanto, impedisse a sua comissão de apoio de fazer um balanço positivo de uma campanha que estaria a permitir “um fortíssimo ressurgir do movimento popular, que parecia morto após o 25 de Novembro”²⁸³. Também em algumas regiões do Sul encontraria um ambiente tenso, sobretudo nas zonas onde a influência do Partido Comunista era mais pronunciada - ao contrário do que acontecia no distrito de Setúbal, onde mesmo antes de apresentar a candidatura já era possível constatar que o PCP perdia terreno para partidos e movimentos à sua esquerda. A distribuição geográfica da sua base de apoio não era por isso óbvia. À semelhança do que acontecera no Porto, em certas zonas do Minho encontraria uma receptividade maior do que aquela que lhe seria dada em localidades onde se pensava que poderia ser mais bem acolhido. Revela-se assim uma candidatura capaz de se infiltrar tanto no espaço político dos comunistas como no dos “moderados”.

Sendo opinião quase consensual que Otelo possuía a capacidade para mobilizar praticamente sem esforço, indo as “massas” ao encontro daquele que entendiam ser o “seu” candidato – e não recusando, em parte, o carácter “espontâneo” que era atribuído a muitas dessas mobilizações -, importa salientar que, apesar de não possuir aparelhos partidários de grande envergadura, o aparelho político que possuía foi relativamente eficaz. Os GDUP’s, reunindo e coordenando as várias organizações populares de base que lhe tinham expresso o seu apoio e “consagrando unitariamente” os comités que os partidos que o suportavam, tinham entretanto criado grupos no sentido de organizar acções de campanha - nomeadamente os CACO’s (Comités de Apoio à Candidatura de

²⁸³ “Otelo Saraiva de Carvalho: comissão de apoio defende-se e ataca”, *Jornal Novo*, 18/06/76, 12;

Otelo – de influência do PRP) e os CUP's (Comités de Unidade Popular – de influência MES/UDP) - que ajudariam a garantir a divulgação do material de propaganda e das acções de campanha²⁸⁴. Se a nível do planeamento logístico os seus esforços nem sempre seriam aplaudidos – sendo vários os atrasos e muitas vezes deficiente a organização dos comícios e o controlo das multidões – poucas vezes a plateia seria diminuta. Méritos organizativos que o próprio Otelo reconheceria, mas que surgiriam dissimulados na naturalidade que estava associada ao candidato “da espontaneidade, da sedução, do teatro, da improvisação, do sonho romântico”²⁸⁵ e que outros candidatos teriam dificuldade em emular, sendo o caso de Ramalho Eanes um dos exemplos mais claros.

O início de campanha do general provocaria comentários em tudo distintos daqueles que até aqui foram analisados, sendo os primeiros dias marcados por um receio generalizado relativamente à sua capacidade para entusiasmar o eleitorado. Quando os partidos que o apoiavam realizaram os primeiros comícios de esclarecimento de pré-campanha (sem a presença do candidato, que recusava participar em acções partidárias), a recepção foi comedida. Mário Soares justifica-o com o facto de muitos dos militantes considerarem desde logo a eleição como ganha, não sentindo por isso necessidade de se mobilizar em torno de um candidato que seria consensual – argumento que, ainda assim, não lhe permitiria afastar o espectro da divisão dos socialistas em relação ao candidato escolhido. Sá Carneiro, por seu turno, considerava que o momento em que estes se realizavam não era o ideal, uma vez que era Verão e as pessoas estavam “cansadas”. Freitas do Amaral defendia que esse menor empenhamento dos militantes advinha do carácter pouco atractivo desse tipo de encontros, uma vez que todos já saberiam as razões pelas quais os partidos apoiavam o general²⁸⁶. Esperava-se que, iniciada oficialmente a campanha, as mobilizações comesçassem a ser mais expressivas.

Mas as dúvidas quanto ao sucesso da mobilização promovida pelos partidos encontrariam também uma justificação no próprio candidato. As suas primeiras intervenções nessa condição revelariam um discurso que parecia tão apartado dos seus ouvintes como a sua postura. A esse respeito, Amaro da Costa, comentando a alocução proferida por Eanes aquando da apresentação do seu manifesto eleitoral, deixaria um relato pungente:

²⁸⁴ Ainda assim, a acção dos GDUP's nesta fase continuaria a ser sobretudo coordenada pelos elementos dos partidos que a eles haviam aderido;

²⁸⁵ Manuel Barão da Cunha, “O diálogo e os candidatos à Presidência”, *Jornal Novo*, 23/06/76, 8;

²⁸⁶ “Por que não vão as pessoas aos comícios da candidatura Eanes?”, *Expresso*, 09/06/76, 1;

“Ramalho Eanes falou aos portugueses numa linguagem seca, por vezes árida, mas directa, legalista e firme. (...) Ao discurso de Eanes faltou criatividade, poesia, frescura, força emocional, apelo histórico? Talvez. De quem será a culpa? Da circunstância. Eanes como símbolo, vale, por si, para a democracia e para os democratas. Daí que tenha sido tão vasto e tão expressivo o apoio que recebeu a sua candidatura. (...)”²⁸⁷

Em suma, mesmo fazendo uso de uma retórica austera imposta por especificidades de conjuntura, tal não impedira o general de se tornar um símbolo para os “verdadeiros democratas”, uma vez que aquilo de que havia sido investido em muito transcendia as particularidades do indivíduo. O facto de ser alguém que o grosso do eleitorado não conhecia, pelo menos até às vésperas do acto eleitoral, teria permitido que se pudesse encontrar nele tudo aquilo que se procurava.

Ainda assim, essas suas características poderiam vir a ter custos no momento em que se procurava potenciar esse processo de identificação, um problema que o próprio formularia, ao afirmar que, por se ter apresentado ao público como militar e utilizando uma linguagem própria desse corpo, acabou por ser associado a uma postura “que afasta e que acaba por ser utilizada preconceituosamente”²⁸⁸. Assumindo a natureza civil do seu cargo, Eanes procuraria também afastar-se dessa imagem a que parecia estar irredutivelmente vinculado (numa sondagem divulgada pelo *Expresso*, no início de Junho, surgiria como o candidato mais associado à condição militar)²⁸⁹. Tal vontade já havia sido expressa no momento de apresentar as assinaturas necessárias à formalização da candidatura e, durante a campanha, reflectir-se-ia na recusa de todo o aparato militar e no abandono do uniforme²⁹⁰. Uma postura coerente com o projecto de dissociação das Forças Armadas em relação ao mundo político, que defendia, mas que ainda assim teria contrapartidas. Aqueles que assistiram às suas primeiras intervenções nesse novo estilo notariam que algo se perdera pelo caminho, parecendo que Eanes se encontrava mais “deslocado” e “desconfortável” nessa nova pele, perdendo o seu discurso a assertividade

²⁸⁷ Adelino Amaro da Costa, “Ramalho Eanes defensor da democracia”, *Jornal Novo*, 03/06/76, 11;

²⁸⁸ Francisco Pinto Balsemão, Marcelo Rebelo de Sousa e Augusto de Carvalho, “Ramalho Eanes ao «Expresso» - «A experiência da guerra é recordação particularmente importante e positiva»”, *Expresso*, 19/06/76, 14;

²⁸⁹ “80% dos portugueses tencionam votar nas presidenciais”, *Expresso*, 09/06/76, 5;

²⁹⁰ De resto, esse esforço não partiria apenas de si. Intelectuais que o apoiavam, como Vitorino Magalhães Godinho ou Eduardo Lourenço, procurando rebater as acusações de bonapartismo, declarariam em várias instâncias que Eanes era o mais “civil” dos militares de Abril. Lourenço, *O Fascismo Nunca Existiu*, 173;

que antes teria. Demonstrando novamente o peso simbólico da farda, sobretudo quando associado a programas que fazem da reposição da ordem e da segurança as suas pedras de toque, torna-se também claro o porquê de continuar a envergá-la em todo o material de propaganda.

Nas suas primeiras deslocações ao Norte do país, onde à partida teria um apoio mais expressivo, e onde até Otelo já se tinha deslocado de forma “triumfante”, os relatos continuam – talvez por isso – a ser desmaiados. Mesmo junto daqueles que o apoiavam, a sua presença era vista como “pouco simpática” e até mesmo intimidatória. “O seu estatismo, o hieratismo de tribuna do seu porte (...) estabelecem uma barreira entre o que diz e o que as pessoas pensam que ele possa querer vir a fazer” e, quando forçado a falar de improviso, as únicas “flutuações” na sua voz surgiam quando se tratava de fazer menção aos “excessos” da Revolução e do “gonçalvismo”. Este conjunto de factores contribuiria para passar a ideia de que, partindo daquele que era o seu slogan de campanha, a sua predilecção repousaria mais na “segurança” do que na “liberdade”²⁹¹.

Não era, por tudo isto, um modelo de candidato “popular”, nem no que diz respeito à sua presença nem no conteúdo do seu programa. Neste caso, seria ele a ter de ir ao encontro das multidões, parecendo existir uma premeditação em todas as suas acções que retiraria “genuinidade” a mobilizações que pareciam demasiadamente fabricadas²⁹². No entanto, não se deixaria de referir que, na conjuntura que se atravessava, essa aparente ausência de “carisma” poderia, apesar de tudo, resultar nalgum tipo de magnetismo, uma vez que introduzia uma “dignidade que os ventos da Revolução haviam feito perder à função oficial”. Entendendo-se que o desejo da maioria do eleitorado português passava por pôr termo a quase dois anos de instabilidade, Eanes poderia ser eleito Presidente “por força de um desejo profundo de paz, ordem e segurança, mais do que pela fidelidade a um programa socialista.”²⁹³ Novamente, o apelo não estava nas bases programáticas, que aliás o próprio classificaria como intencionalmente vagas e passíveis de várias interpretações, mas nos valores a que o candidato fora associado.

²⁹¹ “80% dos portugueses tencionam votar nas presidenciais”, *Expresso*, 09/06/76, 5;

²⁹² De forma ilustrativa, João Martins Pereira diria que às suas “virtudes do beirão” e de militar, “os especialistas de «marketing» político ajustam uma adequada imagem exterior, cuidando-lhe do penteado, do fato, da pose ou mesmo do discreto humor/sorriso programados.” João Martins Pereira, *No reino dos falsos avestruzes – um olhar sobre a política* (Lisboa: A Regra do Jogo, 1983), 65;

²⁹³ António Mega Ferreira, “Ramalho Eanes: Do meio do Atlântico ao meio do Alentejo: dados lançados, resultados à vista”, *Expresso*, 19/06/76, 4;

Depois do início morno da sua campanha, a deslocação ao Alentejo, pela ambiguidade de sentimentos que despertou, serviria para deixar para trás os desconfortos iniciais e reforçar os traços de personalidade que o fizeram ser lançado na corrida presidencial, sendo que a organização da sua campanha faria questão de notar que a recepção da candidatura tinha sido inesperadamente positiva, tendo em conta as sensibilidades políticas daquelas populações. Contudo, se em Estremoz fora bem acolhido e em São Manços a recepção seria considerada “uma das mais entusiásticas até agora verificadas na campanha”, em Beja, Portel e na Vidigueira as perturbações impedi-lo-iam de discursar, parecendo os opositores estar sempre em maior número – e, mesmo que carregando símbolos do PCP, apenas se gritava outro nome, o de Otelo²⁹⁴. Na maioria das localidades haveria “grupos de jovens” (por vezes classificados como “crianças”) apoiantes do major a atacar carros da comitiva e a perturbar as suas acções de propaganda. Em Évora os confrontos assumiriam maior violência, resultando numa morte e vários feridos, na sequência de disparos feitos contra a caravana em que seguia o general. As imagens da sua atitude durante o tiroteio fariam capas de jornais e ajudariam a construir um retrato de bravura física que reforçaria aquele que já lhe havia sido atribuído a 25 de Novembro, louvando-se-lhe “a sua calma, dignidade e coragem, face a todas as provocações”²⁹⁵.

²⁹⁴ Até porque a campanha do candidato comunista faria questão, por razões que já se procurou deixar claras, de nunca atacar directamente Eanes. Comentando tal facto, o general diria que o PCP não lhe move uma oposição “porque sabe que sei coisas”. “Eanes: «O PCP não me ataca porque sabe que sei muitas coisas»”, 21/06/76, 8;

²⁹⁵ Norma Stanway-Costa, “Azevedo – o «Carter» à portuguesa”, *Jornal Novo*, 23/06/76, 6;



Fig. 4 – Eanes sobe ao tejadilho da viatura que o transportava “dando o corpo às balas”, apoiado por Henrique Granadeiro, o seu director de campanha²⁹⁶. Mais tarde, ainda em Évora, a mesma postura desafiante²⁹⁷

Assim, perante as adversidades, Ramalho Eanes adoptaria para com os seus adversários um discurso muito mais agressivo e acutilante, mostrando que “também sabia atacar”. Abandonando o registo moderado pelo qual se tinha até então pautado, provocaria reacções mais efusivas, alterando a forma como os seus comícios eram descritos e suscitando agora comentários que contrastavam com aqueles que haviam marcado o início da sua campanha:

“Eanes desformalizou-se: adoptou francamente a camisa sport, o boné creme para se proteger do sol e a própria caravana, entre o pó e a velocidade dos motores, acabou por perder uma certa «compostura» que tinha chocado alguns observadores na primeira semana da campanha.”²⁹⁸

²⁹⁶ Isabel Tavares, *Ramalho Eanes – o último general* (Lisboa: D. Quixote, 2017);

²⁹⁷ Liliana Coelho, “Encaramos tudo com um sorriso?”, *Expresso*, 18/01/2016, disponível em <https://expresso.pt/presidenciais2016/2016-01-18-Encaramos-tudo-com-um-sorriso-#gs.i9PdN0oj>, consultado a 06/03/2019;

²⁹⁸ António Mega Ferreira, “Eanes: Tirar o casaco e subir de tom – campanha aquece no Norte”, *Expresso*, 25/06/76, 5;

A esse maior à vontade e a uma estratégia que parecia menos “calculista”, aproximando-o da “espontaneidade” que caracterizava outras candidaturas, correspondeu a etapa mais positiva do seu périplo. Na Madeira voltaria a encontrar um espaço de apoio seguro e nos Açores, fora alguma troca de palavras mais acesa com militantes da FLA, tudo correria de feição. Em Aveiro receberia “a mais monumental recepção de toda a campanha eleitoral e talvez mesmo de todo o período sequente ao 25 de Abril”²⁹⁹ e, regressando ao Norte, falava-se já de um entusiasmo que “retirava as dúvidas quanto à urgência da sua candidatura”, “forçando-o” também a descolocar-se a certas localidades por “insistência popular”³⁰⁰. Numa descrição quase análoga à que anteriormente se citou a respeito do apelo do major Otelo, dir-se-ia que Eanes “se deixou contagiar mesmo quando homens e mulheres disputaram entre si, quase histericamente, a possibilidade de lhe tocarem com um dedo”³⁰¹. Nesses azimutes, procederia igualmente a uma alteração na definição do seu adversário prioritário. Se no Sul Otelo e sobretudo os seus apoiantes seriam o principal objecto das suas críticas, no Norte estas recairiam principalmente sobre a candidatura de Pinheiro de Azevedo (que entretanto também movera uma ofensiva mais hostil contra o general), figura que se entendia ter maior implantação naquelas regiões e a quem se poderia vir a retirar mais votos. Ainda assim, fora essas flutuações de circunstância, seria o major o mais frequente alvo das suas críticas, levando mesmo Eanes a atacá-lo em nome próprio durante algumas das suas intervenções, algo que havia prometido não fazer. Tal aconteceria sobretudo nas áreas onde Otelo teria mais sólidas bases de apoio, servindo igualmente como forma de demonstrar que a sua candidatura lidava bem com a adversidade, sendo importante mostrar “que não temos medo”.

O culminar dessa nova postura desafiante chegaria com o comício de encerramento, realizado em Setúbal, fechando a campanha com uma última demonstração de coragem, mergulhando no território que, como os resultados deixariam transparecer, estava mais afastado daquilo que o general representava. Apesar de, novamente, se registarem algumas escaramuças e de o clima ser marcado pela animosidade, também esse gesto terá servido para consolidar uma ideia de liderança forte e segura.

²⁹⁹ “Pinheiro de Azevedo hospitalizado no Porto”, *Jornal Novo*, 23/06/76, 16;

³⁰⁰ “Eanes: «O PCP não me ataca porque sabe que sei muitas coisas»”, *Jornal Novo*, 21/06/76, 8;

³⁰¹ Paulino Gomes, *Eanes: porquê o poder?* (Lisboa: Intervoz Publicidade, 1976), 24;

3 – O momento pós-eleitoral e o caminho para a normalização

“O povo português rejeitou a aventura, disse não à irresponsabilidade, pôs de lado o irrealismo.”³⁰²

- Torcato da Luz

“Sinto-me contente, mas um pouco angustiado... Se ganho as eleições, tenho receio de que a «malta» não tenha capacidade de resposta para resolver depressa os enormes problemas de todo este povo... Se as não ganho, então que falsas esperanças andámos por aqui a semear!”³⁰³

- Otelo Saraiva de Carvalho

Concluído o acto eleitoral, poucos se surpreenderam com o vencedor. Indo ao encontro daquilo que as sondagens vinham anunciando, o general Ramalho Eanes conseguiria uma vitória enfática à primeira volta, tendo Otelo surpreendido boa parte dos analistas, obtendo perto de oitocentos mil votos³⁰⁴ (sendo o candidato mais votado no distrito de Setúbal³⁰⁵). Pinheiro de Azevedo, desapoiado, alcançaria ainda assim um resultado impressionante, enquanto Octávio Pato falharia os objectivos traçados pelo seu partido, perdendo cerca de metade dos votos conquistados pelos comunistas nas legislativas anteriores – muitos deles, sem dúvida, para o candidato “esquerdistas”³⁰⁶. Aqueles que se dedicaram a exercícios de geografia eleitoral constataram, como já haviam feito nos escrutínios anteriores, que uma linha imaginária atravessava o país de Norte a Sul, passando progressivamente os padrões de voto da direita para a esquerda do espectro político³⁰⁷. Importava, contudo, ter em conta as particularidades introduzidas por uma eleição com base em figuras e não em partidos. Apesar de apenas dois meses

³⁰² Torquato da Luz, “Uma retumbante vitória e uma estrondosa derrota”, *Jornal Novo*, 28/06/76, 3;

³⁰³ Victor Dimas, “Otelo: contra os spinolistas que ficam na sombra”, *Expresso*, 25/06/76, 5;

³⁰⁴ Marcelo Rebelo de Sousa, por exemplo, consideraria, dias antes das eleições, que Otelo não seria capaz de passar dos 10%, ficando inclusive atrás de Pato. Marcelo Rebelo de Sousa, “Do acidente de Pinheiro de Azevedo à vitória de Ramalho Eanes”, *Expresso*, 25/06/76, 2;

³⁰⁵ Nos distritos de Beja e Évora perde tangencialmente para Eanes, sendo que, se levarmos em conta os votos obtidos por Pato, concluímos que a expressão eleitoral da candidatura eanista era nessas regiões inferior ao somatório das candidaturas à sua esquerda;

³⁰⁶ Nas primeiras declarações pós-eleitorais, diria que quem votara em Otelo como a melhor forma de se opor ao avanço da direita “verá que errou”. “Pato: «Quem votou em Otelo verá que errou»”, *Jornal Novo*, 28/06/76, 9;

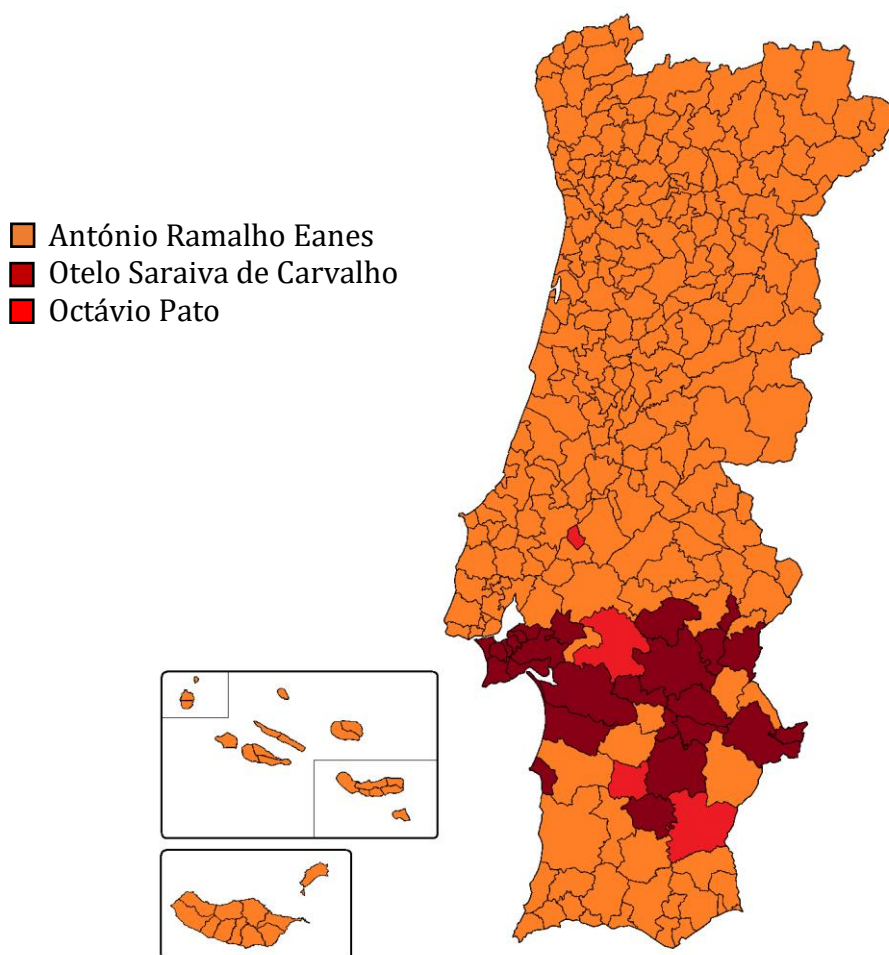
³⁰⁷ Excepção feita ao caso do distrito de Faro e com importantes matizes nos principais centros urbanos e entre litoral/interior;

separarem as presidenciais das legislativas, não haveria uma correspondência entre os votos obtidos pelos partidos em Abril e os votos obtidos em Junho pelos candidatos que estes apoiaram, ficando patente a “indisciplina” do eleitorado.

Tabela 1: Votação por candidato – resultados nacionais³⁰⁸

	Ramalho Eanes	Otelo Saraiva de Carvalho	Pinheiro de Azevedo	Octávio Pato
Total de Votos	2 967 137	792 760	692 147	365 586
Percentagens	61,59%	16,46%	14,37%	7,59%

Mapa 1: Candidatos mais votados (por concelho)³⁰⁹



³⁰⁸ A abstenção foi de 24,53%. in *Eleição para o Presidente da República 1976* [em linha], Comissão Nacional de Eleições [consultado a 27/05/2019, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=27&mes=06&ano=1976&eleicao=pr>];

³⁰⁹ Composto a partir de dados recolhidos pelo Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais e pelo Instituto Nacional de Estatística. MAI-STAPE, *Eleição para a Presidência da República 1976 – resultados do escrutínio provisório, por freguesias, concelhos e distritos* (Lisboa: INE, 1976);

Tabela 2: Resultados por círculo eleitoral (em %)

Círculo Eleitoral	Ramalho Eanes	Otelo Saraiva de Carvalho	Pinheiro de Azevedo	Octávio Pato
Açores	71,1	2,3	22,4	4,2
Aveiro	74,5	7,0	15,9	2,7
Beja	34,6	32,8	7,0	25,6
Braga	70,2	8,1	19,0	2,8
Bragança	82,6	3,3	11,4	2,7
Castelo Branco	76,3	11,3	8,6	3,8
Coimbra	71,9	9,6	14,1	4,3
Évora	36,0	34,8	9,5	19,7
Faro	52,9	24,8	14,7	7,7
Guarda	82,9	4,2	10,5	2,4
Leiria	76,6	9,2	9,9	4,4
Lisboa	53,4	23,9	12,2	10,3
Madeira	72,4	9,0	16,2	2,4
Portalegre	56,1	16,6	12,8	14,4
Porto	60,4	11,6	22,8	5,2
Santarém	56,7	20,1	13,1	8,2
Setúbal	29,9	41,8	9,6	11,7
Viana do Castelo	74,6	6,9	14,7	3,7
Vila Real	81,6	4,1	11,3	3,1
Viseu	81,2	3,9	13,1	1,8

Essas discrepâncias permitiram a emergência de dois clamores de vitória distintos. Por um lado, o dos apoiantes de Eanes, que entendiam que o escrutínio demonstrara que o povo português votara pelo fim da ilusão e da irresponsabilidade³¹⁰. Por outro, o dos apoiantes de Otelo, que davam como provado que o “movimento popular não morreu”³¹¹. As leituras feitas sobre os números finais dependeriam, por isso, da sensibilidade de quem

³¹⁰ “Eanes na posse de Galvão de Figueiredo: «As palavras têm que corresponder a obras»”, *Jornal Novo*, 28/08/76, 9;

³¹¹ João Martins Pereira, “O voto popular: uma recusa e uma exigência”, *Gazeta da Semana*, 01/07/76, 3;

se propunha interpretá-los. Acácio Barreiros, deputado da UDP, considerou os resultados de Eanes “fracos”, uma vez que correspondiam apenas a 45% do total de eleitores (levando em conta a subida da abstenção), lembrando que o somatório das forças que o apoiavam tinha atingido 75% nas legislativas³¹². A esquerda radical que apoiara Otelo considerava ainda que os votos na sua candidatura demonstravam que este havia conquistado “uma hegemonia (que pode ser momentânea) dentro do proletariado industrial e rural a partir das grandes concentrações industriais de Lisboa e Setúbal e do Alentejo”³¹³, tendo aberto “uma brecha decisiva no Norte, num forte alargamento de influência”³¹⁴. Os partidários da candidatura do general Eanes viam as coisas de maneira diferente. Manuel Alegre, por exemplo, considerava a vitória de Eanes clara e representativa daquilo que seria a vontade nacional, ao passo que os resultados de Otelo eram vistos como um “epifenómeno” fomentado pelos erros do PCP. Indo mais longe, diria que esses 16% eram fruto

“da confusão, da perturbação resultante da demagogia que imperou neste país durante dois anos. Na candidatura de Otelo há, por um lado, um certo romantismo, e por outro um certo S. Vicentismo de esquerda. É um fenómeno em que estão envolvidos os burgueses com má consciência, com sentimento de culpa por serem burgueses ou por não serem capazes de deixarem de ser burgueses e trabalhadores iludidos pelo maximalismo que tem dominado certas zonas do país, nomeadamente o distrito de Setúbal.”³¹⁵

José Martins Garcia, director adjunto do *Jornal Novo*, teceria comentários igualmente virulentos a respeito das opções desse segmento do eleitorado, afirmando que o major Otelo “é o protótipo da acefalia, capaz de unir num mesmo guardanapo a migalha

³¹² Vítor Dimas, “Acácio Barreiros (UDP): Eanes quer uma oposição que não se oponha”, *Expresso*, 03/07/76, 16;

³¹³ Lopes Cardoso diria que o mais surpreendente fora a votação expressiva que Otelo obteve, em particular no Alentejo, atribuindo a falta de apoio a Pato na região a um desejo de autonomia por parte dos trabalhadores, perante uma Reforma Agrária que se burocratizava. “Lopes Cardoso: «Eanes não é de direita»”, *Jornal Novo*, 28/06/76, 9;

³¹⁴ “Otelo: oitocentos mil votos por uma alternativa”, *Gazeta da Semana*, 01/07/76, 4;

³¹⁵ Maria João Avillez, “Carlos Brito (PCP): Não há uma força homogénea e a tendência é para a desagregação”, *Expresso*, 03/07/76, 17;

fascista e o sonho da sujeira faminta”, deixando a seguinte interrogação: “como vai sobreviver, ao nível da consciência nacional, um país com tão alta percentagem de loucos?...”³¹⁶ Assim, se para boa parte da esquerda radical Otelo representava um reabrir das possibilidades revolucionárias durante os meses seguintes, para os sectores moderados parecia demonstrar que, apesar dos resultados obtidos por Eanes, havia ainda um sector substancial da população susceptível de aderir a projectos políticos que, de forma ostensiva, recusavam a “política dos partidos” e os modelos de representação da “democracia burguesa”, constituindo grupos capazes de introduzir desvios no caminho da “normalização”.

Mas mesmo junto das forças que apoiaram Eanes não deixaria de haver importantes dissensos, trocando-se acusações e procurando retirar-se dividendos dos resultados. O PPD e o CDS, saudando o “triunfo do autêntico 25 de Abril, restituído à sua pureza no 25 de Novembro”, tentavam fazer valer a ideia de que, no sector “moderado”, teria sido o PS a perder mais votos para outros candidatos (sobretudo para Pinheiro de Azevedo, mas também para Otelo). Fernando Belo, à época professor no departamento de filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, diria, num detalhado exame às presidenciais publicado na *Gazeta da Semana*, que

“(…) no Porto e de Santarém para baixo (excepto Portalegre), os votos de Eanes e Pinheiro de Azevedo somados ficaram sempre abaixo da soma dos três partidos que apoiam Eanes. Em Setúbal, Eanes até teve menos votos que o PS sozinho em Abril passado. Mais precisamente: em Braga, Porto, Aveiro, Coimbra e em praticamente todo o Sul, houve fugas de votos PS da ordem dos 15 a 20 por cento. A isto, em política eleitoral, chama-se uma derrota, senhor Mário Soares!”³¹⁷

Enquanto isso, o PS procurava escudar-se das acusações lembrando que o grande derrotado tinha sido o PCP, o qual, nas palavras de Mário Soares, teria sofrido uma “derrota histórica” – opinião, aliás, relativamente consensual³¹⁸. Por sua vez, os comunistas, admitindo uma “aparente e ocasional” desarrumação do eleitorado,

³¹⁶ José Martins Garcia, “Votar num diminuído”, *Jornal Novo*, 28/06/76, 13;

³¹⁷ Fernando Belo, “Geografia Eleitoral”, *Gazeta da Semana*, 08/07/76, 5;

³¹⁸ Otelo consideraria, contudo, que o maior derrotado fora o PS, dado o volume de votos perdidos para Pinheiro de Azevedo e para ele próprio, seguindo de um PCP que afastara 50% do seu eleitorado. “Otelo: «Não sei se o PC estará disposto a aceitar a minha liderança»”, *Jornal Novo*, 02/07/76, 8;

criticavam tais interpretações, chegando mesmo a ponto de afirmar, após uma campanha de fortes crispções com socialistas e otelistas, que o que importava reter das eleições era que “os 365.000 votos em Octávio Pato mais os 770.000 no major Otelo de Carvalho, mais o milhão e duzentos mil do PS exprimem com mais força ainda que antes a vontade do eleitorado de uma política de esquerda só possível com uma maioria de esquerda e com um governo de esquerda. Com o PCP!”³¹⁹. Junto dos partidos que apoiaram Otelo, alertava-se sobretudo para a necessidade de dar continuidade ao trabalho desenvolvido até então, passando os GDUP’s a dinamizar não a campanha, mas o movimento popular que se impunha estimular e reorganizar.

De qualquer forma, parecia efectivamente permanecer uma clivagem na sociedade portuguesa. Restava perceber se esta continuaria a fazer-se sentir nos anos seguintes ou se, pelo contrário, teria já alcançado o seu ápice. É à análise do futuro dos movimentos que se geraram em torno das candidaturas que se dedicarão os pontos seguintes.

3.1 - Eanismo e a Presidência:

Os dias seguintes à vitória de Eanes suscitariam um conjunto interessante de comentários acerca do que seria a sua presidência. Tendo sido eleito não apenas devido às máquinas partidárias ou à sua imagem militar, mas também graças ao seu “cartesianismo mental” e domínio da psicologia e do Direito (que o dotariam de uma “superior preparação e «endurance»”), compunha-se o perfil de um “estadista perfeccionista, (...) para além do político de contingência”³²⁰. Tratava-se de alguém que, apesar de ter sido “empurrado” para o cargo, parecia pronto a assumi-lo com especial assertividade e incisão. Sendo frequentes as comparações com um De Gaulle³²¹ - na pose e no discurso – desde o início da campanha, Marcelo Rebelo de Sousa levaria o paralelo às últimas consequências no momento de se debruçar sobre aquelas que entendia serem as relações possíveis entre o PR e o governo. Segundo o subdirector do *Expresso*, estava-se perante um de dois cenários: ou uma “gaullização” do PS – que perderia a sua autonomia tornando-se um partido presidencial -, ou a formação de um novo agrupamento político que agregasse os partidos que apoiaram a candidatura do general (a “maioria

³¹⁹ “Editorial – Refazer a unidade para defender a democracia,” *Avante!*, 01/07/76, 2;

³²⁰ “Da maneira de fazer um Presidente ao «gaullismo» que cada país merece”, *Expresso*, 03/07/76, 15;

³²¹ Ramalho Eanes confessaria, aliás, que como preparação para o exercício do cargo, se tinha dedicado à leitura de obras do general e estadista francês. “Da maneira de fazer um Presidente ao «gaullismo» que cada país merece”, *Expresso*, 3/7/76, 15;

presidencial”), dando-lhe apoio permanente³²². Em qualquer dos casos, considerava que o futuro do país passava por um qualquer formato de presidencialismo, apoiado nas qualidades excepcionais que se atribuíam à liderança de um Ramalho Eanes metódico e anti-demagógico.

Também noutros quadrantes políticos se teciam considerações na mesma linha. Amadeu Lopes Sabino³²³, num conjunto de artigos publicados no rescaldo das eleições, diria que Eanes era o produto de uma burguesia fraca que, para se legitimar, estaria dependente “de figuras carismáticas, que possam ser descritas como portadoras de virtudes morais mais do que como suportes de qualidades políticas”³²⁴. Enquanto as burguesias dos países imperialistas produziam normalmente figuras que gerem o Estado “como empresários gerem indústrias e monopólios – com eficiência, com brilhantismo por vezes, por vezes mesmo com genialidade, mas sempre sem carisma”, a história de Portugal seria pautada pelo recurso a “uma sucessão interminável de pequenos e grandes Salazares, de pequenos e grandes Sidónios, de pequenos e grandes Spínolas, de salvadores da Pátria e de candidatos a salvadores da Pátria”³²⁵. O projecto unitário e suprapartidário encabeçado por Eanes seria indicativo de um estágio preliminar de “bonapartismo” (ou “gaullismo”) que também já se havia manifestado, sem sucesso, com Spínola. Aceitando a perda parcial de relevância dos partidos políticos que a representavam, a “burguesia” procurava construir uma liderança unificadora que assegurasse “a manutenção formal das liberdades democráticas e a legitimação do poder político através do sufrágio universal com modelos ideológicos, políticos, administrativos e policiais de permanente contenção/institucionalização da luta de classes”. De resto, segundo Sabino, “o recurso à eleição plebiscitária e ao referendo colocaram constantemente a classe dominante entre o fantasma da sua própria unidade possível – personificada no general-presidente – e o abismo”.

No meio militar os resultados dariam origem à formação daquela que viria a ser chamada “linha eanista”³²⁶, pautada pelo apoio prestado ao presidente e pela tentativa de

³²² Marcelo Rebelo de Sousa, “Dos quatro presidencialismos possíveis à «saída estratégica» do PCP”, *Expresso*, 03/07/76, 2;

³²³ Um dos fundadores do MRPP e um dos quadros da AEPPA, colaborador prolixo da *Gazeta da Semana*;

³²⁴ “Candidatura de Otelo: linhas para uma solução popular da crise económica em Portugal”, *Gazeta da Semana*, 01/07/76, 11;

³²⁵ “Candidatura de Otelo...”, *Gazeta da Semana*, 01/07/76, 11;

³²⁶ “Um ano depois, os militares regressam? Quando volta a falar-se de correlação de forças”, *Expresso*, 13/08/76, 14;

equilíbrio entre diferentes linhas³²⁷. A presidência surgia, assim, acima das contendas de bastidores do meio castrense, fomentadas pelas correntes “otelistas”, “gonçalvistas” ou “melantunistas”³²⁸. Certo era que a indistinção que se continuava a manifestar entre Estado e Forças Armadas parecia continuar a ser indispensável. Vicente Jorge Silva, na altura jornalista do *Expresso*, diria que o Estado apenas se poderia recompor:

“(…) no momento em que o aparelho militar se recompõe – o que significa que a recomposição do estado se faz à imagem da recomposição do exército em torno de um bloco hegemónico. Ramalho Eanes ascende à Presidência da República por isso mesmo: na medida em que ele passa a ser, com o 25 de Novembro, o fiel da balança da relação de força no interior do poder das armas. As forças civis que aspiram neste momento à hegemonia política não podem dispensar a caução de uma instância protectora. Por outras palavras: as forças civis, na incapacidade de assumirem de facto o poder, veem-se obrigadas a apoiar uma instância que caucione, pelo seu apoio ou benevolente neutralidade, os projectos políticos que elas veiculam. Eanes surge como um compromisso transitório entre as várias forças militares.”³²⁹

No que diz respeito às suas primeiras alocações pós-eleitorais, e como já acontecera nos momentos finais da campanha, Ramalho Eanes procuraria deixar claro quais as ameaças que se propunha enfrentar. Na primeira deslocação que faz na condição de presidente eleito, ao Porto, teceria comentários particularmente ríspidos em relação aos resultados daqueles que tinham sido seus opositores. Comentando a vitória de Otelo no distrito de Setúbal, por exemplo, diria: “Deixem lá fazer a comuna. Se for preciso vai-se lá e desfaz-se num instante”, afirmações que, surpreendendo aqueles que lhe louvavam

³²⁷ Esta teria como colaboradores civis sociólogo Joaquim Aguiar, o jornalista Silva Costa e o economista Henrique Granadeiro;

³²⁸ Apesar da linha eanista ter ganho primazia sobre as demais - algo inevitável no momento em que Eanes acumulava a Presidência da República com a Presidência do CR e o cargo de CEMGFA - não deixariam de se notar tensões. Pinheiro de Azevedo consideraria ser perigoso dar à presidência força militar e poder de nomear os Estados-Maiores, afirmando Otelo que estariam reunidas as condições para que este se tornasse num ditador. A escolha de Pires Veloso para CEME tampouco cairia bem junto dos Nove. Castaño, *Eanes e a Democracia*, 47;

³²⁹ Vicente Jorge Silva, “Portugal: uma democracia com muitos mistérios”, *Expresso*, 20/08/76, 14;

a rectidão e “bom-senso”, agradavam aos sectores da sua base de apoio para quem importava “deixar entender que se for necessário empreender uma linha dura, ainda que simplesmente para mostrar que o país vai encontrar a indispensável estabilização, não haverá a mínima indecisão da Presidência da República”³³⁰. Onde alguns viam o retorno de um verbalismo autoritário e mesmo fascista, outros viam na sua “linguagem seca, alheia a subterfúgios retóricos, a redundâncias e a balbucios emotivos (...) um testemunho antifascista”³³¹. Os primeiros meses da sua presidência serviriam ainda para demonstrar que a esse estilo não estava associada uma distância em relação aqueles que o elegeram e cujos interesses tinha por missão defender. Ainda durante o mês de Julho, visitaria a cooperativa Defesa de Cima – Torre dos Coelheiros em Évora (afecta ao PS). Desse encontro com os trabalhadores rurais, para além de se procurar vincar a importância que a presidência atribuía à questão da Reforma Agrária³³², resulta a ideia de que os esforços de construção de uma imagem idealizada de Eanes não se estancaram com a campanha:

“[é alguém de quem] os camponeses se avizinham e sentem-no próximo, tomando com ele atitudes que apenas tomam com os seus camaradas da terra, ou com as pessoas da sua criação. (...) Não é homem de gestos largos, nem demagógicos. (...) Na Defesa de Cima, da Torre dos Coelheiros não vimos um Eanes sectário. Com a naturalidade com que comia o gaspacho, rodeado de homens de mãos calejadas e unhas marcadas pela terra que remexem, vimo-lo saltar para cima do tractor, ladeado por trabalhadores da cooperativa e desaparecer com eles nas terras de lavra em visita às culturas. É homem cá debaixo que parece sentir-se mais à-vontade entre trabalhadores agrícolas que entre intelectuais da nossa praça (...)”³³³

³³⁰ “Eanes no Porto: «A riqueza tem de nascer do trabalho»”, *Jornal Novo*, 30/06/76, 8;

³³¹ José Martins Garcia “Onde estão os fascistas?”, *Jornal Novo*, 02/07/76, 1;

³³² Seria, de facto, a par da crise económica, o problema prioritário para Eanes, constituindo-se como “o primeiro sector de uma certa «competência política própria» do Presidente da República, o que representa um pendor presidencialista, robustece a posição do governo e não pode deixar de preocupar os opositores da política de António Barreto, que a sabem «coberta» pelo Presidente da República”. “Ramalho Eanes atribui prioridade política à Reforma Agrária”, *Expresso*, 23/12/76, 1;

³³³ Augusto Carvalho, “Eanes na Torre dos Coelheiros ou o político confrontado com a Reforma Agrária”, *Expresso*, 16/07/76, 5;

No seu discurso de tomada de posse, Eanes também mencionaria as posições mais interventivas que poderia vir a sentir necessidade de adoptar. Assumindo-se como promotor do espírito democrático e anti-totalitário do 25 de Abril, reforçado a 25 de Novembro, pretendia corporizar aquela que entendia ser a verdadeira essência da Revolução, não submetendo a legitimidade da sua acção à de qualquer grupo - fosse ele militar ou civil -, mas apenas à Lei Fundamental. Garantindo o apoio ao governo a nomear, não hipotecaria por inteiro a possibilidade de uma intervenção directa em relação às dificuldades que este pudesse vir a encontrar, prometendo, como já havia feito, defender o regime de modalidades de acção política que entendia terem sido rejeitadas pelo povo português – o ressurgimento do fascismo ou a defesa de poderes paralelos de tipo “anarco-populista ou golpista”³³⁴. Também nesse momento inaugural, devido ao acento colocado nalgumas expressões (“imperativos categóricos”, “destinos nacionais”, “uma certa ideia de Portugal”), se voltaria a insistir no carácter presidencialista que Eanes poderia imprimir ao regime:

“Sentimo-nos muito perto do presidencialismo como módulo político dentro de uma democracia eleitoral, de um presidencialismo de sinal progressista. E, curiosamente, como se nos afigura longínquo o tempo da degeneração autocrática dos presidencialismos, dos realizados, mas apenas sonhados de Sidónio Pais a Salazar, de Marcello Caetano a Kaúlza de Arriaga.”³³⁵

Não seria apenas o uso de certas expressões a marcar uma ruptura com o discurso político do período revolucionário, sendo também importante notar aquelas que estavam ausentes. A não utilização do termo “socialismo” no discurso de tomada de posse voltaria a causar polémica, mostrando que a normalização, para lá de passar pelo primado da lei e pelo controlo dos aparelhos coercivos, se jogava igualmente noutros planos. Nesse sentido, as suas primeiras intervenções públicas serviriam como forma de reforçar e clarificar os princípios e valores que o haviam levado à presidência. Por ocasião da tomada de posse do primeiro governo constitucional, a 23 de Julho, reafirmaria o carácter

³³⁴ Marcelo Rebelo de Sousa, “Discurso de Eanes pressupõe visão presidencialista”, *Expresso*, 16/07/76, 2;

³³⁵ Marcelo Rebelo de Sousa, “Discurso de Eanes pressupõe visão presidencialista”, *Expresso*, 16/07/76, 2;

imperativo de políticas de emergência que tivessem em conta os verdadeiros interesses nacionais, ao mesmo tempo que lembrava que:

“Há sacrifícios, contudo, que não é legítimo pedir ao Povo português: não é justo que se lhe peça para pagar as escolas que não passam de palco de lutas ideológicas e de veículo de uma cultura que não respeite os seus valores e a sua história; (...) não é mais tolerável que se hesite em apoiar uma informação isenta e se pactue com certa imprensa que faz do regresso à ditadura o seu objectivo e da mentira o seu método; (...)”³³⁶

A 3 de Setembro, Eanes proferiria no Porto um discurso em que voltaria a colocar a tónica na importância de, à margem das diferentes sensibilidades políticas, “todos” trabalharem em prol da regeneração nacional, devendo evitar-se pactuar com actos de sabotagem económica mascarados de luta dos trabalhadores. Afirmaria que:

“Numa altura em que a via democrática se ganha ou se perde por força de uma crise económica que os Portugueses têm o direito de conhecer em toda a sua extensão, não há mais lugar neste país para o luxo das querelas inúteis. Não podemos conservar por mais tempo os anéis se queremos salvar os dedos. Ama-se este país trabalhando. Constrói-se a democracia trabalhando. Ganha-se a justiça social trabalhando. É também pelo trabalho, pela responsabilidade, pela honestidade, pelo profissionalismo que se conhecem os verdadeiros democratas, os autênticos patriotas.”³³⁷

Finalmente, chegados ao primeiro aniversário do 25 de Novembro, reforçaria a importância de um dia que, a seu ver, representava “a vitória de um projecto democrático sobre a perversão totalitária que procurou destruir as Forças Armadas para poder impor ao povo, indefeso, um modelo de sociedade que ele não escolhera” e que, ao repor “o essencial da identidade e cultura nacionais, possibilitou a definição e a escolha

³³⁶ António Ramalho Eanes, *Na posse do primeiro governo constitucional – discursos proferidos pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, e pelo Dr. Mário Soares na posse do primeiro governo constitucional. Palácio de Belém, 23 de Julho de 1976* (Lisboa: SECS, 1976), 5;

³³⁷ António Ramalho Eanes, *Constrói-se a Democracia Trabalhando – discurso pronunciado no Porto, em 3 de Setembro de 1976, pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes* (Lisboa: SECS, 1976), 8;

democrática do sistema de poder constituído”³³⁸. Aproveitaria esse momento simbólico para exprimir a sua confiança nas Forças Armadas e na sua reestruturação apartidária. Era um discurso que afirmava a dupla responsabilidade (eleitoral e militar) do PR e que lhe permitia declarar a intenção de utilizar “toda a sua capacidade de intervenção e a totalidade dos seus poderes expressos implícitos para que as instituições sirvam efectivamente o povo português”³³⁹.

Há ainda um último aspecto que importa salientar. No dia da sua tomada de posse, foram poucos aqueles que acorreram à Assembleia da República. Tratava-se, afinal, de um momento que se queria institucional, simbolizando a transferência de um poder caído nas ruas que agora se recuperava para o seu devido lugar. Ainda assim, as deslocações seguintes seriam marcadas por um apoio numeroso. Num regresso ao Porto, na primeira visita oficial enquanto PR, Eanes encontraria uma recepção entusiástica, ainda que formada de modo não inteiramente ocasional. O governador civil convocara a população para todas as cerimónias públicas, instando a Câmara Municipal a que todo o comércio e indústria cessasse as suas actividades enquanto estas decorressem, tendo o governo dado tolerância de ponto a todos os funcionários públicos do distrito³⁴⁰. A transferência de poderes que Eanes preconizava queria-se também validada popularmente, um esforço que não seria difícil de levar a cabo uma vez que ao seu triunfo eleitoral não se seguiu um esfriamento da sua popularidade.

De resto, ao longo dos primeiros anos do seu mandato, manteria uma linha de acção altamente personalizada³⁴¹, aparentemente alheio às consequências que esta poderia ter junto dos partidos que o apoiaram, reforçando em boa medida o perfil de liderança construído durante a campanha. Mesmo tendo em conta o fracasso dos seus sucessivos governos de iniciativa presidencial, Eanes conseguiria uma reeleição tranquila em 1980 (ainda que menos expressiva), formando no final do seu segundo mandato o Partido Renovador Democrático, na tentativa de manter vivos os seus princípios políticos e continuar o trabalho de “moralizar a vida política nacional”. Sob a sua tutela, o PRD

³³⁸ António Ramalho Eanes, “Responder às esperanças de todos os portugueses – discurso do Presidente da República, General Ramalho Eanes, em 25 de Novembro de 1976, na Academia Militar na Amadora” (Lisboa: SECS, 1976);

³³⁹ Marcelo Rebelo de Sousa, “Do aviso de um reforço presidencial ao estilo gongórico da Assembleia da República”, *Expresso*, 26/11/76, 2;

³⁴⁰ “O Porto vai parar para receber Eanes”, *Jornal Novo*, 02/09/76, 9;

³⁴¹ De tal modo que a revisão constitucional de 1982 teve como objecto – entre outros – limitar as capacidades de intervenção do PR;

conseguiria, num primeiro momento, apoio suficiente para alterar a geometria das votações no parlamento. Eanes seria um exemplo modelar do “mito do salvador em normalidade”³⁴². Sendo o formalismo inerente ao estabelecimento de um regime democrático, moderno e europeu insuficiente para mobilizar energias colectivas em momentos de maior descontentamento, o eanismo constituiu um mecanismo necessário para a produção de convergências que transcendessem os limites impostos pelo jogo partidário³⁴³. Serviu como garantia da preservação de certos valores e ideais que podiam perder-se num regime demasiado abstracto e burocrático, impermeável a muitos dos ímpetos (ou excessos) a que os primeiros tempos da Revolução teriam dado cobertura³⁴⁴. Perante a ineficácia de partidos e instituições, seria Eanes que, vindo de fora, teria no seu carisma e independência as ferramentas necessárias para “elevar” a vida política nacional, fazendo a ponte entre dois imaginários - o de Abril e o da integração europeia.

3.2 - Otelismo e as sobrevivências do Movimento Popular

Nas primeiras declarações após a divulgação dos resultados das eleições, Otelo traçaria os seus objectivos políticos no curto prazo. Afirmando que, se tivesse ganho, “teria feito regressar a vida política do país a um clima de revolução”³⁴⁵, considerava, ainda assim, que a votação que obtivera obrigava a alterações profundas no plano político. A sua candidatura lançara as bases para a criação de uma “ampla frente de massas populares” (e não uma mera plataforma de acordo entre partidos, a fazer lembrar a FUR) que se construía fora do quadro institucional previsto pela “democracia burguesa” e, como já se havia declarado durante a campanha, a partir dos GDUP’s – grupos capazes de transcender a esfera partidária e suas divisões. De resto, animado por uma conjuntura que via como propícia, declararia de forma mais veemente do que nunca a sua aversão pela democracia parlamentar, dizendo-se “farto dos partidos” e contrário às suas manobras políticas. Admitindo a existência de partidos de direita que “dividam a

³⁴² Maria Manuela Cruzeiro, *A nossa fada Morgana – viagem pelos imaginários da Revolução de Abril* (Porto: Edições Afrontamento, 2017), 178;

³⁴³ Ainda que, mesmo entre alguns daqueles que o apoiaram, essa necessidade surgisse como um espelho da “vocação catastrofista da inteligência deste país, aquela nossa repugnância instintiva pela normalidade, aquela nossa apetência pelo frisson da emergência, aquele nosso sado-masochismo que é entregarmo-nos, atados de pés e mãos, aos homens providenciais.” Artur Portela Filho, *A Funda - Eanes ou Eanismo?* vol. 7 (Lisboa: Liber, 1977), 175;

³⁴⁴ Cruzeiro, *A nossa fada Morgana*, 179;

³⁴⁵ “Na Gulbenkian: Otelo ao ataque em clima de euforia”, *Jornal Novo*, 28/06/76, 10;

burguesia”, o mesmo não se poderia dizer para partidos de esquerda “que estrangulem a energia criadora das massas populares”. Segundo Otelo, a coexistência do parlamento burguês com as organizações de base seria tolerada numa fase transitória, “depois, a democracia parlamentar tem os seus dias contados”³⁴⁶. Tais declarações não passaram incólumes. Manuel Alegre definiria tais posturas como “uma herança de Salazarismo, do 28 de Maio, é também um fenómeno semelhante aquilo que se passou na Itália de Hitler e Mussolini (...) Eles também falavam contra o capitalismo, também eram movimentos maximalistas, também eram contra os partidos e no fundo criaram outros partidos de natureza totalitária, para servirem o grande capital”. Já os GDUP’s teriam como objectivo “tentar destruir ou diminuir a influência de aparelhos partidários para criar um novo partido estalinista via UDP e outros grupos e um certo Peronismo à Portuguesa, via Otelo”³⁴⁷.

Contudo, a capacidade de acção e dinamização dos GDUP’s no momento pós-eleitoral não corresponderia ao optimismo dos comentários de Otelo ou aos receios de Alegre. Mesmo antes do final da campanha já se afirmava que “dos GDUP’s, para lá das tarefas de agitação e propaganda, pouco está a surgir”³⁴⁸. Mais tarde, no boletim *A Luta Continua* - criado precisamente para divulgar as actividades destes grupos - a direcção notaria que as acções desenvolvidas eram, em geral, em número inferior ao esperado e desejado³⁴⁹. O seu papel enquanto unidades constituintes de um MUP (Movimento de Unidade Popular), que se queria formalmente constituído até ao final do ano, parecia estar em causa. Como o GDUP da EFACEC reconheceria, numa autocrítica divulgada no final de Julho, os principais erros que conduziram à evidente desmobilização teriam sido o eleitoralismo que permeou estras estruturas e a falta de trabalho dedicado “à unificação e organização” do movimento popular: “As nossas reuniões foram sempre deficientemente convocadas e, após a eleição do Secretariado do GDUP, praticamente não convocamos outras reuniões.”³⁵⁰ Numa nota particularmente desencantada, acrescentavam que “Os trabalhadores da EFACEC poderão afirmar que pouca preocupação mostrámos na

³⁴⁶ “Na Gulbenkian...”, *Jornal Novo*, 28/06/76, 10;

³⁴⁷ Maria João Avillez, “Manuel Alegre (PS): «GDUP’s tentarão criar partido misto do estalinismo e peronismo»”, *Expresso*, 03/07/76, 17;

³⁴⁸ Jorge Almeida Fernandes, “Pela Revolução contra as ilusões de vitória eleitoral”, *Gazeta da Semana*, 16/06/76, 3;

³⁴⁹ “Actividade dos GDUP,” *A Luta Continua*, 03/09/76, 2;

³⁵⁰ GDUP – EFACEC (Arroteia), “Uma autocrítica”, *Gazeta da Semana* 29/07/76, 5;

procura de soluções para os problemas concretos que nos preocupam. Em resumo: poder-se-á afirmar que de facto o GDUP da EFACEC nunca existiu como tal.” Igualmente ilustrativo seria o fracasso das manifestações convocadas para Lisboa e Porto em meados de Agosto, contra a liberdade concedida a Spínola e denunciando a libertação de agentes da PIDE. Ter-se-iam reunido escassos milhares de pessoas, “entre as quais muitos estrangeiros”, que “entoavam molemente palavras de ordem pouco imaginativas”³⁵¹.

Perante tal cenário, os alertas feitos durante a campanha, relativamente à possibilidade de se assistir a uma desmobilização com impactos políticos comparáveis ao que acontecera em 1958 e em 1969, adquiriam uma nova urgência. A esse respeito, lembrava-se enfaticamente a necessidade de reforçar a organização de um movimento que se queria independente da figura que o ajudou a constituir:

“Se os trabalhadores desejam a revolução, devem recusar os mitos. (...) Otelo não é um aspirante a Perón, demagogo populista. Não é um social-democrata «lúcido» e pessimista, mas que despreza as massas como Melo Antunes. Não é um populista paternalista e autoritário como Vasco Gonçalves: ele é que sabia sempre o que convinha aos trabalhadores. É a sua relação espontânea com os trabalhadores e a sua audácia o que o distingue dos outros. Soube distinguir-se no modo como aprendeu a ouvir e a discutir com os trabalhadores. Distinguiu-se nos seus próprios erros, que são o contrário dos erros de Gonçalves ou Melo Antunes. Mas também não é um dirigente popular. Aprendeu muito com a prática, mas não tem tido grande êxito na aplicação da sua frase favorita: teorizar a prática. É uma frase bela e revolucionária. Mas é preciso quem teorize a prática, em lugar de se limitar a dizê-lo. (...) Acabou a revolução, o movimento revolucionário, devem as massas enterrar as suas aspirações, adiá-las para os «amanhãs que cantam», à espera de que venha um novo 25 de Abril? As massas continuam em luta, e não só na classe operária. Dispersas, sem centralização e pouca coordenação. Mas em lutas em quase todas as frentes.”³⁵²

³⁵¹ “GDUP na rua contra Spínola e «Pides»”, *Jornal Novo*, 14/08/76, 9;

³⁵² Jorge Almeida Fernandes, “Contra as ilusões de vitória eleitoral”, *Gazeta da Semana*, 16/06/76, 8;

Em Agosto iniciava-se efectivamente o processo de transfiguração dos GDUP's ante a nova conjuntura. No entanto, num primeiro encontro, que antecederia a organização de um congresso nacional, ficariam patentes várias dificuldades. Tendo sido identificado um total de 800 GDUP's, a sua distribuição pelo território era profundamente desigual, estimando-se que mais de metade destes estivesse concentrada na área de Lisboa e Setúbal. Além disso, era ainda fraca a implantação destes grupos junto de locais de trabalho, constituindo-se a maioria a nível local e de bairro. Por sua vez, a maior parte das estruturas concelhias e distritais não revelava o dinamismo desejado, estando mesmo muitas delas ainda por eleger³⁵³. Assim sendo, a coordenação permanecia, regra geral, nas mãos de delegados dos partidos que apoiaram a candidatura de Otelo, não se tendo conseguido a transmissão dessas funções para as bases do movimento. A Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular (CNPUP) não parecia capaz de imprimir uma orientação política própria ao movimento, alimentando confusões entre as suas posições face aos acontecimentos políticos do momento e as posições – por vezes divergentes – assumidas por alguns dos partidos que apoiaram a candidatura de Otelo. Afirmava-se mesmo que “muitos dos aspectos da actual situação de refluxo provêm menos da crise e da derrota do 25 de Novembro do que da incapacidade de direcção e resposta organizada”³⁵⁴. Além disso, os ataques movidos contra os GDUP's por parte dos partidos que se lhes opunham (sobretudo o PCP, que fazia circular a ideia de que se tratava de uma organização manipulada pela UDP e pelo PCP (r)) e conflitos internos (o PCP(r), por exemplo, seria acusado pela CNPUP de se tentar apresentar enquanto “vanguarda” do movimento, criticando também a UDP por “ter dado cobertura a essas afirmações”)³⁵⁵ contribuíram para a alienação de muitos daqueles que os GDUP's foram capazes de reunir durante a campanha³⁵⁶. Era este conjunto de aspectos que imprimia uma especial urgência à realização de um Congresso, que permitisse a elaboração de um programa concreto de luta, a definição da estrutura organizativa, a aprovação das bases estatutárias e a eleição de uma direcção nacional – resoluções essenciais para se impedir a queda num vazio

³⁵³ Jorge Almeida Fernandes, “GDUP's: linha em discussão congresso em Outubro”, *Gazeta da Semana*, 05/08/76, 4;

³⁵⁴ Jorge Almeida Fernandes, “Congresso dos GDUP's: duas linhas em debate nas questões de organização”, *Gazeta da Semana*, 23/09/76, 16;

³⁵⁵ O PCP(r), por exemplo, seria acusado pela CNPUP de se tentar apresentar enquanto “vanguarda” do movimento, criticando a UDP por “ter dado cobertura a essas afirmações”, Declaração da CNPUP, “Dar aos GDUP's uma direcção política própria”, *Gazeta da Semana*, 12/08/76, 11;

³⁵⁶ Jorge Almeida Fernandes, “GDUP's: Linha em discussão congresso em Outubro”, *Gazeta da Semana*, 05/08/76, 4;

político. Afinal, que lugar ocupariam os GDUP's entre as organizações populares de base e os partidos?

Neste esforço de definição das linhas de acção imediatas, dois tópicos ganhariam destaque. Por um lado, importava esclarecer a posição do movimento face ao governo PS. Por outro, havia que decidir qual a postura a assumir no contexto das eleições autárquicas, a realizar no mês de Dezembro. Quanto ao primeiro ponto, os socialistas eram acusados de um “desvio à direita”, que os transformara num partido “interclassista, mergulhado em contradições, que procurava destruir a reforma agrária, a favor da recuperação capitalista e anti-popular.” Além disso, seria um partido promotor da dependência dos E.U.A., tanto por via da NATO como do investimento estrangeiro³⁵⁷. Contudo, o governo não seria o inimigo prioritário, lugar ocupado pela “direita reaccionária”, que estaria a ganhar terreno no aparelho de Estado, nas Forças Armadas e nos órgãos de informação. Rejeitando-se a ideia de “maioria de esquerda” defendida pelos comunistas, tinha de se desenhar uma proposta alternativa. No que às autárquicas diz respeito, havendo desde cedo um consenso em torno da necessidade de as disputar - uma vez que definiriam as estruturas de base do Estado que tratam dos “problemas que interessam directamente às populações” -, levantava-se a questão de como concorrer. Não querendo os GDUP's constituir-se enquanto partido (mesmo que apenas formalmente), colocavam-se alguns problemas à apresentação de listas.

Os preparativos para o congresso iniciam-se e a sua realização foi apontada para os dias 2, 3 e 4 de Outubro. No entanto, devido a atrasos nos processos de recenseamento e na elaboração e discussão das teses a apresentar, a CNPUP decidiu adiar-lo para os dias 15, 16 e 17 do mesmo mês, provocando novas crispções com elementos da UDP, que consideravam que o adiamento prejudicava a participação nas eleições para as autarquias. Certo é que esta ainda seria novamente adiada, desta feita para o início de Novembro, atestando as sérias dificuldades organizativas do movimento. Entretanto, a FSP já se tinha afastado e, apesar de se garantir que muitos dos seus militantes continuavam integrados nos GDUP's e que o aproveitamento que os media fizeram dessa defecção não minavam a sua força³⁵⁸, os sinais de ruptura e desagregação começavam a ser evidentes.

³⁵⁷ “A situação política e o novo governo,” *A Luta Continua*, 13/08/76, 2-3;

³⁵⁸ “A saída da FSP dos GDUP,” *A Luta Continua*, 03/10/76, 2;

Antes da desmobilização final e do colapso das estruturas que se tentaram erguer a partir da campanha de Otelo, houve mobilizações que importa assinalar. Os festejos promovidos pelos GDUP's na comemoração do aniversário do Documento do COPCON reuniram milhares de pessoas no Pavilhão dos Desportos, onde se aprovou por aclamação uma moção a entregar à Presidência da República³⁵⁹. Ainda assim, a mais impressionante manifestação em que o movimento marcaria presença dar-se-ia aquando da nova detenção de Otelo, no início de Novembro, por violação da disciplina militar (a que voltara a estar após o período eleitoral). A sua prisão agitaria novamente as forças da esquerda revolucionária, por tudo o que entendiam ter de vexatório. Para além de ter acontecido nas vésperas do congresso (que, em virtude disso, seria definitivamente adiado para os dias 19, 20 e 21), Otelo, visto como uma das figuras determinantes do 25 de Abril, seria encarcerado durante 20 dias em Caxias, local particularmente simbólico para a resistência antifascista. Tal como na primeira detenção do major, após o 25 de Novembro, Ramalho Eanes seria acusado de a ter promovido com motivações políticas, tentando esfacelar a esquerda radical e os projectos de unidade popular³⁶⁰. A CNPUP publicaria igualmente um comunicado a denunciar aquilo que entendia ser uma “grave provocação do poder militar”, enquanto várias figuras viriam a público exigir a sua libertação. Em Lisboa organizaram-se duas manifestações - uma delas junto à prisão de Caxias³⁶¹ -, seguidas de outras no Porto, em Faro e no Funchal. Se em todas elas as faixas dos GDUP's assumiram lugar proeminente, parecia também ser claro que, como durante a campanha presidencial, muitos daqueles que enchiam avenidas e praças não estavam enquadrados por tais grupos, sendo antes levados pela solidariedade com um homem que “simboliza o 25 de Abril”. No entanto, mesmo num momento que se pensava ser de unidade, ficaram evidentes as tensões entre as forças que integravam os GDUP's. A UDP manifestara-se contra a realização das manifestações (já depois de estas terem sido agendadas pela CNPUP), entendendo que estas poderiam dar azo a “provocações que prejudicariam gravemente o movimento popular”. Tal leitura foi entendida por outros sectores (nomeadamente pelo PRP e o MES) como um grave apelo à desmobilização, “sabotagem de uma jornada de

³⁵⁹ Na qual se exigia, entre outras reivindicações, a libertação total e reintegração de Otelo e todos os militares revolucionários, cf. s.a., “No Pavilhão dos Desportos – GDUP's festejaram aniversário do «Documento COPCON»”, *Jornal Novo*, 21/08/76, 7;

³⁶⁰ “Eanes prende Otelo pela 2ª vez: a prisão de Otelo é semelhante à bomba na Rádio Renascença”, *Gazeta da Semana*, 28/10/76, 4;

³⁶¹ Nas quais terão estado entre 30 a 40 mil pessoas. Jorge Almeida Fernandes, “Otelo: a liberdade começou em Caxias”, *Gazeta da Semana*, 04/11/76, 5;

luta” e desrespeito por decisões tomadas em comum. Por sua vez, o PRP seria acusado de tentar desviar o percurso previamente delineado na manifestação de Caxias, desrespeitando a comissão de campo.

O congresso seria, por isso, ilustrativo de uma unidade que se provou impossível. Nas vésperas, o PRP recusa-se a participar enquanto organização (ainda que não tenha abandonado os GDUP’s), por entender que não estavam reunidas as condições para que este fosse democrático, considerando ainda não fazer sentido definir uma base organizativa e eleger uma direcção “sem antes se ter definido uma tática e uma estratégia”³⁶². Em comunicado, afirmava-se que os GDUP’s não poderiam corresponder às tarefas políticas do momento, continuando a ser vítimas dos desvios de direita impostos pela UDP. O MSU³⁶³ adoptaria um posicionamento análogo. Apesar disso o congresso avançaria, uma vez que a sua recusa equivaleria a “romper a unidade e os GDUP’s, fazendo regressar o movimento revolucionário ao estádio dos grupúsculos”³⁶⁴. Além desses problemas entre as diferentes forças integradas no movimento, Luís Salgado de Matos, à época colaborador da *Gazeta da Semana* e membro da Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular, apontaria ainda um conjunto importante de defeitos na sua preparação. Muitos dos GDUP’s não tinham discutido os projectos de estatutos nem as alternativas programáticas e estatutárias, outros viram impedido o debate político, sob o pretexto de que os trabalhadores só devem tratar das “lutas concretas”, sendo que muitos dos GDUP’s de empresas e bairros não conseguiram mobilizar boa parte daqueles que participaram na campanha de Otelo - tendo o recenseamento sido duvidoso noutros tantos casos³⁶⁵.

Após três dias de discussão – que muitas vezes adquiriram contornos de comício – as opiniões dividiam-se entre aqueles que consideraram o congresso um êxito e aqueles que, pelo contrário, se mostram críticos do desfecho. Entre os triunfalistas encontravam-se os membros da UDP e do MES que chegariam a acordo sobre a maioria das questões programáticas (muito à custa do PRP, que lhes teria servido de bode expiatório). Do outro lado, para além dos membros do PRP, MSU e da BASE-FUT (proponentes das linhas derrotadas), seriam vários os independentes a considerar que o congresso não servira para

³⁶² Jorge Almeida Fernandes, “GDUP – O congresso e clarificação começam amanhã”, *Gazeta da Semana*, 18/11/76, 4;

³⁶³ Movimento Socialista Unificado, formado por dissidentes do PS;

³⁶⁴ Jorge Almeida Fernandes, “GDUP – O congresso e clarificação começam amanhã”, *Gazeta da Semana*, 18/11/76, 4;

³⁶⁵ Luís Salgado Matos, “Na encruzilhada: unidade ou sectarismo”, *Gazeta da Semana*, 18/11/76, 4;

resolver os principais erros que minavam o projecto unitário do MUP, tendo a verdadeira discussão política e ideológica sido abafada por quezílias sectárias. Num comunicado distribuído no último dia, afirmava-se que:

“Alguns camaradas ficaram mais confusos que antes. Os acordos, as contradições partidárias dominaram grande parte do congresso. E sem que as questões fossem postas de uma maneira esclarecedora. Foram feitos acordos, nomeadamente entre camaradas do MES e da UDP para evitar a discussão aberta, acordos em que os delegados não tiveram nenhum papel. Os militantes das organizações cumpriram as indicações de cada partido. Os camaradas sem partido votaram como souberam, as muitas vezes com pouca informação.”³⁶⁶

De resto, alguns observadores diriam que “não nos recordamos de nenhuma tese proposta à votação que não tivesse sido votada com oposição e abstenções”³⁶⁷, algo que, mais do que demonstrar a vitalidade das discussões e do debate livre, revelava as lutas partidárias pela hegemonia no seio do movimento que se procurava criar. Para a Comissão Nacional seria apresentada uma lista única, encabeçada por Luís Moita (independente), Eduardo Pires (UDP) e Afonso Barros (MES). O primeiro, tendo sido uma das figuras mais destacadas na organização da campanha de Otelo, seria atacado por membros do PRP que o acusaram de ter falado à PIDE sob tortura³⁶⁸. Esses mesmos elementos abandonaram o congresso em protesto, saindo do pavilhão onde decorriam os trabalhos gritando “Otelo, Otelo”³⁶⁹. Luís Moita também se afastaria.

Efectivamente, durante todo este processo, Otelo Saraiva de Carvalho esteve ausente, pelo menos publicamente (pelas razões já referidas). Ainda assim, não deixaria de servir como ponto referencial nas disputas entre todos aqueles que se diziam defensores dos seus interesses, valores e directrizes, defendendo uma “pureza” que certos grupos ameaçariam corromper. Em vários pontos da ordem de trabalhos seria notado o recurso ao “carisma de Otelo”³⁷⁰ para invocar o inconformismo político com que o

³⁶⁶ “Declaração de 70 delegados”, *Gazeta da Semana*, 25/11/76, 6;

³⁶⁷ Victor Dimas, “Congresso – O espírito de Otelo em busca da unidade difícil”, *Expresso*, 26/11/76, 20;

³⁶⁸ Acusação que o próprio confirmaria, como já havia feito em ocasiões passadas. Luísa Terça, “Congresso dos GDUP” *Gazeta da Semana*, 25/11/76, 6;

³⁶⁹ Victor Dimas, “Congresso – O espírito de Otelo em busca da unidade difícil”, *Expresso*, 26/11/76, 20;

³⁷⁰ Victor Dimas, “Congresso – O espírito de Otelo em busca da unidade difícil”, *Expresso*, 26/11/76, 20;

congresso pretendia constituir uma forma de unidade popular. Contudo, nem a sua nomeação como presidente de um MUP que nunca chegaria a existir seria capaz de preencher o vazio que deixara e que estava, precisamente, a ser ocupado pelo tipo de forças que considerava mais danosas aos interesses do povo trabalhador – os partidos. Ponderando mais tarde as razões que levaram ao falhanço do projecto dos GDUP's, Otelo não hesitou em apontar o dedo ao “divisionismo” que estes fizeram grassar sobre grupos que se queriam autónomos³⁷¹.

Não era possível escamotear os efeitos da desmobilização ocorrida entre as presidenciais e o final do ano de 1976. Chegadas as eleições autárquicas, realizadas a 12 de Dezembro, os GDUP's conseguiriam 103.784 votos (2, 49%)³⁷², um resultado que, não sendo de somenos tendo em conta as forças políticas que os apoiavam, contrastava profundamente com os resultados de Otelo nas Presidenciais. Se uns culpavam a ininteligibilidade das lutas internas, outros reiterariam que o optimismo triunfalista com que Otelo encarara os resultados das presidenciais não correspondia ao sentimento de grande parte dos seus eleitores, que “sofriam o travo amargo de uma grande ilusão subitamente desmoronada. Tomavam consciência de terem sido profundamente defraudados”³⁷³. No final do ano, no rescaldo de uma manifestação falhada em Serpa e Beja, falava-se já do “fim do mito Otelo”³⁷⁴.

É certo que, mesmo após a dissolução dos GDUP's - que aconteceria ao longo do ano de 1977 -, Otelo não abandonaria a actividade política. Ainda que nos meses posteriores se tenha dedicado sobretudo à escrita das suas memórias³⁷⁵ acerca dos eventos que culminaram no 25 de Abril (descrevendo o seu papel e o dos seus camaradas de armas, num gesto que poderia ser interpretado como o reconhecimento de um fechar de ciclo³⁷⁶), em 1980 recandidatar-se-ia à Presidência da República, desta feita com o apoio

³⁷¹ Entrevista a Otelo Saraiva de Carvalho, realizada a 04/07/2018;

³⁷² Dados da Comissão Nacional de Eleições;

³⁷³ Estes comentários surgiriam numa obra da autoria de Vítor Caetano, membro do PCP, que a levaria ao prelo nas vésperas da possível candidatura da Força de Unidade Popular às legislativas de 1980 (que não se materializaria). Ocupando-se de uma crítica ao papel político de Otelo nos anos anteriores, revelava que entre alguns comunistas existiam ainda receios em relação ao potencial mobilizador das forças “otelistas”. Vítor Caetano, *O que é o Otelismo?* (Lisboa: Edição de Autor, 1980), 5;

³⁷⁴ Afonso Manta, “A marcha sobre a Lobata passou ao lado”, *Jornal Novo*, 13/12/76, 4;

³⁷⁵ Otelo Saraiva de Carvalho, *Alvorada em Abril* (Lisboa: Livraria Bertrand, 1977);

³⁷⁶ Sobretudo se entendermos que “a escrita da história também é, à sua maneira, um «gesto de sepultura». Com efeito, as narrações do passado são equiparáveis à linguagem dos cemitérios nas povoações, porque procuram «re-presentar [ou, dizemos nós, re-presentificar] mortos através de um itinerário narrativo»” Fernando Catroga, *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo - Memória e Fim do Fim da História* (Lisboa: Almedina, 2016), 34;

da recém constituída FUP (Força de Unidade Popular³⁷⁷). De acordo com o próprio, não tendo ambições de vitória, essa candidatura procurava aferir que peso tinham ainda as suas ideias. Era ele, afinal, o “verdadeiro barómetro”³⁷⁸ para avaliar a evolução da esquerda radical e, neste caso, da sua consumada desagregação. Obteria apenas 1,49% dos votos, na mesma eleição que ditaria a reeleição à primeira volta de Eanes, com 56,44%³⁷⁹. A partir desse momento, Otelo é retratado como alguém que havia passado de protagonista a espectador de uma Revolução que atingira o seu desfecho. Luís Trindade, analisando o filme de Rui Simões *O Bom Povo Português* (1981), descreveria a cena em que o major vê na TV a tomada de posse do general Eanes como “sinédoque da Revolução”, representando simultaneamente a deslocação da política das ruas para o parlamento e a passagem do activismo para a assistência³⁸⁰.

Em 1984, Otelo acabaria detido na operação *Orion* pelo seu alegado envolvimento nas acções das FP-25, momento que consumaria a sua saída de cena, abandonadas que estavam quaisquer ambições políticas. O poeta e encenador Gastão Cruz referir-se-ia ao encarceramento de “um resto de emoção proibida, uma imagem incómoda, um odiado vestígio”³⁸¹, enquanto que, num LP intitulado *Obrigado, Otelo!* (produzido pelo *Forum Civique Européen* no quadro de uma campanha pela sua libertação), José Mário Branco sintetizava numa estrofe o sentimento de desilusão pós-revolucionária evocado pelo destino de Otelo e do movimento a que este dera rosto:

“Entre o Abril que fizemos
E o Abril desejado
É natural que paguemos
A conta do que perdemos
Por não nos termos contado
Ai, quantos é que nós fomos!
E quantos é que nós somos...”³⁸²

³⁷⁷ Que reunia representantes do MES, da OUT, do PCP (m-l), do PCP (r), do PRP da UC e da UDP;

³⁷⁸ José Pacheco Pereira, “O Partido Comunista Português e a esquerda revolucionária” in *Portugal – o sistema político e constitucional (1974-1987)*, coord. Mário Baptista Coelho (Lisboa: ICS, 1987), 104;

³⁷⁹ Dados da Comissão Nacional de Eleições;

³⁸⁰ Luís Trindade, “What Shall I Do With This Sword? Narrative, Speech and Politics in the Carnation Revolution,” *Cultural and Social History* (2017): 2;

³⁸¹ Gastão Cruz, *Carta a Otelo* (Lisboa: &etc, 1984), 2;

³⁸² José Mário Branco, “Quantos é que nós somos,” faixa 12 em *Inéditos 1967-1999*, Warner Music Portugal, 2018, CD;

3.3 - Desmobilização e Normalização

“Em todas as ordens desde a económica, à social, à política, à religiosa, já não tem importância que o Messias tenha vindo ou não. O próprio apocalipse está atrás de nós.” – Eduardo Lourenço³⁸³

Como remate, importa tecer algumas considerações a respeito desses processos de desmobilização que acabariam por conduzir àquilo a que se convencionou chamar “normalização democrática”. Não podendo o clima revolucionário eternizar-se, a natureza do seu desfecho dificilmente poderia ser vista como um dado adquirido. Como também já se procurou demonstrar, a transição para uma democracia de tipo moderno e europeu não era uma fatalidade após o 25 de Abril de 1974 (nem mesmo após o 25 de Novembro de 1975). No entanto, parece chegar-se a um ponto em que aqueles que se batiam por um “aprofundamento” das conquistas revolucionárias cederam. Algumas das razões para isso já foram aventadas, desde as guerras intestinas dos movimentos da esquerda revolucionária (bem como as tentativas de manipulação e controlo por parte de alguns grupos) às consequências desmotivadoras das derrotas políticas ou à desmobilização coerciva promovida por governos já em controlo das forças da ordem. Ainda assim, outros factores podem ser aventados. Pedro Ramos Pinto, reflectindo acerca da desmobilização nas fileiras do movimento popular urbano, refere a possibilidade de estas terem ocorrido não apenas como reflexo dos crescentes desafios que se colocavam no caminho da perseguição das suas lutas, mas também de forma activa, através de um balanço racional das possibilidades efectivas. Isto é, tanto os líderes como as fileiras destes movimentos se teriam institucionalizado, integrando-se em sistemas de governo local ou convertendo-se em quadros partidários, tentando assim salvaguardar aquilo que já tinham conquistado, evitando provocar reacções autoritárias que colocassem em risco essas conquistas³⁸⁴. Ramos Pinto chega mesmo a afirmar que boa parte do movimento popular era contrário à polarização do “Verão Quente”, rejeitando as comissões radicais e não fazendo eco dos apelos que estas faziam à mobilização³⁸⁵. Se muitas das comissões

³⁸³ Eduardo Lourenço, “A Galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais”, in *Portugal – o sistema político e constitucional (1974-1987)*, coord. Mário Baptista Coelho (Lisboa: ICS, 1987), 77;

³⁸⁴ Pedro Ramos Pinto, *Lisbon Rising – urban social movements in the Portuguese Revolution, 1974-1975* (Manchester: Manchester University Press, 2013), 17;

³⁸⁵ Como, aliás, se pode constatar no caso dos GDUP’s;

de moradores continuariam activas no período posterior ao 25 de Novembro, certo é que a sua adesão às organizações do chamado “Poder Popular” foi, como já se deu conta, escassa³⁸⁶. Retomando as condições elencadas por Ernesto Laclau a respeito das possibilidades de consolidação de fenómenos populistas, podemos também encarar o recuo da influência de Otelo e do otelismo como o resultado da sua incapacidade de criar uma identidade popular “qualitativamente superior” à simples soma das partes que constituíram a “cadeia de equivalências” que a potenciou no momento inicial³⁸⁷.

De resto, os momentos de transição são por vezes caracterizados por uma “flutuação de emoções”, sendo o medo, a satisfação e o desapontamento os maiores entraves no caminho daqueles que procuram aprofundar repertórios de protesto e cadernos reivindicativos. Se em períodos autoritários é a transformação do medo em indignação que alimenta a mobilização e a esperança, com a normalização emerge a frustração - não necessariamente devido à falta de razoabilidade das expectativas, mas antes como resultado da “avaliação cognitiva” dos sucessos³⁸⁸. A satisfação perante aquilo que já se conseguiu atingir e, sobretudo, a confiança depositada nas instâncias governativas (no sentido de serem estas a preservar e aplicar as exigências dos movimentos) constituem outros elementos que ajudam a compreender a aparente perda de capacidade mobilizadora de grupos que meses antes promoviam acções impressionantes. Essas “emoções” eram, assim, influenciadas pelas próprias organizações (e seus elementos), bem como por aqueles que se lhes opunham, passando por uma ponderação do contexto, das oportunidades e das limitações a que poucos seriam alheios.

Estavam em causa diferentes concepções do que deveria ser a participação da sociedade civil no Portugal democrático. As instituições que as eleições fundadoras visavam legitimar são, no caso português, o exemplo de uma bem-sucedida mobilização para a democracia. Mantendo certos elementos algum ressentimento em relação aos resultados eleitorais (nomeadamente nos casos em que estes não reflectiam as suas expectativas), a sua monopolização pelos partidos e o carácter rotineiro que imprimiram à participação cívica ia de braço dado com um “desempoderamento” da sociedade civil,

³⁸⁶ Pinto, *Lisbon Rising*, 198;

³⁸⁷ O mesmo não se pode dizer no caso de Eanes e do eanismo. Nesse caso, a desmobilização partiria do sucesso alcançado pelo movimento, tendo a sua capacidade de apelo de tipo carismático e populista esfriado apenas uma década depois da sua primeira eleição;

³⁸⁸ Isto é, a tomada de consciência de que as conquistas feitas são mais bem salvaguardadas se se abdicar da luta por algumas daquelas que estão por alcançar. Donatella Della Porta, *Where did the Revolution Go?* (Cambridge: Cambridge University Press, 2016), 138;

que tinha tanto de imposto como de consentido. O decréscimo da participação eleitoral nos escrutínios seguintes pode, de resto, ser visto como sintoma de uma progressiva desafeecção, resultante da delegação nos partidos da luta por um futuro que antes se queria tomar nas próprias mãos. Charles Tilly, analisando os momentos em que um movimento colectivo passa a ser um mero agregado de indivíduos, diria que é na institucionalização do activismo e na aceitação dos canais próprios para fazer política que reside um dos elementos mais determinantes para se consumir a desmobilização³⁸⁹. Se muitos dos militantes sentiam uma perda de capacidade de acção, as elites político-partidárias viam nos esquemas “normalizados” de resolução de conflitos uma forma de preservar as bases estruturais do sistema político. No caso do Portugal pós-revolucionário, e para essas elites, a “democracia dos partidos” surgia como forma de legitimação de um novo regime, que teria na cúpula tanto militares moderados como políticos civis não radicais. Não acreditando os “moderados” que as forças “extremistas” tivessem o apoio popular necessário, a realização de eleições era apresentada como uma forma de repor a ordem, uma vez que tinham a certeza de que o seu controlo sobre o aparelho estatal seria legitimado se a sua ideia de democracia vingasse³⁹⁰.

Além disso, os tempos da “normalização” parecem ser caracterizados por um triunfo da vida privada sobre a vida pública, do individual sobre o colectivo – algo que se manifestava tanto nas práticas políticas pós-revolucionárias como na afirmação de padrões de consumo e sociabilidade típicos do capitalismo tardio³⁹¹. Não seria por acaso que, no rescaldo das eleições, Otelo se sentiria na necessidade de alertar para o facto de que “os gostos dos portugueses, formados pelo capitalismo, têm de ser educados politicamente, sem violentar a liberdade dos trabalhadores para que as necessidades sentidas coincidam com as necessidades reais”³⁹². Referindo-se aos 3 D’s da derrota revolucionária (despolitização, desideologização e desmobilização), Luís Trindade sugere que as formas emergentes da cultura do Portugal pós-revolucionário são um espelho dessas mesmas transformações. Se o individualismo que marcaria a entrada na década de 1980 podia ser visto como um “alargamento, e não recuo, do campo de

³⁸⁹ Charles Tilly, *From Mobilization to Revolution* (New York: Random House, 1978), 54;

³⁹⁰ Nancy Bermeo, “Myths of Moderation: Confrontation and Conflict during Democratic Transitions,” *Comparative Politics* 29, nº 3, (April 1997): 316-317;

³⁹¹ Sacrificar futuros pessoais e profissionais em nome de reformas sociais que pareciam hipóteses cada vez mais remotas tonava-se uma opção pouco razoável para muitos activistas;

³⁹² “Linhas para a solução popular da crise económica em Portugal”, *Gazeta da Semana*, 08/07/76, 10;

subjectividades políticas aberto pela revolução” (levantando questões que escapavam aos discursos radicais mais tradicionais – questões de género, sexualidade...), parece ter-se perdido a “oportunidade histórica de transformar essa energia individual num movimento verdadeiramente libertador”³⁹³. Derrotada a opção revolucionária, o horizonte de expectativas deslocava-se para as promessas da integração europeia, esperando-se recolher todos os dividendos materiais associados ao mercado comum - afirmavam-se novos valores que contribuiriam para a erosão das convicções de certos grupos e para a subsequente desmobilização³⁹⁴.

Em suma, as eleições presidenciais de 1976 podem ser vistas como um momento intersticial no caminho para a normalização, partidarização, europeização e individualização da sociedade portuguesa. Assentando o discurso da maioria dos candidatos no reforço da ideia “independência” e no “mandato popular”, venceria aquele que, não se afastando de tais atributos, se apresentava como a figura tutelar que entregaria progressivamente o protagonismo aos partidos e às instituições. Ainda que esse caminho tenha sido francamente sinuoso, essa passagem de testemunho ficaria consumada na Revisão Constitucional de 1982. A competição dos activistas pela capacidade de mobilização política e pela legitimidade da representação popular passava a estar adstrita à sua participação no parlamento e nos governos, ou seja, nos partidos e elites políticas moderadas que³⁹⁵, construindo entre si os consensos necessários, tomariam às rédeas do país. Enquanto esses novos quadros não fossem contestados, o espaço para a afirmação e desenvolvimento de movimentos e figuras de tipo carismático ou populista estava francamente limitado.

³⁹³ Luís Trindade, “Os 3 D da Derrota Revolucionária. Despolitização, desideologização, desmobilização,” *Vírus*, II série, nº5, (Abril 2014): 41-42;

³⁹⁴ Olivier Fillieule, “Demobilization,” in *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*, ed. David A. Snow, Donatella della Porta, Bert Klandermans, e Doug McAdam (New Jersey: Blackwell Publishing, 2013) 2;

³⁹⁵ Que, podendo ainda não ter completamente estabilizadas as suas bases a nível interno, contruíram (sobretudo no caso do PS) importantes relações com os seus congéneres, levando a esforços concertados a nível internacional tendo em vista o bom desfecho da transição democrática que se operava. David Castaño, “Socialism, Democracy and Europe. Transition and European Integration: the Portuguese Case,” *Relações Internacionais*, (Special Issue 2018): 20;

Conclusão

No momento de apurar os principais contributos desta investigação, parece ser pertinente começar por sistematizar aqueles que se entendem ter sido os méritos da aproximação metodológica que se empreendeu.

Analisando os fenómenos construídos em torno das candidaturas de duas figuras com a capacidade mobilizadora descrita, importava evitar replicar certo tipo de relatos que deles foram feitos, tanto à época como posteriormente. Procurou-se, por um lado, rebater a ideia de que se tratava de movimentos pautados pela manipulação de um eleitorado ingénuo ou sugestionável, ao mesmo tempo que se tentou matizar o papel das instâncias políticas e militares para os êxitos e fracassos de cada uma das campanhas. No fundo, quis-se restituir agência aos colectivos que se formaram em torno de Otelo e de Eanes, abrindo simultaneamente os processos que os viram emergir à contingência.

Foi precisamente nesse sentido que se convocaram os debates em torno das noções de carisma e populismo. Ao se recuperar o valor analítico destes termos, foi possível complexificar algumas leituras, enfatizando aspectos que tendem a ser ignorados pelos trabalhos que já se debruçaram sobre a conjuntura. Retomando os “mínimos” estabelecidos por Eatwell, foi possível rastrear os atributos que permitiram que Otelo e Eanes se tornassem rostos de fenómenos carismáticos. Ambos assumiam um claro espírito de missão perante uma conjuntura tida como crítica, procuravam reforçar vínculos identitários com os seus apoiantes, polarizavam discursivamente a sociedade e, fazendo uso de diferentes tipos de “presença”, transformaram-se nos intérpretes de ideias e valores profundamente mobilizadores. Do mesmo modo, tanto o contexto como muitas das características do discurso de ambos podem ser analisados a partir do entendimento laclaniano de populismo, seja pelas “cadeias de equivalência” em torno das quais se constituíram as suas bases de apoio, seja pelas diferentes reinterpretações da “identidade popular” nas quais se procuraram alicerçar. Os seus nomes, transformados em “significantes vazios”, revelaram-se passíveis de investimentos simbólicos diversificados que fizeram das eleições presidenciais de 1976 uma disputa em torno das diferentes aspirações e imaginários da Revolução - um processo de síntese que, apesar de ter sido alimentado por decisões tomadas ao nível das cúpulas militares e partidárias, se desenvolveu também a partir de baixo - algo que, aliás, é bem demonstrado pelo “desrespeito” revelado por parte do eleitorado em relação às indicações de voto dadas pelos partidos. Otelo e Eanes foram um produto de estratégias político-partidárias e militares, mas também daqueles que os viriam a apoiar e da multitude de expectativas que

nas suas plataformas foram depositadas, podendo assim contrariar-se a tendência de anular o dinamismo presente nas relações que se estabelecem entre “líderes” e “seguidores”.

Por sua vez, a adopção desse enquadramento teórico permitiu encarar otelismo e eanismo como parte de processos de construção de lideranças e movimentos que em muito transcendem as especificidades da conjuntura na qual se inserem. Não se tendo procedido a uma comparação directa com outros contextos nacionais, as próprias descrições coevas dos perfis dos candidatos revelam o carácter supranacional das ferramentas discursivas e comportamentais de que estes se serviram no decurso da campanha, sendo frequentes as comparações com outras figuras e momentos históricos. Além disso, o enquadramento desses movimentos na história do século XX português permitiu rebater a tendência para isolar e excepcionalizar o período em questão. Recuperando os fenómenos carismáticos/populistas de Sidónio Pais e, em particular, Humberto Delgado – com o qual o diálogo foi francamente directo – foi possível repensar a forma como este tipo de episódios se revelaram determinantes em momentos de ruptura e transição. Em tempos de crise, e na ausência de estruturas capazes de formar plataformas com a envergadura que se entende necessária para os ultrapassar, a emergência de figuras com um certo perfil (que no caso português, como se viu, tende, por várias razões, a estar associado à condição militar) revela-se especialmente útil tanto para as elites políticas como para a sociedade em geral. Com isso não se quis desenvolver uma análise teleológica que apontasse para a existência de um qualquer ímpeto populista latente na sociedade portuguesa, mas antes chamar a atenção para o que de comum podem ter movimentos e repertórios que se situavam perante panoramas políticos e sociais em muito distintos. Ao mesmo tempo, este exercício contribui para pôr em causa a ainda popular tese de que a política portuguesa é pautada por um tradicionalismo atávico que a torna menos propensa à incursão de manifestações políticas de pendor mais disruptivo. Tendo sido esse argumento utilizado para pensar a longevidade do Estado Novo e, hoje, para explicar a aparente imunidade portuguesa ante a actual vaga populista, recordar este passado é por demais urgente.

No entanto, e regressando aquela que foi a questão de partida para esta dissertação (como podem as presidências de 1976 ajudar a fazer sentido dos anos da “normalização”?), espera-se ter demonstrado de forma convincente que a periodização que frequentemente nos é dada para fazer sentido da Revolução portuguesa tem importantes limitações, não coincidindo a “normalização” com o 25 de Novembro ou

com a aprovação da Constituição. Sendo indiscutível a relevância política de qualquer um desses momentos, os movimentos e debates abertos pela Revolução não são interrompidos abruptamente e sem resistências. Nem tampouco o seu declínio resulta - necessariamente - da aceitação natural da rotinização e institucionalização da vida política ou da recuperação do controlo estatal sobre os aparelhos repressivos.

A análise feita à campanha, bem como aos discursos que esta produziu, demonstram que as tensões e clivagens que marcaram os meses do PREC continuavam a ser forças mobilizadoras e polarizadoras da sociedade. Afinal, a candidatura de Otelo permitiu recuperar, mesmo que durante um curto espaço de tempo, projectos políticos radicais que se queriam construídos explicitamente à margem da política representativa e em favor da “democracia de base”. Foram mesmo criadas estruturas que visavam continuar a defesa de tais ideias para lá do acto eleitoral, garantindo o major que o seu objectivo passava justamente por recuperar o momento revolucionário. O apoio significativo que Otelo receberia em certas regiões do país, em particular a sul do Tejo (e que a nível nacional em muito transcendeu o eleitorado afecto aos partidos que o apoiaram, mostrando que o apelo deste tipo de ideário não era um fenómeno exclusivo dos campos do sul ou um “delírio de Lisboa”) coloca a sua candidatura como um dos mais expressivos momentos de resistência às pressões “normalizadoras”, deslocalizando a capacidade de mobilização do “movimento popular” para fora das estruturas partidárias que disputavam entre si o seu controlo.

Por sua vez, Ramalho Eanes, o candidato da moderação e do “bom-senso”, não deixou de se apresentar com um programa e um discurso que mantinham, em parte, o registo e as linhas de acção que marcaram o discurso político do período revolucionário, algo que não seria de esperar num momento em que se pretendia caminhar para a institucionalização do regime. De resto, muitas das forças políticas que o apoiaram mantinham, em certas frentes, um discurso que sob todos os pontos de vista permanecia radical (um exemplo claro disso mesmo sendo a aprovação da Constituição “mais progressista da Europa” por todos os partidos com assento parlamentar, à excepção do CDS). A defesa da Reforma Agrária, dos direitos dos trabalhadores e o combate às forças imperialistas e fascistas (mas também “social-fascistas”, é certo) integravam a lista de prioridades do programa do general, algo que pode e deve obrigar a reflexões a respeito da natureza “moderada” daquelas que foram as suas bases de apoio. No entanto, ficavam já claras várias rupturas com o discurso político hegemónico. Para além da redefinição conceptual que o general faz da ideia de “trabalhador” (retirando-lhe a dimensão

classista), o facto de abdicar do uso da palavra “socialista” (que até então parecia consensual) para descrever o seu programa e a defesa da iniciativa privada colocam-no como uma figura que, naquele momento histórico, fez a ponte entre uma utopia revolucionária que se queria mitigada e o um futuro pautado por “normas” políticas afectas a outro tipo de sistemas e ideários.

Esta dissertação não define uma nova cronologia para a “transição democrática” ou para a “consolidação”. De resto, mesmo aqueles que foram responsáveis por esforços nesse sentido reconhecem que se trata de uma tarefa inglória, para não dizer manifestamente infrutífera. Juan Linz, por exemplo, diria que “a decisão de quando se chegou ao termo deste processo [transição] é um pouco arbitrária”, não havendo tampouco “consenso académico quanto às características que definem a consolidação”³⁹⁶. Contudo, a análise das presidenciais de 1976 permite, pelo menos, pôr em causa a ideia de que se gerou rapidamente um amplo consenso em relação àquele que deveria ser o rumo do Portugal democrático. Com tudo o que teve de polarizador, pode mesmo afirmar-se que o acto eleitoral que definiria o mais alto magistrado da nação foi ainda um momento revolucionário. Mais do que isso, na riqueza de interacções que suscitaria entre elites, organizações, instituições e a sociedade civil, é um episódio que atesta que os processos de desmoralização não foram imediatos ou lineares. Se é certo que se tratou de um dos últimos estertores do movimento popular, as razões para a desmobilização não foram exclusivamente exteriores àqueles que nele intervieram. Da mesma maneira que o tipo de participação popular a que o 25 de Abril abriu portas não resultou de uma “orquestração” por parte do MFA e outros instigadores, o seu declínio não resultou apenas de pressões orientadas *top-down*, ficando também a dever-se à forma como os que nele participaram foram interpretando as alterações que sentiam estar a ocorrer no ambiente político e social. Os próprios resultados eleitorais, associados às acções empreendidas no rescaldo da sua divulgação, podem ter contribuído para o desânimo de certos sectores e para a galvanização de outros. Eanismo e Otelismo, durante o período difuso correspondente à “normalização”, foram um espelho das complexas mudanças sociais em curso, fornecendo um testemunho impressionante da forma como as rápidas transformações políticas desses anos foram diferentemente acolhidas.

É certo que os caminhos percorridos por essas duas personalidades e movimentos se separaram irremediavelmente ao longo dos anos seguintes. Ao reflectir acerca dos

³⁹⁶ Juan Linz, *Autoritarismo e Democracia* (Lisboa: Livros Horizonte, 2015), 123;

processos que permitem a ascensão e consolidação de figuras que se arrogam um papel salvífico, Maria Manuela Cruzeiro delimita três etapas. Uma primeira seria o “tempo de espera e apelo”, em que se difunde uma imagem idealizada de um salvador desejado, capaz de se tornar depositário de um conjunto de esperanças e anseios. Segue-se o “tempo da presença”, no qual a profecia se cumpriria. Finalmente, vem o “tempo da recordação, ou seja, aquele em que a figura do Salvador se vai adaptar e metamorfosear à medida dos jogos ambíguos da memória, dos seus mecanismos selectivos, dos seus recuos e amplificações”³⁹⁷. Nesse último momento as biografias de Otelo e Eanes bifurcam-se. Enquanto Otelo veria a sua imagem progressivamente delapidada, mesmo junto daqueles que foram seus apoiantes³⁹⁸, Eanes sairia de cena enquanto um estadista modelar e consensual, sendo anulados muitos dos atritos que marcaram os seus mandatos presidenciais. No essencial, as construções memorialísticas feitas sobre estas duas personalidades e percursos acompanham muitos dos discursos a respeito dos anos da transição democrática e dos desfechos da revolução. Contudo, nesse período ambíguo que medra entre a crise revolucionária e o restabelecimento da normalidade, podemos concluir que foi necessário o recurso a investimentos simbólicos em torno de dois indivíduos, tanto por parte daqueles que não queriam ver desaparecer do espaço público as suas utopias revolucionárias, como para aqueles que procuravam a integração do país na norma política ocidental.

³⁹⁷ Cruzeiro, *A Nossa Fada Morgana*, 88 - 89;

³⁹⁸ Em entrevista recente, Camilo Mortágua confidenciaria a Isabel do Carmo (ambos, na altura, membros do PRP) que uma das decisões políticas de que mais se arrepende é o apoio dado a Otelo em 1976. Diria mesmo que “o que eu não perdoo é a burrice. Ou seja, ninguém pode aceitar responsabilidades sobre a vida dos outros se não é capaz, se não tem a inteligência e o conhecimento suficiente para defender essas vidas. Aí é que está a questão. Vou-te dar um caso que me vem à cabeça, Isabel. Por exemplo, eu teria dificuldade em preparar uma acção revolucionária com o Otelo Saraiva de Carvalho. Por muito que ele tenha estado no comando do movimento do 25 de Abril.” Isabel do Carmo, *Luta Armada* (Lisboa: Edições Dom Quixote, 2017), 130;

Fontes e Bibliografia

Optou-se por reunir as referências mencionadas ao longo da dissertação em duas partes – fontes e estudos. Salvaguarda-se, no entanto, que certas obras e documentos foram utilizados de forma mais ambígua do que aquela que aqui se apresenta.

Fontes

Arquivos:

Arquivo da Fundação Mário Soares;

Arquivo da Rádio e Televisão Portuguesa;

Arquivo Histórico-Parlamentar;

Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra;

Ephemera – Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira.

Debates Parlamentares:

I Legislatura. In *Debates Parlamentares* [em linha]. Lisboa: Assembleia Constituinte, 2018. [consultado em Agosto de 2018]. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dac/01/01/01>.

Dados estatísticos respeitantes às eleições Presidenciais de 1976:

Eleição para o Presidente da República 1976 [em linha]. Lisboa: Comissão Nacional de Eleições, 2019. [consultado a 27/05/2019, disponível em <http://eleicoes.cne.pt/raster/index.cfm?dia=27&mes=06&ano=1976&eleicao=pr>];

MAI-STAPE. *Eleição para a Presidência da República 1976 – resultados do escrutínio provisório, por freguesias, concelhos e distritos*. Lisboa: INE, 1976.

Entrevistas:

Entrevista a Otelo Saraiva de Carvalho. 04/07/2018. Oeiras. Registada.

Imprensa periódica:

A Luta Continua (1976);

Avante! (1976);

Expresso (1975-1976, 2016);

Gazeta da Semana (1976);

Jornal Novo (1975-1976).

Discursos e material de propaganda:

AAVV. *50 anos de luta contra o fascismo – Otelo no Porto 29 de Maio de 1976*. Lisboa: GDUP, 1976, [consultado a 26/05/2019, disponível em <https://ephemerajpp.com/2018/08/17/eleicoes-presidenciais-de-1976-otelo-saraiva-de-carvalho/>];

CARVALHO, Otelo Saraiva de. *Bases do Programa de Candidatura*. Lisboa: GDUP, 1976 [consultado a 26/05/2019, disponível em <https://ephemerajpp.com/2018/08/17/eleicoes-presidenciais-de-1976-otelo-saraiva-de-carvalho/>];

CARVALHO, Otelo Saraiva de. *Declaração de Candidatura*. Lisboa: GDUP, 1976 [consultado a 26/05/2019, disponível em <https://ephemerajpp.com/2018/08/17/eleicoes-presidenciais-de-1976-otelo-saraiva-de-carvalho/>];

CARVALHO, Otelo Saraiva de. *Povo trabalhador unido para o socialismo – discurso de Otelo no Porto 29 de Maio de 1976*. Lisboa: GDUP, 1976;

EANES, António Ramalho. *Constrói-se a Democracia Trabalhando – discurso pronunciado no Porto, em 3 de Setembro de 1976, pelo Presidente da República, General Ramalho Eanes*. Lisboa: SECS, 1976;

EANES, António Ramalho. *Na posse do primeiro governo constitucional – discursos proferidos pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, e pelo Dr. Mário Soares na posse do primeiro governo constitucional. Palácio de Belém, 23 de Julho de 1976*. Lisboa: SECS, 1976;

EANES, António Ramalho. *Responder às esperanças de todos os portugueses – discurso do Presidente da República, General Ramalho Eanes, em 25 de Novembro de 1976, na Academia Militar na Amadora*. Lisboa: SECS, 1976.

EANES, António Ramalho. *Viver a Liberdade em Segurança* (folheto), 1976 [consultado a 26/05/2019, disponível em <https://ephemerajpp.com/2018/10/31/eleicoes-presidenciais-de-1976-candidatura-de-ramalho-eanes/>];

Fontes audiovisuais:

Confronto: 4 Candidatos para Belém (09/06/76) [em linha]. Lisboa: RTP, 1976. [consultado a 06/03/2019, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/confronto-4-candidatos-para-belem-parte-i/>]

BRANCO, José Mário. “Quantos é que nós somos.” faixa 12 em *Inéditos 1967-1999*, Warner Music Portugal, 2018, CD.

Memórias, obras de carácter biográfico e monografias coevas:

AAVV. *João Martins Pereira e o seu nosso tempo: Bio-bibliografia*. Coimbra: CES / CD25A-UC, 2011;

AGUIAR, Joaquim. *A ilusão do poder – análise do sistema partidário português (1976-1982)*. Lisboa: D. Quixote, 1983;

AVILLEZ, Maria João. *Entre Palavras – 1974/1984*. Lisboa: Difel, 1984;

- BALDANI, Dragisa Popovic. *Eanes – entre o ontem e o amanhã*. Lisboa: Nova Nórdica, 1986;
- CARMO, Isabel do. *Luta Armada*. Lisboa: Edições Dom Quixote, 2017;
- CARVALHO, Otelo Saraiva de. *Alvorada em Abril*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977;
- CRUZ, Gastão. *Carta a Otelo*. Lisboa: &etc, 1984;
- CUNHAL, Álvaro. *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril*. Lisboa: Editorial “Avante”, 1999;
- FAYE, Jean Pierre. *O Portugal de Otelo – a Revolução no Labirinto*. Lisboa: Socicultur, 1977;
- FERREIRA, Serafim (coord.). *Otelo - a Força da Unidade Popular*. Lisboa: Edições Fronteira, 1976;
- FILHO, Artur Portela. *A Funda - Eanes ou Eanismo?* vol. 7. Lisboa: Liber, 1977;
- GOMES, Paulino. *Eanes: porquê o poder?* Lisboa: Intervoz Publicidade, 1976;
- LOURENÇO, Eduardo. *Labirinto da Saudade – psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: D. Quixote, 1978;
- LOURENÇO, Eduardo. *Os militares e o poder*. Lisboa: Arcádia, 1975;
- PEREIRA, João Martins. *No reino dos falsos avestruzes – um olhar sobre a política*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1983;
- PEREIRA, João Martins. *O socialismo, a transição e o caso português*. Amadora: Bertrand, 1976;
- RÊGO, Raul. *Militares, clérigos e paisanos – ou o militarismo e outras forças de violência na sociedade portuguesa*. Lisboa: Perspectivas & Realidades, 1981;
- SABINO, Amadeu Lopes. *Portugal é Demasiado Pequeno - 1974-1976*. Coimbra: Centelha, 1976;
- TAVARES, Isabel. *Ramalho Eanes – o último general*. Lisboa: D. Quixote, 2017;

TELES, António Tavares. *Otelo*. Lisboa: Editorial 18 de Janeiro, 1976;

Estudos

ALMEIDA, Sónia Vespeira de. *Camponeses, Cultura e Revolução – Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do M.F.A. - 1974-1975*. Lisboa: Edições Colibri, 2009;

ARDITI, Benjamin. “Populism is Hegemony is Politics? On Ernesto Laclau’s On Populist Reason.” *Constellations*, 17, nº3 (2010): 488-497;

BALIBAR, Étienne. “From Class Struggle to Struggle Without Classes?” *Graduate Faculty Philosophy Journal* 14, nº 1 (1991): 7-21;

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Lisboa: Edições 70, 2012;

BERMEO, Nancy. “Myths of Moderation: Confrontation and Conflict during Democratic Transitions.” *Comparative Politics* 29, nº 3, (April 1997): 305-322;

BERMEO, Nancy. *The Revolution within the Revolution – worker’s control in rural Portugal*. New Jersey: Princeton University Press, 1986;

BICKERTON, Christopher e Carlo Invernizzi Accetti. “Populism and technocracy: opposites or complements?.” *Critical Review of International Social and Political Philosophy* (2015): 1-21;

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989;

CASTAÑO, David. “Socialism, Democracy and Europe. Transition and European Integration: the Portuguese Case.” *Relações Internacionais*, (Special Issue 2018): 9-23;

CASTAÑO, David. *Eanes e a Democracia*. Lisboa: Objectiva, 2018;

CATROGA, Fernando Catroga. *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo - Memória e Fim do Fim da História*. Lisboa: Almedina, 2016;

CEREZALES, Diego Palacios. *O Poder Caiu na Rua- crise de estado e acções colectivas na revolução portuguesa (1974-1975)*. Lisboa: ICS, 2003;

COHEN, Yves. “Porque chamar ao século XX o século dos chefes?.” *Sociologia & Antropologia*, Vol. 5, nº 03 (Dezembro 2015): 963-981;

COHEN, Yves. *Le siècle des chefs: une histoire transnationale du commandement et de l'autorité, 1890-1940*. Paris : Éditions Amsterdam, 2013 ;

CRUZEIRO, Maria Manuela. *A nossa fada Morgana – viagem pelos imaginários da Revolução de Abril*. Porto: Edições Afrontamento, 2017;

DELGADO, Iva e António de Figueiredo. *Memórias de Humberto Delgado*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1991;

EARL, Jennifer; Andrew Martin; John D. Mccarthy and Sarah A. Soule. “The Use of Newspaper Data in the Study of Collective Action.” *Annual Review of Sociology*, Vol. 30 (2004): 65-80;

EATWELL, Roger. “The concept and theory of charismatic leadership.” *Totalitarian Movements and Political Religions* 7, nº2 (Junho 2006): 141-156;

ESPÍRITO SANTO, Paula do. “Comunicação e política nos discursos presidenciais de tomada de posse: 1976-2006.” *Estudos em Comunicação*, nº2 (Dezembro 2007): 185-215;

FERREIRA, José Medeiros (coord.). *Portugal em Transe (1974-1985)*. Lisboa: Estampa, 1995;

FERREIRA, José Medeiros. *O comportamento político dos militares: forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX*. Lisboa: Estampa, 1992;

FIGUEIRA, João Figueira. *Os Jornais como Actores Políticos - o Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no Verão Quente de 1975*. Coimbra: Minerva, 2007;

FILLIEULE, Olivier. “Demobilization.” In *The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements*, editado por David A. Snow, Donatella della Porta, Bert Klandermans, e Doug McAdam, 1-4. New Jersey: Blackwell Publishing, 2013;

FREIRE, André e António Costa Pinto. *O poder presidencial em Portugal – dilemas do poder dos presidentes na república português*. Amadora: D. Quixote, 2010;

GOMES, Adelino e José Pedro Castanheira. *Os dias loucos do PREC – do 11 de Março ao 25 de Novembro de 1975*. Lisboa: Público/Expresso, 2006;

GOMES, Pedro Marques, “Eleições presidenciais de 1976: Análise do Discurso do Jornal Novo,” [Trabalho desenvolvido no âmbito do Seminário de Estudos Jornalísticos, do Mestrado em Jornalismo da ESCS-IPL], disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/gomes-pedro-eleicoe-presidenciais-de-1976.pdf>;

GRAMSCI, Antonio. *Notas sobre Maquiavelo, sobre la política y sobre el Estado moderno*. Madrid: Ediciones Nueva Visión, 1980;

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como “Ideologia”*. Lisboa: Edições 70, 2016;

HART, Michael e Antonio Negri. *Multitude – war and democracy in the age of empire*. New York: Penguin Press, 2004;

JOWITT, Ken. *New World Disorder – The Leninist Extinction*. Berkley: University of California Press, 1993;

LACLAU, Ernesto. *On populist reason*. London: Verso, 2005;

LINZ, Juan. *Autoritarismo e Democracia*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015;

LOURENÇO, Eduardo. “A Galáxia ideológica no pós-25 de Abril e as suas raízes culturais.” in *Portugal – o sistema político e constitucional (1974-1987)*, coordenado por Mário Baptista Coelho, 71-77. Lisboa: ICS, 1987;

MARTINS, Hermínio. *As Mudanças de Regime em Portugal no Século XX*. Lisboa: ICS, 2018;

MAXWELL, Kenneth. *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Presença, 1999;

NORONHA, Ricardo, “«The Most Revolutionary Law Ever Approved»: Social Conflict and State Intervention during the Portuguese Revolution (1974-1975).” in *The Making of*

Modern Portugal, editado por Luís Trindade, 290-309. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013;

PEREIRA, José Pacheco. *Álvaro Cunhal – uma biografia política*, vol. 3. Lisboa: Temas e Debates, 2005;

PERERIA, José Pacheco. “O Partido Comunista Português e a esquerda revolucionária.” In *Portugal – o sistema político e constitucional (1974-1987)*, coordenado por Mário Baptista Coelho, 79-110. Lisboa: ICS, 1987;

PIMENTEL, Irene e Maria Inácia Rezola (coord.). *Democracia, Ditadura – memória e justiça política*. Lisboa: Tinta-da-China, 2014;

PINTO, António Costa. “«Chaos» and «Order»: Preto, Salazar and Charismatic Appeal in Inter-war Portugal.” *Totalitarian Movements and Political Religions* 7, nº2 (June 2006): 203-214;

PINTO, Pedro Ramos. *Lisbon Rising – urban social movements in the Portuguese Revolution, 1974-1975*. Manchester: Manchester University Press, 2013;

PORTA, Donatella Della. *Where did the Revolution Go?* Cambridge: Cambridge University Press, 2016;

RABY, Dawn Linda. *A resistência antifascista em Portugal – comunistas, democratas e militares em oposição a Salazar (1941-1974)*. Lisboa: Edições Salamandra, 1988;

RAMOS, Rui. “A Revolução de 25 de Abril e o PREC (1974-1976).” in *História de Portugal*, coordenada por Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, 705-745. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009;

REIS, António. *Portugal Contemporâneo* vol. 6. Lisboa: Alfa, 1996;

REZOLA, Maria Inácia. “Os militares, o 25 de Abril e a transição para a Democracia.” In *Os Militares e a Democracia*, coordenado por Nuno Severiano Teixeira, 23-40. Lisboa: Edições Colibri, 2007;

REZOLA, Maria Inácia. *Os Militares na Revolução de Abril - O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006;

- RODRIGUES, Francisco Martins. *Abril Traído*. Lisboa: Edições Dinossauro, 1999;
- ROSAS, Fernando. *Salazar e o poder – a arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China, 2013;
- SAMARA, Maria Alice. “O Sidonismo: regime de tipo novo?” in *Elites e Poder – a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, coordenado por Manuel Baião, 399-420. Lisboa: Edições Colibri, 2004;
- SANTOS, Boaventura Sousa. *As bifurcações da ordem – revolução, cidade, campo e indignação*. Coimbra: Almedina, 2017;
- SCHMITTER, Philippe C. “The democratization of Portugal in its comparative perspective.” In *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*, coordenado por Fernando Rosas, 337-364. Lisboa: Colibri, 1999;
- SENNETT, Richard. *The Fall of the Public Man*. London: Penguin Books, 2002;
- SILVA, Armando Malheiro da Silva. *Sidónio e Sidonismo – História de um caso político*, vol.2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006;
- SOUSA, Pedro Diniz de. *A Dramatização na Imprensa do “PREC”*. Coimbra: Minerva, 2003;
- TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. New York: Random House, 1978;
- TRINDADE, Luís. “Os 3 D da Derrota Revolucionária. Despolitização, desideologização, desmobilização.” *Vírus*, II série, nº5, (Abril 2014): 37-42;
- TRINDADE, Luís. “What Shall I Do With This Sword? Narrative, Speech and Politics in the Carnation Revolution.” *Cultural and Social History* (2017): 1-17;
- WEBER, Max. *Economy and Society – an outline of interpretative sociology*. Berkley: University of California Press, 1978;

Anexos

1 – “Viver a liberdade em segurança”, folheto da campanha de Ramalho Eanes³⁹⁹:



Garantir a independência Nacional

Raros são os povos que se podem orgulhar de tanto terem contribuído para a história da Humanidade como o Povo Português.

O General Ramalho Eanes pertence ao número daqueles portugueses que — compreendendo embora a intrínseca necessidade das profundas transformações políticas, sociais e económicas que há-de dar origem a um novo Portugal — não renega em bloco o passado do nosso povo e anseia contribuir para o fortalecimento do nosso País como Nação soberana no contexto mundial.

A política retrógrada do regime anterior havia isolado Portugal do conceito das Nações, retirando à diplomacia portuguesa capacidade de diversificação da nossa política externa, atentando-se deste modo a dependência de Portugal face aos poucos países que não hostilizavam abertamente o regime anti-democrático e a sua política colonial.

Após o «25 de Abril» o novo Portugal democrático abriu-se ao mundo e rapidamente encheu relações diplomáticas com a maior parte dos Países. Importa agora consolidar e dar conteúdo a essa abertura universal, pois só através da diversificação das nossas relações externas poderemos garantir a nossa independência nacional.

Descolonizámo-nos no preciso momento em que o processo de integração europeia se alarga e nos abrange. Importa agora concentrar os esforços de Portugal na Europa, pois só interessamos ao Terceiro Mundo se tivermos um papel importante na Europa e só teremos força na Europa caso consigamos contribuir para uma nova ordem económica internacional. As próprias características do nosso País impõem-nos a aceitação de uma qualquer tese extremista nesse campo. Não somos um País altamente industrializado & certo, mas também não somos produtores para defender uma situação de síntese nesse campo, e assim contribuir para a harmonização da vida internacional num dos seus aspectos contemporâneos mais preocupantes.

O General Ramalho Eanes propõe-se ainda incentivar por todos os meios ao seu alcance melhores relações com os novos países de língua portuguesa, não perdendo no entanto de vista as formas requeridas pela dignidade nacional e a regulação enérgica de qualquer tentativa de ingerência interna nos assuntos portugueses. O General Ramalho Eanes está tanto mais à vontade nesse campo quanto é sua firme intenção de respeitar escrupulosamente as novas soberanias Africanas.

Em suma, trata-se de prosseguir uma política externa ao serviço dos interesses profundos do nosso Povo, sem esquecer os imperativos da paz, da cooperação e do progresso da Humanidade.

Pela dignidade de Portugal contra todas as ingerências

Construir o futuro

Qualquer Nação que pretenda não perder o passo da história tem que permanentemente projectar-se no futuro, e definir, muito em concreto, aquilo que verdadeiramente é, de forma a não perder a sua identidade no contacto e cooperação com os outros povos.

Nenhum povo, enquanto Nação, poderá estabelecer um verdadeiro diálogo com os outros povos se ele próprio não estiver unido a volta de um ideal que permanentemente lique a sua história já vivida e a que pretende construir.

E por isso que, sabendo sempre o que lhe convém, o povo sabe reagir nos momentos em que se torna necessário cortar com caminhos que certas minorias impõem ou querem impor: foi o que sucedeu, por exemplo, no 25 de Abril de 1974 e no 25 de Novembro de 1975.

De facto, a construção do futuro só é possível quando um povo vive livreto de pressões ideológicas, políticas, económicas e sociais; fora destas condições, criam-se falsas prosperidades, criam-se totalitarismos, mas não o autêntico futuro a que todos devemos aspirar — o bem estar económico e social vivido em liberdade e contribuindo para a paz mundial.

Portugal vive na hora presente um período em que a capacidade criativa do seu povo terá que ser encorajada e aprovada com realismo, dignidade e esperança, não esquecendo a actuação de alguns sectores políticos minoritários que pretendem desviar as intenções e os ideais que marcam a maneira de ser do povo português, e a sua opção, claramente expressas nas eleições realizadas desde o 25 de Abril de 1975.

É isto que precisamos de ter presente ao avançarmos para a reconstrução do nosso país, a qual terá de passar pela defesa intransigente da democracia pluralista — que só o será verdadeiramente se a economia for obra e proveito de todos, e contribuir para a igualdade e dignificação do homem português.

E agora, mais do que nunca, necessário eliminar os erros, os equívocos e as culpabilidades, restabelecer o equilíbrio, fomentar a verdade e participar no projecto nacional para que aponta a nossa Constituição, da qual o General Ramalho Eanes, pelas suas qualidades, será um intransigente defensor.

Pela competência contra o golpismo

Vota EANES

O candidato de Portugal

viver a liberdade em segurança

EL0.500.000x4.6/1976

³⁹⁹ Folheto disponível no arquivo Ephemera em <https://ephemerajpp.com/2018/10/31/eleicoes-presidenciais-de-1976-candidatura-de-ramalho-eanes/#jp-carousel-181636> (consultado a 23/04/2019);

Defender a Democracia

Banir o golpismo, a incompetência e a irresponsabilidade. A maioria dos portugueses já demonstrou, em diversas e difíceis ocasiões, que deseja viver em democracia e por ela está disposta a lutar.

O 25 de Abril rasgou o caminho que nos conduziu a um Portugal autenticamente democrático e o povo português, ao longo desses dois anos de revolução, foi o principal factor de correcção dos desvios à democracia que algumas minorias totalitárias e golpistas pretendiam impor.

Estamos agora perante mais uma etapa fundamental e decisiva para a consolidação da democracia — as eleições presidenciais.

A importância do futuro Presidente da República para a estabilização e criação de condições essenciais a uma vivência democrática, num país que deseja e quer o progresso, a igualdade e a liberdade, impõe que seja eleito um homem que, garanta, pelas suas qualidades, os propósitos apontados.

O General Ramalho Eanes reúne as qualidades essenciais para assegurar que a democracia política, económica e social seja uma realidade para todos os portugueses.

Ele será também a garantia de não continuarmos a viver no seio da incompetência e do golpismo, elementos negativos para que Portugal possa permanecer como Nação independente. Assim, a honestidade, o bom-senso e a competência terão de ser atributos de todos nós e em especial daqueles que exercerem cargos de maior responsabilidade, pois em contrário de nada nos valerá o nosso verbalismo progressista.

A democracia em Portugal terá que se consolidar fundamentalmente pela criação de um Estado competente e operante.

Enquanto tivermos a inércia e a incapacidade instaladas no seio do Estado, não só não caminharemos para uma sociedade democrática e socialista, nos termos da Constituição e à medida da vontade da maioria do povo português (pois democracia também é competência, justiça e liberdade) como nos arriscaremos a contribuir para o aparecimento de qualquer regime político ditatorial.

A opção é muito clara: ou nos transformamos numa sociedade equilibrada e produtiva de forma a que possamos reparar, com justiça e igualdade e riqueza nacional ou seremos, mais ou menos conscientemente, os responsáveis por soluções que nada têm de comum com a democracia política, económica e social que todos desejamos viver em liberdade.

**Pela liberdade
contra a ditadura**

Relançar a economia, defendendo os direitos dos trabalhadores

O futuro das instituições democráticas depende da reconstrução da economia portuguesa capaz de assegurar a consolidação das conquistas tão pensadamente alcançadas pelos trabalhadores e garantir o aumento crescente da riqueza nacional.

As más condições em que se encontra a economia portuguesa no anterior regime viram-se ainda agravadas pela instabilidade política que caracterizou largos períodos desses últimos dois anos e que foi fomentada por determinadas forças políticas que procuraram criar um ambiente de anarquia e de caos propício a sua implantação.

Foi contra essa clima e essas forças que se bateu o General Ramalho Eanes nas funções que lhe foram confiadas antes do 25 de Novembro, e particularmente na contensão dum movimento contra-revolucionário e posteriormente na reorganização do Exército como seu Chefe do Estado Maior.

A recuperação dessa situação assenta basicamente na criação dum clima de tranquilidade e de confiança que permita a todos os portugueses um trabalho faticoso e criador sem os sobressaltos contínuos, a instabilidade permanente e as perseguições muitas vezes movidas por meras razões ideológicas ou por oportunistas e carreiristas. Esse clima de confiança que o regular funcionamento das instituições democráticas garantiria, não permite que o sector público e nacionalizado desempenhe o seu papel dinâmico no nosso processo de desenvolvimento.

A iniciativa privada tem o seu campo próprio em largos sectores da actividade económica, a par do investimento público, definidas as regras de jogo e beneficiando de todos os mercados que a sua iniciativa e capacidade sejam capazes de conquistar. Habitado a julgar os homens pelo que fazem o General Ramalho Eanes está certo que a incompetência e a irresponsabilidade com que se tem cedido a certas reivindicações acabam por se traduzir em prejuizo dos próprios trabalhadores que têm hoje plena consciência de que o futuro da democracia se joga nos nossos campos e nas nossas fábricas.

Conhecedor do patrocinismo dos trabalhadores que souberam anular os desvios golpistas, o General Ramalho Eanes assegura a firme defesa das conquistas alcançadas e uma distribuição mais justa da riqueza que sobermos criar. Não se pode, de facto, distribuir com mais justiça uma riqueza que não existe.

A maturidade e a consciência cívica dos trabalhadores garantiria que eles saberão distinguir a todo o momento as conquistas duradouras e as lutas válidas das utopias, das vantagens aparentes ou dos slogans sem conteúdo.

Os verdadeiros avanços para uma sociedade mais justa são os que se traduzem na consolidação dos privilégios de alguns mas na melhoria das condições de vida para todos.

**Com os trabalhadores
contra a demagogia**

Cumprir a Constituição

A Constituição, entrata em vigor a 25 de Abril de 1976, é um marco da vida e da história de Portugal. Com a Constituição, elaborada pelos legítimos representantes do povo português, escolhidos nas primeiras eleições livres realizadas em Portugal após quase meio século de ditadura, foi o programa e o projecto da Revolução do 25 de Abril que se cumpriram e tiveram a sua consagração institucional.

Atacados durante um longo período, em que certa demagogia contra-revolucionária campeou neste país e pôs em perigo a própria democracia, os constituintes levaram a bom termo a sua tarefa histórica e dotaram o país de uma lei fundamental. Justamente considerada como das mais democráticas e avançadas do mundo.

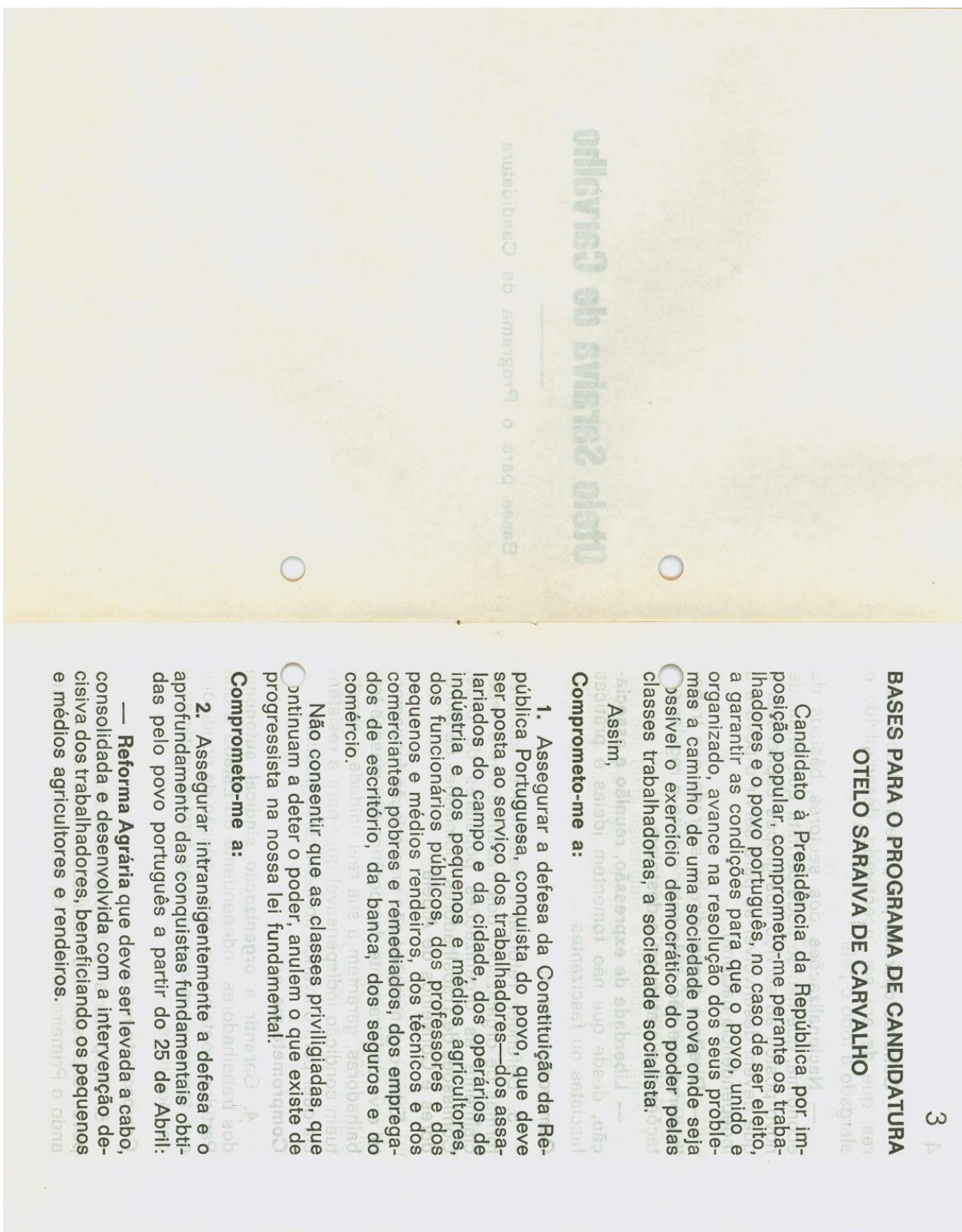
A firme e solene garantia de que cumprirá e fará cumprir fielmente a Constituição, é objectivo essencial da candidatura do General Ramalho Eanes. E ninguém como o General Ramalho Eanes está em condições de assumir esse compromisso.

Alfás, só a acção do General Ramalho Eanes e seus camaradas fiéis ao 25 de Abril, vencendo a aventura golpista do 25 de Novembro, permitiu que a Assembleia Constituinte pudesse terminar os seus trabalhos e completar a sua patriótica missão.

Deste modo, a eleição do General Ramalho Eanes garante firmemente a defesa da dignidade da pessoa humana e da democracia pluralista no constante respeito pela vontade do povo português e pelo exercício de todas as liberdades (de expressão, reunião, associação, religiosas, etc.); a independência nacional em toda a sua amplitude e com todas as suas consequências; os direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e das associações sindicais; a planificação democrática da economia ao serviço do interesse colectivo, com a eliminação dos monopólios e latifúndios; o poder local; a dignificação dos tribunais, etc.

Assim, o General Ramalho Eanes pode verdadeiramente garantir aos portugueses a pacificação da vida nacional e ao mesmo tempo assegurar o primado do Estado de Direito Democrático e abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção dum país mais livre, mais justo e mais fraterno».

**Pela igualdade de oportunidades
contra a injustiça**



**BASES PARA O PROGRAMA DE CANDIDATURA
OTELO SARAIVA DE CARVALHO**

Candidato à Presidência da República por im-
posição popular, comprometo-me perante os traba-
lhadores e o povo português, no caso de ser eleito,
a garantir as condições para que o povo, unido e
organizado, avance na resolução dos seus proble-
mas a caminho de uma sociedade nova onde seja
possível o exercício democrático do poder pelas
classes trabalhadoras, a sociedade socialista.

Assim,

Comprometo-me a:

1. Assegurar a defesa da Constituição da Re-
pública Portuguesa, conquista do povo, que deve
ser posta ao serviço dos trabalhadores—dos assa-
lariados do campo e da cidade, dos operários de
indústria e dos pequenos e médios agricultores,
dos funcionários públicos, dos professores e dos
pequenos e médios rendeiros, dos técnicos e dos
comerciantes pobres e remediados, dos emprega-
dos de escritório, da banca, dos seguros e do
comércio.

Não consentir que as classes privilegiadas, que
continuam a deter o poder, anulem o que existe de
progressista na nossa Lei fundamental.

Comprometo-me a:

2. Assegurar intransigentemente a defesa e o
aprofundamento das conquistas fundamentais obti-
das pelo povo português a partir do 25 de Abril:

— **Reforma Agrária** que deve ser levada a cabo,
consolidada e desenvolvida com a intervenção de-
cisiva dos trabalhadores, beneficiando os pequenos
e médios agricultores e rendeiros.

⁴⁰⁰ Brochura disponível no arquivo Ephemera em <https://ephemerajpp.com/2018/08/17/eleicoes-presidenciais-de-1976-otelo-saraiva-de-carvalho/> (consultado a 23/04/2019);

— **Controlo operário** por parte dos trabalhadores, que deverá ser incentivado, desenvolvido e alargado a todo o país.

— **Nacionalizações** dos sectores básicos da economia, que não se pode permitir que sejam de novo postos ao serviço dos grupos capitalistas e que devem desenvolver-se para servir o povo e a independência nacional.

— **Direito à greve**, direito sagrado dos trabalhadores que não pode estar sujeito a regulamentações que o ataquem e destruam.

— **Liberdade de expressão, reunião e associação**, desde que não fomentem ideias e práticas fascistas ou fascizantes.

Comprometo-me a:

3. Defender, reforçar e desenvolver todas as formas de organização dos trabalhadores e especialmente as organizações populares de base, Comissões de Trabalhadores, Comissões de Moradores e Conselhos de Aldeia.

Estas organizações são uma criação fundamental e verdadeiramente democrática das massas trabalhadoras, garantem a sua real unidade e constituem condição indispensável quer para a resistência quer para o avanço do movimento popular.

Comprometo-me a:

4. Garantir a **organização sindical autónoma** dos trabalhadores, independente do Estado e dos Partidos, contribuindo para a criação de condições que tornem possíveis as suas formas unitárias e democráticas.

Comprometo-me a:

5. Respeitar a vontade dos trabalhadores e do povo, expressa nos resultados eleitorais, nomeando o Primeiro Ministro de acordo com a Consti-

tução e garantindo, nos termos constitucionais, que o Governo execute uma política que defenda os interesses dos trabalhadores e do Povo e não aceitando uma governação que abra caminho à violação dos princípios constitucionais ou que crie condições para o regresso ao fascismo.

Comprometo-me a:

6. Não admitir quaisquer tentativas para fazer pagar às classes trabalhadoras a crise económica capitalista. A crise terá de ser combatida através de uma política que assegure o aumento da produção dos bens essenciais, a descida dos seus preços ao consumidor, o combate ao desemprego pelo aumento dos postos de trabalho e a libertação da dependência face às potências imperialistas.

Como primeiro e importantíssimo passo para levar à prática uma política económica desta natureza, há que colocar as empresas e os sectores nacionalizados sob o controlo dos trabalhadores e ao serviço destes, em ordem à reorganização e planificação da economia.

A resolução da crise económica só poderá ter lugar numa sociedade socialista, através da planificação económica, assente na **independência nacional**, na **mobilização dos trabalhadores** e na **dinâmica criadora da sua luta**.

Comprometo-me a:

7. Levar o 25 de Abril aos pequenos e médios agricultores e rendeiros de todo o país, que foram os grandes esquecidos e têm de ter direito ao produto do seu trabalho e a uma real melhoria das suas condições de vida, à construção de estradas, hospícios, escolas, luz, água e esgotos. Para tanto, não podem continuar sujeitos ao domínio dos grandes intermediários e tem de lhes ser assegurado o escoamento dos frutos do seu trabalho a preço justo e garantido antes da campanha, o crédito em condi-

ções vantajosas e os adubos e rações, as sementes, máquinas e gado a preços baixos.

A lei do arrendamento rural terá de ser rigorosamente aplicada.

Comprometo-me a:

8. Garantir que a Reforma Agrária será levada até ao fim pelos assalariados rurais nas zonas de grande propriedade e, nas outras zonas, pelos pequenos e médios agricultores e rendeiros.

Os direitos dos pequenos e médios agricultores e rendeiros serão sempre escrupulosamente respeitados.

A Reforma Agrária deverá contribuir para satisfazer a independência do País no sector alimentar, em articulação com uma política progressista nas pescas.

Comprometo-me a:

9. Combater as tentativas reaccionárias de criar um fosso entre os pequenos e médios agricultores do norte e os trabalhadores agrícolas do sul, uni-los na mesma luta pela melhoria das condições de vida do povo português.

Recusando o espantalho de divisões políticas religiosas e económicas, será possível superar as divisões que as forças reaccionárias procuram agudizar entre o campo e a cidade, entre o Norte e o Sul, entre o Continente e as Ilhas.

Comprometo-me a:

10. Defender uma política de habitação e saúde ao serviço das classes mais desfavorecidas e não, como até aqui, protegendo minorias privilegiadas. Defender uma política que se preocupe com os reformados e a velhice, dê protecção à infância e

que liberte a mulher da situação de duplamente explorada como trabalhadora dentro e fora do lar.

Defender uma política de apoio aos emigrantes e suas famílias, quer aprofundando os laços que os unem a Portugal, quer defendendo firmemente as suas condições de vida e de direito ao trabalho, e lutar para que no futuro os portugueses não necessitem de emigrar.

Comprometo-me a:

11. Promover uma política verdadeiramente democrática nos campos da educação, do ensino e da informação, defendendo as formas de cultura nacionais e organizações que as desenvolvem.

Lutar pela eliminação do analfabetismo e pela libertação cultural do Povo, incentivando as manifestações de cultura popular e apoiando as associações e organizações que a desenvolvem.

Contribuir ainda para que o Povo Português possa ter acesso ao património cultural de toda a humanidade.

Comprometo-me a:

12. Lutar por uma política de independência nacional que defenda os interesses do Povo Português contra as pressões e dominação das grandes potências estrangeiras e os interesses partidários a ela ligadas, lutando especialmente pela libertação económica, política e militar face às potências imperialistas que mais directamente nos atingem.

Defender uma política externa de não alinhamento em relação aos blocos político-militares e favorecer o desenvolvimento das relações com os países não-alinhados e particularmente os países do Terceiro Mundo.

Comprometo-me a:

13. Desenvolver relações privilegiadas com os novos países africanos de língua portuguesa, apro-

fundando na base da solidariedade anti-imperialista o processo de descolonização.

A descolonização, convergência da luta antifascista do povo português e do MFA, com a luta dos movimentos de libertação nacional, pôs termo a uma guerra colonial injusta que custou ao nosso Povo e aos povos das colónias muitos milhares de mortos e estropiados e muitos milhões de contos.

Pugnar pela resolução dos graves problemas que afectam os portugueses regressados de África, vítimas também de uma situação colonial imposta pelo regime fascista derrubado no 25 de Abril, reconhecendo que a resolução desses problemas se insere no quadro de relações fraternas com os novos países africanos, e passa pela aplicação de uma política económica ao serviço das classes trabalhadoras a que a esmagadora maioria desses portugueses pertence.

Comprometo-me a:

14. Colocar as Forças Armadas e militarizadas ao serviço do Povo e dos interesses nacionais, já-mais permitindo que a repressão se abata sobre os trabalhadores.

As Forças Armadas competirá o combate à contra-revolução e ao terrorismo, não consentindo que as forças fascistas, ainda não derrotadas completamente, se aproveitem da liberdade conquistada em 25 de Abril para destruírem essa mesma liberdade.

As Forças Armadas deverão assegurar um apoio activo à resolução dos problemas mais urgentes do povo português.

As Forças Armadas — povo fardado e nunca mercenários profissionalizados — têm de ser o garante da Constituição, tornando possível o verdadeiro exercício democrático do poder pelos trabalhadores e pelo povo.

4

pretende ser uma competição em «jogos florais» e muito menos uma participação num concurso de televisão com promessas de «mundos e fundos».

A situação económica do País é muito grave e os trabalhadores portugueses têm o direito de conhecer essa verdade. O M.F.A. disse-o várias vezes, mas não era aos militares que compete resolver os problemas económicos. Quisemos que fossem os políticos a fazê-lo, mas estes parecem ter estado mais interessados nas disputas do poder do que na melhoria das condições de vida do nosso Povo.

As prolongadas e escandalosas negociações à volta da composição dos vários Governos são um exemplo público de que este último, chamado de «unidade nacional», não escapa à justa crítica do Povo Português. Não pretendo atacar ou discutir qualquer camarada militar escolhido pelas forças políticas como seu candidato. A responsabilidade do cargo e a nobreza do espírito de missão com que terá de ser encarado, exigem dignidade e respeito absolutos.

O 25 DE NOVEMBRO

Mas não poderei deixar de denunciar as arbitrariedades cometidas no 25de Novembro. Centenas de camaradas foram afastados das suas funções sem provas de uma acção política ou militar contra os interesses dos trabalhadores e do Povo Português e sem qualquer juramento.

A história denunciará o 25 de Novembro como uma enorme maquinação destinada a desviar o processo revolucionário da linha de pureza que as classes trabalhadoras e militares generosos e progressistas lhe imprimiam.

Não poderei deixar de denunciar a tentativa de algumas correntes políticas no sentido de recuperarem as Forças Armadas para actuações que não visam defender o nosso Povo.

As nossas Forças Armadas pertencem a um País traído pelos políticos do regime fascista, que sem consultar os portugueses nos envolveram em guerras de antemão perdidas, contra a justa e legítima vontade libertadora dos povos colonizados.

Os militares não podem voltar a ser joguete nas mãos dos novos senhores da política, marionetas para desfiles ou paradas, e muito menos políticas para proveito de meia dúzia de donos deste País.

Também não devemos reservar-nos para lugares de Administração Pública ou de empresas, pois não foi para tal que nos preparámos técnica e moralmente. O povo com o

5

qual fizemos uma aliança desde a madrugada do 25 de Abril, espera a colaboração das F. A. Há herdades em todo o Portugal onde os trabalhadores precisam de apoio à sua organização, há inúmeras aldeias sem electricidade, sem água, sem esgotos, sem meios de comunicação, sem assistência sanitária. Há milhares de pequenos lavradores que precisam do nosso entusiasmo e da nossa disponibilidade para os ajudar nas suas cooperativas e no transporte dos produtos, de modo a retirá-los das garras dos especuladores e parasitas. Há ainda milhares de portugueses que vivem em barracas nas cinturãs das nossas grandes cidades, que precisam do nosso apoio em máquinãs e em braços, pois o problema da habitação só na conversa balofo dos políticos, estará resolvido nos próximos anos. Do Minho ao Algarve, na Madeira e nos Açores há dificuldades de comunicação que impedem o transporte de doentes ou sinistrados, há a defesa das populações contra o terrorismo e a delinquência crescentes. Essas são as tarefas que temos de apoiar, colaborando com as forças militarizadas.

Algumas destas coisas chegaram a ser feitas e se hoje há tantas queixas nas zonas rurais é porque esta orientação não foi levada tão longe quanto possível. Trabalhemos fraternalmente com os povos do mundo inteiro e em especial com as novas nações de África de expressão portuguesa e com os povos do Terceiro Mundo. Sejam as Forças Armadas da paz e não da guerra. Reabilitemo-nos assim do suporte que demos ao regime opressor.

PROSEGUIR O 25 DE ABRIL

Aceito as regras do jogo democrático para a formação do Governo. Aceito cumprir e defender a Constituição. Mas quero dizer aos meus camaradas do M.F.A. que o nosso papel, em aliança com o povo, é o de prosseguir o 25 de Abril, colaborando nas tarefas de reconstrução nacional. Quero proclamar aos trabalhadores e ao povo português, cujo poder a Constituição consagra, que foi a sua determinação e a sua vontade, que permitiram as conquistas mais sensíveis do 25 de Abril: as nacionalizações e a reforma agrária, ou seja, o desmantelamento das forças monopolistas de exploração do regime fascista. Foi ainda a sua força de ânimo e a sua coragem que permitiram dispormos agora de uma lei fundamental que aponta para a construção de uma nova sociedade mais justa e sem exploradores nem explorados.

A Constituição e o programa do Governo legitimados pela vontade popular são formas legais e de estabilização

⁴⁰¹ Brochura disponível no arquivo Ephemera em <https://ephemerajpp.com/2018/08/17/eleicoes-presidenciais-de-1976-oteló-saraiva-de-carvalho/> (consultado a 23/04/2019);

da vida política do País, que só têm valor se defenderem os interesses do povo. A caminhada para a sociedade socialista é longa e exige a mobilização de todos os trabalhadores. A transição para uma sociedade socialista que havemos de construir, requer que seja aprofundada e desenvolvida a prática democrática nas organizações populares de base, nas comissões de trabalhadores, nas comissões de moradores, nos conselhos de aldeia, nas cooperativas e associações.

Para isso, terão de ser afastadas as falsas divisões introduzidas na vida portuguesa. Há que identificar e consolidar os interesses comuns dos trabalhadores, para que a participação das organizações populares de base na soberania seja progressivamente aprofundada e concretizada.

Alguns erros foram cometidos na aprendizagem desenvolvida nos últimos anos. Outros foram bastante exagerados por órgãos de informação mais preocupados em servir interesses inconfessáveis do que em dizer a verdade aos trabalhadores e em defender as suas conquistas. Tentou-se ocultar que no 25 de Abril só a P.I.D.E. fez mortos, que este processo é, talvez, o mais pacífico e livre que até agora já se fez no mundo. Procurou-se, assim, fazer esquecer a violenta e bárbara repressão do regime fascista. Apesar disso, ninguém poderá esquecer a aliança Povo/M.F.A.

Importa ainda falar na descolonização. Durante centenas de anos houve povos africanos esmagados pela exploração colonial. Com o 25 de Abril as Forças Armadas abriram caminho para acabar com essa exploração e com guerras injustas que duraram catorze anos. Milhares de pessoas foram mortas e muitas mais sofreram na carne as consequências da violência colonizadora. Milhões de contos foram inutilizados sem quaisquer benefícios para as populações que os pagaram. Cumprir manifestar a nossa alegria pela paz e pela independência desses povos, lamentando que todo esse esforço não tivesse, antes, sido posto ao serviço das populações portuguesas e africanas atingidas. O Povo Português ganhou rapidamente consciência de que a sua liberdade passa também pela liberdade dos outros povos, de que os nossos verdadeiros interesses são também os interesses dos povos que conquistaram finalmente a sua independência.

A nossa dependência do estrangeiro é cada vez maior e quase que se mendigam empréstimos que aumentam progressivamente. Mas os investimentos necessários para resolver o grave problema do desemprego não se fazem. Assim, o número de desempregados continuará a aumentar. O aparelho de Estado não foi adaptado à defesa dos interesses dos trabalhadores e do Povo Português e ao seu papel na condução da economia. A agricultura, onde teramos de ir

buscar os alimentos que agora importamos, e as indústrias que ocupam mais mão-de-obra são prejudicadas em benefício de projectos herdados dos governos marcelistas, onde vão ser investidos milhões e milhões de contos que apenas permitirão um pequeno aumento do número de postos de trabalho, agravando a nossa dependência de mercados e de tecnologias que nos escapam. A diminuição das nossas reservas impõe-nos austeridades no consumo e importações, que terão que ser adaptadas às nossas possibilidades. Dai que teremos de capitalistas recuperar os seus privilégios para pisarem de novo os trabalhadores e se é verdade que o socialismo, a sociedade mais justa que queremos construir será para a geração dos nossos filhos, também é certo que os sacrifícios e o esforço de reconstrução nacional que é exigido pela situação do País e pela crise mundial do sistema capitalista só serão aceites para os trabalhadores, desde que saibam que esse sacrifício é feito no seu interesse.

Os militares que marcharam, generosos, pelas estradas do País na madrugada do 25 de Abril, assumiram um compromisso e uma responsabilidade que só ilusoriamente poderão ser distintas dos interesses do povo e dos seus filhos, que servem a Nação nas Forças Armadas.

A crise e a ruptura entre as classes com interesses opostos serão inevitáveis. Uma certa «ordem» virá a ser exigida ao serviço da burguesia. Ai terão de fazer os militares a sua opção.

Ou diálogo entre cidadãos livres de um País livre e democrático, ou a violência repressiva contra os trabalhadores e a cederência às exigências dos grandes capitalistas que quereirão retomar aquilo de que foram despossuídos. A recuperação pelo capital não poderá ser democrática, pois teria de ser paga pela maioria, pelos trabalhadores.

Opção histórica, nesta oportunidade rara que o 25 de Abril ainda é. O povo português conhece já a minha escolha e a dos camaradas que comigo colaboraram. Pertencemos ao M.F.A. aliado do povo que o 25 de Abril libertou. Batemo-nos por umas Forças Armadas, onde reine a ordem e a disciplina postas ao serviço das necessidades dos mais humildes, como sempre se fez no Copcon, e não uma ordem e uma disciplina que constituam pretextos para reprimir os trabalhadores.

Continuarei com a vossa ajuda a mesma política no longo caminho para a construção de uma sociedade socialista,

PELA UNIDADE NACIONAL CONTRA A DIVISÃO

Reforma agrária e as nacionalizações, a independência e a unidade nacional, desenvolvimento e consolidação das organizações populares de base, a melhoria das condições de vida da nossa população, umas Forças Armadas unidas e disciplinadas ao serviço do povo português.

A reforma agrária e as nacionalizações são as promissoras realidades que se forem controladas pelos trabalhadores, podem mudar a fisionomia da nossa economia. Relativamente à independência nacional o programa de Oeiro aponta para a colaboração «dos interesses do povo português acima das pressões internacionais e para a solidariedade com os povos oprimidos».

«Lutaremos ainda pela unidade nacional contra a divisão entre os portugueses das cidades e os portugueses dos campos, contra a divisão entre os trabalhadores do Norte e os trabalhadores do Sul, pela unidade entre os agricultores pobres do Norte e os trabalhadores do Sul, pela unidade do povo do continente e o povo das ilhas».

Por outro lado, as organizações populares devem progressivamente assumir o controlo e as decisões sobre o seu destino colectivo e simultaneamente deve verificar-se o aumento dos bens e serviços essenciais à disposição dos trabalhadores e do povo.

Lutamos ainda por umas Forças Armadas unidas e disciplinadas, sim, mas postas ao serviço do povo português, ao qual pertencem e que lhes paga, e não por umas Forças Armadas para reprimir os trabalhadores como se pretendia no tempo do fascismo, e como muitos hoje voltam a desejar.

«Só a unidade dos trabalhadores e de todo o povo português conseguiremos caminhar para uma melhoria das condições de vida da nossa população. Na unidade dos trabalhadores avançaremos para uma sociedade socialista onde os portugueses decidirão democrática e colectivamente o seu destino. Esta unificação das acções dos trabalhadores é mesmo um objectivo fundamental desta candidatura».

4 – Guião elaborado para a entrevista com Otelo Saraiva de Carvalho⁴⁰²

1 – Meses antes das eleições, afirmava que só se candidataria caso houvesse pressão popular nesse sentido (que lhe garantisse, pelo menos, 5% dos votos). Qual era o “povo” que supunha estar interessado em tê-lo na presidência?

2 – Adoptou, ao longo da campanha, uma postura não apenas independente dos partidos, mas também profundamente crítica do seu carácter divisionista. Que lugar caberia aos partidos caso tivesse chegado à presidência e como recebeu o apoio de alguns deles à sua candidatura? Que importância tiveram na organização da campanha?

3 – Muitos comentadores afirmaram que os apoios que recebeu surgiram como uma tentativa de apropriação da popularidade da sua imagem ao serviço de ideais que não eram necessariamente os seus. Retrospectivamente, acha que a sua candidatura pode ter sido usada para satisfazer as agendas políticas de determinados movimentos?

4 - O PCP recusa-se, quase imediatamente, a conceder-lhe qualquer tipo de apoio, fazendo da sua candidatura um alvo preferencial. O que acha que motivou essa postura?

5 – O seu primeiro grande comício foi no Porto, no mesmo local onde, anos antes, Humberto Delgado havia realizado o seu mais celebrado meeting. Nesse momento, apresentou-se discursando em frente de uma representação do General Sem Medo. Que tipo de mensagem procurava passar com esse gesto?

6 – Um dos slogans adoptados pela sua campanha falava num “Amigo na Presidência”. Procurou construir uma imagem pública informal e acessível, em contraste com aquela que foi adoptada pelo general Ramalho Eanes. A que sectores da população acha que a sua postura apelava e, por outro lado, quais aqueles que seriam mais receptivos à “austeridade” assumida por aquele que viria a ser o candidato vencedor?

⁴⁰² Guião enviado a Otelo aquando do pedido de agendamento da entrevista. No decurso da mesma, este não foi seguido nos termos em que aqui se apresenta, tendo-se procurado um registo mais próximo da conversa do que da entrevista, que desse ao entrevistado liberdade para desenvolver e articular as suas ideias a respeito destes temas.

7 – Uma das traves mestras da sua candidatura passava pela defesa da “independência nacional”. Certo é que essa ideia estava presente nos manifestos eleitorais de todos os candidatos. Face a que interesses se deveria preservar essa independência e porque era a sua candidatura a mais apta para o conseguir?

8 – Durante a campanha afirmava poder vir a sair vencedor, sendo acusado (até por sectores que o apoiavam) de “irrealista” por despertar ilusões que, uma vez desfeitas, provocariam um desânimo em tudo prejudicial ao movimento. Sentia que este perigo existia? Esta, de facto, convencido de que poderia vencer?

9 – No rescaldo do escrutínio, afirmava que os resultados representavam um ressurgimento do movimento popular. O que achava possível construir com aqueles 16%?

10 – A sua candidatura venceu em apenas um distrito (o de Setúbal), tendo, no entanto, ficado à frente do candidato do PCP em praticamente todo o sul do país e com percentagens por vezes pouco inferiores às de Eanes. O que justifica essa excepção bem como esses resultados, à partida pouco óbvios?

11 – Os GDUP's são usados como forma de preservar as bases de apoio obtidas nas presidenciais. Em que medida acompanhou esse processo (sobretudo tendo em conta as limitações a que o processo de que era alvo obrigavam) e como descreveria as lutas partidárias no interior de um movimento que não se queria definir como tal?

12 – Todos os movimentos no interior dos GDUP se apresentavam como verdadeiros representantes do programa de Otelo Saraiva de Carvalho. Havia, de facto, uma linha de pensamento “otelista” coerente e bem definida (ao contrário do que afirmavam os seus críticos) e, se sim, que grupos a defendiam melhor?

13 – Chegados às eleições autárquicas de final de 1976, os resultados obtidos pelos GDUP são negligenciáveis, sobretudo se tivermos em conta os 16% das presidenciais. Que factores contribuíram para essa desmobilização e até que ponto crê que a sua imagem (nesse momento ausente) valia mais do que o seu programa?

14 – Quatro anos mais tarde, na sua recandidatura, os resultados voltam a não ser comparáveis aos obtidos em 1976 e muitos dos apoios dessa altura haviam sido perdidos. A esta distância, como justifica essa derrota?

15 - A partir de que momento sentiu que a vida política nacional se havia definitivamente “normalizado”?

5 – Guião elaborado para a entrevista a António Ramalho Eanes⁴⁰³

1 - Tendo em conta que, por diversas vezes, afirmou não se ter candidatado por interesse pessoal no cargo, mas antes por sentir que, naquele momento, era o mais qualificado para o exercer, que qualificações eram essas? Que tipo de presidência era necessária em 1976?

2 - Houve ou não um acordo tácito entre o MFA e os partidos no sentido de promover apenas candidaturas militares nessas eleições? Se sim, porque pensa que tal decisão foi tomada?

3 – Sendo que sempre se apresentou como um candidato independente, como explicaria os apoios partidários que acabou por receber, sobretudo tendo em conta a sua heterogeneidade? Como vê, hoje, o aparente consenso reunido em torno da sua candidatura?

4 – Alguns comentadores chegaram a afirmar que alguns dos partidos que o apoiavam estavam a procurar encaminhá-lo para um projecto político que não era o seu. Sentiu em algum momento essa pressão?

5 – Como justifica a postura de não hostilização que o PCP assumiu face à sua candidatura? Em que se baseava a esperança, que dizia depositar no PCP, relativa a uma integração por inteiro dos comunistas no regime democrático?

6 – Em vários momentos da campanha, realça a necessidade de um esforço ecuménico de reconstrução nacional, instando a que se ponham de parte disputas ideológicas em nome desse objectivo. Essa reconstrução, para lá de económica e social, surge como identitária. De que modo sentia a identidade nacional ameaçada e em torno de que missão colectiva se poderia reencontrá-la?

7 – Num comentário de Maria João Avillez aos encontros que teve consigo, esta diria que o general era um dos militares que mais visivelmente se perturbara com o fim do Império.

⁴⁰³ Guião enviado a António Ramalho Eanes aquando do pedido de agendamento da entrevista. Acabaria por se revelar indisponível para a mesma.

A nível da política externa sempre optou, preferencialmente, pelas relações com as ex-colónias portuguesas, isto apesar da política dos sucessivos governos se dirigir em direcção da Europa. Estava a crise identitária também relacionada com essa perda desse elo? Que tipo de vínculos deviam ser mantidos com esses espaços em contexto pós-colonial?

8 – Evita, em vários momentos, associar a palavra “socialismo” à sua campanha. Numa altura em que várias propostas de futuro se encontravam em disputa (e sendo a ideia de “caminhar rumo ao socialismo” quase omnipresente), qual o futuro por que pugnava? Que tipo de sociedade queria ver construída?

9 – Durante alguns dos discursos mais tensos da campanha, apresenta uma dicotomia entre “trabalhadores” (que define de forma mais lata do que então era usual, incluindo empresários/empreendedores) e “parasitas” (referindo-se assim a certos grupos esquerdistas e parte dos apoiantes do major Otelo Saraiva de Carvalho). Nesse sentido, o queria dizer quando falava na defesa dos trabalhadores? Por outro lado, que tipo de actividades considerava “parasitárias” e, por isso, prejudiciais ao interesse destes?

10 – Uma das traves mestras da sua candidatura passava pela defesa da “independência nacional”. Certo é que essa ideia estava presente nos manifestos eleitorais de todos os candidatos. Face a que interesses se deveria preservar essa independência e porque era a sua candidatura a mais apta para o conseguir?

11 – Cultivou, enquanto candidato e depois como chefe de estado, uma postura austera (alguns diriam mesmo autoritária) que frequentemente contrastava com a imagem que aqueles que consigo privaram em ambientes mais informais têm de si. Porque sentiu necessidade de construir essa imagem pública, do estadista distante e incorruptível, e porque pensa que esta terá tido tão bom acolhimento?

12 – Olhando para os resultados das eleições, que leitura faz dos resultados obtidos pelo candidato que de si mais distanciava politicamente (Otelo) e dos esforços, mal sucedidos, que essa candidatura levou a cabo no sentido de preservar a sua base de apoiantes para actos eleitorais futuros?

13 – A sua candidatura venceu em praticamente todos os distritos do país. Em que medida pensa que tal se ficou a dever às máquinas dos partidos que o apoiavam? Como explica o que aconteceu em Setúbal e porque decidiu terminar lá a campanha?